

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO - ECO**

**CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E
TECNOLÓGICO - CNPq
INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA -
IBICT**

**PRODUÇÃO DE INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA
OFICIAL**

NA (DES)ORDEM SOCIAL DA MODERNIDADE

Tese de Doutorado em Ciência da Informação

ROSA MARIA PORCARO

Orientadora:

Prof. GILDA MARIA BRAGA

**Rio de Janeiro
Março de 2000**

Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
Escola de Comunicação - ECO

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT

**PRODUÇÃO DE INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA OFICIAL
NA (DES)ORDEM SOCIAL DA MODERNIDADE**

ROSA MARIA PORCARO

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico em convênio com a Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários para obtenção do grau de Doutor em Ciência da Informação.

BANCA EXAMINADORA

Gilda Maria Braga (Orientadora)
Ph.D em Ciência da Informação, Case Western Reserve University, Cleveland, USA

Luiz Antônio Machado da Silva
Ph.D em Sociologia na Rutgers University, New Jersey, USA

Maria Cristina Cacciamali
Doutora em Economia, USP

Maria Nélida González de Gomez
Doutora em Comunicação, UFRJ

Lena Vania Ribeiro Pinheiro
Doutora em Ciência da Informação, UFRJ

Jane Maria Pereira Souto de Oliveira (Suplente)
Doutora em Saúde Coletiva, UERJ

Icléia Thiessen Magalhães Costa (Suplente)
Doutora em Ciência da Informação, UFRJ

Rio de Janeiro
13 de dezembro de 1999

Para:

*DÊDÊ, MESTRA PRIMEIRA
GILDA, MESTRA ACADÊMICA
ANA CARLA E VANIA LUCIA
O(S) JORGE(S): PAI, IRMÃO,
SOBRINHO E AFILHADO*

AGRADEÇO:

A minha orientadora Gilda Braga, por me trazer de volta à Academia;

Aos meus professores do Doutorado, com especial menção aos Profs. Aldo Albuquerque Barreto e Maria Nélide Gonzáles de Gomez do IBICT/CNPq e ao Prof. Ued Maluf do Instituto de Psicologia/UFRJ;

Ao Professor Lorenzo Bernardi da *Università degli Studi di Padova* - Itália, que muito gentilmente me acolheu e orientou na realização da Bolsa Sanduíche no *Dipartimento di Scienze Statistiche - Facoltà di Scienze Statistiche*;

À CAPES que me proporcionou a referida Bolsa Sanduíche e ao CNPq que me concedeu Bolsa de Estudo para parte do Doutorado;

Ao *IBGE - Diretoria de Pesquisas*, instituição em que trabalho, que me propiciou a oportunidade de realização deste Doutorado e me deu suporte conceitual para o desenvolvimento desta tese;

All'amico e professore Carletto che, con pazienza, dedizione e piacevole lavoro, mi ha aiutata a qualificarmi per la Borsa di Studio in Italia;

Às amigas e companheiras de tantas discussões, acadêmicas, profissionais e do dia-a-dia, Vania Lucia Pereira, Jane Souto, Lucia Elena Oliveira e Tereza Cristina Araujo, presentes, também, neste estudo;

Aos colegas do Doutorado, em especial, a Edna Lucia da Silva, Cristina Guimarães e Icléia T. M. Costa, pelas trocas formais, informais e amizade;

Ao pessoal técnico e administrativo do Departamento de Ensino e Pesquisa do IBICT/CNPq, em particular a Selma Santiago e Abneser Cunha;

Aos amigos Vania Lucia Pereira, Ana Carla Briote e Sergio Cortes, que muito me ajudaram, respectivamente, na revisão geral, na bibliografia e nas transparências e impressão do volume final;

Last but not least aos amigos, sobrinhos e irmãos que sempre me incentivaram e, pacientemente, me esperaram para muito *king*, sol, chope, bate-papo, vôlei, *mountain bike* etc. então adiados.

“Também na ciência, é impossível abrir novos caminhos se não se estiver disposto a deixar o ancoradouro seguro da doutrina aceita e enfrentar o perigo de um arriscado salto à frente em direção ao vazio. (...) Em geral, o progresso na ciência não exige mais do que a absorção de idéias e a elaboração de novas idéias - e esse é um chamado que a maioria dos cientistas se compraz em atender. Entretanto, quando se trata de enveredar por novos territórios, a própria estrutura do pensamento científico (e não apenas seu conteúdo) pode ter que se alterar, para que seja possível compreender o novo.”

**WERNER HEISENBERG
(1996, p.87)**

PORCARO, Rosa Maria. Produção de informação estatística oficial na (des)ordem social da modernidade. Rio de Janeiro, 1999, 194p. Tese de Doutorado em Ciência da Informação - Escola de Comunicação - ECO / Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ e Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT / Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

Resumo

O estudo discute como as grandes transformações que marcam a sociedade atual se refletem na pertinência das informações estatísticas oficiais, consubstanciadas no denominado *Sistema de Informação Estatística*. A configuração social atual, em transformação, é enfocada sob os ângulos de três abordagens: a sociedade da informação, a sociedade pós-fordista e a sociedade pós-moderna. Questiona-se, então, se as transformações apontadas por tais recortes interpretativos são passíveis de serem apreendidas com o arcabouço conceitual-metodológico dos atuais levantamentos construído e consolidado para “retratar” a sociedade capitalista industrial moderna de escopo nacional, hoje completamente modificada. Aponta-se, então, que fenômenos “não-materiais” que ganham centralidade no contexto atual - cultural, de conhecimento & informação e de signos & imagens - ou não são contemplados pelo *Sistema de Informação Estatística* ou são por ele apropriados a partir da lógica de representação da sociedade industrial anterior, fortemente material, o que os desfoca.

Abstract

This study deals with the big changes that characterize today's society and how they affect the relevance of official statistics which are brought together under the Statistical Information System. Our society's configuration is examined under three different approaches: the Information Society, the Post-Fordism Society and the Post-Modern Society. It is argued that the changes pointed out by the interpretative frame of these three different approaches can not be captured with the conceptual-methodological framework used by the Statistical Information System, tailored to fit the Industrial Capitalist Society, greatly modified nowadays. The study reveals that certain “non-material” phenomena, central to our society's concerns – cultural, knowledge-related, informational, sign & image formed – are not included in (covered by) the Statistical Information System or are included from the standpoint of the “materially” oriented Industrial Capitalist Society, having as a consequence the misrepresentation of these phenomena.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	3
1.1 APRESENTAÇÃO	5
1.2 CONFIGURAÇÃO DO PROBLEMA	7
1.2.1 Sociedade em transformação: contexto atual	7
1.2.2 Estabilidade e certeza: contexto anterior	14
1.2.3 A produção estatística oficial: o sistema de informação estatística.....	15
1.3 HIPÓTESE	19
2 ASPECTOS METODOLÓGICOS	20
2.1 UM “MOSAICO METODOLÓGICO”	20
2.2 ESCOPO DA PESQUISA	26
2.2.1 A (re)construção	26
2.2.2 As estatísticas oficiais.....	27
3 MODERNIDADE: CISÃO DO CULTURAL E DO ECONÔMICO, SOB A DINÂMICA NACIONAL	33
3.1 UMA VISÃO GERAL DA MODERNIDADE	35
3.2 UMA VISÃO PARTICULAR DA MODERNIDADE: CISÃO EM MODERNISMO E MODERNIZAÇÃO.....	41
3.2.1 Modernismo: a ótica cultural	42
3.2.1.1 Subordinação do cultural ao econômico	45
3.2.2 Modernização: a ótica econômica	47
3.2.3 Outras dimensões institucionais da modernidade.....	52
3.3 SOCIEDADE CAPITALISTA INDUSTRIAL NACIONAL: UMA INTERAÇÃO INSTITUCIONAL DA MODERNIDADE.....	55
3.3.1 Modernidade organizada: fase de regulação econômica	58
3.3.2 Convenções e representações de práticas sociais	66

3.4 SISTEMA DE INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA: UMA INSTITUIÇÃO SOCIAL DA MODERNIDADE ORGANIZADA.....	70
3.4.1 Desenvolvimento inicial das estatísticas	70
3.4.2 A Ciência Estatística e as estatísticas de Estado.....	72
3.4.2.1 As estatísticas oficiais: sistema de informação estatística.....	75
3.4.3 O paradigma das estatísticas oficiais	76
4 MODERNIDADE: PREDOMINÂNCIA DO OLHAR ECONÔMICO, SOB A DINÂMICA GLOBAL	82
4.1 MUDANÇAS TECNOLÓGICAS: A SOCIEDADE PÓS-INDUSTRIAL OU A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO.....	86
4.1.1 Aspectos relacionados às estatísticas	98
4.2. REESTRUTURAÇÃO OU FLEXIBILIZAÇÃO DO CAPITALISMO: A SOCIEDADE PÓS-FORDISTA.....	124
4.2.1 Aspectos relacionados às estatísticas.....	134
5 FUSÃO CULTURAL E ECONÔMICO: PÓS-MODERNIDADE, CONDIÇÃO PÓS-MODERNA OU RADICALIZAÇÃO DA MODERNIDADE?.....	143
5.1 PÓS-MODERNISMO COMO CATEGORIA ABRANGENTE DE CULTURA E DE SOCIEDADE: A SOCIEDADE PÓS-MODERNA	150
5.1.1 Signos & imagens: a hiper-realidade.....	152
5.2.1 Aspectos relacionados às estatísticas.....	155
5.1.2.1 Produção imaterial: estetização da realidade.....	156
5.1.2.2 Ativos intangíveis.....	163
6 CONCLUSÃO	167
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E BIBLIOGRAFIA BÁSICA	172

1 INTRODUÇÃO

São, realmente, bastante evidentes e mesmo abundantes os sinais e as marcas de modificações radicais nos indivíduos e na sociedade tanto na vida econômica e cultural como no cenário político e no viver coletivo. Tudo parece levar à certeza de que não se trate de uma fase conjuntural do processo evolutivo do capitalismo industrial, como várias outras, mas de uma profunda mudança estrutural. A dimensão planetária dos fenômenos econômicos, financeiros e culturais, o desenvolvimento das tecnologias de informação, a metamorfose do mercado de trabalho, os desafios propostos ao pensamento positivista, a perda de aderência de valores éticos, morais e de tipos de relações anteriormente estruturados são claros indicadores de uma sociedade modificada.

Na amplitude e complexidade envolvidas no turbilhão de mudanças em andamento, parece correto afirmar que as sociedades atuais estão cada vez mais inter-relacionadas, com seus destinos cruzados - quer se trate de economias mais ou menos desenvolvidas - como decorrência de um processo crescente e abrangente de globalização. Fenômeno bastante diverso do passado, quando se consideravam as sociedades de maneira quase estanque, com etapas bem-marcadas de desenvolvimento a serem atingidas (como por exemplo na teoria dos estágios de desenvolvimento elaborada por ROSTOW (1974), amplamente em voga nos anos 60 e 70).

“(...) a época em que entramos é uma época de grande turbulência, de equilíbrios particularmente instáveis e regulações particularmente precárias, uma época de bifurcações prigoginianas, em que pequenas alterações de estado podem dar origem a convulsões incontroláveis, em suma, uma época fractal, com mudanças de escala imprevisíveis e irregularidades difíceis de conceber dentro dos nossos parâmetros ainda euclidianos. (...) estamos a entrar num período de transição paradigmática, tanto no plano epistemológico (...) como no plano societal (...)” SANTOS (1994, p.245).

É nesse contexto de mudança, “de grande turbulência, de equilíbrios particularmente instáveis e regulações particularmente precárias”, que se insere este estudo que tem por objetivo discutir como as grandes transformações que

marcam a sociedade atual, se refletem na pertinência das informações estatísticas oficiais, elaboradas a partir de representações da realidade social. Questiona-se se tais transformações são passíveis de serem apreendidas com o arcabouço conceitual-metodológico dos atuais levantamentos estatísticos construído e consolidado para “retratar” a sociedade capitalista industrial moderna de escopo nacional, hoje completamente modificada.

1.1 APRESENTAÇÃO

A abordagem apresentada estrutura-se em torno de três capítulos centrais (Capítulos 3, 4 e 5), que tratam de dois momentos sociais distintos, assim considerados, tanto no que se refere ao contexto cultural, tecnológico, econômico e político quanto em relação ao desenvolvimento - construção e reificação - das estatísticas oficiais. Compõe, também, o presente estudo este capítulo introdutório, que equaciona o problema a ser focado (Seção 1.1), a partir do qual se formula a hipótese (Seção 1.2). Aspectos metodológicos relacionados ao desenvolvimento do trabalho, em especial no que se refere a informação estatística em observação - estatísticas oficiais dos sistemas de informação estatística -, são apresentados no Capítulo 2. Esta delimitação circunscreve e contextualiza a questão tratada.

O primeiro momento refere-se à configuração da sociedade industrial, de produção de bens materiais padronizados, suportada por uma economia capitalista de escopo nacional, regulamentada, relativamente estável e organizada. Esta configuração se constituiu em uma certa interação institucional da modernidade (Seção 3.3). Aí se dão a estruturação e a consolidação das estatísticas oficiais atuais, que passam a ser tratadas, em nível nacional e de forma centralizada, nas denominadas Agências (*Bureaux*, Institutos, Escritórios etc.) de Estatística, sob a égide e a expansão da ciência social positivista, do desenvolvimento da ciência estatística e da atuação do Estado democrático-protetor (Seção 3.4). Aspectos econômicos e sociais dessa realidade (gerados sob os pressupostos dessas ciências e determinados por necessidade desse Estado) passam a ser, então, os representados nas categorias, variáveis e agregados estatísticos construídos. Esse momento é marcado, também, pela cisão da modernidade em dois movimentos distintos: um cultural - o modernismo - e outro racional, tecnológico, científico e econômico - a modernização -, que, no pós-guerra, passa a predominar sobre o cultural e a imprimir sua marca na configuração social (Seções 3.1 e 3.2). Isto trouxe conseqüências profundas na maneira de ver, pensar, produzir, viver e apreender o mundo, quer no nível individual ou pessoal, quer no campo científico ou da geração do conhecimento, e, certamente, na produção do conhecimento estatístico.

O segundo momento refere-se à configuração social atual, em transformação, num mundo que se globaliza, se desregulamenta, se

desmaterializa (Capítulos 4 e 5). Este momento é visto sob a ótica de três abordagens distintas: a da sociedade da informação, a da sociedade pós-fordista e a da sociedade pós-moderna. Tais abordagens englobam vários enfoques, que, embora tomem por base certos fatores comuns, como os de importância fundamental, neste cenário de mudança, os vêem e os inter-relacionam de forma distinta. No entanto, é traço comum entre elas não mais considerar o vetor industrial anterior a força orientadora, controladora e organizadora, que deu à sociedade forma e significado.

As abordagens da sociedade da informação e da sociedade pós-fordista (Capítulo 4: Seções 4.1 e 4.2) privilegiam em suas interpretações fatores como as tecnologias, a produção e os fluxos de informação, a produção intensiva em conhecimento e inovação, a globalização, a descentralização, a desverticalização e reestruturação produtiva e o crescimento dos serviços. Já a abordagem pós-moderna (Capítulo 5) acrescenta a dimensão simbólica da informação e da comunicação e incorpora a ênfase no conhecimento, na dispersão, na fragmentação, no pluralismo e no individualismo. Enfatiza o crescimento de uma produção cultural (de signos & imagens) *vis à vis* a produção material industrial.

Busca-se, então, contrastar aspectos teóricos e conceituais centrais das abordagens citadas com aqueles utilizados na construção de estatísticas oficiais (Subseções 4.1.1; 4.2.1 e 5.2.1). Procura-se mostrar que, sob os arcabouços teóricos informacionais, pós-fordistas e pós-modernos, outros recortes conceituais seriam pertinentes para a apreensão dos novos fenômenos sociais. Direciona-se, pois, o olhar para observar convenções e representações econômico-sociais que perderam força e/ou tomaram novas formas, vindo alterar o modelo de representação da realidade social contida nas estatísticas oficiais.

Finalmente, chega-se à Conclusão (Capítulo 6), que enfatiza os principais argumentos que levaram à confirmação da hipótese.

1.2 CONFIGURAÇÃO DO PROBLEMA

1.2.1 Sociedade em transformação: contexto atual

Expressões como “sociedade pós-industrial”, “sociedade da informação”, “sociedade do conhecimento”, “pós-fordismo”, “pós-modernismo”, “capitalismo desorganizado”, “capitalismo avançado”, “capitalismo flexível”, “produção flexível”, “produção imaterial” e tantas outras são hoje usadas nas análises e interpretações das mudanças sociais. Tais expressões, que vêm rotulando a sociedade atual, se relacionam a enfoques teóricos distintos, em que conceitos proliferam na tentativa de descrever as características emergentes da realidade contemporânea. São enfoques que envolvem pressupostos teóricos e mesmo ideológicos distintos, muito embora apresentem vetores comuns de mudança como as tecnologias de informação; a produção informação-conhecimento intensiva; a globalização; a flexibilização; a descentralização produtiva e a diversificação.

Embora a expressão pós-moderna pareça ser, ainda hoje, se não a favorita, a mais sintética para destacar as fronteiras desta época e/ou a transição para uma nova era, há cerca de pouco menos de trinta anos outra expressão foi muito utilizada e discutida nas ciências sociais: sociedade pós-industrial.

Na realidade, nos anos 60, considerava-se a configuração de uma nova sociedade, maior, mais livre, mais rica, “opulenta”, “afluente”, que seria uma evolução da própria sociedade industrial moderna. A recuperação das economias européia e do Japão no pós-guerra tinha sido um sucesso, medido por taxas de crescimento e de emprego expressivas. Como aponta HOBBSAWM (1994, pp.254-5) “(...) na década de 60, a Europa veio a tomar sua prosperidade como certa. A essa altura, na verdade, observadores sofisticados começaram a supor que, de algum modo, tudo na economia iria para a frente e para o alto eternamente.” ⁽¹⁾ Era uma concepção linear de desenvolvimento, em que se acreditava que a passagem de uma sociedade a outra se daria a partir do desenvolvimento da própria sociedade, vista como capaz de produzir seu próprio devir, utilizando-se do conhecimento científico com forte base tecnológica. No

⁽¹⁾ Acrescenta o autor, citando um relatório da OECD (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico): “Não há motivo especial para duvidar de que as tendências subjacentes de crescimento no início e meados da década de 1970 continuarão em grande parte como nas de 60. (...) Não se pode prever hoje nenhuma influência especial que vá mudar drasticamente o ambiente extremo das economias européias.”

entanto, esta concepção passou a ser revista e criticada, com a acentuação da crise do início dos anos 70, que aliás já se anunciava desde o final dos anos 60 e teve ponto marcante na alta dos preços do petróleo, em 1973. Este outro olhar expressa-se no amplo debate, do final dos anos 70, sobre os limites do crescimento industrial, da produtividade, dos salários etc.

Era o fim dos “trinta anos gloriosos” ou da “era de ouro”, que se iniciara no pós-guerra. Modificavam-se aspectos centrais da economia, da política, da cultura, da tecnologia, enfim, da sociedade. Surgia a idéia ou a certeza da transformação da sociedade industrial. Aí inserem-se diversos enfoques e tensões do pensamento social, da direita à esquerda, de óticas otimistas às pessimistas, cuja característica comum era que a indústria perdia pujança. São, então, cunhados diversos termos para designar a sociedade, sendo o mais abrangente deles o da sociedade pós-industrial.

Hoje, aquela visão otimista e evolucionista é bastante criticada, uma vez que se questiona se as transformações atuais repetem os padrões que ocorreram no passado. Discute-se mesmo se aquele período de crescimento contínuo e acelerado não teria se constituído numa fase excepcional, um acaso feliz, considerando-se a história do capitalismo industrial.

Com o intuito de equacionar o problema a ser enfocado, apresentam-se sucintamente, três abordagens que apontam para transformações marcantes da sociedade atual. São conformações teóricas distintas que priorizam em suas interpretações de mudanças, respectivamente, a informação e a tecnologia da informação; a reestruturação econômica e mudança no regime de acumulação; e a proeminência da cultura na sociedade.

. a sociedade pós-industrial: a sociedade da informação

Uma corrente que prosperou e se ramificou foi a da sociedade pós-industrial, que tem como referência central Daniel Bell, com a publicação, em 1973, do livro *The Coming of Post-industrial Society*.⁽²⁾ BELL (1973, p. 26) estabelece a primazia da economia e da tecnologia, ao afirmar que o “conceito de sociedade pós-industrial lida sobretudo com as mudanças *na estrutura social*,

⁽²⁾ Outros pesquisadores, nos estertores da década de 60 e início da de 70, estavam envolvidos com essa linha de interpretação da sociedade moderna. Deve-se ressaltar que essa abordagem

com a maneira segundo a qual a economia está sendo transformada e como está sendo remanejado o sistema ocupacional, e com as novas relações entre a teoria e o empirismo, particularmente entre a ciência e a tecnologia.”

O desdobramento mais marcante dessa abordagem pós-industrial é a da interpretação da sociedade moderna como sociedade da informação, que passou a dar uma ênfase ainda maior ao conhecimento teórico como fonte de valor e de crescimento da sociedade do futuro. Neste cenário, são fatores propulsores e interligados, que têm ponto marcante nos anos 50, a “explosão documental”⁽³⁾ e o desenvolvimento das tecnologias de informação, que têm sua origem nos anos da Segunda Guerra e no período seguinte, com as descobertas tecnológicas em eletrônica: o primeiro computador programável e o transistor, fonte da microeletrônica, são o verdadeiro cerne da revolução da tecnologia da informação no século XX (CASTELLS, 1999, p.58).

Com o progresso continuado da nova tecnologia eletrônica - microeletrônica, computadores e telecomunicações -, viabilizam-se tanto a maior produção e fluxo de informações (dados, documentos científicos e tecnológicos, mensagens, *chips*, *softwares* etc.) como o melhor tratamento e a maior capacidade de armazenamento e de recuperação da informação. Desenvolvem-se, então, novas capacidades de tratamento, organização e difusão da informação, com o aprimoramento de áreas como as da Biblioteconomia e da Comunicação e o surgimento de novas áreas como a Ciência de Informação, a Informática, a Cibernética etc.⁽⁴⁾ Passa-se da “explosão documental” à “explosão da informação”.⁽⁵⁾

já vinha ganhando popularidade com as obras de Peter Drucker, *The Age of Discontinuity* (1969) e Alvin Toffler, *Future Shock* (1970).

⁽³⁾ A chamada “explosão documental”, localizada na metade do século XX, refere-se à publicação e circulação de milhares de periódicos técnicos, dos quais cerca de cem mil títulos continha resultados de pesquisas relacionados ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia. (ARAUJO, 1994, p.29).

⁽⁴⁾ Pode-se lembrar LYOTARD (1993, p.3) quando assinala que há quarenta anos as ciências e as técnicas ditas de vanguarda versam sobre a linguagem, aí incluindo não só as teorias lingüísticas e a comunicação, mas também “(...) a cibernética, as matemáticas modernas e a informática, os computadores e as suas linguagens, os problemas de tradução das linguagens e a busca de compatibilidades entre linguagens-máquinas, os problemas de memorização e os bancos de dados, a telemática e a instalação de terminais ‘inteligentes’ (...)”.

⁽⁵⁾ A expressão “explosão da informação” nasceu no âmbito científico e tecnológico. BUSH (1945) refere-se ao vigoroso crescimento da informação científica e tecnológica registrada. Hoje, no entanto, sendo a informação considerada de forma mais geral, a referida “explosão” atinge dimensão espetacular.

"A palavra informação entrou na moda na década de 60, virou jargão na década de 70, e seu uso crescente em contextos diversos e polissêmicos não ajudou a clarear nem a firmar um significado inteligível. Seu uso explodiu com o advento dos computadores e das redes e sistemas de computação e de telecomunicação. A década de 80 ampliou a gama de contextos, e a de 90 parece seguir o mesmo rumo." BRAGA (1997, p.11).

KUMAR (1977, p.15) aponta para o perfil ideológico da corrente da sociedade da informação, derivada do pensamento de BELL, que de certa forma dá continuidade à corrente evolucionista anterior:

"O conceito de sociedade de informação ajusta-se bem à tradição liberal, progressivista, do pensamento ocidental. Mantém a fé do iluminismo na racionalidade e no progresso. Seus atuais expoentes pertencem, em geral, ao centro do espectro ideológico. Na medida em que o conhecimento e seu acúmulo são equiparados à maior eficiência e maior liberdade, essa opinião, a despeito de seus pronunciamentos favoráveis a uma mudança radical na organização social, dá prosseguimento à linha de pensamento iniciado por Saint-Simon, Comte e os positivistas."

. a sociedade pós-fordista

Outros enfoques teóricos, no entanto, enfatizam que muitos aspectos relacionados às profundas transformações da sociedade atual vinculam-se às mudanças no modo de funcionamento do capitalismo, desde a década de 70. São destacadas as rápidas e radicais alterações nas tecnologias de produção e nos padrões organizacionais e uma reestruturação dos mercados mundiais, onde se dá o aumento da mobilidade do capital, com o acirramento da concorrência internacional e a conseqüente divisão social do trabalho. Um novo ambiente, onde foram rompidos os vínculos duramente construídos pelos empresários, trabalhadores e Estado na sociedade industrial capitalista, da produção padronizada de bens materiais para consumo de massa.

Postula-se uma alteração no regime de acumulação e no modo de regulamentação da economia. Uma mudança na organização básica da produção industrial, que passa de um padrão fordista para um outro, que lhe sucede, denominado de forma geral, mas não única, pós-fordista. São enfoques,

distintos que apresentam similaridades e diferenças significativas entre si, sendo alguns agrupados em linhas teóricas mais claramente demarcadas, como a “especialização flexível” e a “escola da regulamentação”, que serão abordados posteriormente.

“Modificações no mercado de trabalho, nas regras de negociação coletiva, na reorganização dos departamentos das grandes empresas, nas intervenções de Estado e nas políticas econômicas estão sendo introduzidas de forma tão rápida quanto as inovações puramente tecnológicas. É nesse sentido que se pode dizer que um novo modelo de desenvolvimento, baseado num novo regime de acumulação, está sendo criado.” (BOYER, 1986, p.248).

Assim é que, se no debate da década de 70 falava-se em crise do capitalismo e no da década de 80 falava-se em sua reestruturação e reorganização, no debate da década de 90 já não se tem certeza se a reestruturação trouxe elementos de superação da crise ou se apenas alterou sua configuração. Segundo alguns, passou-se mesmo a considerar a hipótese de que o capitalismo talvez esteja num momento decisivo de sua história. Embora a natureza e a extensão destas mudanças sejam objeto de grandes controvérsias, o fato de que significam algo de fundamental é tema comum de uma vasta bibliografia que se multiplica com rapidez (ARRIGHI, 1996, p.1).

Teóricos como OFFE (1989) e LASH & URRY (1987, 1990) postulam o fim do “capitalismo organizado“, devido a um conjunto de transformações de tempo e de espaço, da economia e da cultura que rompem e deslocam os padrões anteriores. Padrões que se constituíram durante o final do século XIX até meados do século XX, quando ocorreu uma organização da economia, via concentração do capital industrial, seguida rapidamente pela organização de classes e seus interesses na sociedade civil. A organização do Estado surgiu mais tarde, notadamente entre as duas Grandes Guerras. Mudanças econômicas, com fortes efeitos na estrutura ocupacional decorrentes da acumulação de capital, foram subseqüentemente as precondições para a desorganização da sociedade civil (LASH & URRY, 1987, pp.2 e 7).

Outros autores dão ênfase não à desorganização do capitalismo contemporâneo, mas a uma nova coesão. HARVEY (1992) sugere que o capitalismo talvez esteja em meio a uma “transição histórica”, passando do

sistema fordista-keynesiano para um novo regime de acumulação, por ele denominado “acumulação flexível”.⁽⁶⁾ Observa que, a partir dos anos 70, vai tornando cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo-keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo. As dificuldades envolvidas foram sintetizadas por HARVEY (1992, pp.135-6) em uma única palavra: rigidez. Rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa; rigidez nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho; rigidez nos compromissos do Estado com a seguridade social e a defesa. “Por trás de toda rigidez específica de cada área estava uma configuração indomável e aparentemente fixa de poder político e relações recíprocas que unia o grande trabalho, o grande capital e o grande governo no que parecia cada vez mais uma defesa disfuncional de interesses escusos definidos de maneira tão estreita que solapavam, em vez de garantirem, a acumulação do capital.”

. a sociedade pós-moderna

Afora as abordagens sucintamente descritas, uma outra, a do pós-modernismo, toma vulto. Considera-se sua origem nas transformações cultural e estética, nas artes plásticas, na literatura, na música e na lingüística, em oposição ao modernismo: movimento cultural que surgiu no Ocidente em fins do século XIX, tendo ele mesmo já se constituído em seus primórdios, e em muitos aspectos, numa crítica à modernidade. É, pois, em contraste com um modernismo do período mais recente dos pós-guerras (“universal” ou “alto”), que surge o pós-modernismo cultural, que, posteriormente, se desdobra e se transforma numa crítica generalizada à modernidade.

A abordagem pós-moderna, passando a envolver diversas áreas do conhecimento, torna-se, então, um campo de opinião e de forças teóricas complexas e mesmo conflitantes. Assim, há autores que postulam o caráter cultural do pós-modernismo, enquanto outros o vêem de forma mais abrangente, propondo, então, que a sociedade seja pós-moderna. Em todos os enfoques, é

⁽⁶⁾ Aponta o autor (p.119) que o colapso daquele sistema, a partir de 1973, iniciou um período de rápida mudança, de fluidez e de incerteza, muito embora não esteja totalmente claro se os novos elementos dos sistemas garantam um novo regime de acumulação e um novo modo de regulamentação. Porém, acredita o autor que os contrastes entre as práticas político-econômicas

marcante a dimensão cultural. Como observa JAMESON (1996, p.74), embora a cultura não seja mais dotada da autonomia que teve em momentos anteriores do capitalismo, ocorre hoje sua explosão: “uma prodigiosa expansão da cultura por todo o domínio do social, até o ponto em que tudo em nossa vida social - do valor econômico e do poder do Estado às práticas e à própria estrutura da psique - pode ser considerado como cultural, em um sentido original que não foi, até agora, teorizado. No pós-modernismo, o processo de modernização completou-se, e a natureza se foi para sempre. A cultura tornou-se uma verdadeira segunda natureza”. Aponta que a cultura tornou-se um “produto por direito próprio” e que o processo de consumo cultural não é mais simplesmente um apêndice, mas a própria essência do funcionamento capitalista.

De distintos e amplos escopos teórico, conceitual e mesmo ideológico são as interpretações do pós-modernismo, cujo significado fundamental, ou pelo menos inicial, é que a modernidade acabou. Isso não quer dizer, entretanto, que se vive em uma era inteiramente nova. Como assinala KUMAR (1997, p.79), o pós-modernismo é um “conceito de contrastes”, pois tira seu significado tanto do que exclui ou alega substituir quanto do que inclui ou afirma em qualquer sentido positivo. O “pós” de pós-modernidade é ambíguo. Pode significar o que vem depois, o movimento para um novo estado de coisas, por mais difícil que seja caracterizar esse estado tão cedo assim. “Ou pode ser mais parecido com o *post-mortem*: exéquias realizadas sobre o corpo morto da modernidade, a dissecação de um cadáver. O fim da modernidade é, segundo essa opinião, a ocasião de refletir sobre a experiência da modernidade; a pós-modernidade é esse estado de reflexão. Neste caso, não há uma percepção necessária de um novo começo, mas apenas um senso algo melancólico de fim.” São duas visões extremadas, incluindo-se entre elas outras variantes/nuanças, porém todas têm algo em comum: partem de alguma concepção de moderno, ou seja, o pós-modernismo está sempre referido a alguma idéia particular de modernidade.

da atualidade e as do período de expansão do pós-guerra são suficientemente significativas para justificar a hipótese de uma passagem do fordismo para a acumulação flexível.

1.2.2 Estabilidade e certeza: contexto anterior

A menção a tanta transformação que vem caracterizar a época atual como “uma época de grande turbulência, de equilíbrios particularmente instáveis e regulações particularmente precárias” está relacionada a uma anterioridade onde prevaleciam condições de maior estabilidade e equilíbrio. Esta referência corresponde ao período que inicia sua formação no final século XIX, passando pelas guerras mundiais, e vai até o final da década de 60 ou início da de 70. Tal delimitação é feita a partir de distintos propósitos de análise, e vem recebendo diferentes denominações e subdivisões.

WAGNER (1994, p.73), denominando o referido período de modernidade organizada, observa que, em termos macro-sociológicos, graus de estabilidade e certeza foram alcançados em relação a uma situação anterior (“modernidade liberal restrita”) e a situação atual (“modernidade liberal estendida”), onde graus de instabilidade e incerteza passam a predominar. A modernidade organizada é o período marcado pelo desenvolvimento, pela proliferação e pela estabilização de tecnologias industriais de produção e de distribuição em massa, que propiciaram a expansão capitalista centrada na formação da empresa oligopolista, apoiada pela política protecionista do Estado moderno. Incluiu, ainda, a forte atuação do Estado, tanto no campo social (o Estado de bem-estar) como no mercado, destacando sua intervenção na regulação e na institucionalização dos conflitos entre capital e trabalho. É marcado, também, por conquistas sociais e políticas da classe trabalhadora, traduzidas em melhores condições de trabalho e participação política. Correspondeu a um período de legitimação e institucionalização de práticas sociais, que passam a interagir de maneira coerente e abrangente, convencionalizando-se.

LASH & URRY (1987), seguindo a linha teórica de OFFE (1989) e tendo como foco central de análise as mudanças ocorridas no processo de acumulação do capital, apontaram também naquela direção, tendo caracterizado o período como do capitalismo organizado. A configuração “organizada” da economia, aliada à formação de uma nova concepção de práticas sociais de trabalho e de consumo, dela decorrente, vieram a constituir um novo e abrangente conjunto de regras sociais.

HARVEY (1992, p. 117), considerando o regime de acumulação fordista do período anterior, destaca as complexas inter-relações, hábitos, práticas

políticas e formas culturais que permitiram que um sistema capitalista altamente dinâmico, e, em consequência, instável, tivesse adquirido “suficiente semelhança de ordem para funcionar de modo coerente ao menos por um dado período de tempo.” Observa, então, que o colapso daquele sistema, no início dos anos 70, iniciou um período de rápida mudança, de fluidez e de incerteza. Emerge um novo regime de acumulação, apoiado em novos sistemas de produção e *marketing*, caracterizados por processo de trabalho e mercados mais flexíveis, forte mobilidade geográfica e rápidas mudanças nas práticas de consumo. Por outro lado, floresce um novo modo de regulamentação, apoiado no renascimento do empreendedorismo e do neoconservadorismo, associados à virada cultural para o pós-modernismo.

Ao período anterior, da modernidade organizada, como querem uns, do capitalismo organizado ou regime de acumulação fordista-keynesiano como querem outros, corresponderam a legitimação e a estabilização de uma nova ordem social. Ocorreu, então, uma forte formalização de práticas sociais.

Constituiu-se, assim, um contexto favorável ao crescimento da produção estatística, uma vez que fenômenos sociais interagindo de forma coesa e articulada facilitavam a representação social - base da construção das estatísticas. Isto é, a convencionalização de práticas sociais legitimadas e estabilizadas favoreceu a construção e a estruturação de categorias estatísticas que passaram a contar com representações, definições e classificações dotadas de consenso social.

1.2.3 A produção estatística oficial: o sistema de informação estatística

A produção estatística passa a ganhar relevância e consistência com o desenvolvimento do Estado moderno. O crescimento do forte aparato administrativo estatal, para monitoramento e controle social, levou a uma crescente geração de informação para conhecimento, planejamento e ação social e administrativa.

As crescentes intervenções e regulações do Estado moderno nacional, buscando dinamizar o crescimento econômico e controlar e reduzir seus efeitos sociais perversos, passam a instituir inúmeras regras administrativas e legislações específicas. Por outro lado, o planejamento e a ação do Estado

necessitavam, também, ser monitorados adequadamente. Estes fatores contribuíram de forma decisiva para o aumento da produção de estatísticas.

Além disso, novas e poderosas técnicas capazes de produzir conhecimento estatístico foram desenvolvidas, vindo a constituir um novo campo de conhecimento, a Ciência Estatística. O desenvolvimento do modelo de representatividade baseado nas técnicas amostrais de seleção aleatória viabilizou uma maior geração de estatísticas (com representatividade) em nível nacional, nível este que melhor se adequava ao planejamento, que era também nacional, o que impulsionou a demanda e a oferta de informações estatísticas neste nível.

Outro fator marcante no incremento das estatísticas nacionais foi a estruturação de sua produção, organização e sistematização em órgãos oficiais centrais. Isto possibilitou a construção de categorias, agregados e classificações estatísticas mais homogêneas - em níveis regional, nacional e internacional -, as denominadas **estatísticas oficiais**.

Assim, um processo de produção de informações socioeconômicas, articulado pelo aparato do Estado - em nível nacional e de forma centralizada -, gerado por técnicas estatísticas a partir de pressupostos da ciência social positivista, no contexto da sociedade moderna organizada, foi, então, institucionalizado. Daí originaram-se a construção e a consolidação de um determinado **sistema de informação estatística - SIE**. Tal sistema pode ser visto como uma organização social específica desta sociedade e compreende o conjunto de informações estatísticas oficiais, coletadas, tratadas, organizadas, analisadas e disseminadas por um órgão estatístico central, ⁽⁷⁾ visando ao conhecimento da realidade econômica e social do País.

A formalização do conhecimento proveniente das estatísticas oficiais traz, em sua estrutura, a representação de uma sociedade moderna industrial, a qual os SIEs se instrumentalizaram, conceitual, metodológica e operacionalmente, para apreender muitas de suas características e formas de funcionamento.

⁽⁷⁾ No caso brasileiro, trata-se do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, criado por legislação oficial específica e definido como órgão coordenador e principal produtor do Sistema Estatístico Nacional - SEN. Integram o SEN os órgãos e entidades da administração pública direta e indireta, dos âmbitos federal, estadual e municipal, produtoras de estatísticas.

“(...) sempre que determinados saberes são formalizados e instituídos, outros saberes são bloqueados. Trata-se de um movimento que esconde e revela, e, ao fazê-lo, impede o surgimento de determinadas informações, que ficam adormecidas e até mesmo, em sua forma mais radical, destruídas. Ao mesmo tempo, este movimento torna visível um conjunto de saberes que circulam e comunicam (tornam comum), se instituem ou se reinstituem, retornam”. (MAGALHÃES COSTA, 1998, p.38).

O que se tenciona mostrar é que as grandes transformações em curso na sociedade atual vêm alterando de forma significativa muitas das práticas econômicas e sociais vinculadas àquele tipo de organização social industrial, cuja representação é o arcabouço conceitual central das estatísticas oficiais.

Nesse cenário, questiona-se a aderência de categorias estatísticas, anteriormente sólidas, coesas e articuladas, na mensuração de fenômenos atuais não mais regidos pela lógica (da produção) industrial do período anterior. Perda de aderência esta decorrente do desencaixe conceitual acarretado pela difusão de formas de produção mais flexíveis e desreguladas, pelas novas tecnologias da informação e da comunicação e pelo crescimento de uma produção imaterial, cultural e/ou informacional. Com a perda da centralidade da produção de bens materiais, reduz-se, também, a abrangência dos sistemas de informação estatística, dada a maior dificuldade de se captarem atividades, objetos e artefatos não-materiais hoje fundamentais na sociedade.

Na abordagem orientada para o sistema (*system oriented approach*) dos SIEs, em que o ponto de vista da fonte prevalece fortemente sobre o do destino, a avaliação do próprio Sistema é, em geral, fechada em si mesma. O que, se, por um lado, facilita aspectos relacionados ao funcionamento do Sistema: geração, seleção, armazenamento, processamento e representação de informação, por outro dificulta o acesso, a transmissão, o entendimento, a assimilação e a crítica das informações, isto é, aspectos relacionados aos usuários. ⁽⁸⁾ A avaliação é, então, freqüentemente promovida por órgãos internacionais e institutos de pesquisas especializados, que buscam, através de

⁽⁸⁾ Existe “(...) uma zona de tensão no domínio funcional do sistema. Sendo do alcance do sistema o domínio de suas variáveis controladas, só seria possível equacionar sua função de ‘otimização de um processo de informação’ em sua interioridade e conforme os ‘filtros’ resultantes da linguagem e as representações sistêmicas. Ao mesmo tempo, a realização de sua função só se completa em um contexto de ação que lhe é externo e tem seus próprios ‘jogos’ de linguagem e

uma estreita comunicação entre os órgãos nacionais, a comparabilidade das estatísticas oficiais, no tempo e no espaço - harmonização das estatísticas. É um processo que não facilita a avaliação do conteúdo (novos recortes e direcionamentos) da produção estatística oficial, diante da nova realidade social.

Nesse sentido, cabe especial destaque às palavras do então presidente do *ISTAT*, o Instituto de Estatística Italiano, órgão central do *SISTAT*, o Sistema Estatístico Italiano:

“Impõe-se uma revisão profunda em nossas pesquisas na tentativa de fazer coincidirem as nossas quantificações com as exigências de conhecimento dos cidadãos e da nossa classe política. [Leia-se com as exigências do contexto social atual.] Ao fazer isto, devemos combater dois inimigos que estão dentro dos estatísticos: o primeiro é a tendência de continuar a medir, e sempre melhor, fenômenos que já perderam importância; e o segundo é o que nos empurra, na presença de fenômenos relevantes que podem ser medidos com dificuldade, a medir a coisa errada unicamente porque pode ser medida de modo tecnicamente justo.” (REY, 1986, p.262).

Não menos importante é também “nossa” observação (Departamento de Indicadores Sociais - IBGE) no âmbito da produção de Indicadores Sociais, nos idos de 1975:

Queremos entretanto enfatizar que nos parece que o conceito de Indicadores Sociais não deve estar vinculado a uma perspectiva quantitativa que limite a pesquisa sociológica apenas ao que é mensurável, mas ao que é relevante. cremos que muitas vezes teremos que optar entre uma medida sofisticada de um conceito menos fecundo e uma medida bruta de um conceito relevante. Há ainda muito que se fazer no sentido de tornar o que é relevante mensurável. (ARAUJO COSTA, 1975, p.171).

É, pois, sob esta ótica que se declara a hipótese a seguir:

representação, com os quais constroem suas próprias dinâmicas de informação.” GOMEZ (1990, p.118).

1.3 HIPÓTESE

Considerando que:

. diversas abordagens teóricas vêm caracterizando a sociedade atual como em fase de transição, de uma sociedade capitalista, industrial, de caráter nacional para um outro tipo de sociedade, pós-industrial, pós-fordista ou pós-moderna; passando-se de uma economia centrada na produção industrial de bens materiais para uma economia onde ganha relevo uma produção não-material, cultural, de informação & conhecimento e de signos & imagens;

. o contexto da sociedade industrial nacional foi de maior estabilidade e certeza, tanto em nível societal como da produção científica do conhecimento; onde prevaleceu o (olhar) econômico sobre o cultural, acarretando uma visão de modernidade industrialista e racionalista;

. a produção de informação estatística oficial - gerando o sistema de informação estatística - teve origem e maturação de sua configuração no contexto da sociedade industrial nacional, a qual busca apreender e da qual guarda as características;

É levantada a seguinte hipótese:

As grandes transformações que marcam a sociedade atual não encontram contrapartida na realidade “retratada” pelas estatísticas oficiais, cujas categorias operacionais e classificações “estáveis”, “harmônicas”, refletem um corpo conceitual cujos pressupostos teóricos representam a sociedade industrial nacional. Assim, fenômenos que ganham centralidade no contexto atual - cultural, de conhecimento & informação e de signos & imagens - ou não são contemplados pelo sistema de informação estatística ou são por ele apropriados a partir da lógica de representação da sociedade anterior, o que os desfoca.

2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

2.1 UM “MOSAICO METODOLÓGICO”

Como aponta KAPLAN (1975, p.29), uma lógica reconstruída é útil para tornar clara uma unicidade que existe sob a multiplicidade de métodos, técnicas, abordagens e reflexões particulares utilizadas em uma investigação. “Mas, a simplicidade de qualquer reconstrução, de qualquer método, não deve ser dirigida a privar-nos da consciência da complexidade de um processo de investigação, quando tomado como um todo.” Neste sentido, chama atenção para a observação de P.W. Bridgman, segundo o qual o “cientista não tem outro método senão o de empenhar-se ao máximo”.

No quadro de complexidade desta investigação, que trata da produção das estatísticas oficiais na (des)ordem social atual, deve-se enfatizar a não adoção de um método único. A complexidade do campo de observação e dos construtos teórico-conceituais e definições operacionais (base da construção das estatísticas) envolvidos, e em modificação, levou a um “mosaico metodológico” (MALUF, 1997, pp.65-77 e 1993, pp.540-60). Assim, para trilhar o percurso traçado - da hipótese à conclusão -, diferentes segmentos metodológicos convergem no tratamento do problema proposto, tendo como linha mestra a explicação.

O objetivo da pesquisa científica não é somente descobrir e descrever eventos e fenômenos, mas também, e mais importante, explicar e entender por que estes eventos e fenômenos acontecem como acontecem (EDWARDS, 1967, v.3, p.159). A explicação é, pois, uma das mais importantes funções da ciência, tendo, no entanto, conceituação bastante difícil e controvertida. Como assinala TAYLOR (1970, p.1), “há várias teorias sobre o que realmente é uma explicação, sobre como uma explicação deve ser. Alguns autores argumentam que nenhuma explicação é digna do nome, a não ser quando diz o objetivo das coisas; outros argumentam que uma explicação completa e adequada para as coisas deva ser dada em termos de leis da natureza que governam o comportamento da matéria. Uns afirmam que explicar é realmente descrever; para outros, a explicação genuína envolve ir além da descrição. O objetivo da explicação é considerado por alguns a compreensão e por outros a possibilidade de prever e controlar eventos.”

Aponta KAPLAN (1975, pp.336-7) que a explanação é, muitas vezes, posta em contraste com a descrição, devido ao fato de dizer não apenas o que acontece, mas por que acontece. Sugere, então, que a explanação pode ser vista como uma descrição concatenada. Não invoca algo além dos fatos ou leis já descritos, mas os relaciona entre si. Em virtude desta concatenação, cada um dos elementos que está sendo descrito brilha, por assim dizer, com luz que se reflete em todos os outros elementos; e, por se concentrarem todos em um foco comum, lançam luz sobre o que está sendo explicado.

Neste quadro, KAPLAN (p.340) sugere o “modelo-padrão” para acomodar a explanação. Este modelo consiste em encaixar algo a um padrão já existente. “Compreendemos algo ao identificá-lo como parte específica de um todo organizado.” (p.341). Porém, enfatiza o autor que a tarefa da explanação é, também, encontrar, criar novos padrões, nem sempre através de dados novos, mas atribuindo-lhes significado, através de novas leituras. Contrapõe este modelo ao modelo dedutivo, sugerindo que cada um desses modelos pode ser de aplicação universal, isto é, cada um pode oferecer uma versão de todas as explicações que o outro abrange. “Da natureza do padrão integral e de algumas de suas partes, podemos deduzir as outras; e, inversamente, uma relação dedutiva poderá ser encarada como constituindo um padrão cognitivo.”

Tenciona-se, assim, abordar a questão do desencaixe conceitual atual da produção de estatística oficial “iluminando” elementos - informacionais, pós-fordistas, pós-modernos - que se conectam e desfocam a base conceitual daquela produção. Espera-se, pois, que a luz jogada sobre esses elementos possa se refletir sobre os outros - da construção estatística atual - e propiciar, então, a explanação almejada. Procura-se, assim, compreender “algo” identificando-o como parte específica de um conjunto organizado.

O estudo realizado é, pois, uma construção de natureza discursiva, uma análise qualitativa e explanatória, que contrapõe a ordem da produção das estatísticas oficiais a uma não-ordem - “um mosaico” - de observações sobre o momento atual, onde se encontram modificadas as condições sociais a partir das quais foi estruturada tal produção. Nesta busca explanatória, o estudo

apoia-se, em grande medida, em pressupostos do método dialético, da abordagem histórico-comparativa e da teoria das estranhezas.⁽⁹⁾

Da visão dialética pode-se destacar, em seus primórdios, com Heráclito (aproximadamente 540-480 a.C.), a introdução da noção de mudança, de movimento e de alteração contínua. A constatação de que por meio de conflito tudo se altera.⁽¹⁰⁾ Como método de investigação científica, os princípios comumente identificados e aceitos são: da ação recíproca - tudo se relaciona; da interpenetração dos contrários - aspectos contraditórios são organicamente unidos e constituem a indissolúvel unidade dos opostos; da mudança dialética (negação da negação) - o desenvolvimento se processa em espiral, com a repetição em estágios superiores de certos aspectos e traços de estágios inferiores; da passagem da quantidade à qualidade - mudança qualitativa. (LAKATOS & MARCONI, 1986, pp.70-8 e GIL, 1991, pp.31-3). Daí a “necessidade de avaliar uma situação, um acontecimento, uma tarefa, uma coisa, do ponto de vista das condições que os determinam e, assim, os explicam.” (LAKATOS & MARCONI, 1986, p.74). Por tais princípios, para se conhecer um objeto é preciso estudá-lo em seus aspectos abrangentes, suas relações e conexões. A dialética é contrária a todo conhecimento rígido. “Tudo é visto em constante mudança: sempre há algo que nasce e se desenvolve e algo que se desagrega e se transforma.” (GIL, 1991, pp.31-3).

No presente estudo, foi utilizado intensamente um movimento interpretativo em pontos e contrapontos, com relação tanto às configurações sociais distintas referente aos dois grandes momentos temporais delimitados, quanto às abordagens utilizadas para a apreensão das transformações da sociedade atual. Um enfoque em espiral, não-linear e não-cronológico.

⁽⁹⁾ São, certamente, categorias metodológicas de níveis distintos: método (o dialético), no que se refere a sua inspiração filosófica; métodos de procedimento no que se refere a etapas mais concretas de investigação (o histórico e o comparativo); e teorias. Daí o “mosaico metodológico”, expressão pertinente ao campo teórico da Teoria das Estranhezas (MALUF, 1997 e 1993).

⁽¹⁰⁾ Até o Renascimento, a dialética permanece num segundo plano, até atingir o apogeu com Hegel, antes de sua transformação por Marx. Hegel postula que no universo nada é isolado, sendo tudo movimento e mudança. Tudo depende de tudo e, assim, volta à dialética de Heráclito. Hegel, idealista, dá importância primeira ao espírito e faz uma concepção de movimento e mudança a partir desta ótica. O espírito e o universo estão em perpétua mudança, mas são as mudanças do espírito que determinam as da matéria. Marx e Engel propõem a dialética materialista e modificam a relação. O pensamento e o universo estão em perpétua mudança, mas não são as mudanças das idéias que determinam as das coisas. Ao contrario, as idéias modificam-se porque as coisas se modificam (LAKATOS & MARCONI, 1986, p.74).

Com a Teoria das Estranhezas (MALUF, 1997 e 1993), tencionou-se o tratamento das questões propostas através de uma linguagem sem exigência de ser mensurável - adimensional e não-quantitativa. Uma linguagem não-redutora para as complexidades não-físicas, que foge às exigências de *mensurabilidade* imposta pelo fisicalismo. Uma visão de mundo alternativa, não-rígida, não-fechada, não-fisicalista - um contraponto fluido. “Tal abordagem busca, pois, uma outra linguagem que permita falar a respeito da inseparabilidade entre aspectos, quer de oposições, quer de diversidades e diferenças.” (PORCARO, SILVA e GUIMARÃES, 1994, p.3).

Ao abandonar a mensurabilidade, Maluf introduz as noções de “isomorfos” e “mosaicos de isomorfos”, que passam a substituir, respectivamente, elementos e sistema. Mosaico de isomorfos permite que se intua uma idéia geral de dinamismo não-circular, em aberto, não-fechado, dotado, por isso mesmo, de uma indiferença no espaço e no tempo, que lhe assegura uma plasticidade global e local - “afinidade estrutural”. É esta “afinidade estrutural” que torna o mosaico ubíquo, não-linear (MALUF, 1993, p.283). Porém, adverte o autor que propor “uma concepção alternativa [à concepção sistêmica] não implica uma substituição indiscriminada; domínios do conhecimento especializado, nas áreas humanas, já lhe consagraram o uso, de modo que propor-se-lhe a substituição por ‘mosaicos de isomorfos’ poderia soar, até, como uma pretenciosa alternativa.” (MALUF, 1997, p.66).

Corroborando com a visão de Maluf, muitos estudos vêm apontando dificuldades envolvidas no uso da concepção sistêmica (fora da área da engenharia). A visão sistêmica teve uma absorção extraordinária em diversas áreas do conhecimento, inclusive na Ciência da Informação, e até mesmo no dia-a-dia das pessoas (senso comum). ⁽¹¹⁾ O uso da idéia de sistemas passou a ser indiscriminado tornando-se, muitas vezes, “resposta” definitiva para muitos problemas. A Ciência da Informação incorporou a noção de sistema e

⁽¹¹⁾ Cabe lembrar Maciel (1972, p.3), quando aponta que “a noção de sistema é bastante primitiva, no sentido de que não se deixa facilmente definir em função de conceitos mais simples. Como toda noção primitiva, trata-se de um conceito de grande extensão. Quer dizer, aplica-se a quase tudo que existe e é complexo e organizado”. Neste sentido, Churchman (1968, p.243) sugere que “todos os definidores estão de acordo que sistema é um conjunto de partes coordenadas para realizar um conjunto de finalidades.”

materializou-a nos “Sistemas de Recuperação da Informação” ⁽¹²⁾ - SRIs, vistos como instituições que coletam, organizam e disseminam documentos, com a finalidade de “maximizar” o uso da “informação”. Nesta área, o debate sobre a adoção dessa noção está em curso através de vários trabalhos. ⁽¹³⁾

Aponta PEREIRA (1994, p.22) que a abordagem sistêmica traz, *a priori*, embutida em si, uma redução do universo que ela enfoca, na medida em que desconstrói este universo, fragmentando-o, para reconstruí-lo, através de um modelo que passa a se confundir com a própria realidade, substituindo-a.

“O sistema, ao modelar a realidade, cria dois tipos de desvios: o que está abrangido no modelo - desvio de outras percepções possíveis - e o que não está abrangido pelo modelo - o que está fora, o não incluído, o não considerado. A abordagem sistêmica engendra, institucionaliza esses desvios, pois decompõe o universo e o aprisiona em componentes, características, objetivos e prioridades; e o dicotomiza em aquilo que pertence e aquilo que não pertence ao sistema. Esconde, no modelo, quaisquer outras relações internas ou quantas outras externas forem possíveis, que não estiverem definidas na sua composição. Mutila, ao não dar conta do real, tomando a parte pelo todo.” (PEREIRA, 1994, p.22).

Ao adotar pressupostos da abordagem das “estranhezas” - mosaicos de isomorfos -, abandona-se o enfoque sistêmico, da reconstrução do todo pela interligação de suas partes através de um racionalismo fechado em si mesmo. Opta-se, pois, por uma visão metodológica que, além de “contrária a todo conhecimento rígido”, traz consigo uma clara opção epistemológica pelo “fim das

⁽¹²⁾ Quando do nascimento (onomástico) da Ciência da Informação, em 1962, na Conferência do *Georgia Institute of Technology*, o encontro da “Recuperação da Informação” com “Sistemas” já havia ocorrido (em 1960, a *National Library of Medicine*, EUA, criou o MEDLARS - *Medical Literature Analysis and Retrieval System*). Daí, em função da utilização crescente da automação (onde os sistemas predominam), a adoção da expressão “Sistema de Recuperação da Informação” se deu quase espontaneamente, não tendo sido motivo de grande reflexão (PEREIRA, 1994, p.22).

⁽¹³⁾ “(...) a área, talvez por falta de uma visão consolidada sobre os fenômenos informação e sistema de informação, tenha adotado e popularizado as designações de SI e SRI, gerando, assim, uma confusão entre o objeto trabalhado, isto é, documentos, textos e mensagens e o possível efeito de seu conteúdo sobre um eventual usuário, ou seja, a informação propriamente dita.” (ARAUJO, 1994, p.84). Neste âmbito de discussão, considera-se que “documento não contém informações (ou as contém apenas potencialmente); estas só se dão no interior do cérebro, na estrutura cognitiva do indivíduo, e apenas na medida em que a alteram.” (PEREIRA, 1994, p.41).

certezas” (MALUF, p. 56). Nesta epistemologia, busca-se uma desvinculação dos cânones euclidianos (espaço) e newtonianos (tempo) de ordem.⁽¹⁴⁾

“Atualmente a ciência tende a questionar o mecanicismo e o fisicalismo, a transitar pela teoria quântica e a se aventurar na dinâmica não-linear da teoria do caos. A ciência contemporânea busca uma mudança de mentalidade, seja tentando derrubar os dogmas, aproximando a ciência do senso comum, seja negando a certeza, a estabilidade, a predição, a precisão, a determinação, enfim todos os atributos da ordem, e, conseqüentemente, negando o princípio da verdade eterna e absoluta. Nesta busca de formas alternativas de conceber o processo científico e de interpretar a realidade surge a Teoria das Estranhezas, uma das possibilidades de reanálise e redimensionamento da Ciência.” (PORCARO, SILVA e GUIMARÃES, 1994, p.2).

Finalmente, pode-se dizer que a pesquisa é, também, exploratória. Não apenas por se propor a explicar de forma não-ordenada, caótica e “estranha” uma concepção sistêmica, solidamente constituída, ordenada e harmônica - as estatísticas oficiais -, mas por questionar pressupostos de tal concepção.

Uma opção metodológica, de certa forma, um tanto paradoxal, pois guarda características fundamentalmente distintas do objeto observado: um olhar fluido, não-rígido, caótico, não-simétrico, dirigido à visão sistêmica das estatísticas oficiais, que envolve um quadro de certeza, estabilidade, comparação, harmonização, padronização, simplificação, linearidade, unicidade.

⁽¹⁴⁾ “A idéia de causalidade, presente em quase todas as leis e teorias científicas, é uma das mais fortes na ciência, senão a mais forte: a uma causa segue-se um efeito. Essa linearidade só vai ser rompida no século XIX por Gauss, Lobachevsky e Bolyai, que criaram as geometrias não-euclidianas (bem mais adequadas às experiências do dia-a-dia), confirmadas posteriormente pela relatividade: observadores diferentes podem perceber a mesma seqüência de acontecimentos numa ordem cronológica diferente - e esta é uma ruptura radical com a visão newtoniana de um tempo uniforme.” (BRAGA, 1997, p.5)

2.2 ESCOPO DA PESQUISA

2.2.1 A (re)construção

As estatísticas são representações numéricas da realidade a qual buscam mensurar. Em seu processo de construção, apoiam-se em interpretações teóricas que modelam aspectos da realidade e *passam a criar seus próprios modelos de interpretação do real*. As estatísticas que buscam apreender a realidade social guardam, pois, em sua configuração numérica, uma certa visão de mundo, o que as restringe ao contexto que as referencia.

Assim, considerou-se fundamental na formulação da hipótese a demarcação de dois períodos de tempo, por se constituírem em configurações sociais - econômica, política, cultural e tecnológica - distintas às quais correspondem fases diferenciadas do desenvolvimento das estatísticas oficiais.

O primeiro período delimitado compreende a sociedade industrial de caráter nacional onde se deram a construção, a solidificação e a reificação das estatísticas oficiais. O segundo corresponde à sociedade atual - da informação, pós-fordista ou pós-moderna - marcada por grandes transformações sociais, onde, apesar de ajustes e aprimoramentos realizados, se pode dizer que as estatísticas oficiais continuam a apoiar-se, em sua construção, nos modelos de interpretação do período anterior. *São, portanto, dois momentos sociais distintos representados através dos mesmos recortes interpretativos*.

Para o primeiro período, optou-se por uma análise de cunho abrangente de aspectos econômico-social, científico-técnico e político-institucional, responsáveis por uma configuração social muitas vezes designada “organizada”, que favoreceram a construção e a representação das estatísticas oficiais, vindo a se estabelecer um paradigma para elas.

Já o segundo período foi analisado sob a ótica das transformações que sacodem a sociedade contemporânea. É um período comumente caracterizado como de incerteza, fragmentação, flexibilização, pluralização e instabilidade, onde não há nem um paradigma que sirva de ponto de apoio à sua melhor compreensão e nem um distanciamento para a sua observação. Além disso, considerando-se a própria natureza do problema defrontado, em função do posicionamento frente a ele: *tentativa de captar o “descarrilamento de dentro do trem”, enquanto ele segue em velocidade*, optou-se por olhar esse processo de mudança social através da leitura, seletiva e direcionada, de três distintas

abordagens: a da sociedade da informação, a da sociedade pós-fordista e da sociedade pós-moderna, nas quais se inserem diversos enfoques.

A partir da leitura de cada uma das abordagens, a seu tempo e modo, o procedimento seguinte foi, então, o de contrastar fatores propulsores de mudanças por elas destacados a aspectos conceituais e operacionais centrais das estatísticas oficiais. Através desse rebatimento, procurou-se perceber diferenças - o “descarrilamento” - entre os pressupostos que dão forma a essas visões da sociedade e aqueles pertinentes aos modelos estatísticos atuais, do primeiro período. Buscou-se enfatizar *desajustes ou desencaixes conceituais decorrentes de se mensurar um nova situação a partir de velhos modelos*.

É, pois, nesse âmbito de discussão que se justifica o amplo espectro de visões das transformações sociais apresentado, sistematizadas segundo seus modelos interpretativos, apontando assim para seus respectivos contextos teóricos de mudanças.

Esse procedimento metodológico levou a uma análise longitudinal e abrangente, envolvendo, por um lado, aspectos teóricos centrais das abordagens consideradas e, por outro, a relação destes com as estatísticas oficiais. Criou-se, assim, um fluxo caótico e inter cruzado - “um estranho mosaico” - de observações. Não se tem, pois, um ponto fixo ou um ângulo preferencial de análise, ao contrário, são vários pontos, ou, muitas vezes, o mesmo ponto, abordados sob ângulos mais ou menos distintos, mais ou menos convergentes. Daí se considerar o enfoque apresentado mais sugestivo que definitivo, mais exploratório-explicativo que empírico, e mais direcional e propositivo que conclusivo.

2.2.2 As estatísticas oficiais

Um aspecto metodológico importante, para fins de delimitação do escopo do trabalho e melhor compreensão de seu contexto, diz respeito à informação estatística aqui tratada.

Coube ao primeiro período a organização da produção de informações estatísticas em órgãos centrais governamentais, que passam a coletar, tratar, sistematizar, armazenar, analisar e disseminar essa informação estatística.

Estes órgãos, de maneira mais ou menos centralizada, ⁽¹⁵⁾ tornam-se, então, os principais produtores e/ou coordenadores das estatísticas oficiais,⁽¹⁶⁾ vindo a receber denominações, a critério de cada país, de Agência (*Bureau*), Instituto, Direção, Escritório, Departamento ou Serviço de Estatística; para os fins deste trabalho, serão designados Agência.

As Agências respondem, pois, pelo que se produz, como se produz, isto é, como se representa e se mensura, o que, certamente, determina o que e como se analisa. Neste sentido, observa HABERMAS (apud GIL, 1991, p. 48) que por trás dos métodos empíricos analíticos existe um interesse cognitivo - o de controle instrumental - que “prejulga o significado de determinados conceitos, interferindo, assim, não só na construção das teorias como também na maneira como elas são tratadas.”

Essas Agências, em sua produção e sistematização de estatísticas, recebem orientações e recomendações conceituais e metodológicas de organismos internacionais, que buscam harmonizar as estatísticas com o propósito de comparação entre nações. Isso marca a concepção das estatísticas geradas, que se estruturam sob padrões bem-definidos. Como observa DESROSIÈRES (1992, pp.171-2) a estatística foi um dos primeiros domínios científicos para os quais foram realizados esforços de normatização internacional dos métodos de observação. ⁽¹⁷⁾ São organizações mundiais fortes, com grande

⁽¹⁵⁾ A estrutura organizacional institucional de produção estatística pode ser mais ou menos centralizada, dependendo da opção política de cada país. Trata-se de ajustar as vantagens e os riscos da centralização x descentralização. “Se o *bureau* de estatística é muito próximo dos planejadores e analistas governamentais corre-se o risco de tornar-se sectário. Por outro lado, se muito isolado das considerações políticas o *bureau* de estatística pode ser percebido e tratado como ... uma mera fábrica de números.” MARTIN (apud STARR, 1987, p.26).

⁽¹⁶⁾ Canadá, Austrália e Holanda possuem estruturas organizacionais bastante centralizadas, com um único órgão e muita independência política. Possuem, também, estruturas centralizadas muitos países europeus como a Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia e Itália, sendo, no entanto, descentralizadas nos Estados Unidos, na Alemanha e na Inglaterra. A França não é centralizada mas é bastante integrada. (*The good statistics guide*, 1993, p.63). Dos países do Mercosul, o Brasil é o mais centralizado, os outros países, embora possuam Direções Gerais, que respondem pelas pesquisas mais significativas, parcela relevante da agenda de levantamentos estatísticos é desenvolvida por outras agências governamentais. Cabe a Argentina o sistema mais descentralizado. (GUIMARÃES, 1993, p.256).

⁽¹⁷⁾ Assinala o autor que já em 1884 havia sido criada uma organização internacional, *Internacional Statistics Institute - ISI* nos moldes das sociedades científicas, com forte orientação técnica. Até 1920, a organização foi um local de discussão dos problemas de registro e de classificação, e suas opiniões em matéria de normatização eram conferidas de grande autoridade, o que facilitava a sua difusão. Posteriormente, com o desenvolvimento da Ciência Estatística (tratado na Seção 3.4), o *ISI* torna-se um lugar de discussão de métodos estatísticos. A partir de 1920, com a criação da *International Labour Organization - ILO* e da Sociedade das Nações - *SDN*, as

poder de pressão, como as do pós-guerra: a *United Nations* (com a *Statistics Division*, a *Food Agriculture Organization - FAO* e a *United Nations Educational Scientific and Cultural Organization - UNESCO*), o *World Bank*, o *International Monetary Fund - IMF*, o *General Agreement on Tariffs and Trade - GATT* e a *Organization for Economic Cooperation and Development - OECD*; outras mais antigas como *International Statistical Institute - ISI* e a *International Labour Organization - ILO* (ver nota de pé de página anterior); e outras mais recentes, como os organismos internacionais regionais: o *EUROSTAT* (Agência de Estatística da Comunidade Européia), o *NAFTA* e o *MERCOSUL*.

As instituições nacionais, no entanto, têm suas especificidades, o que torna o esforço de harmonização um processo complexo.⁽¹⁸⁾ Muitas vezes os resultados obtidos pelos organismos internacionais na compatibilização dos dados dos diversos países são mesmo considerados insatisfatórios. Daí a concepção, cada vez mais propagada e efetivada, de que a obtenção de resultados estatísticos comparáveis não pode ser buscada apenas na etapa de divulgação das estatísticas geradas pelos diversos países, mas sim no momento inicial de estruturação da pesquisa. Visa-se, assim, a minimizar os ajustes *a posteriori*, sendo cruciais o trabalho sistemático de padronização das classificações e outros mecanismos operacionais.⁽¹⁹⁾ Assim, o que se quer enfatizar é a *existência de uma base conceitual e uma base metodológica comuns*, porém não idênticas, utilizadas nos levantamentos. Evidentemente, as Agências diferenciam-se muito em capacidade e possibilidade, variando tanto o número de pesquisas realizadas, a abrangência e o grau de articulação entre elas, como as disponibilidades orçamentárias, de pessoal, tecnológicas, etc.

questões de normatização estatística foram, pouco a pouco, confinadas às organizações internacionais com orientação econômica.

⁽¹⁸⁾ Como indica DESROSIÈRES (1992, p.168) a universalização das técnicas, aí incluindo a linguagem, os instrumentos de construção e seus modos de apresentação, se sobrepôs à unificação das definições operacionais, que refletem as especificidades nacionais. Isto porque aí estão combinadas duas instituições e duas formas de legitimidade social distintas: a ciência e o Estado; enquanto a primeira é universal, a segunda guarda as diferenças de cada país.

⁽¹⁹⁾ O EUROSTAT, por exemplo, criou o sistema estatístico da Comunidade Européia que “inclui, além da coleta e disseminação de informações produzidas pelos estados membros, a definição de padrões estatísticos comuns a partir das necessidades derivadas da gestão política da Comunidade. O EUROSTAT está voltado para harmonização de metodologias, nomenclaturas e conceitos de modo a evitar discrepâncias entre os sistemas nacionais e a torná-los compatíveis. Os padrões definidos pelo EUROSTAT são, em geral, de adoção obrigatória pelos países membros da Comunidade.” (GUIMARÃES, 1993, p.257). No âmbito do MERCOSUL, a propósito do Censo 2000, as Agências da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai estão

As Agências nacionais produzem, pois, um conjunto amplo e articulado de informações sociais e econômicas, a partir de linguagem, de instrumentos de construção e de modos de apresentação comuns, bem como de conceituações e definições operacionais que buscam uma harmonização. Tais informações objetivam apreender a realidade social do país com a finalidade de promover o conhecimento e subsidiar o planejamento. *É para este conjunto, denominado estatísticas oficiais, que se está direcionando o olhar neste estudo.*

O conjunto de informações estatísticas oficiais é usualmente referido como sistema estatístico. Nesta denominação, omite-se o termo informação, o que denota a preeminência da técnica em relação ao conteúdo socioeconômico das informações. A esta designação é comum estarem associadas duas acepções distintas. A primeira, relacionada ao seu conteúdo, “refere-se ao conjunto de informações estatísticas relativas à realidade econômica e social do país, estruturadas segundo regras e critérios próprios”: o *subsistema de produção*” A outra, de natureza institucional, “refere-se ao conjunto de entidades produtoras e está preocupada com a coordenação e a articulação entre essas entidades, de forma a garantir uma atuação eficiente.” (GUIMARÃES, 1990, p.3).

Outra vertente, como a apresentada por STARR (1987, p.8), considera o sistema estatístico como *sistema de produção, distribuição e uso de informação numérica*. Para esse autor (pp.7-8 e 25-52), o sistema estatístico é constituído por dois tipos de estrutura: uma social e uma cognitiva. “Sua organização social consiste nas relações sociais e econômicas entre os informantes, agências públicas, firmas privadas, comunidade de especialistas, organismos internacionais e outros atores envolvidos no processo de produção dos dados. A organização cognitiva refere-se à estruturação da informação, incluindo as delimitações das pesquisas, os pressupostos estabelecidos sobre a realidade social, os sistemas classificatórios, os métodos de mensuração e as regras oficiais de interpretação e apresentação dos dados.” (p.8).

Pode-se dizer, pois, que recai sobre aspectos fundamentais da *organização cognitiva do (sub)sistema de produção de informação estatística* o interesse central da presente pesquisa.

buscando obter um núcleo comum de informações básicas, comparáveis, a partir de seus respectivos questionários.

STARR (1987, p.42) observa que os dados não podem ser coletados num vácuo conceitual, “mas nem todos os dados são concebidos a partir de um desenho teórico que organiza as categorias e hipotetiza relações entre eles.” Ponderam DUNCAN & GROSS (1993, p.3) que, embora seja verdadeiro que os sistemas estatísticos são construídos a partir de pressupostos e assunções, muito destes sistemas foi herdado: “muito foi construído usando meios que são diferentes dos nossos em circunstâncias diferentes das atuais.” Segundo STARR, somente no último século as estatísticas sociais em grande escala - uma espécie de tecnologia social - foram mais associadas às teorias sociais.⁽²⁰⁾ São, certamente, sobre estas estatísticas que versa o presente estudo.

Vale ressaltar que, apesar das distintas acepções mencionadas, é de uso consagrado a expressão “sistema estatístico”. Por esse motivo, optou-se pelo uso de tal expressão, ampliando-a, no entanto, para sistema de informação estatística - SIE. Este sistema de informação refere-se ao *(sub)sistema de produção de informação estatística*, isto é, à produção de estatísticas oficiais. Os “subsistemas” de *distribuição* (disseminação) e *uso* da informação estatística, não são objetos deste estudo. Porém, certamente, estão envolvidos na problemática aqui tratada, referente ao subsistema de produção - “entrada”, uma vez que só pode sair e ser utilizado aquilo que foi gerado.

A presente análise circunscreve-se, pois, ao conjunto de informação estatísticas oficiais formado pelos registros gerados pelas pesquisas socioeconômicas, a partir do aparato metodológico estatístico. São registros estatísticos construídos segundo regras e critérios próprios, cuja objetivação fundamenta-se numa determinada representação da realidade social, ancorando-se, de maneira mais ou menos explícita, mais ou menos compreensiva, em algum modelo teórico de interpretação da realidade.

Não se estará, pois, tratando com estatísticas geradas a partir de registros administrativos oficiais, criados com finalidade administrativa e/ou gerencial,

⁽²⁰⁾ Não se pode esquecer a importância de propósitos políticos no desenho do moderno sistema estatístico. No caso, por exemplo, das contas nacionais americanas, PERLMAN (1987, p.133-51) aponta que a opção de enfatizar políticas de estabilização econômica de longo prazo, ao invés de questões distributivas, aliada à influência da teoria econômica keynesiana foram críticas na construção do sistema; daí a decisão de tratar todos os gastos do governo como consumo e não como investimento. Assim o “sistema americano produz informação relevante para gerenciar a demanda, mas obscurece o papel do governo no desenvolvimento do estoque de capital da nação.” (STARR, 1987, p.42).

muito embora alguns destes registros recebam tratamento estatístico complexo; as estatísticas administrativas - como as financeiras e as do comércio exterior.

É importante acrescentar que o estudo não se refere, particularmente, a nenhum sistema estatístico, ao contrário, tenciona-se mesmo uma generalização. Nesse sentido, cabe lembrar a preconizada busca de padronização entre os SIEs, incluindo a já referida unificação da linguagem, dos instrumentos de construção e de seus modos de apresentação.

3 MODERNIDADE: CISÃO DO CULTURAL E DO ECONÔMICO, SOB A DINÂMICA NACIONAL

O presente capítulo enfoca o período que se estende da segunda metade do século XIX ao final dos anos 60 ou início dos 70. Uma delimitação que engloba, em sua etapa dos pós-guerras, a configuração de uma sociedade moderna representativa de um tipo de desenvolvimento econômico e cultural específicos, em que uma ótica economicista racionalista se sobrepôs a uma ótica cultural da modernidade, passando a imprimir sua marca na configuração da sociedade. É neste ambiente que se dão a criação e a solidificação das estatísticas oficiais, construídas com o objetivo de “retratar” esta sociedade e subsidiar o planejamento nacional. Tais questões serão tratadas em quatro seções distintas.

Inicialmente, apresenta-se uma visão geral da modernidade (Seção 3.1) consolidada a partir da leitura de vários autores. A seguir, com base em uma significativa corrente analítica, destaca-se a cisão da modernidade (Seção 3.2) entre os reinos cultural e econômico, com prevalência do segundo. Tal cisão tem conseqüências profundas de como se ver, pensar, viver e apreender o mundo, quer no nível individual, pessoal, quer no campo científico, da geração do conhecimento, e, neste âmbito, certamente, na produção do conhecimento estatístico.

Nas Subseções 3.2.1 Modernismo: a ótica cultural e 3.2.2 Modernização: a ótica econômica, são, então, enfocados os dois reinos distintos da modernidade, que se distanciaram. De um lado a ciência, a razão, a tecnologia, o progresso, o industrialismo, as mudanças econômicas e sociais trazidas pelo capitalismo, e, de outro, a refutação e a rejeição apaixonadas dos mesmos, em favor do sentimento, da intuição e do uso livre da imaginação. Sob a ótica cultural, vai se destacar sua subordinação ao econômico ocorrida nos pós-guerras (Item 3.2.1.1). Sob a ótica econômica será dada atenção ao debate entre a proeminência de dois processos - ou, segundo GIDDENS (1991, 1987), de duas dimensões institucionais da modernidade, a industrialização e a acumulação capitalista, na constituição da sociedade moderna.

Reconhecendo-se a precedência do capitalismo sobre a industrialização, passa-se a considerar a união destes dois processos aliada a outras duas dimensões relacionadas à formação e à estruturação do Estado-nação: a

vigilância e o controle dos meios de violência, que vieram influenciar fortemente a configuração deste período (Subseção 3.2.3). Destaca-se, então, a dimensão vigilância, com a conseqüente expansão administrativa do Estado moderno, inserindo-se aí o crescimento e o controle da informação, sendo a informação estatística um elemento central.

Nesse contexto, ressalta-se a constituição de uma particular interação institucional da modernidade, a sociedade capitalista industrial nacional (Seção 3.3). Nesta, então, destaca-se a fase muito comumente referida como organizada (modernidade ou capitalismo organizados), que correspondeu a uma configuração que “uniu” o grande trabalho, o grande capital e o governo. Consolidaram-se uma certa convencionalização e uma representação de práticas sociais, muitas das quais serviram de base à construção de categorias estatísticas oficiais.

É nesse período, pois, que ganha relevância e se estabiliza o papel a ser desempenhado pelas estatísticas oficiais. Constitui-se o sistema de informação estatística - SIE (Seção 3.4), valendo-se de um contexto altamente favorável, quer em termos de estabilidade econômico-social (da modernidade ou do capitalismo organizados), quer técnico-científico (do paradigma da ciência positivista, com a aplicação de seus princípios às Ciências Sociais e com o desenvolvimento da Ciência Estatística) e político-institucional (no âmbito do Estado-nação, em sua fase reguladora e promotora do bem-estar social).

3.1 UMA VISÃO GERAL DA MODERNIDADE

Há várias décadas o termo sociedade moderna vem sendo utilizado para designar as formações sociais norte-ocidentais dos séculos passados. Tal denominação surge para diferenciar as novas formações sociais daquelas tradicionais. No entanto, sempre foi bastante difícil tanto definir claramente as características das sociedades modernas como precisar quando elas rompem com as formações tradicionais. Uma série de processos, de certa forma relacionados, é tomada como referência de demarcação, tais como a industrialização, a acumulação capitalista, a democratização, o método empírico-analítico de produção do conhecimento científico. Estes são, no entanto, processos longos que ocorreram de modo diferenciado no tempo e em extensão, nos diversos países desenvolvidos, tornando tal demarcação complexa e contingente.

Também é considerado fator de dificuldade de demarcação da modernidade o fato de ser ela objeto de estudo de diversos campos do conhecimento científico, campos estes que se desdobraram em novos campos e especializações, o que gerou o desenvolvimento de linguagens e ênfases específicas, com demarcações mais ou menos interligadas.

“(...) cientistas sociais, estrangidos pelos ataques a seus modelos tecnopastorais, abdicaram de sua tentativa de construir um modelo eventualmente mais verdadeiro para a vida moderna. Em vez disto, retalharam a modernidade em uma série de componentes isolados - industrialização, construção, urbanização, desenvolvimento de mercados, formação de elites - e resistem a qualquer tentativa de integrá-los em um todo. Isso libertou-os de generalizações extravagantes e vagas totalidades - mas também do pensamento que poderia conduzir ao engajamento de seu trabalho e suas vidas à determinação do seu lugar na história. O eclipse do problema da modernidade nos anos 70 significou a destruição de uma forma vital de espaço público. Acelerou a desintegração do nosso mundo em um aglomerado de grupos de interesse privado, material e espiritual, vivendo em mônadas sem janelas, ainda mais isolados do que precisamos ser” (BERMAN, 1987, pp.32-3).

A compartimentalização do conhecimento delimita o tipo e o escopo das questões que devem ser legitimadas por um dado saber (no sentido

desenvolvido por KUHN (1991), em que a formulação e o debate de problemas tornam-se pertinentes sob o arcabouço teórico de um determinado paradigma), o que se, por um lado, leva à especialização, ao detalhamento, por outro, dificulta uma visão mais integrada dos fenômenos.

De maneira simplificada, pode-se dizer que a modernidade é uma denominação abrangente para as mudanças sociais, econômicas, políticas, culturais, filosóficas e epistemológicas que criaram o mundo moderno. Ou, como diz GIDDENS (1991, p.11), “modernidade refere-se a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência.” No entanto, adverte o autor para a limitação da definição, pois associa a modernidade a um período de tempo e a uma localização geográfica iniciais, mas não mostra suas características principais.

Embora o termo moderno tenha uma origem bem mais antiga, ⁽²¹⁾ parece ter surgido no século XVII a idéia moderna de modernidade, quando as grandes invenções daquele tempo - a imprensa, a pólvora e a bússola - transformaram o mundo de uma maneira inimaginável para os antigos. Promovia-se uma maior comunicação e inter-relação dos povos, por via da escrita e da navegação, com o comércio de mercadorias e o intercâmbio de idéias e pessoas.

Era o tempo das grandes discussões entre os “antigos” e “modernos”, da qual os modernos saíram vitoriosos, após séculos de luta, com ápice nos séculos XVII e XVIII. Observa CALINESCU (1987, p.23) que a “*Querelle des Anciens et des Modernes*” (ou, como conhecido na Inglaterra, “*The Battle of the Books*”) “em seus aspectos estéticos, estava fundamentada, em grande parte, na discussão filosófica e científica dos séculos XVI e XVII, que resultou na liberação da razão não só da tirania da escolástica medieval mas também das amarras igualmente restritivas impostas pela idolatria renascentista da Antigüidade clássica. Os *Essays de Montaigne* (1580), *Advancement of Learning* (1605) e *Novum Organum* (1620) de Francis Bacon, *Discours de la*

⁽²¹⁾ Segundo CALINESCU (1987, pp.13-14) foi durante a Idade Média que a palavra *modernus* foi cunhada, derivada do advérbio *modo* (“recentemente”, “há pouco”), uma palavra de formação tardia da língua latina, que seguiu o modelo de *hodiernus* (derivada de *hodie*, “hoje”). Era largamente usada em fins do século V d.C. como antônimo de *antiquus*. Termos como *modernitas* (“tempos modernos) e *moderni* (“homens de nossos tempos”) tornaram-se também freqüentes, sobretudo após o século X. Acrescenta que a distinção entre *antiquus* e *modernus* parece ter sido sempre polêmica.

méthode de Descartes (1634) são importantes marcos na história da autoafirmação da modernidade. De uma forma ou de outra, a maioria desses autores e seus seguidores culpam a Antigüidade - ou melhor, a veneração cega da Antigüidade - pela predominância da esterilidade do pensamento e pela ausência generalizada de métodos adequados na ciência.”

Em virtude de sua luta contra a ignorância e o fanatismo dinástico e religioso das décadas anteriores, é também usual considerar a obra de Locke, de 1688, nesse quadro de modernidade emergente. Destaca-se, ainda, a “Declaração de Independência do Homem” de Descartes, que insistia na necessidade de uma reconstrução do conhecimento com base, exclusivamente, na razão humana: “Teria que haver, pois, um novo começo, baseado em um novo método para descobrir a verdade.” (Kumar, 1997, p. 88). Foi no século XVIII que os tempos modernos finalmente ganharam vida:

“Não eram mais considerados cópias inferiores dos tempos mais antigos, mais gloriosos; nem, também, apenas o último estágio de uma existência humana empobrecida que, ainda bem, acabaria com a história humana sobre a terra. Ao contrário, modernidade significaria rompimento completo com o passado, um novo começo baseado em princípios radicalmente novos. E significava também o ingresso em um tempo futuro expandido de forma infinita, um tempo para o progresso sem precedentes na evolução da humanidade. (...) Não cabia mais a velha suposição de constância da natureza humana e de uniformidade básica da vida humana ao longo de épocas. (...) Os modernos são diferentes dos antigos. A história muda a natureza humana, bem como as formas da vida social. Quanto mais recente no tempo, maior é a mudança.” (KUMAR, 1997, pp. 91-2).

A Revolução Francesa de 1789 é, então, considerada a primeira revolução moderna, significando a criação de alguma coisa inteiramente nova, uma época em constante formação e reformação diante de nossos olhos. Esta Revolução é vista pelos filósofos da modernidade como veículo de uma nova consciência: a obtenção de liberdade sob orientação da razão.

HABERMAS também postula que o projeto da modernidade entrou em foco durante o século XVIII. Para ele, como sintetiza HARVEY (1992, p.23), tal projeto “equivale a um extraordinário esforço intelectual dos pensadores iluministas ‘para desenvolver a ciência objetiva, a moralidade e as leis universais

e a arte autônoma nos termos da própria lógica interna delas'. A idéia era usar o acúmulo de conhecimento gerado por muitas pessoas trabalhando livre e criativamente em busca da emancipação humana e do enriquecimento da vida diária. O domínio científico da natureza prometia liberdade da escassez, da necessidade e da arbitrariedade das calamidades naturais. O desenvolvimento de formas racionais de organização social e de modos racionais de pensamento prometia a liberação das irracionalidades do mito, da religião, da superstição, da liberação do uso arbitrário do poder, bem como do lado sombrio da nossa natureza humana.”

Já FOUCAULT vê o final do século XVIII e início do XIX como o período no qual novas formações discursivas emergem: os discursos da biologia, da economia política e da lingüística. Outros filósofos e “historiadores da ciência”, também marcam o começo da modernidade na passagem para o século XIX (WAGNER, 1994, p.4).

Muitos autores, dentro de certas mônadas, elegeram as chamadas revoluções democrática e industrial como o fenômeno social constituidor da modernidade. Porém, enquanto alguns apontam as mudanças políticas na Inglaterra no século XVII e as transformações econômicas no final do século XVIII como demarcações da modernidade, outros, considerando o alcance e extensão limitados dessas mudanças, passam a considerar as revoluções francesa e americana marcos da modernidade política, e o século XIX, período do *take off* industrial de um número significativo de países europeus e dos Estados Unidos, marco de ruptura econômica.

Como aponta STEHR (1994, pp.33-4), muito tempo se passou até que o discurso sociológico começasse a desenhar, em termos mais firmes, o que seria uma sociedade moderna. Foi só neste século, particularmente depois da Segunda Guerra, que os teóricos sociais, baseando-se em exemplos históricos, especialmente a rápida e sustentável expansão econômica, e certos *exemplars* do discurso clássico, começaram a desenvolver o esboço das teorias da sociedade que tomam as condições sociais, políticas e econômicas como seu núcleo explanatório. Embora o pensamento atual (ou parte dele), como se verá posteriormente, questione se essas abordagens são as ideais para a análise da

sociedade moderna, muitos consideram que a leitura desta sociedade como industrial é a mais importante reconstrução sociológica do pós-guerra. ⁽²²⁾

Outros cientistas sociais consideram a revolução capitalista, e não a industrial, e a democrática constituidoras da sociedade moderna. Como assinala GIDDENS (1996, p.99), “A ordem social moderna passou a existir no contexto de uma ruptura com o passado. As ‘duas grandes revoluções’ que iniciaram o período moderno, cada uma a seu modo, foram forças destradicionalizadoras. A difusão da produção capitalista extirpou muitas das comunidades locais e dissolveu muitos costumes e práticas locais. Os códigos universalizadores de democracia tratam as constituições políticas não como se fossem herdadas do passado, mas como algo ainda por ser feito.”

Há, ainda, observadores sociais que acreditam que a modernidade deva marcar uma “condição” ou uma “experiência”. ⁽²³⁾ Consideram que as características requeridas para justificar a existência da modernidade estiveram largamente ausentes nas denominadas sociedades modernas durante o século XIX e, ainda, para um considerável número de pessoas durante a primeira metade do século XX.

“Há uma modalidade de experiência vital - experiência do espaço e do tempo do eu e dos outros, das possibilidades e perigos de vida - que é partilhada por homens e mulheres em todo mundo atual. Denominarei esse corpo de ‘modernidade’. Ser moderno é encontrar-se num ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, transformação de si e do mundo - e, ao mesmo tempo, que ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. Os ambientes e as experiências modernos cruzam todas as fronteiras da geografia e da etnicidade, da classe e da nacionalidade, da religião e da ideologia; neste sentido, pode-se dizer que a modernidade une toda a humanidade. Mas trata-se de uma unidade paradoxal, uma unidade da desunidade; ela nos arroja em um redemoinho de perpétua desintegração e renovação, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia. Ser moderno é

⁽²²⁾ Segundo o autor, “A teoria da sociedade industrial está intimamente ligada à própria história intelectual da sociologia, porque é só com a emergência da sociologia ‘científica’ na virada do século que o termo sociedade industrial passou a ser usado com frequência.” Destaca a observação de Dahrendorf de que: a sociologia é, por um lado, produto da sociedade industrial, ela nasce e ganha significância no curso da industrialização. Por outro lado, ‘sociedade industrial’ é a filha diletta da sociologia, que pode ser entendida como produto da ciência social moderna.

⁽²³⁾ Como é enfatizado em trabalhos recentes como *La critica della modernità*, TOURAINE (1993); *Condição pós-moderna*, HARVEY (1992); *Modernity and self identity*, GIDDENS (1991); *Tudo que é sólido desmancha no ar*, BERMAN (1987).

ser parte de um universo em que, como disse Marx, 'tudo que é sólido desmancha no ar' (BERMAN, apud HARVEY, 1992, p.21) [melhor tradução]; ver também BERMAN, 1987, p.5).

SEVCENKO, ao falar da modernidade (apud ROUANET e MAFFESOLI, 1994, pp.12-3), refere-se “ao período que começa no encerramento do século XIX, se consolida durante a Primeira Guerra Mundial e coincide com a irrupção da Revolução Soviética. Nesse momento, as teorias científicas romperam com os antigos paradigmas da ciência cartesiana, baconiana e newtoniana, e lançaram as bases da teoria da relatividade e da indeterminação na Física, bem como surgiram as novas geometrias não-euclidianas. É também o momento em que se pode falar pela primeira vez de uma ‘civilização urbana’ (...). Para os urbanos, há a experiência de fragmentação, de anonimato, de velocidade e de perda da comunidade. Nessa época, os artistas procuram romper com o academicismo e criar os diversos movimentos críticos, experimentais e de vanguarda. (...) O sentimento dominante é a perda dos referenciais teóricos, sejam científicos, artísticos, políticos ou religiosos. Nada é seguro: desponta uma era de incertezas, onde os novos profetas se multiplicam e as calamidades se sucedem.”

A modernidade, por ser tão abrangente - no tempo, no espaço, na natureza, na forma - e objeto de estudo de vários campos do conhecimento, tem, pois, uma longa e intrincada história, tanto como conceito quanto como fenômeno. Daí a existência de distintos marcos para a sua delimitação, envolvendo periodizações, denominações e enfoques vários, onde certas características são sobrelevadas e contrastadas no tempo.

Várias destas demarcações, de uma forma ou de outra, serão utilizadas no decorrer deste trabalho, na medida em que dão suporte à leitura de modernidade aqui proposta. Porém, dado o foco central do estudo - as estatísticas oficiais e a sociedade atual -, tendo como fio condutor o movimento da cultura e economia - “cisão” x “fusão” -, a modernidade (ou fase dela) de maior interesse inicia-se na segunda metade do século XIX.

3.2 UMA VISÃO PARTICULAR DA MODERNIDADE: CISÃO EM MODERNISMO E MODERNIZAÇÃO

É usual o pensamento contemporâneo sobre a modernidade se dividir em dois compartimentos, fechados e segmentados, um em relação ao outro: “modernização” em economia e política e “modernismo” em arte, cultura e sensibilidade. Segundo BERMAN (1987, p.129), o modernismo é encarado como uma espécie de puro espírito, que se desenvolve em função de imperativos artísticos e intelectuais autônomos, enquanto a modernização é enfocada como um complexo de estruturas e processos materiais - políticos, econômicos, sociais - que, uma vez encetados, desenvolvem-se por conta própria, com pouca ou nenhuma interferência dos espíritos e da alma humana. Chama atenção o autor que este dualismo veio dificultar a apreensão de um dos fatos mais marcantes da vida moderna: a fusão de suas forças materiais e espirituais, a interdependência entre o indivíduo e o ambiente moderno. ⁽²⁴⁾

CALINESCU (1987, pp.41-2) identificou “duas modernidades diferentes e amargamente conflitantes”, cuja oposição se tornou mais evidente na segunda metade do século XIX. Neste momento, detecta o autor uma cisão na alma da modernidade entre seu caráter de projeto social e político e seu conceito estético. De um lado a ciência, a razão, a tecnologia, o progresso, o industrialismo, as mudanças econômicas e sociais trazidas pelo capitalismo e, de outro, a refutação e a rejeição apaixonadas dos mesmos em favor do sentimento, da intuição e do uso livre da imaginação. Esta divisão corresponde, respectivamente, à idéia burguesa de modernidade e à modernidade cultural, esta última apresentando uma “total rejeição à modernidade burguesa, a partir de sua consumidora paixão negativa”.

É observado que a cultura da modernidade foi, desde o início, contrária à idéia de modernidade burguesa. A literatura e as artes constituíram os principais alvos de críticas à modernização. Também Bell (1976) viu uma separação radical entre a “racionalidade funcional” da ordem tecno-econômica da sociedade moderna e o impulso anárquico e hedonista para a “individualização” e a “auto-realização”, que constitui o princípio de sua cultura.

⁽²⁴⁾ No entanto, enfatiza o autor que “(...) a primeira grande leva de escritores e pensadores que se dedicaram à modernidade - Goethe, Hegel e Marx, Stendhal e Baudelaire, Carlyle e Dickens, Herzen e Dostoiévski - tinha uma percepção instintiva dessa interdependência; isto conferiu a

KUMAR (1997, p.97) considera a prova mais óbvia da inimizade da cultura da modernidade e da modernidade - que Bell denomina de “contradições culturais” da modernidade capitalista - o movimento do romantismo europeu, datado do final do século XVIII até meados do século XIX. Observa que aspectos do romantismo uniram-se contra os princípios dominantes da modernidade, da forma exposta pelo iluminismo. “A razão era combatida pela imaginação, o artifício pelo natural, a objetividade pela subjetividade, o cálculo pela espontaneidade, o mundano pelo visionário, a visão mundial da ciência pelo apelo ao fantástico e ao sobrenatural.” Porém, observa o autor, que, enquanto “a modernidade significava um rompimento brutal com o passado e uma orientação para o futuro, o romantismo parecia inclinado a encontrar no passado os recursos com os quais poderia criticar o presente inumano e não criativo”. O mundo moderno, ao contrário, poderia somente ser redimido com as próprias ferramentas da modernidade: a razão e a revolução.

3.2.1 Modernismo: a ótica cultural

O projeto iluminista buscava encontrar uma única resposta para uma dada pergunta. Induzia que o mundo poderia ser controlado e organizado de modo racional, se apreendido e representado de maneira correta. Isto presumia a existência de um único e correto modo de representação, que, sendo descoberto, forneceria os meios para se atingirem os objetivos iluministas. Mas, no início da segunda metade do século XIX, esta idéia começou a se alterar.

“A fixidez categórica do pensamento iluminista foi crescentemente contestada e terminou por ser substituída por uma ênfase em sistemas divergentes de representação. (...) Em Paris, escritores como Baudelaire, Flaubert e pintores como Manet começaram a explorar a possibilidade de diferentes modalidades representacionais que lembravam a descoberta da geometria não euclidiana no início do século” HARVEY (1992, pp.35-6).

Com o decorrer do século XIX, a crítica cultural à modernidade aumentou em intensidade, com a diminuição do sentido de esperança e certeza, chegando-

suas visões uma riqueza e profundidade que lamentavelmente faltam aos pensadores contemporâneos que se interessam pela modernidade”.

se mesmo ao niilismo, com Nietzsche. Também Marx foi bastante rigoroso e crítico com o mundo moderno, denunciando suas fraquezas e tendências. No entanto, ele possuía uma visão moderna, em que prevalecia uma expectativa de que as falhas poderiam ser superadas. Isto feito, a humanidade alcançaria um novo mundo de liberdade e auto-realização.

No final do século XIX, a contestação cultural aprofundou-se e diversificou-se. No início do século XX, em torno de 1910 e 1915, é comumente destacada uma transformação qualitativa na natureza do modernismo. Tal transformação envolveu: a poesia (métrica e estilos novos, o *vers libre*); o romance (criação de técnicas como a do “fluxo de consciência”, em oposição às idéias padronizadas sobre drama e narrativa); o teatro (contestação de convenções técnicas do palco e dos temas tradicionalmente explorados, rejeitando também a concepção de personagens completos e acabados, mostrando, em vez disto, níveis múltiplos e muitas vezes contraditórios e ambíguos de personagens); a música (com a fragmentação, a atonalidade e a dissonância que dissolveram as esperadas regularidades da harmonia); a pintura (com a fragmentação da figura, da personalidade) e a lingüística (com a teoria estruturalista de Saussure, em que o sentido das palavras é determinado antes pela relação com outras palavras do que pela sua referência a objetos) (HARVEY, 1992, pp.21-44; KUMAR, 1997, pp.96-111; CALINESCU, 1987, pp.41-2).

As marcas modernistas se tornavam evidentes em campos como o filosófico, psicológico, social e político, para não falar na física, a partir da generalização da teoria da relatividade de Einstein, com questionamentos às correntes dominantes do racionalismo, do positivismo e do utilitarismo.

“O homem estava longe de ser simplesmente a criatura egoísta, interesseira, maximizadora de prazer, racional, da teoria política e econômica do século XIX. O ataque à razão, o dogma central da modernidade, aprofundou-se ainda mais com Bergson e Freud, (...) a revelação das forças do irracional e do inconsciente foi talvez o golpe devastador infligido pelo modernismo à modernidade. Freud colocou ainda um gigantesco ponto de interrogação à idéia moderna de progresso, enfatizando o alto sofrimento psíquico e debilitamento das pessoas na civilização moderna.” KUMAR (1997, p. 107).

Neste quadro de contestação, HARVEY (1992, p.25) destaca dois grandes críticos sociais, que, com posições diferentes, imprimiram sua marca ao debate. O primeiro foi Max Weber, para quem ‘a esperança e a expectativa dos pensadores iluministas era uma amarga e irônica ilusão’. Postulava que o forte vínculo estabelecido entre o desenvolvimento da ciência, da racionalidade e da liberdade humana universal (quando desmascarado e compreendido) levava ao triunfo a racionalidade... proposital-instrumental. Esta não leva à realização concreta da liberdade universal, mas à criação de uma “jaula de ferro” da racionalidade burocrática.⁽²⁵⁾ O segundo foi Nietzsche, para quem “o moderno não era senão uma energia vital, a vontade de viver e de poder, nadando num mar de desordem, anarquia, destruição, alienação individual e desespero”, tratando-se, em realidade, de energias vitais selvagens, primitivas e impiedosas. Todo o conjunto de imagens iluministas sobre a civilização, a razão, os direitos universais e a moralidade passava por grande questionamento.

Para Nietzsche, a essência eterna e imutável da humanidade encontrava sua representação na figura mítica de Dionísio: “Ser a um só tempo ‘destrutivamente criativo’.” HARVEY faz, então, um contraponto entre a imagem nietzschiana da destruição criativa e da criação destrutiva com a formulação de Baudelaire (1863) “a modernidade é o transitório, o fugidio, o contingente; é uma metade da arte, sendo a outra o eterno e o imutável”, e estabelece uma ponte entre as formulações. Se o modernista tem que destruir para criar, a única maneira de representar verdades eternas é um processo de destruição passível de, no final, destruir ele mesmo estas verdades. Assim o eterno, o imutável seria o caótico, o efêmero, o fragmentário.

No começo do século XX, havia, pois, um forte movimento (depois de Nietzsche), que passou a enfatizar a estética, posicionando-a acima da ciência, da racionalidade e da política. Nessa nova concepção do projeto modernista,

⁽²⁵⁾ GIDDENS (1991, p.16-7) apresenta uma comparação sucinta entre Marx, Durkheim e Weber, sobre o “lado da oportunidade” *versus* o “lado mais sombrio” da modernidade. No primeiro caso estão Marx e Durkheim, que viam a era moderna como uma era turbulenta, mas acreditavam na superação de suas características negativas. Marx vislumbrava um sistema social mais humano, alcançado através da luta de classes e Durkheim acreditava que a expansão do industrialismo estabeleceria uma vida social harmoniosa e gratificante, integrada pela divisão do trabalho e do individualismo moral. Já Weber via o mundo moderno como um mundo paradoxal, onde “o progresso material era obtido apenas à custa de uma expansão da burocracia que esmagava a criatividade e a autonomia de classe”. Conclui GIDDENS que ainda assim, nem mesmo Weber antecipou plenamente o quão extensivo viria a ser o lado mais sombrio da modernidade.

artistas, escritores, arquitetos, compositores, poetas, pensadores e filósofos tinham um papel especial a desempenhar na definição da essência da humanidade.

3.2.1.1 Subordinação do cultural ao econômico

Esse quadro, no entanto, alterou-se substancialmente ao final das Guerras Mundiais, especialmente da Segunda, quando se verificou uma transformação do movimento modernista, ou de parte significativa dele, que resultou, paulatinamente, em seu engajamento, de forma subordinada, à modernização econômica (capitalista industrial) da sociedade.

Aponta BERMAN (1987, 24-5) que manifestações culturais mais engajadas com a modernização já vinham ocorrendo nos anos que antecederam a Primeira Guerra Mundial, como a dos “futuristas italianos”, defensores apaixonados da modernidade.⁽²⁶⁾ Acrescenta que os “futuristas levaram a celebração da tecnologia moderna a um extremo grotesco e autodestrutivo, garantia de que suas extravagâncias jamais se repetiriam. Mas o seu acrítico namoro com as máquinas, combinado com o profundo distanciamento do povo, ressurgiria em formas menos bizarras, no entanto, mais longevas. Deparamos com esta espécie de modernismo, após a Primeira Guerra Mundial, nas formas refinadas da “máquina estética”, as tecnologias pastorais da *Bauhaus*, Gropius e Mies van der Rohe, Le Corbusier, Léger e o *Ballet Mécanique*.”

Mas foi depois da Segunda Guerra Mundial, quando se tornou efetiva a ação político-social para se reconstruírem as economias européias e para enfrentar os problemas de descontentamento social e político associados às formas capitalistas de crescimento urbano-industrial, que passa a dominar um certo tipo de modernismo. Aponta HARVEY (1992, p.42) que os traumas das guerras, aliados à ausência das certezas iluministas quanto à perfectibilidade do homem, tornaram crucial a busca de um mito apropriado à modernidade.

⁽²⁶⁾ O autor cita o trecho de BOCCIONI et alii, *Manifest of the Futurist Painters*, 1910: “Camaradas, nós afirmamos que o triunfante progresso da ciência torna inevitável as transformações da humanidade, transformações que estão cavando um abismo entre aqueles dóceis escravos da tradição e nós, livres modernos, que acreditamos no radiante esplendor do nosso futuro.”

“Mas esta busca provou ser tão confusa quanto perigosa. ‘A razão, chegando a um acordo com suas origens míticas, se torna espantosamente misturada com o mito ... O mito já é o iluminismo, e o iluminismo volta a ser mitologia (HUYSSSENS)’ (...) Uma ala do modernismo apelou para a imagem da racionalidade incorporada na máquina, na fábrica, no poder da tecnologia contemporânea, ou da cidade como ‘máquina viva’; (...) a linguagem deveria conformar-se com a linguagem da máquina.” (HARVEY, 1992, p.38).

Este movimento era condizente com o novo estilo de filosofia, o positivismo lógico, estabelecido pelo Círculo de Viena. Foi este o período em que as casas e as cidades passaram a ser concebidas como “máquinas de morar”.⁽²⁷⁾ O modernismo passou a assumir uma forte tendência positivista.

Um modernismo “universal” ou “alto” tornou-se dominante depois de 1945 e estabeleceu uma relação forte com os centros de poder. Como se verá posteriormente, o sistema de poder internacional reestruturado sob a hegemonia americana, organizado ao longo de linhas fordistas-keynesianas, tornou-se relativamente estável e regulado. O modernismo passou a designar, então, uma nova lógica da racionalidade estético-expressiva, como um processo de extravasamento tanto para a racionalidade moral-prática como para a racionalidade científico-técnica. Dá-se a afirmação da autonomia da arte (a arte pela arte) numa oposição “irreconciliável entre a alta cultura e a cultura de massas e na recusa do contexto social bem evidenciada na arquitetura modernista da megalópolis” (SANTOS, 1994, pp.77-8).

A arte, a arquitetura, a literatura etc. do alto modernismo tornaram-se artes e práticas do *establishment*. “A crença no progresso linear, nas verdades absolutas e no planejamento racional de ordens sociais ideais sob condições padronizadas de conhecimento e de produção era particularmente forte. Por isto o modernismo resultante era positivista, tecnocêntrico e racionalista, ao mesmo tempo que era imposto como obra de uma elite de vanguarda formada por planejadores, artistas, arquitetos, críticos e outros guardiães do gosto refinado.” (HARVEY, 1992, p.42).

A ascensão do expressionismo abstrato desempenhou importante papel na despolitização do modernismo e em sua assimilação pelo *establishment*

político e cultural. Artistas de vanguarda, “agora politicamente individualistas ‘neutros’, articulavam em suas obras valores que eram mais tarde assimilados, utilizados e cooptados pelos políticos, disto resultando a transformação da rebelião artística em agressiva ideologia liberal” (GUILBAUT, apud HARVEY, 1992, p.44).

A absorção dessa espécie particular de estética modernista pela ideologia oficial e estabelecida fez com que o modernismo perdesse seu caráter revolucionário. A arte e a cultura se elitizavam. Para Lyotard o modernismo deixou-se ossificar, burocratizar e comercializar.

Nesse quadro de racionalidade técnico-burocrática, com formas de poder institucionalizado (incluindo as do Estado, dos partidos políticos e dos sindicatos burocratizados) e do modernismo universal ou alto, onde pontificava o expressionismo abstrato, é que surgem, então, os vários movimentos contraculturais e antimodernistas dos anos 60. Tais movimentos:

“(...) centrados nas universidades, institutos de arte e nas margens culturais da vida na cidade grande se espalharam para as ruas e culminaram numa vasta onda de rebelião que chegou ao auge em Chicago, Paris, Praga, Cidade do México, Madri, Tóquio e Berlim na turbulência global de 1968. Foi quase como se as pretensões universais da modernidade tivessem, quando combinadas com o capitalismo liberal e o imperialismo, tido um sucesso tão grande que fornecessem um fundamento material e político para um movimento de resistência cosmopolita, transnacional e, portanto, global à hegemonia da cultura modernista.” (HARVEY, 1992, p.44).

Mas este já é o início de uma outra configuração social, que ganha novos componentes e novos contornos e que será retomada mais adiante.

3.2.2 Modernização: a ótica econômica

Na “outra modernidade”, uma questão importante para este estudo, presente sobretudo no debate dos campos econômico e sociológico, versa sobre a natureza da modernidade. Estaria ela relacionada ao aparato do capitalismo

⁽²⁷⁾ Havia, também, críticas à idéia de que a máquina, a fábrica e a cidade racionalizada - a modernização - oferecessem uma concepção de qualidades da vida moderna. ‘Metropolis’, de Fritz Lang e ‘Tempos Modernos’, de Charles Chaplin são exemplos claros.

ou, diversamente, teria sido o industrialismo a dar forma ao mundo moderno? Como aponta GIDDENS (1991, 1987), este debate sobre o diagnóstico institucional da modernidade não é de modo algum desprovido de significado. Observa que mesmo as tradições teóricas mais proeminentes na sociologia, incluindo as que derivam dos escritos de Marx, Durkheim e Weber, têm tido a tendência a privilegiar, ao interpretarem a natureza da modernidade, uma única ou mais importante dinâmica de transformação: o capitalismo ou o industrialismo (p.20). ⁽²⁸⁾ Enfatiza o autor que este debate se baseia, em parte, em premissas equivocadas, dado o reducionismo aí envolvido. Propõe, então (o que será retomado na Seção 3.2.3), que “devemos ver capitalismo e industrialismo como ‘feixes organizacionais’ ou dimensões diferentes envolvidos nas instituições da modernidade” (GIDDENS, 1991, p.61).

Para aqueles que ligam a modernidade ao advento do capitalismo - sobretudo, mas não apenas, autores ligados a abordagens marxistas -, o industrialismo se insere no desenvolvimento capitalista. É o capitalismo que instaura os dispositivos institucionais da modernidade, sendo a indústria determinada a partir da estruturação da empresa capitalista. O empreendimento capitalista, inerentemente dinâmico, associando a competitividade ao processo de transformação de mercadorias, desempenhou um papel importante no afastamento da vida social moderna das instituições do mundo tradicional.

“Por razões diagnosticadas por Marx, a economia capitalista, tanto interna como externamente (dentro e fora do alcance do Estado-nação), é intrinsecamente instável e inquieta. Toda reprodução econômica no capitalismo é ‘reprodução expandida’, porque a ordem econômica não pode permanecer num equilíbrio mais ou menos estático, como era o caso da maioria dos sistemas tradicionais. A emergência do capitalismo, como diz Marx, precedeu o desenvolvimento do industrialismo e na verdade forneceu muito do ímpeto para a sua emergência” (GIDDENS, 1991, pp.66-7).

⁽²⁸⁾ Segundo GIDDENS (1991, p.21), para a corrente marxista, a força principal transformadora que modela o mundo moderno é o capitalismo. A ordem social emergente é, portanto, capitalista, tanto em seu sistema econômico como em suas outras instituições. Para Durkheim, a competição capitalista não é elemento central da ordem industrial. O caráter da rápida transformação da vida social moderna deriva da complexa divisão do trabalho decorrente da produção para satisfação das necessidades humanas, através da exploração industrial da natureza. Já Weber falava de capitalismo, mas quanto a alguns pontos-chaves estava mais perto do industrialismo de Durkheim. “A ‘racionalização’, conforme expressa na tecnologia e na organização das atividades humanas, na forma da burocracia, é a tônica.”

Já aqueles que ligam a modernidade ao industrialismo admitem uma concepção oposta: consideram o capitalismo uma categoria do industrialismo; uma forma inicial, rapidamente superada pela ordem industrial emergente. A ordem industrial, uma vez constituída, torna-se preeminente. O capitalismo, portanto, denotaria uma forma empreendedora, relativamente breve do industrialismo. Assim, considera-se que, embora possam existir ou subsistir formas diversas daquela ordem social, aqueles que vivem nas áreas desenvolvidas do mundo estariam inseridos numa sociedade industrial.

Embora o termo sociedade industrial remonte ao século XIX, seu reconhecimento mais completo e suas aplicações mais abrangentes ocorreram só há pouco tempo, nas décadas mais recentes do século XX. Segundo DE MASI (1985, p.12), talvez o primeiro a usar a expressão “sociedade industrial”, no sentido mais próximo ao que usamos hoje tenha sido Carlyle, ao redor de 1830, em um contexto em que a industrialização já era de certa forma difusa, isto é, um processo que se iniciara há cerca de 80 anos. O autor chama atenção para a publicação, em 1776, de “A Riqueza das Nações” de Adam Smith, considerada a primeira grande teorização da industrialização. Smith analisa as conseqüências econômicas e sociais da indústria sobre a divisão do trabalho, o assalariamento e a estrutura de classes. Embora alertasse para possíveis conseqüências sociais perversas, acreditava que, uma vez derrubadas as grades das relações de classe feudais, um capitalismo benevolente e organizado pela “mão invisível do mercado” poderia trazer para todos os benefícios da modernização capitalista.

De fato, a partir das novas possibilidades oferecidas pela tecnologia, difundia-se a indústria e percebiam-se as transformações econômicas e sociais dela derivadas, bem como os perigos dela decorrentes, mas não se falava de uma sociedade industrial. Embora fosse muito presente nas análises e interpretações da sociedade o peso da Revolução Francesa e da manufatura, os cientistas sociais não tinham um nome para a mudança que estava acontecendo diante de seus olhos. A sociedade moderna, vista como sociedade industrial, é

produto do discurso sociológico clássico e, mais especificamente, de seu desenvolvimento no pós-guerra (STEHR, 1994, pp.34-5).⁽²⁹⁾

DE MASI (1985), tendo como referência o momento atual, assinala que “já aconteceu de se entrar em uma época nova sem que se desse conta do elemento essencial em base do qual tal época pudesse ser rotulada”. Como agora, “que estamos já dentro de uma nova era, mas a grande maioria dos cidadãos a considera uma época ainda a acontecer, comportando-se, pois, como se fosse um fato ainda não realizado.”

O século XIX é também marcado por uma corrente de pensamento que via a sociedade fundamentalmente como capitalista, considerando-a uma sociedade de alienação, injustiça, pobreza e subjugação.

Uma das primeiras e mais completas interpretações da sociedade moderna capitalista foi desenvolvida por Marx, sendo sua importância ainda bastante atual. Suas formulações continuam sendo tomadas como referência para marcantes, profundas e interessantes análises que abordam questões inerentes às formações sociais modernas, suas transformações e desdobramentos atuais.⁽³⁰⁾

GIDDENS (apud SANTOS 1994, p.36), autor não marxista, em formulação bastante contundente e explícita, afirma: “A análise dos mecanismos da produção capitalista feita por Marx (...) permanece o núcleo necessário de qualquer tentativa para compreender as transformações maciças que têm varrido o mundo desde o século XVIII.”

⁽²⁹⁾ Segundo STEHR (1994, p.34-5), a sociedade moderna, vista como sociedade industrial, é o resultado de uma complexa convergência de temas tratados por Weber, Durkheim, Spencer e Comte. Aponta para uma convergência de idéias no sentido postulado por Parsons, em sua teoria da ação social, e, posteriormente, o resultado decorrente da tradição intelectual e de desdobramentos de trabalhos associados a Saint-Simon e Comte. De acordo com Saint-Simon “a nova sociedade que se originou da Revolução Francesa é caracterizada por um específico modo de produção denominado industrialismo”.

⁽³⁰⁾ Pode-se citar BERMAN (1987), que procura mostrar que Marx foi um dos grandes escritores modernistas, combinando o vigor do pensamento iluminista com os paradoxos e as contradições do capitalismo; HARVEY (1992), que, numa análise da condição pós-moderna, fazendo uso do arcabouço marxista para análise da dinâmica do capital na sociedade atual, oferece uma leitura bastante interessante da teoria da modernização capitalista de Marx confrontada com as teses culturais da pós-modernidade; e SANTOS (1994, pp.25-46) que apresenta no Capítulo 2: “Tudo que é sólido se desfaz no ar: o marxismo também?”, uma análise da contribuição da teoria marxista e de seus desdobramento em diversas abordagens teóricas. Enfatiza o renascimento, a partir dos anos 50 até o final dos 70, com duas grandes orientações: a teoria crítica da Escola de Frankfurt e o marxismo estruturalista francês. Nos anos 80, SANTOS (p.30) destaca que “as revisões da tradição marxista criaram sua própria tradição e alguns dos debates em que se traduziram enriqueceram decididamente o patrimônio da sociologia”. Em tais debates “(...) a herança de Marx é um factor estruturante decisivo.”

Um dos trechos mais citados da obra de Marx, no quadro de reflexões sobre a modernidade, suas transformações e desdobramentos, é de “O Manifesto Comunista”, e mostra a força e a abrangência das mudanças por ele atribuída à produção capitalista:

“A burguesia não pode existir sem revolucionar, constantemente, os instrumentos de produção e, desse modo, as relações de produção e, com elas, todas as relações da sociedade. (...) A revolução constante da produção, os distúrbios ininterruptos de todas as condições sociais, as incertezas e agitações permanentes distinguiram a época burguesa de todas as anteriores. Todas as relações firmes, sólidas, com sua série de preconceitos e opiniões antigas e veneráveis, foram varridas, todas as novas tornaram-se antiquadas antes que pudessem ossificar. Tudo que é sólido desmancha no ar, tudo que é sagrado é profanado. (...)” (MARX & ENGELS, 1996, pp.13-4).

A sociedade capitalista acarretou intensas mudanças com relação a onde as pessoas vivem e como suas vidas se organizam. Tendo revolucionado a produção, promoveu expressiva redução no tempo e forma de trabalho e gerou transformações na relação das pessoas entre si e com o espaço.

Posicionando-se contra o debate dicotomizado, GIDDENS (1987, pp.21-2) observa que para analisar a natureza da modernidade se deve discutir também a fundamentação das definições “sociedade capitalista” e “sociedade industrial” e observa que a concepção de capitalismo e de industrialismo como forças primárias que influenciam a modernidade vêm marcando as ciências sociais até os dias de hoje. Tanto a teoria marxista quanto a sua contraposição, a teoria liberal, ativeram-se à concepção de que a transformação econômica representa o principal fator dinâmico do mundo moderno. A proposta teórica de Giddens é de que duas outras dimensões institucionais, sob a égide do Estado moderno, se juntam a essas duas na configuração da modernidade: o forte aparato de vigilância, *baseado no controle da informação*, e o controle dos meios de violência, baseado no poder militar.

Sob essa proposta analítica, tomando-se a vigilância exercida pelo Estado de forma indireta pelo controle da informação, a informação estatística oficial pode ser vista, então, como uma instituição social dessa modernidade.

3.2.3 Outras dimensões institucionais da modernidade

GIDDENS exprime sua discordância com relação ao reducionismo economicista capitalismo x industrialismo e, concordando com Marx, sugere que o industrialismo tenha surgido dentro de um contexto historicamente anterior, o da empresa capitalista. Porém, uma vez estabelecidos, capitalismo e industrialismo representaram dimensões parcialmente independentes da modernidade. “É certo que existe um conjunto de instituições econômicas e sociais inter-relacionadas com ambos os processos - instituições que se entrelaçam segundo modalidades complexas -, mas é um grave erro tentar tratar um como um epifenômeno do outro” (1987, p.21).

GIDDENS (1991, 1987) reconhece as sociedades capitalistas como um tipo específico das sociedades modernas em geral, contando com diversas características institucionais específicas: uma ordem econômica industrial; uma natureza fortemente competitiva e expansionista que implica inovação tecnológica constante e difusa; uma economia “insulada” de outras arenas sociais (em particular das instituições políticas) que se fundamenta sobre a preeminência da propriedade privada dos meios de produção e, por fim, um Estado cuja autonomia está condicionada à acumulação do capital, sobre a qual seu controle está longe de ser completo.

Porém, esses alinhamentos institucionais são considerados insuficientes para caracterizar a sociedade capitalista como sociedade, uma vez que a vida econômica capitalista está somente em alguns aspectos confinada aos limites dos sistemas sociais específicos. Desde sua origem, o capitalismo tem escopo internacional; o que leva a considerar a sociedade capitalista como sociedade é, tão somente, sua inserção no Estado-nação.

GIDDENS (1991, p.63) destaca, então, outras duas dimensões institucionais da modernidade, ambas fortemente relacionadas com a estruturação do Estado moderno: a vigilância e o controle dos meios de violência. “O sistema administrativo do Estado capitalista, e dos Estados modernos em geral, tem que

ser interpretado em termos do controle coordenado que ele consegue sobre arenas territoriais delimitadas. (...) nenhum dos Estados pré-modernos foi capaz de se aproximar do nível de coordenação administrativa desenvolvido no Estado-nação”.

É, pois, com o desenvolvimento e a coordenação dos sistemas administrativos dos Estados modernos que a produção e o controle da informação, aí incluindo a informação estatística, assumem importância central. As crescentes intervenções e regulações do Estado moderno deveriam não apenas ser legitimadas, mas monitoradas adequadamente. Assim, a produção estatística passa a ganhar maior relevância com a atuação do Estado, o que levou a uma crescente geração de informação para conhecimento, planejamento e controle social e administrativo.

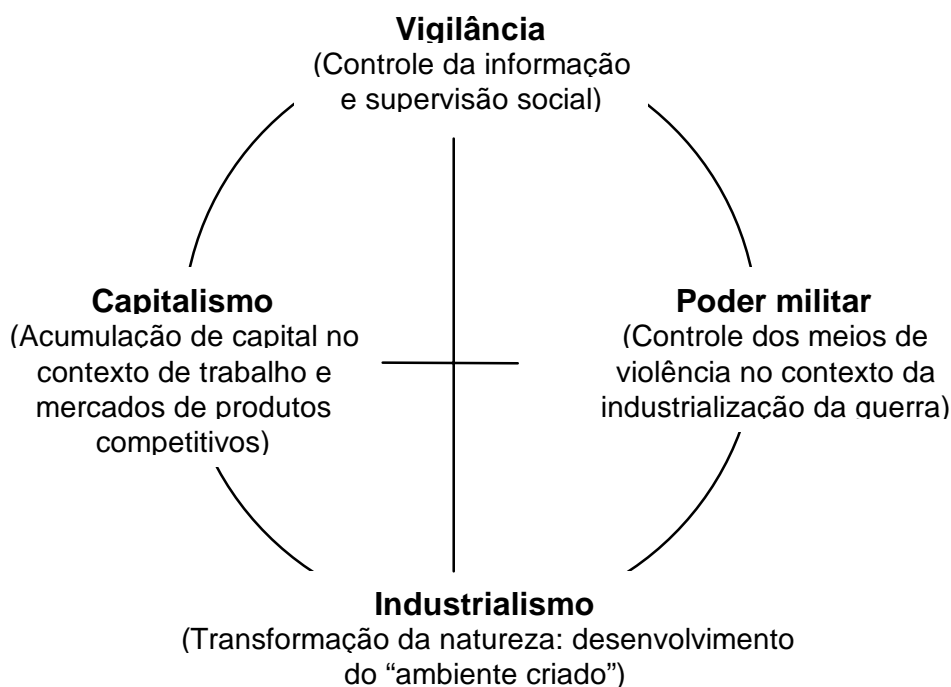
A constituição do Estado e seu desdobramento em Estado incentivador do desenvolvimento econômico levaram a uma coleta de informação estatística mais extensa. “Como hipótese geral, parece razoável dizer que, quanto mais ampla a autoridade do Estado sobre a vida social e econômica, maiores o escopo, o detalhamento e o volume das estatísticas” (STARR, 1987, p.16).⁽³¹⁾

A quarta dimensão institucional de GIDDENS se refere ao controle dos meios de violência pelo poder militar dentro de fronteiras territoriais precisas, que também é específico do Estado moderno.

As dimensões institucionais da modernidade e suas inter-relações foram esquematizadas por GIDDENS (p.65) como na figura abaixo:

AS DIMENSÕES INSTITUCIONAIS DA MODERNIDADE

⁽³¹⁾ STARR chama atenção para alguns fatores que relativizam tal generalização. Ao interesse do Estado deve corresponder um sistema de conhecimento, isto é, conceitos, métodos etc. Neste sentido, aponta que no século XVII a Espanha tinha contas mais abrangentes de suas colônias, porém, a Inglaterra coletava menos dados e produzia mais informação estatística. Chama atenção, também, para o fato de que Estados com regimes fortemente intervencionistas podem enfrentar maiores resistências dos informantes.



O capitalismo instaura os dispositivos institucionais da modernidade, sendo a indústria determinada a partir da estruturação da empresa capitalista. Mas a partir daí fundamentam-se a inter-relação e a independência das instituições.⁽³²⁾

As seções desenvolvidas a seguir, 3.3 e 3.4, têm como pano de fundo essas considerações. A sociedade capitalista industrial de caráter nacional é vista como uma interação institucional da modernidade. O sistema oficial de informação gerado como decorrência do desenvolvimento do aparato administrativo do Estado moderno passa a ter no sistema de informação estatística, um aporte fundamental. Este sistema é visto, então, como uma instituição social dessa modernidade.

⁽³²⁾ O autor apresenta a interpretação: "Começando da esquerda do círculo, o capitalismo envolve a insulação do econômico em relação ao político contra a tela de fundo do trabalho e mercados de produtos competitivos. A vigilância, por sua vez, é fundamental a todos os tipos de organização associados à ascensão da modernidade, em particular o Estado-nação, que se entrelaça historicamente com o capitalismo em seu desenvolvimento mútuo. Da mesma forma, há vínculos substantivos íntimos entre as operações de vigilância dos Estados-nação e a natureza alterada do poder militar no período moderno. (...) Avançando em torno do círculo, há relações diretas entre poder militar e industrialismo. Uma expressão importante disso é a industrialização da guerra. Da mesma forma, conexões nítidas podem ser estabelecidas entre capitalismo e industrialismo - conexões que são razoavelmente familiares e documentadas, a despeito da disputa de prioridade sobre suas interpretações observadas acima. (...) As linhas retas da figura indicam conexões subsequentes (...)." (pp.64-5).

3.3 SOCIEDADE CAPITALISTA INDUSTRIAL NACIONAL: UMA INTERAÇÃO INSTITUCIONAL DA MODERNIDADE

Autores como LASH & URRY (1987), WAGNER (1994) e ARRIGHI (1996), em outros contextos de análise, consideram, como GIDDENS, o dualismo industrialismo x capitalismo enfoques reducionistas e introduzem recortes de análise importantes para o desenvolvimento do presente capítulo. Tomando o período que vai do final do século XIX, passando pelas guerras mundiais, ao final da década de 60 ou início da de 70, os citados autores caracterizam-no, respectivamente, como capitalismo organizado, modernidade organizada e fase de regulação econômica.

Para LASH & URRY (1987 p.301), as demarcações de períodos como pré-industrial, industrial e pós-industrial ou como capitalismo competitivo, monopolista e avançado supõem como determinante, em cada período, a economia. O que vale dizer que as demais instituições e práticas sociais constituem-se a partir daquela. Sugerem, então, que as sociedades ocidentais tenham se movido através de três estágios: liberal, organizado e desorganizado. Tal cronologia, dizem os autores, além de rejeitar o economicismo, concentra a atenção nas características peculiares de cada Estado-nação individualmente e na análise da estruturação complexa e diversa das sociedades. Eles procuram mostrar que, embora cada sociedade ocidental tenha se movido pelos três estágios, tomaram formas bastante diferenciadas.

Crítica ao reducionismo do debate industrialismo x capitalismo está presente também nas interpretações de ARRIGHI (1996) a respeito da história do capitalismo mundial - de sua fase formativa à fase atual - estruturada em ciclos sistêmicos. Investigando as tendências atuais à luz de padrões de repetições passadas, por todo o curso do capitalismo histórico, aponta que tendências que parecem inéditas e imprevisíveis hoje são, de fato, familiares.

ARRIGHI (1996, p.4-5), apoiando-se em BRAUDEL, assinala que as características do capitalismo histórico em sua *longue durée* foram a flexibilidade e o ecletismo do capital, e não outras formas concretas assumidas por ele em diferentes lugares e épocas. BRAUDEL observa a ocorrência de períodos, inclusive longos, de especialização do capital, como o do século XIX, quando se passou a considerar “a indústria como o desdobramento final, que teria dado ao

capitalismo sua verdadeira identidade”; mas acrescenta que esta é uma visão de curto prazo.

Segundo ARRIGHI, nos últimos trezentos anos a economia mundial capitalista não progrediu de modo linear, mas através da alternância de tipos opostos de estruturas organizacionais, nas quais determinadas formas de organização surgiram, desapareceram e retornaram. Relata “uma regularidade surpreendente” na alternância de fases de “liberdade econômica” e fases de “regulação econômica” (ARRIGHI, 1996, p.251).⁽³³⁾

Nenhuma das oscilações levou as estruturas organizacionais da economia mundial de volta ao ponto em que estavam antes da oscilação precedente. “Ao contrário, as estruturas que emergiram das sucessivas oscilações foram maiores e mais complexas que as anteriores”, combinando traços das estruturas que substituíra com aquelas que reviveu (p.342).

Alem disso, destaca o autor, que “a velocidade de oscilação - medida pelo tempo que cada regime levou para se formar, tornar-se dominante e atingir seus limites - aumentou sistematicamente, conforme a escala e o âmbito de ação dos principais agentes dos processos sistêmicos de acumulação de capital”. Este padrão é, então, atribuído à tendência da acumulação capitalista de superar suas barreiras organizacionais imanentes, recolocando, no entanto, como disse Marx, novas barreiras em seu caminho e em escala mais portentosa.

Nesse cenário, destacam-se quatro longos séculos, XVI, XVIII, XIX e XX,⁽³⁴⁾ em que os dois últimos são apontados como os referentes à acumulação

⁽³³⁾ Apoiando-se em PIRENE, ao qual credita a primeira constatação de tal movimento pendular, afirma ARRIGHI que “a livre expansão do comércio cedeu lugar ao espírito regulatório que é característico da economia urbana, o qual, por sua vez, foi seguido pelo ardor individualista do Renascimento. Este atingiu seu auge na segunda metade do século XVI, quando o pêndulo começou novamente a oscilar na direção oposta. (...) A tendência à regulação econômica estava destinada a durar apenas até o momento em que, no fim do século XVIII e início do século XIX, ‘a invenção das máquinas e o emprego do vapor na manufatura desorganizaram completamente as condições da vida econômica’. (...) Sob o lema do *laissez faire, laissez aller*, as consequências do liberalismo econômico foram levadas ao extremo, conduzindo uma nova oscilação em direção oposta.” Citando Pirene, acrescenta que “a competição irrestrita leva [os capitalistas] a lutarem entre si e logo desperta resistência (...) no proletariado explorado por eles. (...) Organizam-se cartéis, trustes e sindicatos de produtores, enquanto os Estados, percebendo que é impossível deixar que patrões e empregados briguem anarquicamente, elaboram uma legislação social.”

⁽³⁴⁾ O “longo século XVI abrange toda a extensão do ‘longo século XVI’ de Braudel e Wallerstein, *mais* o século das guerras paralelas, ‘italianas’ e ‘anglo-francesas’, dos Cem Anos, durante as quais a expansão financeira liderada pelos florentinos atingiu seu apogeu e as estratégias e estruturas do futuro regime de acumulação genovês foram formadas. Ele vai desde o grande craque do início da década de 1340 até o fim da Era dos Genoveses, cerca de 290 anos depois. (...) O longo século XVII, que vai da crise sinalizadora do regime genovês, por volta de 1560, até a crise terminal do regime holandês, na década de 1780, tem apenas 220 anos de duração. E o

capitalista como modo de produção, correspondente ao capitalismo britânico e ao capitalismo americano. ⁽³⁵⁾

“A nova oscilação pendular gerada pela ascensão e plena expansão do regime britânico - que reproduziu os fenômenos do século XVI com intensidade decuplicada - (...) criou as condições sistêmicas em que o capitalismo das corporações norte-americanas despontou pela primeira vez, para tornar-se em seguida a estrutura de acumulação dominante em toda a economia mundial.”
⁽³⁶⁾

O impulso “regulatório” do regime norte-americano desenvolveu-se, pois, em resposta às disfunções do impulso “desregulatório” do regime britânico; ou, como preferem LASH & URRY, passa a ocorrer uma organização do capitalismo; ou, ainda, como na proposta teórica de WAGNER, uma organização da própria modernidade, vista de forma mais abrangente.

Constata ARRIGHI, que o impulso desregulatório de hoje é indicativo de uma nova oscilação da economia mundial capitalista para uma fase de “liberdade econômica”. Parece que a centralidade da segunda fase do capitalismo industrial nacional oligopolista está se esgotando ou se diluindo, dando lugar a uma nova (des)configuração social, de caráter mais global. Global tanto em contraponto ao nacional (físico ou virtual) como em oposição ao industrial (com a expansão dos serviços e da cultura), mas este é já outro aspecto da questão, a ser abordada nos Capítulos 4 e 5.

longo século XIX, que vai da crise sinalizadora do regime holandês, por volta de 1740, até a crise terminal do regime britânico nos primeiros anos da década de 1930, é ainda mais curto - ‘meros’ 190 anos” (ARRIGHI; p.221). Finalmente, o longo século XX que se inicia nos estertores do século passado e já dá sinais de esgotamento.

⁽³⁵⁾ ARRIGHI destaca que a tensão e a contradição para a auto-expansão do capital já estavam claramente em ação nos primeiros estágios do desenvolvimento capitalista. Afirma que o capital britânico e, posteriormente, o americano (um processo em andamento) repetiram no século XIX e XX, respectivamente, um padrão que fora estabelecido muito antes, a saber, um rápido deslocamento do capital para a especulação e a intermediação financeira, tal como haviam feito o capital holandês, 130 anos antes, e o capital genovês, 310 anos antes.

⁽³⁶⁾ “O desenvolvimento exitoso do capitalismo veneziano, formalmente organizado e regulamentado, acarretou como tendência contrária a formação do capitalismo genovês, disperso, informalmente organizado e assim também regulamentado. A plena expansão do capitalismo genovês, por seu turno, provocou o ressurgimento, na Holanda, do capitalismo formalmente organizado e regulamentado, através da formação de poderosas companhias de comércio e navegação. E, à medida que a expansão destas companhias atingiu seus limites, o capitalismo informal voltou o triunfar no capitalismo britânico de livre comércio, apenas para ser outra vez substituído pelo capitalismo formal dos altos escalões de governo e das grandes empresas norte-americanas.” (p.341).

A seguir centra-se atenção à fase organizada da modernidade, de regulação do capitalismo industrial, na qual se dá a constituição do sistema de informação estatística - SIE - que buscam “retratar” as características econômicas e sociais dessa configuração social.

3.3.1 Modernidade organizada: fase de regulação econômica

Este período foi marcado pelo desenvolvimento, pela proliferação e pela estabilização de tecnologias de produção e de distribuição de massa, que propiciaram a expansão industrial capitalista, centrada na formação da empresa oligopolista e apoiada na política protecionista do Estado.

Profundas modificações ocorreram nas condições econômica e política das pessoas. Por um lado, o aumento do emprego associado à expansão das atividades industriais e do Estado moderno propiciou uma maior inserção formal da força de trabalho; por outro, o alargamento do sufrágio universal possibilitou uma maior manifestação da vontade política do cidadão.

Assim, o liberalismo econômico do período anterior (fase de liberdade econômica) foi se tornando progressivamente inviável, uma vez que um grande número de pessoas passava a ter força política, traduzida em uma maior capacidade de expressar opiniões e de lutar por melhores condições de trabalho e de vida. Como assinala WAGNER (1994, p.75): “Se estas pessoas eram chamadas de classe trabalhadora ou, de forma crescente, de massas, era uma questão secundária. De uma maneira geral, passou-se a concordar que a questão fundamental à época era a integração destas pessoas; e isto passou a requerer novos modos de organização social.”

Observa o autor que a definição do Estado-nação, como a unidade à qual a ação social deveria estar referida, associada à concepção de sociedade nacional, estruturada por linhas de classes sociais, proveu a base para a organização da modernidade. “A idéia de uma classe trabalhadora, desenvolvida ao longo das lutas dos trabalhadores, criou uma identidade social para um amplo segmento da população.” No entanto, ressalva que até o final do século XIX nenhuma melhoria no tratamento dos problemas sociais tinha sido alcançada. Isto porque para a elite nacional a existência de uma classe trabalhadora, politicamente mais forte e organizada, era vista como um problema, e para a

liderança trabalhadora, que passava a articular a idéia de solidariedade internacional, o Estado-nação era uma construção burguesa, da qual a elite se beneficiava.

Um ponto decisivo na reorientação das relações entre a elite burguesa e a classe trabalhadora foi a cooperação efetiva que se deu entre os dois lados durante a Primeira Guerra Mundial. Mas foi após a crise de 1930 e a Segunda Guerra Mundial que esta reorientação se consolidou, com a constituição de um novo padrão de desenvolvimento sob a hegemonia americana. Como observa MATTOSO (1995, p.18): “A grande crise do final do século XIX acelerou o desmoronamento da hegemonia industrial inglesa e de seu padrão tecnológico e produtivo, e orientou as alterações no modelo econômico vigente, transformações na política e um novo reordenamento social.”⁽³⁷⁾

Por outro lado, a estabilização e a propagação da denominada Segunda Revolução Industrial trouxeram elementos chaves desta transformação social, bem como propiciaram um longo ciclo de crescimento industrial, decorrente de uma segunda onda de inovações.

“A segunda grande onda de transformações capitalistas foi identificada com o nascimento da eletricidade, do motor a explosão, da química orgânica, dos materiais sintéticos, da manufatura de precisão, e, marcando o segundo grande ciclo de crescimento industrial, foi considerada como a Segunda Revolução Industrial. A configuração desta nova onda industrializante, sob um novo paradigma tecnológico, com a incorporação de um agrupamento (cluster) de inovações concentrado no tempo e transformação da base técnica, redefiniria a estrutura produtiva e caracterizaria a primeira onda de industrialização atrasada” (MATTOSO, 1995, p.18).

Ocorria, então, a ascensão de uma série de indústrias baseadas em tecnologias amadurecidas no período entre guerras e levadas a novos extremos de racionalização na Segunda Guerra Mundial. Era o caso dos carros, da construção de navios e de equipamento de transportes, do aço, dos produtos petroquímicos, da borracha, dos produtos eletrodomésticos e da construção.

⁽³⁷⁾ Conforme MATTOSO, pode-se considerar início de reversão do processo a grande crise do final do século, caracterizada como a primeira grande crise propriamente capitalista, 1873-96. Foi quando surgiram questionamentos e políticas nacionais que iriam romper com a política internacional inglesa do livre comércio, baseado nas vantagens comparativas. Tal política

HOBBSAWM (1994, p.259) observa que “muito do grande *boom* mundial foi um alcançar, ou no caso dos EUA, um continuar, de velhas tendências.” Aponta, ainda, que o modelo de produção em massas de Henry Ford alastrou-se, quer para indústrias do outro lado dos oceanos, quer para novos tipos de produção, da construção de habitações à chamada *junk food* (o *McDonald's* foi uma história de sucesso do pós-guerra). Bens e serviços antes restritos às minorias eram agora produzidos para um mercado de massas, como o setor de viagens a praias ensolaradas.

Era, também, marcante o avanço tecnológico. Melhoravam-se os produtos já existentes, que se multiplicavam, e outros, inteiramente novos, eram criados. Alguns produtos revolucionários, com desenvolvimento inicial entre as guerras, entraram em produção comercial, como os materiais sintéticos, o plástico, o náilon, o poliestireno e o polieteno, com usos variados. Outros, como a televisão e a gravação em fita magnética, encontravam-se em fase experimental. “A guerra, com suas demandas de alta tecnologia, preparou vários processos revolucionários para posterior uso civil (...): radar, motor a jato e várias idéias e técnicas que prepararam o terreno para a eletrônica e a tecnologia de informação do pós-guerra. (...) Mais que qualquer período anterior, a Era de Ouro se baseou na mais avançada e muitas vezes esotérica pesquisa científica, que agora encontrava aplicação prática em poucos anos. A indústria e mesmo a agricultura pela primeira vez ultrapassavam decididamente a tecnologia do século XIX.” (HOBBSAWM, 1994, p.260).

Grandes empresas desses setores-chaves absorviam grandes quantidades de matérias-primas do resto do mundo e buscavam dominar o mercado mundial, de massa, crescentemente homogêneo, tanto via exportação de produtos como de implantação de filiais. A força de trabalho privilegiada destes setores formou uma efetiva demanda e em rápida expansão. Tudo isto no contexto altamente dinâmico de reconstrução (patrocinada pelos Estados Unidos) das economias devastadas pela guerra, de ampla renovação urbana, de expansão geográfica dos sistemas de transportes e de comunicações, e do desenvolvimento infra-estrutural dentro e fora do mundo capitalista avançado (HARVEY, 1992, p.123).

vislumbrava a obtenção de maior riqueza agregada com a especialização dos países, de acordo com as condições determinadas pelo mercado controlado pela Inglaterra.

Embora o século XIX seja caracterizado como uma era de inovações técnicas, considera-se que foi somente na primeira metade século XX que se deu a impregnação ou penetração na sociedade das tecnologias então inventadas. Neste sentido, assinala BELL (1973, p. 34) “que quase todas as grandes indústrias ainda existentes - siderurgia, energia elétrica, telégrafo, telefone, automóveis, viação - eram indústrias do século XIX (muito embora a siderurgia tenha começado no século XVIII e a aviação no século XX); (...) tendo surgido em decorrência sobretudo da criação de inventores, de indivíduos curiosos, inspirados e cheios de talento, indiferentes à Ciência, e às leis fundamentais que deveriam presidir às suas investigações.” *Foram, em realidade, as guerras mundiais os laboratórios tecnológicos que uniram a ciência e a tecnologia de maneira inteiramente nova.* ⁽³⁸⁾

Mudanças tecnológicas, que geraram a emergência das grandes escalas e a homogeneização de produtos, geraram, também, mudanças organizacionais com o crescimento gerencial e a reestruturação do processo de produção baseado na “taylorização” do trabalho. É característica desse segundo impulso de crescimento industrial a aplicação do conhecimento ao trabalho, simplificando-o, rotinizando-o e atrelando-o às máquinas, quando se verifica uma elevação sem precedente em sua produtividade. O campo de atuação da ciência foi, então, ampliado para além de sua aplicação à produção de ferramenta e máquinas (DRUCKER, 1995).

WAGNER (1994, pp.73-88), ao chamar atenção para a onda de inovação do final do século XIX, ressalta que algumas das inovações técnicas reestruturaram, enormemente, os domínios da realidade social, estendendo o campo e o alcance da ação. Esta extensão se deu, por um lado, em termos físicos (conexão material) com a ferrovia e, posteriormente, com o automóvel, reconfigurando o espaço territorial, e, por outro, em termos da comunicação, com o telégrafo e o telefone, estreitando canais de interação. O desenvolvimento dos transportes e das comunicações viabilizaram uma maior interação, a longa

⁽³⁸⁾ BELL destaca a indústria química como aquela que primeiramente se desenvolve a partir de intrincados laços entre a ciência e a tecnologia. E assinala que em 1909 dois físicos alemães, Walter Nerst e Fritz Haber, transformaram o nitrogênio e o hidrogênio para produzir amoníaco sintético, trabalhando sobre princípios teóricos antes anunciados pelo francês Henri Le Chatelier. Mas destaca as guerras mundiais como o marco da predominância da teoria sobre o empirismo.

distância, de formas mais rotinizadas e mais padronizadas. Padronizando e rotinizando, também, atividades e comportamento humanos.

Como características das novas práticas decorrentes destas invenções o autor destaca a simplicidade e a independência. Desestruturavam-se inter-relações mais complexas que passavam a se recompor em formas preconcebidas, mais ordenadas, previsíveis e uniformes, que se tornavam socialmente dominantes. Além disso, destaca-se o caráter não-local das novas práticas, uma vez que as tecnologias eram concebidas para uma aplicabilidade universal, a partir de certos requerimentos mínimos.

A segunda metade do século XIX e a primeira do século XX foram, portanto, um período no qual o espaço social foi constituído por redes ou sistemas técnicos, da estrada de ferro ao telefone e às redes elétricas, passando pelas redes viárias às de rádio e televisão. O crescimento de tais redes ou sistemas técnicos se realizou apoiando-se em grande economia de escala. Os custos de construção e manutenção destes sistemas eram altos, e só se viabilizavam economicamente se consumidos por grande número de pessoas. Estas características levaram a uma tendência de padronização dos produtos e serviços e à homogeneização de padrões de comportamento.

A penetração e a sedimentação dessas inovações ocorreram, pois, com a (e como parte da) estabilização de um paradigma econômico e tecnológico caracterizado pela produção e distribuição em massa, apoiadas na tecnologia industrial, com predomínio das grandes firmas no mercado.

Não menos importante foi, como indica SANTOS (1994, p.77), a rematerialização da comunidade, através da emergência das práticas de classe e da tradução destas em políticas de classe, que se dá com o desenvolvimento industrial capitalista e a conseqüente expansão do operariado, bem como o alargamento do sufrágio universal. “São os sindicatos e as associações patronais, a negociação coletiva, os partidos operários a disputar um espaço político anteriormente negociado entre partidos burgueses e oligárquicos. Este processo de rematerialização social e política é um dos aspectos mais característicos desse período (...).”

Fator crucial nesse processo político-social foi a atuação do Estado como agente ativo das transformações ocorridas no campo social e no mercado. No

primeiro caso, atuando via legislação social, controlando e regulamentando a gestão do espaço e as formas de consumo coletivo, na saúde, na educação, na habitação, bem como o mercado de trabalho, com leis trabalhistas e previdenciárias, todo um conjunto de ações regulamentadoras e provedoras que veio consubstanciar-se na criação do Estado do bem-estar social. No caso do mercado, evidencia-se a atuação progressiva do Estado em sua regulamentação, na sua ligação aos grandes monopólios (incluindo a luta política por controle dos mercados) e na sua crescente intervenção na regulação e institucionalização dos conflitos entre capital e trabalho (SANTOS, 1994, p.77).

Enfim, a configuração de um contexto econômico-social e político-institucional marcado por lutas, negociações e acordos entre classes, mediados pelo Estado, que conferiram ao período maiores participação política e legitimidade.

. Princípios gerais do industrialismo

Além das características das inovações técnicas apresentadas anteriormente, é importante enfatizar que desde seus primórdios o processo de industrialização estabeleceu profundas transformações sociais. Modificou a relação campo e cidade, lar e trabalho, homens e mulheres, pais e filhos, gerando também nova ética e novas filosofias sociais. Enfim, dá configuração à sociedade industrial.

Para TOFFLER (1980, p. 59), o “código oculto” do industrialismo, por ele denominado nesta fase de “Segunda Onda”, consistia em seis princípios inter-relacionados, que, nascidos da desunião da produção e do consumo, afetavam todos os aspectos da vida - o lar, o trabalho, o lazer, etc. Os princípios apontados são: padronização, especialização, sincronização, concentração, maximização e centralização.

Optou-se por uma apresentação sucinta de tais princípios gerais por estarem eles refletidos, de forma mais ou menos clara ou implícita, nos modelos de construção das estatísticas oficiais (seleção do que e como pesquisar: variáveis e suas definições), que “retratam” a sociedade industrial.

A padronização envolveu a produção em massa de produtos idênticos, que exigiu a padronização de máquinas e processos, de dinheiro e de preços, bem como de outros aspectos da vida social e econômica. Theodore Vail que

criou a *American Telephone & Telegraph Company*, na virada do século, introduziu a idéia de rota padronizada - todas as cartas que tinham o mesmo destino passaram a seguir juntas pelo mesmo caminho. Frederick Taylor postulou *uma melhor maneira (padrão) de realizar cada tarefa, uma ferramenta melhor (padrão) para executá-la e um tempo estipulado (padrão) no qual ela deveria ser completada.*

“As sociedades da ‘Segunda Onda’, contratando processo assim como trabalho, tornavam-se cada vez mais padronizadas. Usavam testes padronizados para identificar e extirpar os supostamente ineptos, especialmente no serviço civil. Escalas de pagamento eram padronizadas através de todas as indústrias, juntamente com os lucros marginais, horas de almoço, feriados e processos de queixas. Para preparar a juventude para o mercado de trabalho, havia educadores planejando currículos padronizados. (...) idealizavam testes padronizados. Normas de graduação escolar, processos de admissão e regras de abono eram similarmente padronizados. Foi adotado o teste de múltipla escolha.” TOFFLER (1980, pp.60-1).

Os veículos de massa também disseminavam imagens padronizadas, e milhões de pessoas liam os mesmos anúncios e as mesmas notícias. Ganhavam força as linguagem “padronizadas”, com a repressão aos dialetos locais e regionais e mesmo de línguas inteiras. O princípio de padronização percorria todos os aspectos da vida diária. “A Segunda Onda trouxe um nivelamento das diferenças através da implacável aplicação do princípio da padronização” (p.62)

O segundo princípio, o da especialização, refere-se à aceleração da divisão do trabalho. Foram criados o especialista limitado e o trabalhador manual que só fazia uma tarefa, no estilo de Taylor, interminavelmente. No outro extremo, ocorreu um movimento de profissionalização. “Enquanto a Segunda Onda avançava, o mercado intervinha entre o detentor do conhecimento e um cliente, dividindo-os nitidamente em produtor e consumidor”. Por exemplo, a saúde passou a ser vista como um produto oferecido pelo médico (e não o resultado de cuidados pessoais e preventivos); a educação passou a ser “produzida” pelo professor na escola e “consumida” pelo estudante. “(...) A Segunda Onda produzia uma mentalidade comum e um avanço para uma divisão cada vez mais refinada do trabalho” (p.63).

A sincronização das atividades, terceiro princípio, alterou sobremaneira o modo de se lidar com o tempo. De uma forma de sincronização orgânica e natural (“que fluía do ritmo das estações e dos processos biológicos, da rotação da terra e da batida do coração”) passou-se a uma sincronização muito mais refinada, trazida pelas máquinas. O atraso de um grupo de trabalhadores na conclusão de uma tarefa impingia o atraso de outros trabalhadores inseridos mais abaixo na linha de produção. Assim, a pontualidade tornava-se uma necessidade social e começaram a proliferar os relógios de todos os tipos.

Não só a vida do trabalhador se tornou sincronizada, toda a sociedade passou a mover-se regulada pelo relógio: as escolas, os transportes, o lazer etc.

“Uma vez tornada dominante a Segunda Onda, até mesmo as mais íntimas rotinas da vida estavam encaixadas no sistema da marcha industrial. Nos Estados Unidos e na União Soviética, em Singapura e na Suécia, na França e na Dinamarca, na Alemanha e no Japão, as famílias levantavam-se a certa hora, comiam ao mesmo tempo, tomavam a condução, trabalhavam, voltavam para casa, iam deitar-se, dormiam e até faziam amor mais ou menos em uníssono, quando toda a civilização, além da padronização e da especialização, aplicou o princípio da sincronização.” (p.65).

O quarto princípio refere-se à concentração, que inclui não somente a concentração da população em grandes centros urbanos e dos trabalhadores na fábrica, mas dos criminosos nas prisões, dos loucos nos hospícios, das crianças nas escolas. Diz respeito, também, a uma maior concentração de capital, que gerou as empresas gigantescas, as companhias, o *trust* e o monopólio.

As grandes companhias (de produção padronizada, acentuada divisão do trabalho e forte acumulação de capital) passaram a operar com custos mais baixos, devido às economias de escala. Daí o “grande” tornou-se sinônimo de “eficiente”, e a maximização tornou-se o quinto princípio chave. Como a grandeza era o resultado do crescimento, os governos, as companhias e outras organizações industriais perseguiram o ideal de crescimento. “Em 1960 a *General Motors* sozinha empregava 595.000, e uma empresa de utilidade pública, a *AT&T* de Vail, empregava 736.000 homens e mulheres.” (pp.67-8). Assinala STEWART (1998, p.8) que o estacionamento da fábrica de eletrodomésticos da

General Electric, em Louisville, Kentucky, foi construído em 1953 para abrigar 25.000 carros (hoje a fábrica tem 10.000 funcionários).

Finalmente, o sexto princípio apontado é a centralização. De uma economia anterior basicamente descentralizada passaram a métodos inteiramente novos de centralização do poder. Todas as informações passaram a fluir por uma cadeia de comando centralizada até chegarem a um “superintendente”, que tomava as decisões e enviava as ordens hierarquia abaixo, com o modelo das companhias de estrada de ferro tomado por base. TOFFLER enfatiza a centralização política e administrativa e ressalta “uma invenção crucial, cujo nome releva o seu propósito: o Banco Central” (p. 71).

Estes princípios, atuando conjuntamente e reforçando-se mutuamente, consolidaram a preponderância de características “industriais” não só na economia mas na sociedade. Expandiu-se a burocracia, estatal e industrial, e passou-se a produzir algumas das maiores, mais rígidas e mais poderosas organizações burocráticas. Redefiniu-se, assim, o espaço social, reduzindo riscos e aumentando certezas.

3.3.2 Convenções e representações de práticas sociais

A configuração e o aprofundamento da economia industrial de produção e distribuição em massa aliada à formação de uma nova concepção e práticas sociais de trabalho, de consumo e de participação política vieram a constituir um novo e abrangente conjunto de regras sociais. Muitas práticas sociais, estabelecidas anteriormente, foram enfraquecidas ou destruídas, e novas instituições se formaram.

Nesse período, de expansão da modernidade organizada e regulada, que alcança certa estabilidade e legitimidade, ocorre, então, o aumento da formalização de práticas sociais, que se homogeneizam e se convencionam.

Observa WAGNER (1994, p.31), apoiando-se na formulação teórica de GIDDENS (1989), que as instituições ⁽³⁹⁾ podem ser vistas como “habitualização de práticas”, ou seja, é o constante restabelecimento de práticas que formam as

⁽³⁹⁾ Instituições sociais aqui entendidas como um conjunto relativamente durável de regras e recursos que têm uma ampla extensão espaço-tempo. “A estruturação de instituições pode ser entendida em função de como acontece de as atividades sociais se ‘alongarem’ através de grandes extensões de espaço-tempo” (GIDDENS, 1989; p. XIII). As instituições sociais longe de apenas restringirem (*constrain*) as atividades humanas também possibilitam (*enable*) tais atividades, uma vez que permitem aos seres humanos valerem-se de suas regras e recursos.

instituições. Assim, se pode ver na construção de tais instituições um processo de convencionalização.

“Convencionalização é um processo que produz ao seu término, se bem sucedido, a realidade social, que é a base de sua imagem. No entanto, se a imagem é alcançada, ela se impõe à realidade, estruturando-a para além do que poderia ser detectado em observação detalhada. E esta é uma questão chave para o infundável debate sobre a adequação da interpretação social.” (WAGNER, 1995, p.76).

A convencionalização é vista, então, como um meio de redução de incertezas, pois limita as variações dos eventos, as ações e as interpretações que podem ocorrer. É um esforço coletivo para se estabelecerem formas de gerenciamento do mundo social.

Convencionalizações são produzidas tanto de cima para baixo como de baixo para cima. É exemplo deste último caso a luta do movimento dos trabalhadores em sua busca de definir os próprios trabalhadores, suas posições e seus interesses na sociedade. A ênfase é, pois, na construção de identidade e de possibilidade de ação coletiva própria. No segundo caso, são exemplos as leis e decretos estabelecidos pelo aparato estatal. Estes passam a prover um efetivo e conveniente meio de introdução de critérios de classificação da sociedade, com base, certamente, em algum aspecto identificável e interpretável da realidade social. Quando uma classificação oficial é introduzida, práticas sociais passam a se estruturar com referência a ela. Nesse caso, a ênfase é no domínio e no controle.

Na realidade, a distinção entre essas duas formas de convencionalizações não é precisa, e freqüentemente uma invade a outra. Segundo WAGNER é uma característica da modernidade organizada a transformação dos esforços de convencionalização produzidos por baixo em convenções a serem administradas e gerenciadas por cima. Tal processo é denominado institucionalização, e os indivíduos passam a ser posicionados nas classificações existentes, em formas rotinizadas de ação coletiva.

É buscando aumentar a inteligibilidade dos fenômenos sociais que classificações são estabelecidas. O aumento de inteligibilidade se dá através da imposição de critérios de classificações estabelecidos por observação a

distância, e não através de ação coletiva própria daqueles que estão sendo classificados. A classificação é uma ferramenta de construção de representações de fenômenos sociais. A noção de representação - apresentar novamente o que está ausente - pressupõe uma concepção específica da realidade, proveniente de convenções. É uma operação que reduz a multiplicidade a seqüências racionais e conseqüências controláveis, a leis e regularidades e a uma dada forma de lógica. Através de simplificação, contagem, cálculo e de grande manipulação, a complexidade, a heterogeneidade e a riqueza original do real são fortemente reduzidas, sendo mesmo, eventualmente, suprimidas (De BEER). A representação traz forma, luz e ordem, porém traz, também, distorção. *Esquemas de representação buscam fixar e estabilizar a realidade e, neste sentido, criam e solidificam conhecimento e informação, bem como fundamentação e identificação de pensamento.*

“Quando convencionalizações são estabelecidas com sucesso, por um certo tempo o caráter de ser uma construção social tende a desaparecer da consciência dos membros da sociedade. As classificações aparecem, então, como representando alguma ordem natural da realidade. Neste caso, fala-se de reificação ou naturalização do fenômeno social. (...) Uma situação na qual o caráter de construção social da maioria das instituições da sociedade é completamente varrido da consciência e na qual a estruturação social passa a ser vista como natural e ideal ao mesmo tempo”(WAGNER 1994, p.77).

Tal situação foi a alcançada nos anos 50 e 60, quando tanto os estudos da ciência social como o discurso das classes dominantes apresentavam um ar de certeza sobre a nova ordem “natural” do mundo social. Acreditava-se mesmo que tal ordem já estava vigorando em algumas sociedades. Este foi o período de auge das teorias da modernização e do desenvolvimento.

Esse quadro possibilitou a construção de esquemas teóricos coerentes e abrangentes de interpretação da sociedade, o que facilitou a construção dos próprios modelos estatísticos e de seus instrumentos classificatórios.

A título de exemplificação pode-se citar uma das maiores convenções sociais do período: a “sociedade do trabalho”. Realmente, não há muito tempo, os princípios básicos da “sociedade do trabalho” foram aceitos como uma convenção social. Tal processo de convencionalização está marcado no tempo,

localizando-se entre o final do século XIX e os anos 30, indo, em alguns países, até os anos 60. Conceitos de emprego e desemprego não existiam até então, ainda não tinham sido criados. Isto se dá quando, com a produção industrial em massa, categorias como as de ofício foram esvaziadas e a noção de trabalhador assalariado passou a preponderar. Este conceito não somente homogeneizou uma grande parte da população trabalhadora como também possibilitou a criação de outra categoria, a dos desempregados, uma categoria inconcebível anteriormente. O período pós-crise econômica mundial, especialmente entre 30 e 50, pode ser visto como o de estabelecimento de normas do desemprego, quando a convenção keynesiana do pleno emprego tornou-se um objetivo político. A partir de então, as taxas de desemprego tornaram-se um indicador estratégico, para diversos atores envolvidos: empregadores, empregados, sindicatos e governos.

É, então, nesse contexto do capitalismo industrial (padronizador, especializador, sincronizador, concentrador, maximizador e centralizador), nacional (do Estado-nação, protetor e promotor do desenvolvimento), em fase de regulação econômica, de maior estabilidade, legitimidade e certeza, e de formalização e convencionalização de práticas sociais, que, como se verá na seção seguinte, ocorreu o crescimento acentuado das pesquisas/levantamentos estatísticos. Pesquisas estas que passaram a ter um tratamento nacional, graças ao desenvolvimento das técnicas estatísticas e à centralização de suas operações em um órgão do governo federal, visando à obtenção de um maior conhecimento da população e da economia, para fins de planejamento e de controle por parte do Estado.

3.4 SISTEMA DE INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA: UMA INSTITUIÇÃO SOCIAL DA MODERNIDADE ORGANIZADA

Neste período, consolidou-se, pois, uma dada inter-relação de "feixes institucionais da modernidade", em que a geração e o controle da informação pelo Estado moderno se institucionalizaram. É o que se discutirá a seguir, tomando-se como fio condutor o longo e bifurcado caminho percorrido pela(s) estatística(s), isto é, seu desenvolvimento como ciência *vis à vis* a produção de informação socioeconômica, inserida no corpo do Estado. Esta produção de informação, que se utiliza do aparato teórico da Ciência Estatística, passa a ser vista, então, como instrumento de política de conhecer e de ação social, passando a ser designada por estatísticas oficiais. ⁽⁴⁰⁾

Assim, no contexto da configuração social anteriormente apresentada, a utilização do instrumental científico da Ciência Estatística nos levantamentos de dados estatísticos, de maneira centralizada pelo Estado - consubstanciando-se nos sistemas de informação estatística -, promoveu a solidificação e a estabilização de um paradigma das estatísticas oficiais.

3.4.1 Desenvolvimento inicial das estatísticas

São em geral tomadas como as primeiras pesquisas estatísticas os registros de mortes e nascimentos que tiveram origem na Inglaterra no começo do século XVII. É comumente tido como o primeiro estudo estatístico digno de nota o realizado por John Graunt, em 1662, "*Observations on the London Bills of Mortality*". Estudo similar sobre mortalidade foi feito em Breslau, Alemanha, em 1691, e utilizado pelo astrônomo inglês Edmund Halley como estudo básico para as primeiras tábuas de mortalidade. Halley mostrou que as tábuas de vida poderiam ser usadas para fazer estimativas da força militar a ser extraída da população, bem como para prover uma base de cálculo para que os seguros de vida se tornassem mais rentáveis. O sucesso das companhias de seguro reforçou a crença nos cálculos de probabilidades e no interesse na "saúde" das pessoas para fins de seguro (SHAW & MILES, 1979, p.30).

⁽⁴⁰⁾ Está-se pois, distinguindo a atividade de levantamento/coleta de informação socioeconômica, quantitativa, tipicamente realizada por órgãos oficiais ou por pesquisadores sociais, da teoria estatística, que fornece o arcabouço teórico e metodológico para tais levantamentos, baseada na teoria matemática das probabilidades.

Como assinala DESROSIÈRES (1996, p.6), no começo era a "lista", isto é, a estatística antiga era uma contagem feita por meio de "listas": das famílias, dos indivíduos que as compõem, de escolares, de militares, de atendimento à população doente etc. Os registros paroquiais, vistos como antepassados do registro civil, eram listas de batizados, casamentos e óbitos, que "editos reais do século XVII tornaram obrigatórias". É, também, neste século que "os aritméticos políticos ingleses Graunt e Petty contam os casos registrados, transformam essas listas em números e agregados úteis para o Príncipe e para os comerciantes espertos. A atividade administrativa de registro de acontecimentos singulares foi prolongada, ou desviada, para a produção de uma informação, um número que resumia uma lista. Nascia a estatística". ⁽⁴¹⁾

Como no período a expansão do comércio era a maior fonte de receita, estatísticas administrativas sobre transações comerciais passaram a ser produzidas. Na Inglaterra, as taxas alfandegárias foram centralizadas em 1671, e em 1695 foi criado, então, o primeiro Departamento de Estatísticas Oficiais, com a atribuição de organizar os dados referentes a quantidades e valores das mercadorias comercializadas, constituindo-se nas primeiras séries estatísticas contínuas. A criação desse Departamento de Estatísticas refletia o crescente interesse no uso da informação numérica para monitorar e controlar a situação econômica e social da época (SHAW & MILES, 1979, pp.30-1).

É aceito por muitos que a estatística, como compreendida hoje, nasce na Inglaterra no século XVII, a partir dos estudos de Petty e Graunt sobre a mortalidade em Londres e, mais genericamente, sobre fenômenos de natureza econômica e demográfica, usando-se para tal as principais "listas". Os estudos de renda têm sua primeira formulação no trabalho de Petty que se preocupava em estimar a produção e a riqueza nacional, com o intuito de melhor conhecer o nível de vida da população. Sir William Petty, defendeu a criação de um Departamento Estatal de Estatística e propôs o termo *Political Arithmetic* (título de seu livro publicado em 1690), para designar uma "ciência da sociedade", fundada em números, pesos e medidas, que deveria ser tão livre de interesses setoriais como se supunha ser a matemática.

⁽⁴¹⁾ Aponta o autor para a necessidade primeira dos regulamentos e de formas padronizadas dos registros obrigatórios para que se viabilizassem, inicialmente, a contagem e a posterior

No prefácio do livro de Sir Petty, escrito por seu filho, já se observa a relação da estatística com a Ciência e o Estado:

"O texto foi intitulado por ele 'Aritmética Política', uma vez que nele coisas do governo, e de não menos importância e extensão do que a glória do príncipe e a felicidade e a grandeza do povo, são objeto de uma forma de demonstração segundo as regras comuns da aritmética. Todos o reconhecem como o inventor desse método de estudo, graças ao qual a maneira de ser emaranhada e intrincada das coisas do mundo é explicada por uma aplicação bem modesta da ciência. Não tivessem os ensinamentos desse ensaio ofendido a França, há muito teriam sido dados à luz e encontrado seguidores, bem como melhoramentos, antes desta ocasião, favorecendo talvez a humanidade." (PETTY, 1983, p.111).

No entanto, só no final do século XVIII a aritmética política passa a ser vista como estatística, quando se dá uma generalização do uso da palavra alemã *Statistik* ou *State-istics*, nome coletivo para o crescente corpo de informação não só numérica mas também institucional e textual sobre os Estados alemães, suas populações, seus recursos, empreendimentos, etc. A estatística era uma descrição do Estado (ZAJCZYK, 1996, p.10; DESROSIÈRES, 1995, p.176 e 1996, p.5; SHAW & MILES, 1979, p.31).

Desde então, foi longo e bifurcado o caminho percorrido pela(s) estatística(s) para se tornar(em) tanto uma ciência, uma área do saber, como para se inserir(em), de forma estruturada, no corpo do Estado, como produção de informação socioeconômica, sendo, neste caso, muitas vezes designada por um coletivo plural: estatísticas. (SENRA, 1998, p.35).

3.4.2 A Ciência Estatística e as estatísticas de Estado

Inicialmente, a ciência estatística e a atuação do Estado como produtor e sistematizador de informações estatísticas socioeconômica - as estatísticas oficiais - seguem caminhos pouco interligados. Só mais recentemente, quando o Estado assumiu funções protetoras e provedoras, é que a produção estatística passou a se sustentar no desenvolvimento da Ciência Estatística. Pode-se

identificação, transcrição e reunião de aplicações particulares das regras gerais. A implementação da infra-estrutura jurídica e material do Estado precede, pois, a criação de qualquer estatística.

considerar que a confiabilidade ou mesmo a legitimidade das estatísticas públicas passaram a vincular-se a duas instituições sociais modernas: a Ciência e o Estado.

Com a intensificação e a generalização do crescimento da indústria e do comércio, o Estado ganha importância. Mesmo sob a égide do *laissez faire*, era sua função assegurar as condições necessárias para que a indústria e o comércio privados prosperassem. Uma destas condições era a organização do conhecimento do novo, complexo e rápido processo de mudanças da economia e da sociedade. Assim, o aparato de produção de estatísticas administrativas do Estado expandiu-se.

Por outro lado, em que pese o agravamento dos problemas sociais, decorrente do crescimento das cidades, estes eram estudados, essencialmente, por pesquisas diretas: a monografia local. As questões de higiene (provocadas pela má distribuição e qualidade da água e por redes de esgoto precárias), da delinqüência e da pobreza eram, muitas vezes, discutidas e tratadas por iniciativas particulares de reformadores sociais, médicos, juristas, engenheiros ou professores (DESROSIÈRES, 1996, p.8). Tais pessoas procuravam estabelecer as reformas necessárias para assegurar uma sociedade hierarquicamente estável, para que todos gozassem dos benefícios da política liberal do *laissez faire*, tendo na educação um elemento chave.

Nesse tempo, a Ciência Estatística buscava compreender as regularidades de populações diversas, vindo a construir um raciocínio científico específico que muito contribuiu para o desenvolvimento da própria Ciência. No campo das estatísticas o método da amostragem foi utilizado na década de 1780 pelo matemático Laplace para estimar a população na França. Contudo, sua utilização não se dava de maneira regular, nem mesmo no século XIX. Ignorando os avanços da Ciência Estatística, as estatísticas do século XIX eram provenientes, basicamente, de monografias e registros locais, com destaque para as pesquisas sociológicas de campo e os registros administrativos.

É considerado por muitos (MACKENZIE, 1981, pp.1-14; THÉVENOT, 1987) que a moderna estatística matemática nasce nos estertores do século XIX e nos primórdios do século XX. Destaca-se o trabalho dos ingleses Galton e Pearson e, posteriormente, de Fisher, que respondem por três diferentes períodos de desenvolvimento da estatística e foram os líderes da emergente

comunidade dos profissionais de estatística. Por volta de 1930, na Inglaterra, havia um ativo grupo de pesquisadores trabalhando com e ensinando teoria estatística. Já havia sido criado o *International Statistical Institute* - ISI em 1884, e havia também um periódico, *Biometrika*, com grande proporção de artigos que se constituíram em importantes contribuições ao desenvolvimento deste campo científico (MACKENZIE, 1981, p.9).

As descobertas de Galton (por volta dos anos 1880), posteriormente sistematizadas e ampliadas por Pearson e Fisher, ⁽⁴²⁾ relacionadas aos conceitos de regressão e correlação, modificam o tratamento de problemas antes centrados numa só variável, passando a possibilitar a inclusão e o estudo de mais variáveis.

Os estudos desses eugenistas ingleses alteraram completamente o uso formal da "lei normal", passando-se, então, a dar ênfase às características individuais, suas distribuições, correlações e classificações.

"Tudo isso abriu caminhos para novas maneiras de se 'fazer com que as coisas ficassem juntas' - 'making things hold together'. Variáveis que são correlacionadas, ou que podem ser 'explicadas' por outras usando um modelo de regressão, passam a criar coisas que são incomparavelmente mais sólidas que aquelas que resultavam das distribuições de Gauss (que pouco a pouco iam perdendo seu poder de fascinação). (DESROSIÈRES, 1990, p.204).

É a partir dessa nova possibilidade de se lidar com dados, aliada a outros fatores, a serem tratados posteriormente, que ocorre um forte impulso na produção de estatísticas oficiais. Observa DESROSIÈRES (1993, pp.21-5) que só no início do século XX é que se dá a autonomização, no interior da administração pública, de um outro "ofício": o das estatísticas de Estado, dos escritórios de estatísticas oficiais, que até 1940 ainda não haviam incorporado os métodos estatísticos mais aprimorados. Observa o autor que o trabalho de construção das estatísticas envolve tanto a criação de um espaço político de

⁽⁴²⁾ Pearson não só sistematizou os estudos de Galton como deu importantes contribuições relacionadas ao teste qui-quadrado para ajustamento de dados. Foi também responsável pela edição do *Biometrika* e foi professor do primeiro curso avançado de teoria estatística na Inglaterra. Fisher foi responsável por reestruturar toda a base da teoria estatística, que ainda hoje vigora, e fez grandes contribuições ao campo da biologia (MACKENZIE, 1981, p.9).

equivalência e de codificação quanto um tratamento matemático, muito apoiado no cálculo das probabilidades. E essas são duas dimensões das estatísticas.

3.4.2.1 As estatísticas oficiais: sistema de informação estatística

É, pois, no século XX, com o desenvolvimento do Estado do bem-estar social, do capitalismo organizado da Segunda Revolução Industrial, que as estatísticas ganham maior relevo, passando a se apropriar, cada vez mais, dos avanços da Ciência Estatística, vindo a construir uma bem articulada e consistente representação (interpretação) da realidade. A construção de tal representação, que se reifica, se beneficiou da estabilização e da solidificação de práticas sociais que se legitimaram e se convencionalizaram.

Pode-se dizer mesmo que se com a produção e comercialização generalizada de bens a produção de estatísticas tornou-se atividade emergente, com a expansão do capital industrial monitorado e apoiado pelo Estado nacional ela se avolumou, se diversificou e se tornou "conhecimento superior", apoiada no robusto desenvolvimento científico sob a égide do positivismo.

DESROSIÈRES (1990) aponta para a ocorrência de três "reformas", intimamente inter-relacionadas, que marcaram sobremaneira o desenvolvimento das estatísticas: uma política, uma cognitiva e uma institucional, que corresponderam, respectivamente, ao desenvolvimento do Estado do bem-estar; à difusão do modelo de representatividade e de seleção aleatória; e à nacionalização das informações socioeconômicas, com a centralização das estatísticas em órgãos oficiais.

A forma de ação do Estado do bem-estar social passa a demandar uma maior interação com a produção de estatística. A proteção social deste Estado passa a ser regida por leis nacionais, uniformes em todo o território, baseada em cobertura estatística dos riscos. Diferentes modalidades de seguros sociais foram criadas em diversas áreas sociais, como saúde, previdência social, educação e trabalho. A operacionalização dessa variada gama de ações governamentais se dá através do estabelecimento de muitas regras legais e burocráticas - formalizações, convencionalizações e institucionalizações. O desenvolvimento do Estado do bem-estar social veio requerer, pois, um conhecimento numérico da situação da educação, da saúde, do trabalho e de

outras condições sociais da população, contribuindo para a determinação do espectro das estatísticas levantadas pelo Estado.

Como observa WAGNER (1994, p.106), o período que vai do final do século XIX aos anos da década de 1930 foi marcado, na história da Ciência Estatística e da pesquisa social empírica, por um intenso debate sobre uma questão metodológica específica: como se generalizar observações coletadas de estudo das partes para se constituir o todo. A solução foi encontrada com o desenvolvimento de técnicas estatísticas, designadas sob o título de "representatividade". Estas técnicas surgiram de intensos debates entre os profissionais de estatística com relação ao desenho de arranjos sociais a serem quantificados. Conclui o autor que por trás desta questão técnica ocorria, na realidade, uma transformação cognitiva e política da modernidade.

O avanço das técnicas estatísticas possibilitou tanto a criação de uma linguagem técnica universal como a execução de grandes pesquisas por sondagem, propiciando a nacionalização e a centralização dos levantamentos, antes locais e fortemente baseados em registros administrativos. A descrição estatística não provém mais apenas de contagem exaustiva de casos individuais ou de estudos e monografias locais, mas, principalmente, de pesquisas por sondagem, por meio de amostras aleatórias representativas em nível nacional.

As três citadas "reformas" articulam um novo modo de pensar as políticas econômicas e sociais, isto é, em âmbito nacional: o planejamento nacional. Isto influenciou, portanto, não somente o crescimento da utilização das técnicas estatísticas como a produção centralizada delas.

3.4.3 O paradigma das estatísticas oficiais

A partir do desenvolvimento alcançado pela Ciência Estatística, a difusão e a aplicação das técnicas de amostragem cresceram rapidamente, passando a ser utilizadas por vários segmentos, como os produtores de bens de consumo, os partidos políticos e o governo. Com a aplicação de técnicas estatísticas busca-se, então, estimar a aceitação, respectivamente, de produtos, de intenções de votos e de programas e políticas.

Especialmente depois da Segunda Guerra, muitos institutos de pesquisa foram criados e passaram a gerar os dados aos quais eram aplicadas as

técnicas estatísticas. A aplicação das técnicas era acompanhada de estudos conceituais que lhes davam suporte. Juntos, promoveram, então, um campo acadêmico da ciência social, a pesquisa social empírica ⁽⁴³⁾ que passou a produzir a imagem de uma sociedade normal, dotada de estruturas econômica e política específicas, com certa relação funcional entre elas (WAGNER, 1994, p.106-7).

WAGNER (1995, pp.185-8), enfocando a questão do positivismo nas ciências sociais, enfatiza a transformação ocorrida nessas ciências. Transformação esta que se inicia no período clássico e vai até o final dos anos 60, dando origem à ciência social modernista, da "epistemologia da certeza". Nesse contexto, são, então, destacados três requisitos básicos: a pretensão de produção de conhecimento superior; ⁽⁴⁴⁾ a existência de elementos sociais estáveis; ⁽⁴⁵⁾ e o determinismo da ação humana.

WAGNER explicita três formas básicas de elaboração de determinismo da ação humana, todas formuladas por volta do século XIX, tornando-se, de alguma forma, codificadas e formalizadas cerca de um século depois, sendo, amplamente, adotadas depois da Segunda Guerra. São três enfoques bem conhecidos: o econômico, o social e o estatístico. ⁽⁴⁶⁾ São diferentes maneiras de estabelecer regularidades, e todas têm variantes fortes, fracas e críticas.

"Combinando elementos dispersos e heterogêneos, a estatística constrói objetos novos, úteis para entender e transformar o mundo. A partir daí, esses objetos macro-sociais, teorizados pela sociologia de Durkheim e pela economia de Keynes, adquirem vida autônoma. São separados dos

⁽⁴³⁾ Para Wagner, o uso de termo se refere a um enfoque individualista, quantitativa e metodologicamente, tendo se tornado a maior corrente intelectual de análise da sociedade que vigorou nos anos 50 e 60.

⁽⁴⁴⁾ Refere-se à necessidade de se construir "tipos ideais", revelando-se, assim, características básicas da realidade. Buscava-se produzir normalidade estatística a partir de uma vasta distribuição de casos simples, "procurando-se detectar a essência por trás das aparências e as estruturas por trás dos eventos."

⁽⁴⁵⁾ As estruturas construídas eram dotadas de grande grau de solidez e estabilidade. A sociedade foi, então, dividida em esferas. Na economia se considerava a autonomia (auto-regulação) das esferas e na sociologia funcionalista se considerava a inter-relação funcional delas.

⁽⁴⁶⁾ O enfoque econômico está centrado no indivíduo, e considera-se que eles são dotados de racionalidades tais que a busca, mesmo não coordenada, de seus interesses individuais leva ao bem-estar geral a sociedade. No enfoque sociológico, os indivíduos são de pouco interesse, suas atividades são comandadas por fatores por de trás deles mesmos, em realidade, estão sujeitos a leis sociais ou características culturais. No enfoque estatístico, nenhuma destas assunções é feita, mas atitudes e comportamentos dos indivíduos são contados, sumarizados e tratados com técnicas matemáticas no sentido de descobrir regularidades empíricas.

elementos dos quais provinham, pois a agregação estatística visa precisamente a substituir sua dispersão e heterogeneidade por resumos e classes de equivalência, que podem ser utilizados para uma ação geral." (DESROSIÈRES, 1993, p.2).

Os três princípios básicos, a reivindicação de conhecimento superior, o postulado ontológico de uma sociedade composta de elementos sólidos e a assunção causalista de determinações racionalistas e sociais, fizeram a vida social humana parecer calculável, ou, pelo menos, passível de cálculo.

Ao admitir tais princípios, os cientistas sociais restringiram as relações potenciais que poderiam ser observadas na realidade, limitando-as ao que poderia ser modelado utilizando-se estatísticas "causais", às quais era atribuído o "poder" de mapear a realidade. Isto, certamente, se relaciona a uma dada concepção de ciência, do tipo de conhecimento que ela produz e das formas através das quais este conhecimento é justificado.

"Formas convencionais" x "investimentos em formas"

Segundo DESROSIÈRES (1996), pressupostos da metodologia estatística estabelecem que um indivíduo é tratado como extremamente relacionado a outros indivíduos; a separação dos indivíduos uns dos outros ignora as relações sociais entre eles; os indivíduos assim separados são contrapostos como massa atomizada de indivíduos inter-relacionados; a singularidade do indivíduo desaparece, substituída pelo espécime, tirado ao acaso, de uma "urna" que se supõe uniforme. Os cidadãos são equivalentes, assim como são equivalentes as bolas de uma urna. Nota, ainda, a necessidade de considerações a priori na utilização dessa metodologia de pesquisa, o que envolve, especialmente, a construção de regularidades, e não sua descoberta.

Para o tratamento dos dados gerados por essa metodologia, necessita-se, pois, do estabelecimento de alguma forma de codificação e de classificação, sem as quais eles não podem ser estruturados. O tratamento estatístico supõe sempre uma etapa de formalização codificada. Como observa THÉVENOT (1995, p.153), a "atividade de estabelecimento de equivalência, implicada na codificação, realiza-se num conjunto mais vasto de formalizações nas quais ela se apóia". Os códigos de todos os tipos têm como função garantir articulações

confiáveis. A codificação é considerada uma tarefa material que consiste em colocar num mesmo plano, "no meio da lista", coisas ou pessoas que por sua singularidade resistam a esse tratamento. Integrados, então, sob critérios diversos, objetos e pessoas assumem forma suficientemente estável e geral para tornar possíveis articulações (econômicas e sociais) entre eles. A codificação e a classificação implicam "investimentos em forma", cuja magnitude varia com o grau de convencionalização dos fatos sociais observados.

Assinala THÉVENOT (1995, pp.155-6) que "As formas convencionais têm, como as máquinas, uma eficácia que se deve à sua capacidade de reproduzir uma relação de maneira idêntica no tempo e no espaço, economizando as despesas de tempo pessoal necessárias pela manutenção dessa relação." As formas convencionais são por ele definidas como as categorias instituídas pelo direito (estado civil, profissões controladas, educação formal), que, por possuírem maior legitimidade social, requerem pequenos investimentos em formas. Outras formas, no entanto, por não contarem com uma regra estabelecida ou um código jurídico para embasamento, passam a requerer grandes investimentos na sua construção: as nomenclaturas de atividade econômica e de ocupações, por exemplo. Observa, ainda, que não são poucas as estatísticas que apóiam sua construção em acordos sociais, muitas vezes tácitos ou não tão aceitos, acordos estes que elas mesmas contribuíram para fixar (convencionalizações de cima para baixo).

Na busca de "formas" harmonizadas - no tempo e no espaço - para a mensuração da realidade socioeconômica, os grandes "investimentos em forma" solidificam e reificam as "formas" construídas. Assim é que uma estrutura pesada e custosa de "formas", o mais comparável possível, foi construída para o levantamento de dados estatísticos, constituindo-se mesmo a base desses sistemas de informação. Tal construção se dá sob coordenação de fortes organismos internacionais (cf. Seção 2.2).

Observa DESROSIÈRES (1990, p.198), apoiando-se na tradição durkheimiana, que fatos sociais podem ser tratados como coisas somente se foram "endurecidos" - *hardened* -, e conclui, citando LATOUR (1987), que "temos que estudar em que extensão as coisas descritas pelas estatísticas são sólidas e permanecem juntas (*hold together*). Elas são sólidas na medida em

que são relacionadas à fatos sociais estáveis (*hard*): instituições, leis, costumes, acordos etc. Isto se relaciona, novamente, à questão das convencionalizações.

Assim, o desenvolvimento das técnicas estatísticas (a correlação, a regressão, o teste qui-quadrado, os intervalos de confiança etc.) e os altos investimentos em formas harmonizadas trouxeram novas maneiras de se "fazer com que as coisas ficassem juntas". Além desses fatores, outros dois instrumentos desenvolvidos no pós-guerra atuaram no sentido de solidificar as estatísticas. Um de suporte técnico-econômico, as Contas Nacionais, e o outro de suporte técnico-operacional, o desenvolvimento da Ciência da Computação. Os procedimentos de padronização implícitos nestas técnicas deram grande reforço à construção de fatos sociais sólidos. "O uso de ferramentas de informática passa a ser fundamental para a aplicação rápida e segura de técnicas para a determinação do tamanho e seleção de amostras, bem como para a estimação e avaliação da precisão das estimativas em pesquisa por amostragem" (BIANCHINI, 1998, p.1).

Estes fatores passaram a dinamizar sobremaneira a elaboração de novas pesquisas estatísticas, com referência - representatividade - espacial nacional. A ênfase dada às Contas Nacionais passou a ser determinante na estruturação do SIE, pois passa a demandar uma série de pesquisas e classificações necessárias à sua construção e à de seus agregados macroeconômicos. As pesquisas exaustivas - os Censos - foram cedendo espaço para uma produção crescente de pesquisas por amostra, estruturais e conjunturais, de maior ou menor escopo, com maior ou menor periodicidade, com regularidade determinada ou não, abrangendo aspectos econômicos e sociais diversos.

A atividade de geração e sistematização de estatísticas passa a ser coordenada por organismos nacionais de estatística, com produção mais ou menos centralizada, que passam a seguir de perto determinações de órgãos internacionais, onde é central a construção das Contas Nacionais.

Nesse percurso das estatísticas, aspectos técnico-científicos foram ganhando força, e passou-se, cada vez mais, a associar às estatísticas a idéia de precisão, com cálculos de erros e intervalos de confiança. Deixa-se a um segundo plano o fato de serem as estatísticas construções econômico-sociais, realizadas a partir de altos investimentos em formas. A própria denominação estatísticas para designar as informações socioeconômicas levantadas e/ou

organizadas e sistematizadas pelo Estado reflete essa ótica. Aponta, também, na mesma direção a própria denominação dos Sistemas como Estatístico e não como de Informação: Sistema Estatístico Nacional - SEN no Brasil; Sistema Statistico Nazionale - SISTAT na Itália. A técnica é a referência.

A partir destas considerações pode-se dizer, então, que o sistema de informação estatística é produto social de um determinado processo de produção de conhecimento, regido por um determinado sistema de conceitos, tendo como referência um certo contexto social.

Foi nesse sentido que se buscou apontar, neste capítulo, como um contexto propício - econômico-social, político-institucional e técnico-científico - viabilizou o desenvolvimento das estatísticas oficiais, sua estabilização e solidificação, bem como centralização: o paradigma das estatísticas oficiais.

O contexto da sociedade atual, onde grandes transformações tomam vulto e vem alterando, de forma significativa, a configuração social representada pelas estatísticas oficiais, será examinado a seguir.

4 MODERNIDADE: PREDOMINÂNCIA DO OLHAR ECONÔMICO, SOB A DINÂMICA GLOBAL

Tendo como pano de fundo o cenário da sociedade moderna capitalista industrial nacional, que propiciou o paradigma das estatísticas oficiais atuais, o presente capítulo tenciona mostrar que as grandes transformações que tomaram vulto nos últimos 25 ou 30 anos vêm alterando aquela configuração social, base das estatísticas oficiais.

Modifica-se o contexto anterior de maior estabilidade e certeza, tanto em nível societal como da produção de conhecimento. Ganha maior dimensão a produção informação & conhecimento intensivos, de bens e produtos personalizados e de signos & imagens, em contraposição à produção de bens materiais padronizados e de massa. Os “princípios do industrialismo” perdem força para a flexibilização, a simultaneidade, a dispersão, o pequeno/enxuto, a descentralização/concentração e a globalização.

(...) é obvio que vivemos em uma época de mudanças radicais e decisivas. Os sinais são inevitáveis como os letreiros de néon do Times Square. O conforto de uma carreira longa em uma grande empresa se foi. A promoção anual de assistente disso a adjunto daquilo se foi. A empresa gigantesca, que surgiu do início do século XX e dominou a vida econômica desde então, embora não tenha acabado, perdeu seu domínio. (...) No lugar destes gigantesco animais hesitantes estão empresas como a subsidiária Nokia, uma empresa finlandesa de produtos eletrônicos, com um faturamento anual de cerca de US\$160 milhões - e apenas cinco funcionários. Ou a Nike, a fabricante de calçados que não fabrica calçados - seu trabalho consiste em pesquisa e desenvolvimento, projeto, marketing e distribuição, todos os serviços fazem uso intensivo do conhecimento (...). (STEWART, 1998, p.XV).

Um ponto de inflexão: o fim dos “trinta anos gloriosos”

A crise econômica do início dos anos 70, marcada pela queda do Produto Nacional Bruto dos principais países do Ocidente, após três décadas de crescimento, registrou o fim dos “trinta anos gloriosos”. Desde 1960, alguns indícios já prenunciavam este fim: o aumento de ações direcionadas para preservar a “saúde” do setor industrial, com a quebra de acordos arduamente firmados entre empregadores, sindicatos e governo e o enfraquecimento das

negociações; a redução do crescimento da produtividade do trabalho; a queda da lucratividade corporativa; os desequilíbrios internacionais, com a troca da convertibilidade do dólar pelo ouro, com a formação do mercado do eurodólar.

HARVEY (1992, pp.135-6) chama atenção para o acirramento da competição internacional. Destaca a onda de industrialização fordista competitiva em ambientes inteiramente novos, nos quais contratos sociais de trabalho eram fracamente respeitados ou inexistentes: na América Latina, com as políticas de substituição de importações, e no Sudeste asiático, com o primeiro grande movimento das multinacionais em direção à produção manufatureira no estrangeiro. Assim, a Europa Ocidental e o Japão, seguidos dos países recém-industrializados, passaram a desafiar a hegemonia estadunidense, fazendo cair o Acordo de *Bretton Woods* e produzindo a desvalorização do dólar. A partir daí, taxas de câmbio flutuantes crescentemente voláteis passam a substituir as taxas fixas do pós-guerra. Também teve peso na crise do período a decisão da Organização dos Países Exportadores de Petróleo - OPEP de aumentar seus preços, o que mudou o custo relativo dos insumos de energia e levou todos os segmentos da economia a buscarem formas de contenção de gastos com energia, através de mudanças tecnológicas e organizacionais.

“A forte deflação de 1973-75 indicou que as finanças [necessidades financeiras] do Estado estavam muito além dos recursos, criando uma profunda crise fiscal e de legitimação. (...) Ao mesmo tempo, as corporações viram-se com muita capacidade excedente inutilizável (principalmente fábricas e equipamentos ociosos) em condições de intensificação de competição. Isto as obrigou a entrar num período de racionalização, reestruturação e intensificação do controle de trabalho (caso pudessem superar ou cooptar o poder sindical). A mudança tecnológica, a automação, a busca de novas linhas de produtos e nichos de mercado, a dispersão geográfica para zonas de controle de trabalho mais fácil, as fusões e medidas para acelerar o tempo de giro do capital passaram ao primeiro plano das estratégias corporativas de sobrevivência em condições gerais de deflação.” (HARVEY, 1992, pp.137-140).

As mudanças descritas, que se iniciam já nos anos 70 e se aceleram nos 80, provocaram a quebra de muitas formalizações e convenções sociais que marcaram a modernidade organizada. Elas trouxeram o desaparecimento de regulamentações econômico-sociais, a reestruturação de formas organizacionais

do pós-guerra, a quebra de representações e expectativas e, conseqüentemente, uma maior incerteza em relação ao futuro e um enfraquecimento de solidariedade e de interesses constituídos. Em outras palavras, ocorre o desmantelamento da configuração social anterior, de práticas e de instituições sociais organizadas e coesas, sob a qual se constituiu (dela se beneficiando e para ela contribuindo) o paradigma das estatísticas oficiais.

A reestruturação ou desestruturação social atual é um processo vigoroso em andamento, que vem sendo tratado por diversas teorias, sem que haja uma compreensão convergente para a presente transformação social, embora seja comum apontar para a quebra de regras anteriormente estabelecidas. Muitas vezes a terminologia utilizada para caracterizar as mudanças articula-se com associações vistas como positivas, como a flexibilização e a pluralização, em outras vezes, porém, a ênfase é na desorganização, na instabilidade e na fragmentação, ou seja, em conotações negativas.

Muitos apontam para um novo momento do capitalismo mundial, destacando fatores como a explosão tecnológica da eletrônica moderna e seu papel como principal fonte de lucro e inovação; o movimento das corporações empresariais multinacionais, com suas fusões, aquisições, incorporações e o deslocamento de operações de produção para países com salários mais baixos; o imenso crescimento da especulação financeira; e a ascensão e a expansão internacional dos conglomerados da comunicação. A combinação de tais fatores acarretaria profundas conseqüências nos ciclos de negócios, na organização das empresas, nos padrões de emprego, nas relações de classe, nas configurações regionais.

Nesse cenário de mudanças, o presente capítulo e o seguinte se propõem a apresentar, não uma leitura abrangente das distintas teorias que buscam interpretar a sociedade atual, mas uma leitura seletiva de interpretações mais relacionadas ao objetivo deste estudo. O olhar será direcionado para se observar fenômenos econômico-sociais (e suas representações) que perderam força e/ou tomaram novas formas, modificando-se. Visa-se, portanto, a identificar aspectos que alteraram a configuração social anterior, representada pelas estatísticas oficiais.

A primeira abordagem dá maior destaque às transformações e inovações tecnológicas e anuncia a sociedade da informação. A segunda enfatiza as profundas transformações vinculadas a mudanças no modo de funcionamento do capitalismo, sua “desorganização” ou reestruturação, que poderiam estar indicando uma alteração no regime de acumulação e no modo de regulamentação da economia. Neste âmbito de análise, é usual denominar a sociedade de pós-fordista.

Finalmente, a mais abrangente delas, a abordagem pós-moderna ou do pós-modernismo, objeto de estudo do capítulo seguinte, postula um tratamento integrado e articulado de todas as formas de mudanças - cultural, política e econômica - e vai designar a sociedade como pós-moderna. Nenhuma forma de mudança é, no entanto, considerada o vetor privilegiado do movimento em direção à pós-modernidade. Esta abordagem inclui, como componentes de sua concepção abrangente e ambiciosa, fenômenos, também, considerados como das abordagens pós-fordistas ou da informação. ⁽⁴⁷⁾

Ressalta-se, no entanto, que as três abordagens examinadas, através de diversos enfoques, apresentam, em muitos de seus aspectos, graus de interpenetração e convergência.

⁽⁴⁷⁾ Como muitos são os enfoques que vêm tratando as transformações atuais, muitas outras denominações são utilizadas para se rotular a sociedade. Sem a preocupação de especificar a filiação dos enfoques àquelas abordagens, vale citar algumas denominações mais frequentemente usadas: sociedade programada (Touraine e Hegedus), da Terceira Onda (Toffler), tecnocrônica (Brezinski), do auto-serviço (Gershuny), do capitalismo desorganizado (Offe), da era da descontinuidade (Drucker), de signos & espaços (Lash & Urry). Uma síntese de alguns destes enfoques é apresentada no livro organizado por DE MASSI “*L’avvento post-industriale*” (1985), que foi recentemente traduzido, 1999, pela Editora Senac: A sociedade pós-industrial.

4.1 MUDANÇAS TECNOLÓGICAS: A SOCIEDADE PÓS-INDUSTRIAL OU A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

“O que caracteriza a atual revolução tecnológica não é a centralidade de conhecimentos e informação, mas a aplicação desses conhecimentos e dessa informação para a geração de conhecimentos e de dispositivos de processamento/comunicação da informação, em um ciclo de realimentação cumulativo entre a inovação e seu uso. (...) As novas tecnologias da informação não são simplesmente ferramentas a serem aplicadas, mas processos a serem desenvolvidos. (...) Pela primeira vez na história, a mente humana é uma força direta de produção, não apenas um elemento positivo do sistema produtivo.” (CASTELLS, 1989, p.36).

O termo pós-industrial, por sua natureza genérica, é, por um lado, usado de forma difusa e ampla. Por outro, está intimamente ligado a uma corrente de pensamento, mais ou menos datada, que tem como expoente maior Daniel Bell, responsável pela disseminação da expressão, em particular, a partir do grande alcance de seu livro “O Advento da Sociedade Pós-industrial” (1973).⁽⁴⁸⁾

No primeiro caso, isto é, quando usado de forma difusa, o termo refere-se à sociedade, não por uma nova natureza e características próprias, mas por sua diferença em relação à industrial. Acredita-se que a sociedade atual não possa mais ser caracterizada pela predominância da produção industrial, embora não se tenha detectado, ainda, qual o fator ou processo que ocupará a posição dominante que a indústria manteve por aproximadamente 200 anos. Muitos consideram mesmo que um traço do sistema social, hoje, possa ser o policentrismo, não cabendo a nenhum processo ou elemento sozinho determinar sua dinâmica atual.

É, então, preconizado que, enquanto a sociedade industrial padronizou estrutura e cultura, especializou homem e máquina, sincronizou tempo e comportamento, concentrou homem e capital, agigantou fábrica e cidade, centralizou informação e decisão, a sociedade pós-industrial passa a valorizar o espaço familiar, a fundir, na mesma pessoa, o papel de produtor e consumidor, a desestruturar tempo e espaço, a interligar, através da telemática, subsistemas

⁽⁴⁸⁾ Bell registra o uso inicial de tal denominação por Artur J. Pentty, socialista inglês que em 1914 havia cunhado o termo através da antologia: “*Essays in Post-industrialism*”, tendo em 1917 publicado um volume com o título: “*Old world for new: a study of the post-industrial state*”.

cada vez mais descentralizados e a desmassificar a cultura, recuperando o valor individual (DE MASSI, 1985, p.52).

No segundo caso, BELL (1973, pp.25-49) analisa a sociedade pós-industrial subdividindo-a em três partes: a estrutura social, a política e a cultural. A estrutura social compreende a economia, a tecnologia e o sistema ocupacional. A organização política regula a repartição do poder e resolve os conflitos individuais e grupais. A cultura é o campo dos símbolos e dos significados. Esta divisão da sociedade é apresentada como proveitosa porque cada um desses aspectos é governado por princípios axiais diferentes, respectivamente, a economia, a participação e realização, e o aprimoramento do eu. Sugere, então, a primazia da economia e da tecnologia, apontando que “o conceito de sociedade pós-industrial lida sobretudo com as mudanças na estrutura social, com a maneira segundo a qual a economia está sendo transformada e como está sendo remanejado o sistema ocupacional, e com as novas relações entre a teoria e o empirismo, particularmente entre a ciência e a tecnologia.” (p. 26).

As cinco dimensões que o autor utiliza para definir a sociedade pós-industrial são: a passagem de uma economia de bens para uma de serviços; a preeminência de uma classe profissional e técnica; a centralidade do saber teórico, gerador de inovação e de formulação política da sociedade; a gestão do desenvolvimento técnico e o controle normativo da tecnologia; e a criação de uma nova “tecnologia intelectual”.

A sociedade pós-industrial não se organiza em torno da coordenação de indivíduos e máquinas para a produção de mercadorias, mas em torno do conhecimento. Na sociedade pós-industrial, há o deslocamento da produção de mercadorias para o setor de serviços, com o correspondente declínio da ocupação industrial e o deslocamento para ocupações profissionais e técnicas. O padrão desejável de vida não seria mais definido pela quantidade de bens mas pela qualidade de vida, vista como reflexo do imediato acesso a serviços como saúde, educação e amenidades, lazer e artes.

A maior ênfase dada ao conhecimento científico e tecnológico, gerador de inovação, como fonte de valor e de crescimento da sociedade, acarretou vários desdobramentos à abordagem da sociedade pós-industrial definida por Bell, sendo o mais difundido e popularizado o da **sociedade da informação**. Outras

denominações são também utilizadas como as de *sociedade do conhecimento*, *sociedade da inovação*, *sociedade programada*, *sociedade tecnocrônica*, que tomam como fator chave, propulsor das mudanças sociais, as tecnologias da informação e da comunicação.

Muitos autores consideram que, apesar da maior visibilidade das informações e das inovações, o central é mesmo o conhecimento, sem o qual não é possível decodificar o conteúdo das informações e transformá-las em conhecimento. O maior destaque dado ao conhecimento deve-se também ao fato de que as tecnologias de ponta dessa fase são resultados de enormes esforços de pesquisa e desenvolvimento.

Se essa variedade de denominações relaciona-se, por um lado, à forma de focar e dar prioridade ao conhecimento e às novas tecnologias a ele associadas como fatores determinantes de uma nova configuração social, por outro lado, ela também se relaciona à grande dificuldade conceitual envolvida nas noções de informação e conhecimento. Esta é uma questão importante no âmbito na Ciência da Informação, uma vez que a informação é seu objeto constitutivo.⁽⁴⁹⁾

Trazendo para este estudo apenas um ínfimo segmento desse debate, pode-se apontar que entre as abordagens que tratam a informação, sugeridas por WERSIG & NEVELING (1975, pp.130-2), uma delas é definida como a abordagem do conhecimento. Tais abordagens são, assim, especificadas: as estruturas do mundo que podem ou não ser percebidas, são informações - abordagem estrutural; o conhecimento construído com base na percepção da estrutura do mundo é informação - abordagem do conhecimento; informação é equivalente à mensagem - abordagem da mensagem; só é informação quando a mensagem tem significado - abordagem do significado; só é informação quando ocorre um efeito específico ou um processo (específico ou não) - abordagem do efeito/receptor; e informação é o próprio processo e não um componente dele - abordagem do processo.

Os autores chamam atenção para o fato que a abordagem do conhecimento pode levar a uma substituição de informação por conhecimento e

⁽⁴⁹⁾ São, obviamente, inúmeros os trabalhos que vêm tratando, na área, da questão. Alguns, de maior afinidade com o presente estudo, encontram-se citados na Bibliografia. Cabe menção

vice-versa. E, talvez, devido exatamente a essa ambigüidade, a abordagem tem ampla expansão, sendo mais aceita por especialistas da teoria da decisão, uma vez que a decisão se assemelha ao processo de preenchimento de lacunas do conhecimento. Nesse sentido, pode citar-se algumas definições: “A informação é utilizada como coadjuvante da decisão”; “informação é algo necessário quando enfrentamos uma escolha. A quantidade requerida depende da complexidade da decisão a tomar.” (McGARRY, apud PINHEIRO, 1977, p.190). Ou, ainda: “Informação é um conhecimento registrado sob a forma escrita (impressa ou numérica), oral ou audiovisual.” “Um conhecimento (um saber) é o resultado do ato de conhecer, pelo qual um espírito percebe um objeto. Conhecer é ser capaz de formar uma idéia de qualquer coisa, é tê-la presente no espírito. E isso pode ir de uma simples identificação (conhecimento comunal) até a compreensão exata e completa dos objetos (conhecimento científico)” (LE COADIC, 1994).

Neste trabalho se está tratando informação e conhecimento de maneira indiscriminada e, por conseguinte, não se faz diferença entre sociedade da informação, do conhecimento ou mesmo da inovação. Isto se justifica em função da grande inter-relação existente entre os termos em certos contextos de análise, onde se inclui o do presente estudo. Assim, se está entendendo que os pressupostos teóricos dessas abordagens, no que tange às estatísticas oficiais, produzem os mesmos efeitos.

Durante as últimas décadas, uma série de inovações científicas e tecnológicas passou a convergir, vindo a se constituir, segundo muitos, em um novo **paradigma tecnológico** baseado nas **tecnologias de informação e comunicação**, abreviadamente chamada de **TI**.

O fundamento científico e tecnológico de tal paradigma é constituído pela **microeletrônica**, que se desenvolveu mediante o descobrimento do transistor (1947), que possibilitou o processamento de impulsos elétricos em velocidade rápida e em modo binário, permitindo a codificação da lógica e da comunicação com e entre as máquinas (esses dispositivos são os semicondutores, comumente chamados de *chips*); do circuito integrado (1957); do processo plano

especial, por sua abrangência, visão crítica e atualidade, ao de PINHEIRO, 1977, em particular o Capítulo 8: “Informação: este obscuro objeto de estudo da ciência da informação.”

(1959) e do microprocessador (1971).⁽⁵⁰⁾ O desenvolvimento acelerado dos **computadores**, ajudado por aumentos exponenciais de sua potência e por drásticas reduções de custo por unidade de memória, foi capaz de revolucionar o processamento da informação, tanto com relação a *hardware* quanto a *software*. A **telecomunicação** converteu-se em vetor chave de difusão e de máximo aproveitamento das novas tecnologias, permitindo o desenvolvimento de conexões entre diferentes unidade de processamento que vieram acelerar a formação dos sistemas de informação (CASTELLS, 1990, pp. 58-64 e 1989, p.36). A introdução e disseminação das comunicações via satélite e a utilização de fibras óticas, por exemplo, revolucionaram os sistemas de comunicação. A **convergência** entre as tecnologias (microeletrônica, computadores e telecomunicação) permitiu o acelerado desenvolvimento dos sistemas e redes de comunicação eletrônicos mundial. (LEMOS, 1999, p.128).

A revolução da tecnologia da informação propriamente dita teria, pois, se dado na década de 70, com a microeletrônica, a computação (*hardware* e *software*), as telecomunicações/rádiodifusão e a optoeletrônica. Neste quadro, muitos autores incluem o surgimento e a difusão da **engenharia genética** e seu crescente conjunto de desenvolvimento e aplicações, cuja base tecnológica foi a combinação genética e a recombinação do DNA. Esta inclusão deve-se ao fato de a área concentrar-se na decodificação, manipulação e programação dos códigos de informação de matéria viva, em aplicações cumulativas de conhecimento. Há que se considerar, ainda, que nos anos 90 a biologia, a eletrônica e a informática vêm convergindo e interagindo em suas aplicações.

Muitos estudiosos consideram que a tecnologia da informação não é apenas outra tecnologia, mas uma tecnologia revolucionária, comparável, em impacto, às tecnologias revolucionárias das Primeiras e Segundas Revoluções Industriais. Daí acreditarem em modificações radicais no estilo de vida, em uma nova era, para melhor ou para pior, como aconteceu no passado em decorrência do motor a vapor, da eletricidade e do motor a combustão. Fala-se, inclusive, em “capitalismo da informação”, com a apropriação privada do conhecimento. MORRIS-SUZUKI (apud KUMAR, p.29) argumentam que, com o aumento da

⁽⁵⁰⁾ Segundo CASTELLS (1990, p.59), começava a “disputa pela capacidade de integração cada vez maior dos circuitos contidos em apenas um *chip*, e a tecnologia de produção e *design* sempre

automação, a extração de mais-valia (lucro) passa a depender da “economia da inovação perpétua”, cujo recurso fundamental é o conhecimento.

Passa-se a chamar atenção para o *softening* da economia nos países capitalistas, refletidos no maior investimento em insumos não-materiais, tais como *softwares*, serviços de dados e informações, planejamento, pesquisa e desenvolvimento, *design*. Os autores referidos anteriormente citam o Japão, onde, em 1970, mais da metade das indústrias era considerada *hard*, no sentido em que bens materiais constituíam 80% ou mais do valor total dos insumos, enquanto em 1980 apenas 27% delas seriam assim classificadas. DRUCKER (apud STEHR, 1994, p.131) estima que o custo da matéria-prima contida num semicondutor, *microchip*, é de 1% a 3% do total de seu custo de produção; no caso dos automóveis, esta participação é de 40%, e para os vasilhames, é de 60%. Isto mostra que a produção industrial está passando de uma produção matéria-intensiva para uma produção intensiva em conhecimento e informação. Observa que mesmo nas velhas indústrias tem ocorrido um aumento da proporção informação/conhecimento.

CASTELLS (1989, pp.29-49 e 1990, pp. 31-36) sugere a passagem do modo de desenvolvimento industrial para o modo informacional. Postula que os modos de desenvolvimento nascem da interação entre as descobertas científicas e tecnológicas e sua integração organizativa aos processos de produção e gestão. No entanto, como estes processos são subordinados à organização social mais ampla (determinada pelo modo de produção), a criação de um novo paradigma tecnológico, responsável pelo advento de um novo modo de desenvolvimento, só ocorre quando, por circunstâncias históricas, se dá uma convergência entre mudanças sociais e tecnológicas. A passagem para a sociedade da informação resulta, pois, de um processo social de desenvolvimento científico e tecnológico, cujas forças motrizes geram implicações técnicas, sociais, culturais, políticas e econômicas cumulativas e irreversíveis, que mudam as formas de discutir, produzir e organizar, enfim, de movimentar e representar a sociedade.

Muda o elemento fundamental para a determinação da produtividade do processo de produção. Não é mais a energia, do modo de desenvolvimento

excedia os limites da integração antes considerada fisicamente impossível sem abandonar o uso do silício.”

industrial (nem a terra, do modo de desenvolvimento agrário), o elemento principal para determinar a produtividade, mas sim *a qualidade do conhecimento*. Na realidade, o conhecimento intervém em todos os modelos de desenvolvimento, já que o processo de produção se baseia sempre em algum nível de conhecimento, sendo a função da tecnologia o uso do conhecimento científico para especificar maneiras de fazer e reproduzir as coisas. *O que é específico do modo de desenvolvimento informacional é a ação de conhecimentos sobre os próprios conhecimentos, como principal fator de produtividade.* ⁽⁵¹⁾

Difere, portanto, o princípio ao redor do qual os distintos modos de desenvolvimento informacional ou industrial se organizam, respectivamente, o conhecimento tecnológico (ou sua acumulação) e a busca do crescimento econômico (ou a maximização da produção). São a busca e a acumulação de conhecimento em si mesmas que determinam a função da tecnologia sob o informacionalismo, muito embora esteja implícito que níveis de conhecimento cada vez mais altos resultem em níveis maiores de produção.

Pode-se destacar como característica do novo paradigma tecnológico que a informação é a sua matéria-prima: *“são tecnologias para agir sobre a informação, não apenas informação para agir sobre a tecnologia, como foi o caso das revoluções tecnológicas anteriores.”* (CASTELLS, 1999, p.78).

Um traço fundamental do novo paradigma tecnológico informacional é, pois, que *a informação passa a se constituir tanto em matéria-prima como em produto*. Outro traço fundamental (aliás, comum às grandes revoluções tecnológicas) é que *os principais efeitos das inovações recaem sobre os processos, mais que sobre os produtos*. Há certamente um vasto elenco de novos produtos, porém o impacto mais profundo e generalizado da inovação está associado ao processo. Os processos, diferentemente dos produtos, incorporam-se a todas as atividades humanas, produzindo transformações conduzidas por essas tecnologias. Os onipresentes fluxos de informação provocam modificações na organização social em seu conjunto: no modo de produzir, de consumir, de administrar, de morar, enfim, de viver.

⁽⁵¹⁾ “O processamento da informação é focalizado na melhoria da tecnologia do processamento da informação como fonte de produtividade, em um círculo virtuoso de interação entre as fontes

MARQUES (1999, p.196), apoiando-se em LEVY (1996), define a informacionalização da economia como o aumento relativo da quantidade de trabalho sobre a informação em relação à quantidade de trabalho sobre a matéria. Aponta que uma história de vencedores da construção do mundo moderno pode ser contada através do aumento paulatino e sub-reptício da quantidade de trabalho sobre a informação.

“A atividade produtiva, além de buscar movimentar relativamente cada vez menos massa industrial (menos massa associa-se diretamente a menos tempo, espaço e energia, e portanto a menor custo), incorpora cada vez mais informação nos produtos, processos e ferramentas. Nessa lógica, para a obtenção de um resultado ótimo nada impede que o esforço (medido em tempo, espaço, energia e dinheiro) de construir o empreendimento virtual - decidir o que, onde e quando fazer justapondo representações - suplante o esforço de construir o empreendimento atual - justapor os materiais. MARQUES (1999, p.197).

Observa o autor que quanto mais informacionalizado for um processo produtivo mais se estará operando sobre papeis, telas de computador, com *mouses*, teclados, *scans*, transferências de arquivos etc. Argumenta que quanto mais informacionalizada for a produção mais trabalho de concepção e projeto, de programação, de planejamento, de construção sob forma latente, potencial e virtual (desmaterializada) será realizado antes que, em algum lugar do planeta, a ferramenta de uma máquina operatriz automática execute fisicamente uma operação real e atual sobre a matéria (p.203).

É também característica do novo paradigma a *integração maior do conjunto do processo produtivo*. Por exemplo, a integração das esferas da produção e da concepção, com o sistema computacional *CAD/CAM - computer aided design e computer aided manufacturing* - (desenho/fabricação assistidos por computador); ⁽⁵²⁾ de várias fases da operação, com as máquinas-ferramentas

de conhecimentos tecnológicos e a aplicação da tecnologia para melhorar a geração de conhecimentos e o processamento da informação”. (CASTELLS, 1990, p35).

⁽⁵²⁾ O *CAD* é um programa que auxilia o desenvolvimento de projetos de produtos e peças, efetuando cálculo e desenhos a partir de informações fornecidas, assegurando ganhos de tempo na concepção. O *CAM* atua na área de processo, permitindo a agilização dos programas dos equipamentos microeletrônicos, bem como uma maior articulação entre eles.

de comando numérico - MFCN - projetadas para realizar várias tarefas; e das esferas operação e circulação, com a utilização de equipamentos automatizados, como comboios e robôs, que se encarregam da circulação dos materiais.

As aplicações dos sistemas de informação baseados na microeletrônica aos processos de trabalho em fábricas e oficinas criaram, também, a base para “processo integrado de manufatura” - fabricação flexível integrada -, assim como para a automação avançada dos escritórios, que preparou o terreno para a aplicação geral de sistemas de gestão e produção integradas, mas *flexíveis*.

Muitos estudiosos, embora aceitem a importância crescente da tecnologia da informação, posicionam-se contra a idéia de uma nova sociedade, uma nova era, um novo modo de desenvolvimento. Enfatizam que a sociedade da informação não é o produto de mudanças recentes, e criticam a limitada perspectiva histórica dos teóricos da sociedade da informação. Observam que, na maioria das áreas, a tecnologia da informação vem, de fato, acelerando processos iniciados tempos atrás, aí considerando o sistema de processamento industrial. Afirmam, pois, que não se produziu mudança radical no modo de funcionamento da economia, continuando a predominar a busca incessante por lucro, poder e controle, como no capitalismo industrial, mudando, no entanto, a intensidade e a ampliação de tais buscas, viabilizadas pela revolução da informação e da comunicação. Neste sentido, muitos acham que a nova tecnologia propiciou, em realidade, novos meios para que as sociedades industriais pudessem fazer mais e em maior extensão o que já vinham fazendo.

Todavia, aceitam que a TI, por possibilitar a implantação de certas estratégias de administração e novas formas de organizar o trabalho, *propiciou a alteração da natureza do trabalho e de numerosas ocupações, tendo também acelerado e modificado tendências no lazer e no consumo*. Há, pois, uma concordância, entre estudiosos de distintos enfoques, que a TI esteja mudando de maneira complexa, abrangente e radical nossas atitudes em relação ao trabalho, à vida familiar e identidade pessoal, à vida social e política.

O capitalismo, passando a contar com redes de informação, transformou muitas operações anteriores. A compressão espaço-tempo acarretou maiores velocidade e possibilidades nas decisões, aumentando a capacidade do sistema

de reagir rapidamente a mudanças, porém aumentou também sua vulnerabilidade. Empresas passaram a poder se descentralizar e se dispersar, mantendo, no entanto, as decisões de alto nível nas “cidades mundiais”, centros do poder, enquanto as operações administrativas e produtivas, ligadas por redes de comunicações, passaram a ser descentralizadas por todo o globo. Cidades e regiões passaram a concorrer entre si por localizações, tentando firmar posições nos fluxos globais de informações. A nova esfera de informação opera em um contexto global atemporal e introduz outros métodos de busca de informação. Não se tem mais necessidade de se deslocar na procura da informação; ela pode ser trazida ao escritório ou ao domicílio. Há uma rede eletrônica mundial de informação e comunicação constituída de bibliotecas *on line*, arquivos e base de dados, livrarias, jornais, revistas, periódicos, artigos de seminários e congressos, correio eletrônico etc., teoricamente acessíveis (sob certas condições, claro) a qualquer pessoa, em qualquer lugar e a qualquer momento.

A revolução da TI, comprimindo espaço e tempo, introduz uma dimensão espaço-tempo radicalmente nova. Como visto, o industrialismo legitimou o espaço no Estado-nação e impôs o ritmo da máquina. O relógio e os horários constituíram-se nos símbolos da era industrial. O tempo era expresso em horas, minutos e segundos. Já o computador, símbolo da era da informação, processa em milhares de microssegundos, e, aliado à nova tecnologia das comunicações, através das redes de informação e comunicação, legitima um espaço sem fronteiras.

Aceita-se, também, que o ramo do conhecimento é afetado por políticas governamentais, vigorando, pois, uma política e uma economia política voltadas para questões da informação. O envolvimento do Estado é marcante na promoção e na disseminação da idéia da sociedade da informação, tendo criado vários órgãos e institutos de pesquisa e desenvolvimento em TI, bem como incentivado o desenvolvimento de uma cultura do computador nas universidades, nas escolas e na administração pública, sendo, portanto, grande consumidor e mesmo produtor de TI.⁽⁵³⁾ Isto sem mencionar todo o

⁽⁵³⁾ Certamente, o envolvimento é diferenciado entre governos, especialmente entre países desenvolvidos e não-desenvolvidos, não parecendo estarem os primeiros tão dispostos a renunciar a atividades de coordenação, controle e de desenvolvimento da TI, apesar do discurso

desenvolvimento inicial promovido e depois incentivado pelo setor militar americano, que serviu de alavancagem para o avanço tecnológico posterior.⁽⁵⁴⁾

Numa vertente significativa da sociedade da informação, fala-se mesmo em “construir uma estrutura global de informação”, como no discurso do vice-presidente do Estados Unidos, Al Gore, proferido na *Internacional Telecommunications Union* em Buenos Aires, em março de 1994. “Países, blocos econômicos e instituições de grande peso político e econômico, como o Banco Mundial, tornaram a “estrutura global de informação” parte primeira de suas preocupações de planejamento estratégico, e um sem-número de ações e programas articulados em escalas variadas está sendo levado a cabo para tratar o tema.” (RESUMO EXECUTIVO - Versão 3, 1994, p.1).

Concorda-se, também, que foi o envolvimento das grandes organizações com a TI que promoveu o seu forte desenvolvimento, vindo a se destacar um novo grupo de multinacionais. Este grupo passou, então, a pressionar outras gigantes a utilizar seus produtos, passando muitas delas a se envolverem diretamente com atividades relacionadas a TI. Tudo isso se transformou numa movimentação de “gigantes”, em que pese o desenvolvimento inicial concentrado no famoso Vale do Silício numa inter-relação complexa entre produtores/inovadores independentes, universidades, laboratórios e centros de pesquisa, incentivos governamentais e grandes empresas.⁽⁵⁵⁾

Desenvolveu-se, assim, uma espiral de criação ininterrupta e integrada de produtos, serviços, empresas e profissionais da TI, cuja base é a inovação de processos e produtos.

Nesse sentido, e tendo como pano de fundo as características do modo de desenvolvimento informacional citadas anteriormente:

neoliberal da maior eficiência do setor privado. Já os países não-desenvolvidos, por ideologia, ‘cabeça feita’, necessidade ou falta de escolha, passam a encampar e praticar o discurso neoliberal. Estes países vêm fazendo uma clara opção por fábricas produtoras de bens materiais em vez de “fábricas de conhecimento”, reduzindo drasticamente a força das universidades e dos centros de pesquisa, bem como privatizando empresas de TI, como as telecomunicações.

⁽⁵⁴⁾ Segundo KUMAR (1997, p. 40) “desde os primórdios da indústria de semicondutores, no *Bell Laboratories*, em Nova Jersey, na década de 40, até os projetos Guerra nas Estrelas e Computação Estratégica do Departamento de Defesa, na década de 80, tem sido óbvio que necessidades militares (defesa, espaço etc.) continuam a ser, em quase todos os países, o motor principal do crescimento das indústrias de TI (o Japão e a Alemanha são exceções parciais e talvez temporárias).”

⁽⁵⁵⁾ O Vale do Silício foi transformado em *locus* de inovação pela convergência de diferentes fatores: novos conhecimento técnicos, um grande número de engenheiros e cientistas talentosos

- . a informação é sua matéria-prima;*
- . a informação passa a ser o elemento fundamental para a determinação da produtividade do processo de produção;*
- . aumenta o trabalho sobre a informação vis à vis o trabalho sobre a matéria*
- . a informação passa a se constituir tanto em matéria-prima quanto em produto;*
- . os principais efeitos das inovações recaem sobre os processos; e*
- . a integração e a flexibilização maior do conjunto do processo produtivo;*

é que se enquadram os comentários, a seguir, sobre aspectos relacionados às estatísticas oficiais.

das principais universidades da área, fundos generosos vindos de um mercado garantido e do Departamento de Defesa.

4.1.1 Aspectos relacionados às estatísticas

Os impactos da tecnologia da informação sobre temas como trabalho, atividade, ocupação, relações familiares, lazer, educação, saúde (sem falar nas operações do mercado de capitais e reestruturação das cidades), bem como na esfera do consumo e da produção vêm sendo amplamente discutidos. Maior atenção será dada a aspectos das transformações ligadas a TI que, acredita-se, possam estar, mais diretamente, afetando o sistema de informação estatística.

. As atividades econômicas

As gigantes da informação e comunicação, além de se tornarem cada vez maiores, vêm oferecendo pacotes bastante completos e diversificados: componentes e produtos eletrônicos, computadores, telecomunicações, comunicação por cabo e por satélite, transmissões por rádio, instalações de TV e vídeo e serviços de programação, filmes, música e fotografias, *software*, sistemas de informação diversos etc.

Uma manchete do Jornal do Brasil de 20 de janeiro de 1999 (p.13) anuncia: *“AT&T entra na Rede: Gigante Americana de Telecomunicações compra a Excite”*. Destaca-se o maior negócio envolvendo empresas ligadas à Internet: a *At Home Corp.*, distribuidora de TV a cabo controlada pela *Tele Communications Inc. (TCI)*, que está sendo incorporada pela *AT&T*, está efetuando a compra da *Excite*, empresa que administra a segunda mais popular rede de busca na rede mundial de computadores. *“O negócio é o mais significativo de uma série de fusões e aquisições envolvendo grupos de entretenimento, comunicação e telefonia e empresas estratégicas em operação na Internet.”* A citada transação supera a compra da *Netscape Navigator* pela *America Online*, a maior provedora de acesso à Internet, e a do Grupo *Disney* que comprou a *Infoseek*, uma das maiores rivais da *Excite*.

É neste ambiente de ampliação, integração e diversificação de produtos e serviços relacionados à criação, ao processamento e à transmissão de informação (*hardware* e *software*) que o enfoque classificatório das atividades (ocupações e produtos), baseado em critérios de exclusividade e exaustão, apresenta grandes e crescentes dificuldades de implementação.

As classificações de atividade econômicas são construídas “(...) a partir de um ordenamento que privilegia a identificação de segmentos homogêneos.” (IBGE, 1997, p.7). Nesta identificação, critérios mistos, de similaridade de processos produtivos, de produtos, de insumos e de tecnologia são usados (STATISTICS CANADA, 1997, p.6).⁽⁵⁶⁾ Partindo-se de unidades de observação estatística (unidade local, estabelecimento) que são os considerados segmentos homogêneos (a partir dos critérios relacionados), atribuem-se os códigos de atividades da classificação, partindo-se da menor desagregação, 4, 5 ou 6 dígitos, dependendo da Classificação.⁽⁵⁷⁾ As revisões das Classificações têm construído cada vez mais, e exaustivamente, novos “segmentos homogêneos” (são quase 1000 na NAICS e mais de 500 na CNAE - a classificação brasileira - cf. nota de pé de página anterior), sob critérios que pouco levam em conta as inovações tecnológicas informacionais.

No entanto, é hoje considerado que os processos produtivos da sociedade industrial, governados por fatores considerados pelas classificações de atividade como constitutivos de similaridades - as matérias-primas, os insumos, o produto e a tecnologia mecânica - estão em declínio, modificando-se. Em contrapartida, fatores *cognitivos e/ou simbólicos* ganham relevância nos processos produtivos e distributivos da sociedade da informação.

“As mudanças na estrutura da economia e em sua dinâmica são crescentemente um reflexo do fato de que o conhecimento torna-se a dimensão principal do processo produtivo (...). Resumidamente, o ponto é que, para a produção de bens e serviços, com exceção das mercadorias e dos serviços mais padronizados, outros fatores que não a quantidade de trabalho ou de capital físico tornam-se centrais para a economia das sociedades avançadas.” (STEHR, 1994, p.123).

⁽⁵⁶⁾ A classificação proposta pelas Nações Unidas, *International Standard Industrial Classification - ISIC* Revisão 3 - e seguida por muitos países (inclusive o Brasil, com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE) utiliza-se desses critérios mistos para construir os setores de atividade e suas subdivisões. Já a classificação do Canadá, Estados Unidos e México - *NAICS* se considera orientada à produção, usando apenas um critério de classificação: processos produtivos similares. Isto significa que “unidades produtivas que usam processos produtivos similares são agrupadas sob um mesmo item.” (STATISTICS CANADA, 1997, pp.6-7).

⁽⁵⁷⁾ As unidades estatísticas assim determinadas podem exercer mais de um tipo de atividade, referentes a diferentes categorias da classificação. Daí se eleger uma atividade como principal, para a qual são atribuídos os dados da(s) atividade(s) considerada(s) secundária(s).

Aceitas essas premissas, pode-se dizer que a “*dimensão principal do processo produtivo*” - o conhecimento, a informação - não está contemplada na lógica que permeia a construção das classificações atuais, de forte viés industrial, material. Não se considera, por um lado, “insumos” informacionais, tais como serviços de informação, *software*, planejamento, pesquisa e desenvolvimento, *design*; ⁽⁵⁸⁾ e, por outro, a própria tecnologia informacional, com características distintas da tecnologia mecânica industrial.

Segundo CASTELLS (1999, p.79) é característico da nova tecnologia sua crescente convergência para um sistema altamente integrado. A microeletrônica, as telecomunicações, a optoeletrônica e os computadores estão integrados nos *sistemas de informação*. Observa que, embora ainda exista uma distinção comercial entre fabricantes de *chips* e desenvolvedores de *software*, a diferenciação é, de fato, indefinida, uma vez que é crescente a integração das duas funções. Isto ocorre devido tanto à crescente integração de empresas em alianças estratégicas e projetos de cooperação quanto à incorporação de *software* também nos componentes dos *chips*.

“(...) em termos de sistemas tecnológicos, um elemento não pode ser imaginado sem o outro: os microcomputadores são em grande parte determinados pela capacidade dos chips, e tanto o projeto como o processamento paralelo dos microprocessadores dependem da arquitetura do computador. As telecomunicações são agora apenas uma forma de processamento de informação; as tecnologias de transmissão e conexão estão, simultaneamente, cada vez mais diversificadas e integradas na mesma rede operada por computadores.”

Atividades passam a ser desenvolvidas de forma interligada e complexa, numa clara interpenetração entre e intra setores, sendo difícil delimitar onde termina uma e começa a outra. Como, então, demarcar a atividade mais importante, a principal, aquela para a qual são atribuídas as informações da

⁽⁵⁸⁾ É, como citado, o que alguns denominam de *softening* da produção. No Japão, em 1980, apenas 27% das indústrias eram consideradas *hard*, no sentido de que bens materiais constituíam 80% ou mais do valor total dos insumos, sendo pois quase 70% consideradas *soft*. E isto em 1980. Em sentido análogo, foi indicado por DRUCKER que o custo da matéria-prima contida num semicondutor, *microchip*, é de 1% a 3% do total de seu custo de produção. Isto é, a produção industrial passa de uma produção matéria-intensiva para uma produção conhecimento ou informação intensivos. Observou-se que mesmo nas velhas indústrias tem ocorrido um aumento da proporção “informação/conhecimento”.

empresa? Este fenômeno certamente não é de todo novo, embora hoje se expanda, tornando-se bastante complicado, especialmente, nos “setores” das tecnologias de informação e comunicação e naqueles muito a eles atrelados.⁽⁵⁹⁾

Assim, o mecanismo operacional classificatório de exclusividade - a eleição de uma atividade principal para a unidade de observação e, posteriormente, para a empresa (para as quais convergem, respectivamente, os valores de todas as atividades consideradas secundárias) -, pode levar a maiores distorções no contexto atual. Para as empresas com atividades “mistas”, ou melhor, **integradas**, pode-se estar distorcendo ou mascarando o surgimento e/ou o crescimento de atividades econômicas, que, por força da exigência de uma atividade principal, vêm tendo seus valores atribuídos a outras atividades estatisticamente mais bem definidas e tidas tradicionalmente como principais.

Pode-se mencionar o caso das atividades de telecomunicações e dos serviços computacionais, que são considerados na *International Standard Industrial Classification - ISIC - Revisão 3* - das Nações Unidas em diferentes categorias/classes de atividade. A escolha de uma atividade como principal, ligada ou às telecomunicações ou aos serviços computacionais, dificulta o acompanhamento/mensuração dos atuais sistemas e redes de informação e comunicação, que integram as duas atividades, como os da Internet, consideradas entre as mais importantes inovações do século.⁽⁶⁰⁾ Aí se incluem, também, as dificuldades de se classificar as empresas que produzem, montam, fazem manutenção de computadores, tanto quanto produzem, desenvolvem e

⁽⁵⁹⁾ Como veiculado no Jornal do Brasil (10 de novembro de 1999): “Mas afinal qual é o seu negócio? Empresas têm dificuldades para definir sua atividade principal”. A matéria apresentada aponta que uma das maiores fabricantes de dutos do mundo, a americana *Williams Cos.*, constrói tubulações de aço para o transporte de gás e de fibra ótica para abrigar o tráfego de informações da Internet. Para a *Williams*, é tudo, essencialmente, a mesma coisa. A *Capital One Financial Corp.*, pioneira do *marketing* de cartões de crédito pré-aprovados nos EUA, com mais de 20 milhões de portadores de seus cartões, não é reconhecida por seus principais executivos como uma empresa de cartão de crédito. Como ela inclui em suas atividades o *marketing* direto de financiamento para a compra de automóveis e serviço de telefonia celular, considera-se que o principal negócio da empresa é “um sistema informatizado de *marketing* apoiado num processo de coleta de dados”.

⁽⁶⁰⁾ Cabe mencionar que a *NAICS*, vista como a mais atualizada das classificações de atividades, trata as telecomunicações e os serviços computacionais numa única classe. Mas a decisão de adotar a referida classificação pelos países que seguem a *ISIC* foi rejeitada no último *Fourth Meeting of the Expert Group on International Economic and Social Classifications - United Nations* (Final Report, 1999). O motivo central não foi a pertinência da questão, amplamente reconhecida, mas os “investimentos em formas” já realizados, as comparabilidades nos levantamentos nacionais e internacionais, os comprometimentos dos sistemas de informação estatística com agilidade e presteza na divulgação e na harmonização de informações.

vendem *software*. Uma atividade *integrada* de expressão atual é a multimídia, que decorre da união de computadores e *softwares* de produção de imagens.

Para RAMONET (1998, p.63), o crescimento da TI em todos os domínios da atividade humana vem estimulando a *imbricação* da informática, da telefonía e da televisão, com seus produtos e serviços correspondentes, que convergem e se apóiam na Internet e na multimídia. “Grupos industriais estão comprometidos numa guerra mortal pelo controle dos recursos de multimídia e vias de informação que, de acordo com o vice-presidente americano Albert Gore, representam para os Estados Unidos hoje o que as infra-estruturas do transporte rodoviário representavam na metade do século XX.”

“A palavra de ordem na tecnologia atual é convergência. Computadores e celulares estão se tornando a mesma coisa. Filmes em DVD podem ser assistidos na tevê e no PC. Os walkman agora tocam arquivos de áudio mp3 copiados diretamente da Internet. Geladeiras, lava-roupas e fornos de microondas começam a ser controlados por sistemas operacionais como o Windows. (...) Para todos os efeitos, as indústrias de informática, eletrônica e telecomunicações agora são uma coisa só. A divisão entre elas é mantida só por questões semânticas.” (MOON, 1999, p.56).

Da convergência tecnológica surge uma infinidade de produtos híbridos, de usos múltiplos. Muitos novos produtos - já existentes, em desenvolvimento ou em concepção - decorrem da possibilidade do acesso à Internet (ela mesma uma convergência) via telefone celular, relógio e rádio de carro, onde uma tela de TV permite que se veja o(s) interlocutor(es) (em videoconferência); ou produtos/serviços como o MP3 de mão, onde a música digital invadiu o celular; ou o celular e *walkman* juntos; ou o *notebook* celular etc. (MOON, 1999, p.56-61). Vale lembrar o *Playstation 2* da *Sony*, aparentemente um *videogame*, porém, cujo acesso à Internet disponibilizará filmes, músicas, enfim, novos serviços de entretenimento utilizando-se da banda larga. ⁽⁶¹⁾ O *Playstation 2* é considerado pelo diretor-presidente da *Sony Computer Entertainment*, um “servidor doméstico” que dispõe de jogos sofisticados, música, vídeo e formas híbridas dos três, veiculando-os em redes como a Internet (GUTH, 2000, p.15).

Por outro lado, pode-se observar a integração e diversificação das empresas, abrangendo diversos “setores”. Empresas de bens eletrônicos duráveis, conglomerados como a *Sony* e a *Philips* ou empresas menores, controlam uma grande produção de produtos de “outros setores”, como audiovisual, entretenimento e informática. O principal executivo da *Sony*, Nobuyuki Idei, definiu a empresa, na *Comdex Fall* de Las Vegas, como “uma companhia de entretenimento em banda larga”. Pode-se mencionar a recentíssima fusão da *Warner* e da *AOL*, a primeira um dos maiores conglomerados de comunicações, com estúdios de cinema, redes de TV (a *CNN* e TV a cabo) e revistas (a *Fortune*, a *Time* e a *People*), e a segunda a maior provedora de acesso à Internet dos EUA. Com a fusão a *AOL* passa a contar com canais de alta potência ou “banda larga” para fazer chegar a seus usuários novos conteúdos: filmes, produções de TV, música, jornais, revistas, em volume grandioso. Para GALUPPO (2000, p. 101-2) “não são descartadas hibridações que juntem empresas de mídia tradicional como a *Walt Disney*, a *CBS* e a *Fox* - que produzem filmes, notícias, especiais de televisão - com companhias telefônicas ou com empresas de nova geração da internet, como a *Yahoo* e a *Amazon* ou a *eBay*.” E, ainda, como aponta a matéria apresentada pela *BBC News* (22/03/99), “até os grandes estúdios cinematográficos fazem parte de alguma coisa maior”. Praticamente todas as companhias de cinema pertencem aos grandes conglomerados de entretenimento, que incluem redes de TV a cabo, abertas ou fechadas, produção de animação etc. A *20th Century Fox* foi comprada pela *Rupert Murdoch News Corporation*; a *Paramount* faz parte da *Viacom Corporation*; e a *Disney* comprou a *Touch-down Hollywood Pictures*.

Também grandes empresas, outrora centrais na sociedade industrial (de veículos, de eletrodomésticos, bancos comerciais, petróleo), que passaram a utilizar componentes computadorizados (*chips*) e robôs bem como programas de computador no monitoramento da produção e na prestação de serviços, estão, mais e mais, ingressando no campo da TI.⁽⁶²⁾

⁽⁶¹⁾ “Banda larga é hoje sinônimo da *Web* do futuro: rápida, animada por filmes e vídeos, muito mais próxima das imagens velocíssimas da televisão do que dos textos monótonos dos jornais.” (CARVALHO, 1999, p.55); é um jargão tecnológico que significa Internet em alta velocidade.

⁽⁶²⁾ O próprio STATISTICS CANADA (1997, p.6) adverte que a NAICS, sua classificação de atividades, não foi desenhada para dar conta do amplo escopo de atividades integradas vertical e

A soma das partes - as atividades - como compartimentadas, segmentadas e operacionalizadas hoje não parece muito adequada para se constituir o todo: a produção nacional da sociedade da informação, fortemente constituída de “pacotes integrados” de produtos e/ou serviços informacionais. *Integração que se refere tanto às características técnicas de produção como às formas organizacionais*, onde é crescente a articulação de empresas, quer através de parcerias ou acordos de cooperação vários, quer via aquisições, fusões e incorporações, como será destacado na próxima seção.

A artificialidade de fronteiras e distinções setoriais, até mesmo das macroesferas de atividades - primárias, secundárias e terciárias - se traduz nas denominações mistas de agroindústria, indústria do turismo, indústria da cultura comercial, indústria da moda, indústria do entretenimento, indústria da informação, serviços industriais diversos etc. A predominância do termo indústria não é casual. Reflete o avançar do processo de produção industrial sobre a forma de se “olhar” e apreender os demais setores. Daí a grande dificuldade tanto de cobertura como de conceituação e definições operacionais dos levantamentos dos serviços. ⁽⁶³⁾ Isto traz novos problemas de mensuração da produção atual conhecimento-intensiva (bem como da produção de forte conteúdo cultural, de signos & imagens, a ser tratada no capítulo seguinte).

Este é o caso da produção realizada pelas “fábricas de conhecimento”: as universidades e seus centros de pesquisa e tecnologia e os demais centros, institutos, laboratórios de pesquisa, privados ou públicos, que, neste âmbito de discussão, podem ser consideradas de importância análoga às fábricas produtoras de bens materiais da sociedade industrial. Como sugere KNOR-CETINA (apud SISMONDO, 1993, p.527-8), os laboratórios não devem ser vistos como lugares onde idéias são geradas e testadas, mas, ao contrário, como lugares onde as coisas são feitas para funcionar.

Neste sentido, uma produção fundamental, de inovações e idéias/ conhecimento - muitas vezes realizada fora das empresas, mas a elas

horizontalmente das grandes e complexas empresas multi-estabelecimentos, características da sociedade atual. Assinala-se, então, dois tipos de questões. Por um lado, tomando-se por referência às atividades da empresa, provenientes de distintas unidades de observação estatística, elas estarão espalhadas por diferentes setores da classificação. Por outro lado, tomando-se por referência a empresa, sua inserção em um setor principal, obedecendo ao critério de atividade principal, subestimarás as atividades que são de outros setores.

fortemente associadas - estaria deixando de ser olhada como tal - produção pós-industrial ou informacional - pelos levantamentos econômicos. Não se estaria, assim, subestimando quantitativa e qualitativamente a produção total?

Também como resultado do maior peso da informação/conhecimento, alteram-se, de maneira significativa, os investimentos realizados nas atividades econômicas. Estas alterações, no entanto, são difíceis de serem detectadas/quantificadas estatisticamente, devido ao enfoque conceitual e operacional restritivo adotado, em que investimento só conta como “formação de capital” quando envolve capital tangível, isto é, investimentos em máquinas ou em planta física. Este procedimento subestima, de maneira considerável, os investimentos relacionados à informação ou ao conhecimento, escondendo, mesmo, mudanças em sua composição. Assim é que a taxa de formação de capital, definida do modo convencional, se altera significativamente se a ela se adicionar o que as empresas gastam em informação tecnológica.

Aponta STEHR (1994, p.134) que um declínio em investimento no setor de produção de mercadoria pode, de fato, corresponder a um deslocamento no tipo de investimentos realizados, não se relacionando à formação de capital tradicional (maquinário ou planta física), mas a investimentos em TI. ⁽⁶⁴⁾ Como assinala MALINVAUD (1998), ex-Presidente do INSEE (o Instituto de Estatística da França), “o ‘verdadeiro’ capital de uma empresa é, mais e mais, um conjunto complexo, no qual muitos elementos intangíveis ganham importância crescente.”

Finalmente, mas não menos importante, deve-se chamar atenção para o fato de não se poder mais considerar o “setor terciário” um setor residual, um setor esponja, que se nutre das atividades e do crescimento dos setores “secundário” e “primário”. Ao contrário, são as atividades que envolvem uma produção fortemente não-material as que ganham centralidade hoje.

Um aspecto interessante, apresentado por ALVARO (1989, p. 57), com relação à “baixa prioridade” do setor terciário no sistema de informação estatístico, diz respeito ao tratamento dado a grande parte dos bens hoje classificados nas Contas Nacionais como bens finais. É o caso de bens como

⁽⁶³⁾ Pode-se citar a complexidade da construção da classificação dos “produtos dos serviços”. *United Nations, Central Product Classification (CPC)*, 1998.

⁽⁶⁴⁾ Segundo STEHR nos EUA, entre 1993 e 1998, a formação de capital do setor manufatureiro foi bastante baixa. Porém, os gastos dos setores com informação tecnológica foram de cerca de

automóveis, computadores, telefones, máquinas de lavar roupa, máquinas de costura, que, embora considerados finais, são, na realidade, bens intermediários para parte das Famílias, por constituírem-se em bens que são utilizados para a *produção de serviços*. Esta (mudança de) ótica privilegia a produção do serviço como *fim* e o bem como meio; a variável independente não seria a demanda do bem, mas a do serviço. Propõe o autor que os indivíduos que compõem as Famílias não sejam considerados indivíduos que têm somente a função de consumir a produção de bens e serviços das Empresas, mas que sejam considerados e tratados como indivíduos que produzem bens e serviços, mesmo que grande parte desses seja utilizada pelas próprias famílias. No entanto, adverte que uma reclassificação de bens requer soluções metodológicas e conceituais adequadas.

. O trabalho / a ocupação

Uma grande polêmica se formou em torno de como o conhecimento/informação influencia o trabalho e a ocupação, não tendo sido nada desprezível o caráter ideológico do debate.

“Para alguns, os novos equipamentos apareciam como a promessa de um futuro resplandecente, no qual o trabalho pesado, monótono e repetitivo seria substituído por atividades mais leves, seguras e intelectualizadas e onde o tempo de trabalho seria dramaticamente reduzido e as pessoas seriam liberadas para o lazer. Para outros, o processo caminhava no sentido de uma maior degradação do trabalho, como um empreendimento voltado para a desqualificação ainda maior dos trabalhadores e para a extinção de postos de trabalho mais qualificados, gerando desemprego, fome e miséria.” (LEITE, 1994, p.86).

Os teóricos da sociedade da informação destacam sobremaneira a influência do conhecimento, em seus **aspectos quantitativos e qualitativos**, enfatizando sempre o aumento do conteúdo de conhecimento do trabalho

8% ao ano, desde 1992. Argumenta, então, que estes gastos também contribuíram para a formação de capital do setor industrial desse país.

existente. Sugere-se, ainda, que a nova tecnologia mais adiciona do que retira qualificação dos trabalhadores.

O **aspecto quantitativo** diz respeito à criação e à expansão de novos tipos de trabalho ligados às atividades do “setor” informação/conhecimento. Acreditam que a indústria da TI - computadores, componentes eletrônicos e de telecomunicações etc. - pode, a exemplo da indústria de automotores e de eletrodomésticos, trazer uma nova onda de “destruição criativa”, traduzindo-se em expansão das atividades econômicas e do emprego. Já os críticos dessa visão quantitativa otimista observam que os empregos criados pela TI são decorrentes da implementação e da absorção da nova tecnologia nos processos de reorganização tecnológica e organizacional das empresas. Porém, após a assimilação da tecnologia, há, na realidade, uma grande substituição de trabalhadores, sendo este, aliás, um dos objetivos implícitos no processo, que visa à redução de encargos trabalhistas e da própria força reivindicativa da força de trabalho. O efeito quantitativo total seria, pois, negativo. ⁽⁶⁵⁾

Na reorganização tecnológica e organizacional, muitas vezes referida como reengenharia, as empresas vêm modificando profundamente o modo como os negócios são conduzidos: enxuga-se o processo produtivo, reduz-se sobremaneira a folha de pagamento, eliminam-se milhões de empregos e tipos de trabalho e achatam-se as tradicionais pirâmides organizacionais. “Enquanto os trabalhos não-qualificados e semiqualeificados continuam a ser cortados com a introdução de novas tecnologias de informação e da comunicação, outras posições de hierarquia corporativas também estão sendo ameaçadas de extinção. Nenhum grupo está sendo mais duramente atingido do que a gerência média (...) com a compressão de várias funções em um processo único.” (RIFKIN, 1996, pp.107-8). ⁽⁶⁶⁾

⁽⁶⁵⁾ Cabe notar a existência de uma terceira abordagem que de certa forma combina o otimismo dos teóricos da sociedade da informação com as posições de seus críticos. Esta abordagem vê de forma positiva a redução de emprego imposta pela TI acreditando que ela possa vir a ser um benefício para a sociedade, na medida em que se possa direcionar o tempo para atividades mais gratificantes, fora da economia formal do trabalho (GORZ, 1987).

⁽⁶⁶⁾ QUADROS (1996, p.171-85), analisando dados para São Paulo, procura mostrar o impacto da reestruturação econômica sobre a inserção ocupacional de estratos administrativos nas grandes empresas. Verifica uma espantosa retração, equivalente a 19%, de 1990 a 1994, tendo sido mais intensa nos níveis intermediários de gestão, ou seja, gerentes (37%), chefes e técnicos administrativos (41%) e chefes e supervisores de fábrica (40%).

RIFKIN (1996, pp.115-77) aponta para o declínio da força de trabalho global em função da automatização das atividades econômicas, com as empresas, setor após setor, substituindo o trabalho humano por máquinas programáveis e, nesse processo, *mudando a própria natureza do trabalho e da produção*. O autor destaca o setor automobilístico, onde os robôs se tornam cada vez mais atraentes como alternativa para o trabalho humano na linha de montagem (a empresa japonesa *Mazda Motor Corporation* espera ter sua linha de montagem final 50% automatizada em 2000); e o setor do aço, cujo destino encontra-se ligado ao da indústria automotiva e hoje se apresenta como uma “estrutura branca e luminosa que mais parece um laboratório que uma fábrica.”

“No centro da fábrica há uma cabine de vidro cheia de computadores e equipamentos eletrônicos que supervisionam e controlam o processo de produção. Nenhum dos homens manuseia diretamente o aço. O processo é quase totalmente automatizado e produz aço laminado a frio em menos de uma hora”. Já o processo anterior das usinas de aço antigas costumava levar até 12 dias (KENNEY & FLORIDA, apud RIFKIN, 1996, pp.143-4).

Posteriormente, o autor cita os setores da borracha, extrativo, da mineração, da refinação química, de utilidades domésticas e da eletrônica ⁽⁶⁷⁾ como os mais afetados pela reengenharia e pelas novas tecnologias da informação, com expressivo desemprego tecnológico.

Era comum acreditar que os serviços absorveriam parte significativa das perdas de emprego da indústria. Agora, no entanto, verifica-se que o próprio setor vem se utilizando crescentemente da TI, aumentando produtividade e substituindo trabalhadores em todos os serviços, como bancos, seguros, comunicações, comércio, hotelaria e aviação. Destaca-se, por exemplo, o setor bancário, que está reduzindo não apenas o número de agências como, também, o de bancários. Os caixas automáticos vêm substituindo, com “vantagens” muitos caixas humanos: estão disponíveis 24 horas, operam com custos muito

⁽⁶⁷⁾ Segundo RIFKIN (1996, p.149) alguns avanços mais significativos na reengenharia e na automação ocorreram na indústria eletrônica. A *General Electric*, líder mundial na fabricação de produtos eletrônicos, reduziu seu número de funcionários em todo o mundo de 400 mil em 1981 para menos de 230 mil em 1993, triplicando suas vendas ao mesmo tempo. A GE achatou sua hierarquia gerencial nos anos 80 e começou a introduzir novos equipamentos de automação. Na GE Virginia, novos equipamentos de alta tecnologia “montam componentes eletrônicos nas placas de circuitos na metade do tempo da tecnologia antiga.”

reduzidos (incomparáveis aos do trabalho humano) e realizam um número muito superior de transações diárias. Outras operações eletrônicas, como o atendimento telefônico feito pelo sistema *voice-mail*, reduzem, de maneira considerável, o tempo gasto pelos atendentes com cada cliente e executam operações simples, como consultas de saldo. A consequência é uma redução considerável no número de atendentes necessários.

Chama atenção, no momento, o caso dos corretores da Bolsa de Valores que vem sendo substituídos, pelos investidores, por transações feitas diretamente via Internet. A matéria publicada no *Jornal do Brasil - Suplemento Fortune* (6/07/99, p.7), sob o título: “Internet: O duro encontro com a realidade - Os corretores da *Merril Lynch* perdem o rebolado”, alega que hoje existem mais de 4 milhões de contas de corretagem *on-line* nos EUA, e que até o ano 2003 esse número pode quintuplicar. É ressaltado que a *Merril Lynch* era a maior defensora da corretagem no modelo tradicional, acreditando que “a orientação de um bom corretor poderia bater uma aposta barata na Internet.” Há três meses, o Diretor de Corretagem da empresa assegurou a uma platéia de corretores que a firma não se deixaria abalar pelas operações virtuais. Porém, agora, passa a considerar que nenhum corretor nos EUA pode lutar contra a Internet, “quando muitos investidores não querem pagar US\$ 100 por transação, quando é possível obter o mesmo serviço por via eletrônica pagando apenas US\$ 10.” A mudança de posição da *Merril Lynch* confirma, por um lado, que, hoje, “*para sobreviver, é preciso entender como funciona a Internet*”, e, por outro, que é importante descobrir qual será o papel das ocupações (de corretor, no caso) neste novo cenário. O que vale também para as estatísticas.

De fato, o advento das “empresas de Internet”, que são, em muitos casos, sistemas de informação, ameaça desestabilizar boa parte das atividades tradicionais ao introduzir novas formas de operação: sem produtos, com tipos distintos de relações de trabalho e custos, a paradoxal “diversificação de produtos ausentes”, sem localização física determinada etc. Assim é que, como visto, instituições de crédito virtuais podem desequilibrar e/ou modificar empresas reais como a mega Corretora citada.

Este abrangente, complexo e crescente movimento de trabalhadores (eliminação x substituição x criação de postos de trabalho e de ocupações) é, no entanto, difícil de ser acompanhado pelas estatísticas oficiais atuais, porque a

lógica utilizada nos levantamentos não leva em conta fatores relacionados à TI, que são os modificadores da situação anterior. Isto é, uma tecnologia operada e controlada por *software*, baseada em sistemas informacionais complexos e integrados, voltados para uma produção *just in time*, dando origem a processos produtivos de outra ordem, flexíveis, variados, “programados”.

A polêmica se intensifica quando o que está em jogo é a **questão da qualidade** da nova força de trabalho. Como assinalado, uns acreditam no surgimento de uma nova classe de trabalhadores do ramo do conhecimento, caracterizada por alto nível de capacitação técnica e conhecimento teórico, decorrentes de forte educação e treinamento. Já outros, seguindo a linha desenvolvida inicialmente por BRAVERMAN (1977), com relação aos efeitos da mecanização industrial sobre a força de trabalho, consideram a TI um elemento a mais a ser utilizado pelo capital para a contínua degradação do trabalho.

Para alguns pesquisadores, enquanto na sociedade industrial as tecnologias mecânicas - especializadas por tipo de produto - eram manipuladas por uma força de trabalho manual semiqualficada ou especializada em tarefas simples, na sociedade pós-industrial as tecnologias da informação e de comunicação - de uso genérico, manipuladas por programas - passam a exigir maior qualificação do tipo científico, um processo de qualificação denominado, por alguns, *scientification of skills* (STEHR, 1994, p.133). A qualificação fundamental passa a ser não a experiência (prática), mas o conhecimento sistemático. Neste enfoque, considera-se que a TI, se, por um lado, substitui o trabalho que pode ser codificado em uma seqüência programável, por outro melhora o trabalho que requer capacidade de análise, decisão e reprogramação em tempo real.

As informações estatísticas oficiais disponíveis sobre qualificação ocupacional ⁽⁶⁸⁾ refletem uma estrutura ocupacional representativa da sociedade industrial. Isto é, são definidas ocupações segundo sua relação com as tecnologias mecânicas - especializadas por tipo de produto - que levaram a especializações por profissões, como ocupações da indústria têxtil, da metalurgia, da mecânica etc., ou, ainda, ocupações dos transportes aéreos, das

⁽⁶⁸⁾ *International Labour Organization Bureau of Statistics* (Organização Mundial do Trabalho) <http://www.ilo.org>

comunicações, do comércio etc. ⁽⁶⁹⁾ No entanto, a introdução, a sedimentação e a expansão da TI por todos os setores de atividade vêm não somente reduzindo a relevância dessas ocupações como alterando sua natureza, processo em que o componente *scientification of skills* ganha importância, diminuindo a heterogeneidade entre muitas ocupações e substituindo outras por completo. Torna-se fundamental, então, um exame aprofundado da natureza do trabalho relacionado às tarefas que foram modificadas pela TI. Tarefas que anteriormente guardavam diferenciações setoriais podem hoje apresentar características muito semelhantes, relacionadas ao uso da TI. São ocupações por vezes denominadas “colarinho de silício” e “operadores de silício”, uma analogia usada por RIFKIN (1996, p.147 e p.154) para ocupações relacionadas à TI, respectivamente, na indústria e nos serviços.

CASTELLS (1999, pp.265-6) adverte que o processo produtivo informacional vai determinar o processo de trabalho informacional, passando a caracterizar uma nova divisão do trabalho, onde as tarefas podem ser mais bem compreendidas se examinadas sob novas dimensões. Uma dimensão seria referente à realização de valor: os dirigentes (tomada de decisão estratégica e planejamento); os pesquisadores (inovação em processos e produtos); os projetistas (adaptação, embalagem e definição dos objetivos da inovação); os integradores (gerência das relações entre decisão, inovação, projeto e execução); os operadores (execução da tarefas com iniciativa própria) e os “dirigidos” (execução da tarefas auxiliares, que não foram ou não podem ser automatizadas). Uma outra diz respeito à relação entre determinada organização e seu ambiente, incluindo outras organizações: cultivo de relações. Aí destaca: os trabalhadores ativos na rede; os trabalhadores passivos na rede e os desconectados. E, finalmente, uma terceira que diz respeito à capacidade de atuar no processo decisório: os que dão a última palavra, os participantes do processo decisório e os executores.

Por outro lado, autores que se contrapõem a esses enfoques procuram demonstrar que o *taylorismo* continua a ser o princípio dominante, tendo a TI grande potencial de homogeneizar o trabalho, passando a abranger os serviços

⁽⁶⁹⁾ No caso da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) a afinidade setor de atividade e ocupação é tal que “Para os trabalhadores por conta própria a classificação [de atividade] foi feita de acordo com a ocupação exercida”. (PNAD 1996: Síntese de Indicadores, p.33).

e as profissões de nível superior, bem como a aprofundar-se na indústria da sociedade pós-industrial. Observa-se que, nos serviços, o trabalho de colarinho branco foi submetido à mesma rotinização, fragmentação e desqualificação que o trabalho manual da indústria. Funcionários de escritório tornaram-se meros alimentadores de máquinas, no sentido de que pouco conhecimento ou treinamento é necessário para executar tarefas rotineiras envolvidas na preparação e organização de dados para o computador. Na indústria de transformação, as máquinas, numericamente controladas por computador, passaram a substituir o trabalho mais qualificado, como torneamento, fresagem, composição gráfica ou as tarefas citadas por LEITE (1994, p.86) nos centros de usinagens, de furar, fresar, cortar, mandrilar, rosquear entre outras, que agora se tornam programadas. Profissionais de nível superior tiveram seu trabalho simplificado e monitorado por programas ou sistemas especializados de inteligência artificial, como, por exemplo, os arquitetos, projetistas e desenhistas com o *CAD - computer aided design*, e os médicos, com os equipamentos de diagnósticos e mesmo de cirurgia. É destacado que os próprios trabalhadores da informática foram submetidos a separação bem marcada de funções, cabendo a concepção aos analistas de sistemas e a execução aos programadores.

Nesse debate, apontado-se, ainda, para uma crescente “reintegração de tarefas” - uma retração de formas *tayloristas* de organização do trabalho (PAIVA, 1997. p. 125). Porém, esta reintegração nada tem a ver com juntar de novo tarefas que o *taylorismo* desmembrou. O movimento sugerido é acoplamento, de maneira cada vez mais visível, do trabalho intelectual ao trabalho manual e vice-versa. O computador junta hoje tarefas intelectuais e manuais submetidas a lógicas diferentes. A crescente utilização de computadores e sua complexificação (não apenas das máquinas mas, principalmente, de *software*) resultam em profundo impacto tanto na vida fabril e dos escritórios como no dia-a-dia das pessoas.

“Estamos, pois, diante de um novo tipo de divisão do trabalho e de especialização que chega junto com a necessidade de compreensão mais ampla do ‘universo das máquinas’ e que gera uma tremenda pressão sobre a força de trabalho que cresceu e se educou numa fase anterior a esta. Emergem deste processo um novo tipo de trabalhador manual e um novo

intelectual, reintegrados em múltiplas e complicadas misturas.” (PAIVA, 1997, p.126)

Torna-se ainda mais clara a necessidade de um exame aprofundado da natureza do trabalho relacionado à TI, bem como às tarefas que se apóiam e/ou são relacionadas ao seu uso. Qual o grau de *scientification of skills* ocorrido? De fato ocorreu? Para quais ocupações novas ou modificadas? Ocupações foram eliminadas, simplificadas, flexibilizadas? Passaram a incorporar funções variadas e/ou mais genéricas? Ocorre a “reintegração”? Quais são as (novas) ocupações geradoras de inovação tecnológica? São pertinentes as dimensões propostas por Castells?

. O domicílio / a cabana eletrônica

Embora a maior parte da TI tenha sido desenvolvida para uso empresarial e do Estado, o domicílio vem se constituindo, cada vez mais, em importante alvo de suas aplicações, juntamente com os setores de lazer e entretenimento. Há que se considerar também que o desenvolvimento da TI, no que toca ao domicílio, vem modificando aspectos fundamentais relacionados ao trabalho.

TOFFLER (1995, pp.199-211) observa que na sociedade pós-industrial, por ele denominada “Terceira Onda”, há uma grande redução absoluta e relativa do número de trabalhadores que têm realmente que manipular mercadorias físicas. Assim, com a difusão da TI, que viabiliza a criação de “postos de trabalho” mediante o acesso a um computador, um fax *modem* e programas específicos associados a uma adequada configuração de telecomunicações, uma quantidade crescente de trabalho pode ser realizada em qualquer parte, inclusive na própria casa.

O autor destaca que o trabalho, não-calculado, mas apreciável, que vem sendo feito em casa, ⁽⁷⁰⁾ não somente contará com melhores condições de execução como tenderá a se expandir fortemente, com destaque para os

⁽⁷⁰⁾ Aponta o autor para o trabalho desenvolvido por vendedores e vendedoras que trabalham por telefone ou em visitas e só ocasionalmente vão ao escritório; por arquitetos e desenhistas; por grande número de consultores especializados; por trabalhadores nos serviços humanos; por negociantes de arte, orientadores de investimento; agentes de seguro, advogados e pesquisadores acadêmicos; e por outras categorias de pessoas técnicas e profissionais de colarinho branco (p.202).

trabalhadores de escritório de “baixa abstração”, que executam tarefas como de entrada de dados, recuperação e preparação de faturas e os trabalhadores de “ultra-abstração”, como pesquisadores, formuladores de normas e planejadores organizacionais.

O deslocamento do trabalho para casa ou para fora da fábrica e do escritório tem um significado bem maior do que simplesmente a questão da mudança de local de trabalho. *Mudam, na realidade, características do próprio trabalho.* Interrompe-se o ritmo sincronizado das atividades, da utilização do tempo de forma seqüencial, não mais sendo determinante que se chegue ao trabalho ao mesmo tempo, a uma certa hora, que as horas de refeições sejam em horários determinados, que se trabalhe 40 ou 48 horas por semana, que se tenha um período regular de férias, um rendimento mensal fixo etc. Um aspecto relevante passa a ser a simultaneidade, descaracterizando distinções até então bem marcadas, não só entre local de trabalho e local de residência (escritório/fábrica x domicílio) mas, também, entre trabalho e não trabalho e entre produção e consumo (empresas/estabelecimentos x famílias), tão usuais nos levantamentos estatísticos.

Modifica-se, pois, o significado associado ao termo trabalho, construído na sociedade industrial, quando a separação entre trabalho e não trabalho tornou-se nítida. De fato, a separação espacial entre o lugar de trabalho e os lugares das demais atividades é considerada uma das importantes distinções introduzidas pela sociedade industrial, quando, então, era também diferenciado o uso do tempo entre trabalho e lazer. Porém, do ponto de vista do trabalho ligado à TI, as distinções entre local de trabalho e lar, assim como entre trabalho e lazer, são pouco relevantes.

Por outro lado, na produção informacionalizada é cada vez menos prescindível, e, muitas vezes, até mesmo não eficiente, concentrar no mesmo local de produção o conjunto de funções complexas (pesquisa e desenvolvimento, planejamento, comunicação, *marketing, design* etc.), de um processo integrado de concepção-inovação-criação-produção.

Vista sob outro ângulo, pode-se dizer que faz parte dessa mudança a transformação do escritório tradicional. A TI diminui a importância do escritório como centro de operações. Máquinas de fax, *modems* e *laptops* permitem que os negócios sejam dirigidos de qualquer lugar. Aí se insere a possibilidade de

criação dos atuais escritórios e empresas virtuais. “A empresa virtual não pode mais ser situada precisamente. Seus elementos são nômades, dispersos, e a pertinência de sua posição geográfica decresceu muito.” (LÉVY, 1996, p.19). Enquanto a organização clássica reúne seus trabalhadores num mesmo prédio ou num conjunto de departamentos, com postos de trabalho e horários precisamente determinados, a empresa virtual substitui a presença física do trabalhador por sua participação numa rede de comunicação eletrônica, com uso de recursos e programas compartilhados, bem como flexibiliza as relações de trabalho. Este tipo de empresa, como as “empresas de Internet” mencionadas anteriormente, passam a estabelecer novas formas de operação.

A “cabana eletrônica” – é ponto de grande convergência entre os teóricos da sociedade da informação. Além do “teletrabalho”, o “telentretenimento” - via TV a cabo, *hometheater*, vídeo, jogos e “bate-papo” por comunicação eletrônica via computador -, o “*telebanking*”, o “*teleshopping*”, a “teleducação” são destacados entre outras atividades que são agora possíveis de serem executadas no domicílio, muitas vezes quase simultaneamente. Atividades ou serviços antes executados ou prestados por bancos, lojas, cinemas, teatros, escolas passam a ser desenvolvidos pelas próprias pessoas, em suas “cabanas eletrônicas”. Ocorre um deslocamento - externalização - de funções econômicas ou trabalho para a “cabana” e/ou para o “consumidor”/contratante de serviço. ⁽⁷¹⁾

TOFFLER (1990, pp. 266-88) enfoca o trabalho no domicílio usando a figura do “pro-sumidor”, isto é, o indivíduo que consome o que ele próprio produz. Com este neologismo, se quer enfatizar o aumento da produção e do consumo baseados no domicílio. Considera que a divisão anterior, da sociedade industrial (da “Segunda Onda”), entre “Setor A”, do trabalho não-pago, feito diretamente pelas pessoas para si mesmas, suas famílias e suas comunidades, e “Setor B”, o da produção de mercadorias ou serviços para venda ou troca através do mercado, vem perdendo relevância econômica. Sugere uma

⁽⁷¹⁾ Por exemplo, atividades muito similares às de um caixa de banco (pagamento, consultas de saldos e extratos, investimentos, retiradas, emissão de talão de cheques etc.) são realizadas pelo “consumidor”/contratante de serviço dos bancos nos caixas eletrônicos ou em sistemas instalados em computadores pessoais. É também o caso de funções externalizadas graças ao desenvolvimento e do aprimoramento de sistemas de serviços “gratuitos” ao consumidor. São serviços variados, que se utilizam do telefone ou de outro meio de comunicação e ensinam o

modificação fundamental na relação entre os dois Setores. “Vemos um borrar progressivo da linha que separa o produtor do consumidor. Vemos a crescente significação do pro-sumidor.” (p.268). O autor destaca os movimentos para o “faça você mesmo”, que se expandem de maneira espetacular, assim como o custo do trabalho externalizado, citado anteriormente. O “faça você mesmo” sempre existiu em pequenos consertos em casa, não sendo novo neste sentido. O que é novo é a enorme quantidade de ferramentas/tecnologias criadas para o consumidor/produtor e a imensa oferta de revistas, manuais, programas de TV, *software*, vídeos etc. que incentivam e possibilitam transformar o consumidor em produtor/artesão. “O consumidor que pode montar e/ou modificar seu computador, poderá montar o seu luxuoso carro de corrida” (p.278).

Por outro lado, sendo parte do tempo de lazer destinado à produção de bens ou serviços para uso próprio - pro-sumo -, a distinção entre trabalho e lazer enfraquece. A questão trabalho *versus* lazer é, em parte, substituída por trabalho pago para o “Setor B” *versus* trabalho não pago, autodirigido e automonitorado para o “Setor A”.

Observa COCCO (1999, p.278) que no terciário avançado, baseado na difusão de redes telemáticas, o consumidor assume papel fundamental. É ele que ativa a rede e individualiza seu uso a partir de uma infinidade de oferta de possibilidades virtuais. No caso da Internet, por exemplo, onde há uma vasta oferta de serviços, é necessário “navegar” para torná-la um serviço. “É o próprio usuário que ‘produz’ a partir das possibilidades oferecidas pela *Web*. Esse serviço na realidade terá sido produzido por nós, pela atualização (no sentido da realização) de uma das inúmeras virtualidades da rede.” Considera o autor que as redes são, ao mesmo tempo, infra-estruturas de circulação e locais de produção dos serviços. *Assim, o produto seria a transação.*

Quanto às estatísticas, pode-se chamar atenção para o tratamento dado a consumidores e produtores como dois grandes e separáveis blocos, a partir da dicotomização das pesquisas em domiciliares (famílias e indivíduos) e estabelecimentos/unidades de produção (agrícola, da indústria e dos serviços). Nas próprias Contas Nacionais são apresentadas duas Contas separadas segundo essa dicotomia: Família e Produção. No entanto, ao diluir a nitidez entre

consumidor a realizar, sob instrução, pequenas tarefas, como manutenção e consertos, pagamentos, investimentos etc.

os grupos de produtores e consumidores, torna-se fluida tal dicotomização, o que indica uma menor aderência dos esquemas teóricos-conceituais sobre os quais se apóiam as estatísticas.

. Atividades informais

Na realidade, as observações feitas se inserem em um quadro analítico mais amplo, marcado pela reflexão de muitos pesquisadores que procuram mostrar a existência e a importância crescente de setores voltados para as trocas que se efetuam fora da esfera de mercado e para as atividades informais do mercado; um circuito produtivo e distributivo paralelo à economia formal ou oficial, porém a ela inter-relacionado.

O termo setor informal, que marca a origem dos estudos desta área é, também, usado nos levantamentos estatísticos. Surge do Programa Mundial de Emprego, da Organização Internacional do Trabalho -OIT, iniciado em 1969, que visava a avaliar os efeitos sobre o emprego e a distribuição da renda advindos das estratégias de rápido crescimento econômico empreendidas por países retardatários no processo de industrialização. A avaliação resultante foi de que a relativamente baixa geração de empregos (em comparação com a população economicamente ativa) não se refletia sob a forma de desemprego, e, sim, sob, a forma de trabalhos realizados em atividades informalmente organizadas em pequena escala. Concluiu-se que isso ocorria em virtude da ausência de mecanismos institucionais de proteção social, como o seguro desemprego (OIT, 1972, apud CACCIAMALI, 1999, pp.3-4). A partir daí, o termo setor informal difunde-se por meio de inúmeros estudos realizados no âmbito desse Programa, ⁽⁷²⁾ onde se destaca o Programa Regional de Emprego para a América Latina e Caribe - PREALC. ⁽⁷³⁾

⁽⁷²⁾ O setor informal foi, então, definido por um conjunto de características: (a) propriedade familiar do empreendimento; (b) origem e aporte próprio dos recursos; (c) pequena escala de produção; (d) facilidade de ingresso; (e) uso intensivo do fator trabalho e de tecnologia adaptada; (f) aquisição das qualificações profissionais à parte do sistema escolar de ensino; e (g) participação em mercados competitivos e não-regulamentados pelo Estado.

⁽⁷³⁾ O PREALC (Programa Regional de Emprego para a América Latina e Caribe) acrescentou ao conjunto de características definidas pela OIT a particularidade de serem atividades não-organizadas, juridicamente ou em suas relações capital-trabalho, tendo sido marcos nessa abordagem os trabalhos de Tokman, 1976 e Souza, 1976 (Cacciamali, 1983, p.28).

Muitas Agências estatísticas, especialmente de países do Terceiro Mundo, incluindo o Brasil, ⁽⁷⁴⁾ vêm implementando, sob a orientação da OIT, levantamentos de informações para apreender o que a referida Organização considera ser o setor informal (às vezes se usa, como sinônimo, a denominação “economia informal”). Em geral, busca-se registrar as atividades monetárias de unidades econômicas, com produção em pequena escala, baixo nível de organização e quase inexistência de separação entre capital e trabalho.

O setor informal é, pois, nesse âmbito institucional, definido tomando-se por referência os proprietários e trabalhadores que participam da produção em unidades produtivas micro ou pequenas, em que as relações capital-trabalho não se encontram bem estabelecidas, seja no âmbito da organização do trabalho, seja como no cumprimento das regras legais. Esta é a ótica ratificada pela OIT na 15ª Conferência de Estatísticas do Trabalho, realizada em Genebra, em janeiro de 1993, ⁽⁷⁵⁾ e em trabalhos mais recentes dessa Organização. ⁽⁷⁶⁾

Esta ótica vem privilegiando a capacidade do setor informal na geração de “emprego” e renda. ⁽⁷⁷⁾ Porém, relaciona-se a um setor informal, que abriga camadas sociais pauperizadas cujas atividades, embora se dêem à margem das leis do Estado, não são ilícitas. No entanto, muitas das práticas informais (sonegação fiscal, previdenciária etc.) são utilizadas, também, por inúmeras

⁽⁷⁴⁾ IBGE, Economia Informal Urbana, 1997.

⁽⁷⁵⁾ “O setor informal é um subconjunto das empresas domésticas, isto é, empresas pertencentes e operadas por famílias ou membros de famílias ou mesmo individualmente ou em parceria com outros. Em oposição às corporações ou quase-corporações, as empresas domésticas são definidas no Sistema de Contabilidade Nacional como unidades de produção que não se constituem como entidades legais, separadas de seu(s) proprietário(s) e que não têm um conjunto completo de contabilidades empresariais, incluindo folhas de balanço de bens e propriedades. Assim, o tipo de organização legal da unidade e o tipo de contabilidades mantidas, são os dois critérios da definição internacional proposta para o setor informal.” (ILO, 1993).

⁽⁷⁶⁾ “O setor informal tem que ser definido em termos das características das unidades de produção (empresas) nas quais as atividades ocorrem, e não em termos das características das pessoas envolvidas ou de suas ocupações. Da mesma forma, a população empregada no setor informal foi definida como abrangendo todas as pessoas que durante um dado período de referência estiveram empregadas em pelo menos uma unidade de produção do setor informal, independente do *status* do emprego e se era o seu emprego principal ou secundário. Pessoas empregadas em unidades de produção fora do setor informal são excluídas, não importando quão precária possa ser a situação de emprego. Assim, o conceito de pessoas empregadas no setor informal não é idêntico ao conceito de pessoas empregadas numa relação informal de emprego.” (HUSSMANS, 1997).

⁽⁷⁷⁾ Desde os meados de 80, essencialmente em virtude do ajustamento econômico e da abertura comercial, a questão central tem sido “saber se a economia informal pode criar empregos que compensem aqueles que são perdidos pela economia formal. Esta é uma questão que tem sido igualmente estendida a certos países europeus como Itália, Espanha, França e Rússia (LAUTIER, 1997, p.59).

empresas de setor formal mas não são captadas pelas estatísticas. Por outro lado, são completamente excluídas atividades ilegais - práticas criminais, relações de corrupção - que envolvem grandes negócios/negociatas, altas rendas, alto “escalão” e perpassam todas as camadas sociais. São atividades informais de dimensão internacional, que manipulam bilhões de dólares, com narcotráfico e contrabando de armas etc., e se articulam através de redes globais.

O setor informal é pesquisado a partir de investigação estatística domiciliar específica e tem como um de seus objetivos centrais ampliar a base de informações para o Sistema de Contas Nacionais; daí a “necessidade” de guardar em sua concepção a ótica dos levantamentos tradicionais, dos quais derivam e aos quais devem ser comparados. A lógica consagrada pelos levantamentos estatísticos refere-se às atividades monetárias legais direcionadas/transacionadas no mercado de compra e venda. Assim, reproduz-se para o informal a lógica do formal. Como consequência passa a ser crescente o não captado pelo sistema, o que está ficando de fora: o autoconsumo, o “prosumo” e as atividades ilegais, certamente muito maior do que está dentro. Neste sentido, deve-se chamar a atenção para o processo de informalização que ganha maior dimensão no quadro da reestruturação produtiva, que será tratada na próxima seção deste capítulo.

Alem disto, não se contemplam as atividades comunitárias, de reciprocidade e voluntárias. Tais atividades vêm se constituindo num vasto campo de estudo denominado Terceiro Setor, “composto de organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não-governamental, dando continuidade às práticas tradicionais da caridade, da filantropia e do mecenato, e expandindo o seu sentido para outros domínios, graças, sobretudo, à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil.” (FERNANDES, 1997, p.27).⁽⁷⁸⁾ São atividades que movimentam (o “trabalho” de) um número crescente de pessoas e recursos financeiros.

⁽⁷⁸⁾ Ver, por exemplo, o livro organizado por IOSCHPE (1997), que discute o conceito de Terceiro Setor, suas formas e limites.

. Desenvolvimento de produtos/serviços de informação

Pode-se destacar que muitas atividades de desenvolvimento de produtos/serviços informacionais são, muitas vezes, desenvolvidas sem qualquer garantia de virem a se realizar no mercado, muito embora seja esta, na maioria dos casos, a sua finalidade. Esses trabalhos podem, portanto, vir a se constituir em trabalho tanto do “Setor A” (trabalho não-pago) como do “Setor B” (o do trabalho remunerado), dependendo de acertos ou erros de estratégias de seus realizadores. É o caso de pessoas que procuram nichos de mercado, isto é, buscam criar algo novo que acreditam sejam uma “necessidade”. Assim, *softwares*, bancos de dados, serviços *on-line* etc. desenvolvidos sem contratação prévia tanto podem se converter em produtos de sucesso no mercado, gerando considerável retorno a seu(s) idealizador(es)/realizador(es), como podem se transformar em fracassos. Neste caso, será apreendido pelas estatísticas como “trabalho não remunerado”, um produto “inexistente” economicamente (Setor A).

O caso do *software* “*ICQ*” ⁽⁷⁹⁾ é uma história de sucesso de um produto/serviço de informação, entre tantos outros, ⁽⁸⁰⁾ em que se observa uma lógica de elaboração e venda de produto/serviço diferente da que prevalecia no período anterior. O *software* foi desenvolvido por três pesquisadores, que em 1996 criaram um serviço para Internet (uma maneira rápida e direta de receber e enviar mensagens, uma combinação de *e-mail* e *chat*: salas de bate-papo). O desenvolvimento do *software* foi feito com um empréstimo de US \$ 100 mil (fornecido pelo pai de um dos pesquisadores) e em três meses estava pronta a versão 1.0. A questão seguinte era criar o próprio mercado. A estratégia adotada foi, então, a de distribuir gratuitamente o *software*, através do *site icq.com*, para conseguir o maior número possível de usuários. Julgaram que dando maior visibilidade ao *software*, através do maior número de adeptos ao serviço, poderiam, finalmente, ganhar dinheiro. Em início de 1998, após dois anos de divulgação gratuita, já com milhões de usuários (no início de 1998 se registrava um milhão de novos usuário por mês), o *ICQ* recebeu a primeira grande proposta

⁽⁷⁹⁾ A síntese apresentada baseia-se no artigo apresentado no Suplemento FORTUNE do Jornal do Brasil (16 de fevereiro de 1999, p.14).

⁽⁸⁰⁾ O Suplemento FORTUNE veiculado pelo Jornal do Brasil é preciosa fonte de relatos de sucessos em negócios ligados à TI, como, por exemplo, o artigo sobre jovens e ricos, que joga

de compra, US\$50 milhões. Os pesquisadores, no entanto, decidiram aguardar uma oferta ainda melhor, enquanto crescia o negócio, que atingiu, em junho, 10 milhões de usuários. Foi, então, realizada a venda por US\$287 milhões para a AOL (*America Online*).

O caso apresentado envolve, por um lado, uma atividade sem retorno financeiro por 2 anos consecutivos, cuja (alta) remuneração ocorre após este período. Por outro, corresponde a um produto/serviço que foi executado em 3 meses, mas que só foi realizado (vendido) após dois anos e que continua a ser um produto/serviço gratuito. Nota-se, pois, a mudança da lógica que permeia a estratégia de empreendedores relacionados à TI, onde se distancia a realização de um trabalho (um serviço/produto), sua incerta (não raro alta) realização financeira e a forma de cobrança, o “preço”.

Isto remete à questão, já apontada, da quebra de movimentos sincrônicos - no tempo e no espaço -, uma característica de fenômenos atuais, que seguem lógica distinta de realização daquela relacionada ao trabalho e à produção na fábrica e no escritório, para os quais são pertinentes as unidades temporais de referência (semana, mês, ano) dos levantamentos estatísticos.

. O “novo” domicílio

Além do reconhecimento da maior relevância do domicílio, a partir da capacidade da TI de quebrar as grandes estruturas centralizadas da sociedade industrial, é também ponto convergente, entre os teóricos e críticos da sociedade da informação, que o domicílio visto como *locus* é diferente do lar visto como família ou como centro de atividades “coletivas”. É enfatizada a tendência de maior liberação e de fortalecimento do indivíduo, e não da família. Como assinala KUMAR (1997, p.168), o objetivo final do computador ligado às redes globais de comunicação é o de colocar todo o mundo do conhecimento e da informação nas mãos do indivíduo isolado. Nesse caso, não haveria necessidade e nem lugar para atividades grupais - não, pelo menos, como as que poderiam ocorrer no lar em conjunto com outros membros da família.

luz sobre um novo fenômeno da era da Internet: “a inserção de juventude, tecnologia e muito, muito dinheiro.” (28 de setembro de 1999, pp.7-9).

“Escondido na privacidade de seu quarto, sentado em frente a um terminal de computador, o indivíduo se diverte, educa-se, comunica-se com outras pessoas nas estradas da informação e providencia seu sustento prestando o necessário trabalho na economia da informação. (...) O lar torna-se o local preferido das atividades individuais, mas não gera finalidade coletiva nem senso de valores familiares compartilhados. O indivíduo pode na verdade resolver viver independentemente e isolado dos demais. O lar torna-se menos um ‘oásis em um mundo sem coração’ para a família e mais semelhante a um hotel para pagantes (e não pagantes) “ (KUMAR, 1997, p.168).

Neste ponto, pode-se considerar, sob muitos aspectos, que o domicílio ⁽⁸¹⁾ - uma habitação, um lar - encontra-se bastante modificado. Passa a ser uma unidade onde se realizam atividades variadas, de entretenimento, instrução, trabalho, produção, consumo, que se entrelaçam de forma anacrônica. Passam, também, a envolver um leque de consumo (e pro-sumo) individuais, tendo sido enfraquecida sua característica anterior de satisfação das necessidades “coletivas”. Isto se traduz na posse múltipla de bens (televisores, vídeo, aparelho de som, computadores, telefones, automóveis etc.) e em práticas alimentares individuais, incluindo desde a aquisição de produtos específicos, individualização de gosto, dieta, independência de orçamento etc. a horários e formas distintas de fazer refeições.

Afora essas questões, COMTE (1995, p.188) sugere, ainda, outros fatores que contribuem para a quebra da unidade do domicílio. Observa que “o domicílio não forma mais uma unidade tão bem identificada: a proliferação dos divórcios, dos novos casamentos, das coabitações etc., complicada pela presença de filhos “alternativos”, multiplica as relações entre os domicílios”. Adverte o autor para a conveniência de se levarem em conta, por exemplo, os consumos efetuados em outros domicílios. Coloca, então, a pergunta: “Pode o estatístico continuar somando as despesas num domicílio, quando este tende a ser apenas uma coleção de indivíduos e esta coleção de indivíduos tem uma extensão variável?”

⁽⁸¹⁾ Definido, como unidade de levantamento estatístico, como o local de moradia (estruturalmente separado e independente) no qual residem família(s) (conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco). Para definição operacional completa, ver, por exemplo, a já citada PNAD 1996: Síntese de Indicadores.

Dentre os aspectos relacionados às estatísticas oficiais, no âmbito da sociedade da informação, caberia levantar ainda a questão do espaço. Hoje, com a TI e a globalização a ela associada, muitos espaços pertinentes não cabem nos recortes administrativos do território, Estado, regiões, municípios, bairros etc., base operacional da observação estatística. A substituição de ligações físicas por ligações imateriais (telemáticas) esvazia de sentido a noção de espaço territorial, muitas vezes e crescentemente substituída pela noção de redes. Em que pese a relevância do tema em contraponto com o escopo eminentemente nacional das estatísticas oficiais, num contexto mais e mais globalizado, ele não será objeto do presente estudo, pois envolve questões de ordem distinta. Porém, se quer apontar para a pertinência de tais questões, que, certamente, se adicionam às aqui tratadas.

Para finalizar esta seção, posiciona-se ao lado de COMTE (1995, pp.189-90), quando este observa que a “nova complexidade do mundo não impede toda descrição e análise das estatísticas, mas as torna problemáticas, afetando todas as condições da observação. (...) Se o postulado de identidade do objeto está invalidado, nenhum protocolo de medida pode garantir o valor dos resultados.”

Certamente alguns dos problemas apontados não são inteiramente novos, mas estiveram adormecidos, congelados, isto é, não perturbaram as estatísticas durante um bom tempo, uma vez que, como visto anteriormente, dos pós-guerras aos anos 70, se deu a maturação de um regime de crescimento, capitalista industrial, dotado de regras de funcionamento estáveis, sem grandes alterações que modificassem a significação e a continuidade das estatísticas.

4.2 REESTRUTURAÇÃO OU FLEXIBILIZAÇÃO DO CAPITALISMO: A SOCIEDADE PÓS-FORDISTA

“Vastas mudanças na tecnoesfera e na infoesfera têm convergido para mudarmos a maneira como fazemos as mercadorias. Estamos nos movendo rapidamente para além da tradicional produção em massa, para uma sofisticada combinação de produtos de massa e desmassificados. O alvo final deste esforço é agora aparente: mercadorias feitas inteiramente sob medida, feitas com processo holísticos de fluxo contínuo, cada vez mais sob controle direto do consumidor.” (TOFFLER, 1980, p.190).

Alguns estudiosos observam que, enquanto a abordagem da sociedade da informação enfatiza, como fator propulsor de mudanças, as forças de produção, as abordagens que tomam como fator propulsor das grandes transformações o modo de funcionamento do capitalismo - sua reestruturação ou flexibilização - dão destaque às relações de produção. Ressalta-se que as inovações organizacionais que têm acompanhado as transformações tecnológicas desempenham papel fundamental no conjunto de mudanças que revolucionam o mundo da produção e do trabalho. A tecnologia deixa de ser olhada como neutra e progressista, e maior atenção passa a ser dada à matriz de relações sociais que determinam seu uso, aplicação e conseqüências. Torna-se claro *que novas formas de organização da produção e do trabalho* são cruciais na obtenção de maior aproveitamento da potencialidade dos novos equipamentos. Daí a inovação tecnológica ser definida de forma mais ampla, incluindo as novas tendências organizacionais.

De maneira geral, essas abordagens, com maior ou menor ênfase, indicam uma alteração no regime de acumulação e no modo de regulamentação da economia. Postula-se uma mudança na organização básica da produção industrial, que passa de um padrão fordista para um outro, que lhe sucede, denominado de forma geral, mas não única, pós-fordista.

“Modificações no mercado de trabalho, nas regras de negociação coletiva, na reorganização dos departamentos das grandes empresas, nas intervenções de Estado e nas políticas econômicas estão sendo introduzidas de forma tão rápida quanto as inovações puramente tecnológicas. É nesse sentido que se

pode dizer que um novo modelo de desenvolvimento, baseado num novo regime de acumulação, está sendo criado.” (BOYER, 1986, p.248).

Algumas abordagens são agrupadas em linhas teóricas mais claramente demarcadas, como a “especialização flexível” e a “escola da regulamentação”,⁽⁸²⁾ enquanto outras abrangem diversos enfoques de autores ou grupos de estudos pós-fordistas (HIRST & ZEITLIN, 1991, e KUMAR, 1997). No entanto, no âmbito do presente trabalho, não se estará dando ênfase especial a esta discussão taxionômica que aprofunda aspectos teóricos e metodológicos cruciais dessas abordagens. O que se tenciona é apreender, de algumas delas, questões centrais que mais diretamente se relacionam com a estruturação atual das estatísticas industriais oficiais.

Nesse campo teórico, a intensa produção em massa padronizada, do período anterior, realizada por máquinas especializadas por tipo de produto, de tarefa única, caracterizada pela utilização de mão-de-obra operária não qualificada, é referida como fordismo. O modelo é chamado de fordismo dado que foi “o próprio Henry Ford que teve, primeiramente, a idéia de ligar os vários elementos do sistema em um complexo organizativo. O seu modelo T era um produto uniformizado, disponível em todas as cores, desde que fosse preto! Era produzido com “instrumentos de fábrica”, isto é, máquinas-ferramentas automáticas, que qualquer trabalhador, mesmo os recém-chegados do campo, estaria em condições de usar.” (SABEL & ZEITLIN, 1982, p.214).⁽⁸³⁾

É habitualmente tido como marco inicial do debate a respeito da perda de importância do modelo fordista o estudo de PIORE & SABEL (1984), que contrapõem às grandes corporações, especialmente as americanas, o modelo dos distritos industriais, formados por pequenas e médias empresas no contexto europeu. Os autores propõem que o longo ciclo de produção em massa, organizado rigidamente segundo os princípios científicos (tayloristas) do trabalho, havia atingido uma exaustão. Em uma economia madura, onde a demanda é cada vez mais fragmentada, em razão de uma progressiva diferenciação de gosto e de maiores exigências de qualidade e personalização, a

⁽⁸²⁾ Muito embora sejam diversos os enfoques aí arrolados, constituindo-se mesmo em várias “Escolas”. JESSOP (1990, pp.153-216), por exemplo, destaca quatro enfoques distintos.

produção em massa, organizada rigidamente para produzir bens padronizados, não seria mais eficiente. Sustentam que o sucesso, a longo prazo, do regime fordista de acumulação trouxe a saturação do mercado de bens de consumo nos países industriais, ⁽⁸⁴⁾ bem como a interdependência das economias industrializadas, através do comércio. Assim, tornou-se cada vez mais difícil incrementar a produção via expansão do mercado nacional, o que acirrou a competição direta entre os países desenvolvidos pelos mercados dos países do Terceiro Mundo, tornando evidentes os limites do sistema, projetado para promover a expansão da economia internamente à nação.

Piore & Sabel apontam para o ressurgimento de um “novo” modelo de produção descentrada e flexível, baseada em máquinas polivalentes e em mão-de-obra qualificada. Chamam atenção para o fato de este modelo em realidade não ser novo, ⁽⁸⁵⁾ apresentando características da produção artesanal ⁽⁸⁶⁾ que sempre coexistiram com a produção em massa. Assim, ao lado da produção fordista, grande atenção passou a ser dada à emergência de um modelo organizativo por eles denominado de “especialização flexível”, baseado em pressupostos opostos aos fordistas. ⁽⁸⁷⁾

⁽⁸³⁾ Este modelo, quando focado de forma mais ampla, incluindo a ação reguladora do Estado e a organização empresarial e dos trabalhadores, visando a maximização da demanda agregada, o pleno emprego etc., é denominado fordista-keynesiano.

⁽⁸⁴⁾ PIORE & SABEL (1987, p.273) dão alguns números dessa saturação nos Estados Unidos, onde em 1979 havia um automóvel para cada dois moradores contra um para cada quatro no início dos anos 50. Em 1970, 99,9% das famílias tinham um televisor, contra 47% em 1953; mais de 99% tinham também geladeira, radio e ferro elétrico, e mais de 90% dispunham de máquina de lavar, torradeira e aspirador de pó.

⁽⁸⁵⁾ PIORE & SABEL (1987, pp.57-88) enfatizam os limites da teoria clássica no tratamento dessa questão. Consideram restritiva a visão da teoria do “dualismo industrial”, que paradoxalmente postulava que uma segunda e contrária forma de produção fosse inerente à lógica da própria produção em massa. O dualismo via a produção artesanal moderna como um complemento necessário à produção em massa. A produção artesanal moderna poderia valer-se das inovações geradas pela produção em massa, mas não se acreditava que ela pudesse gerar um fluxo de progresso tecnológico capaz de levar ao crescimento econômico.

⁽⁸⁶⁾ Os principais aspectos dessa produção são resumidos nos estudos dos distritos industriais, que têm seu precursor em Alfred Marshall, com os estudos dos distritos industriais de Birmingham e Sheffield no século XIX, posteriormente seguidos por análises de outros distritos industriais em outras regiões. PIORE & SABEL (1987, p.59) observam que as pequenas empresas desses distritos industriais desenvolviam-se utilizando novas tecnologias, sem aumentarem consideravelmente de tamanho. Isto é, usavam tecnologia sofisticada mas não fabricavam bens padronizados, o que indica a existência de uma alternativa artesanal à produção em massa enquanto modelo de desenvolvimento tecnológico. O domínio da produção em massa sobre a artesanal não ocorreu por acaso ou somente em função de algum imperativo tecnológico ou por razões de eficiência econômica. Ocorreu como resultado de opções sociais e políticas, incluindo as ocasionadas por uma guerra mundial.

⁽⁸⁷⁾ Muitas foram as críticas à especialização flexível (WILLIAMS et alii, 1992, pp.37-72; HIRST & ZEITLIN, 1991, pp.2-8 e pp.24-26; ANTUNES, 1995, pp.16-22), mas não se pode deixar de mencionar o grande debate e pontos importantes levantados pelos autores com relação às “Duas

Na especialização flexível, não se considera que as necessidades dos consumidores sejam definidas e homogêneas e, portanto, passíveis de serem satisfeitas com bens padronizados; considera-se sim que elas são confusas e variáveis. Nesse caso, em vez de se procurar satisfazer um gosto universal, a preço mais baixo, com um bem padronizado, passa-se a buscar uma personalização dos bens produzidos, adequando-os às peculiaridades dos vários gostos, contribuindo, assim, para individualizar estes gostos no próprio processo. *“O produtor fordista satisfaz uma necessidade, o especialista flexível contribui para criá-la.”* (SABEL & ZEITLIN, 1982, p.215).

Na especialização flexível, a eficiência não corresponde, pois, à possibilidade de produzir um bem ao preço mais baixo possível, mas à capacidade de produzir um número maior possível de bens diversos, a custo cumulativo mais baixo possível. Acredita-se que o cliente pagará um pouco mais por um produto que ao mesmo tempo realiza e revela a sua demanda específica. Para satisfazer e estimular necessidades diversas, esse tipo de produção utiliza-se de máquinas que desempenham várias funções, isto é, que são passíveis de serem programadas para desenvolver múltiplas tarefas.

A especialização flexível relaciona-se, pois, à nova tecnologia da informação, que permite a produção em pequenos lotes, voltados para setores especializados do mercado - consumo especializado. Novos produtos, novos desenhos não exigem novas máquinas, uma vez que são resultados de mudanças relativamente simples nos programas controlados por computador que comandam as máquinas. Torna-se viável uma sucessão sem fim de novas idéias e novos produtos, seguidos de idéias mais novas transformadas em produtos mais novos; que são conhecimento/inação intensivos.

É postulado, então, que a produção feita nos moldes flexíveis, tanto tecnológica como organizacionalmente, não requer fábricas de grande porte, mas requer trabalhador com qualificação, isto é, a flexibilidade exige perícia e qualificação. Isto fez com que alguns estudiosos vissem, por um lado, o renascimento, com maior potencial, da produção artesanal, realizada por pequenas empresas, uma vez que se poderiam contrabalançar as vantagens competitivas das economias de escala; e, por outro, (como apontado na seção

vias do desenvolvimento industrial: produção em massa e produção flexível”, título do controvertido livro de PIORE & SABEL (1984).

anterior) a “redenção” do trabalhador de uma tarefa simples, braçal. A “(...) tecnologia flexível eliminou o domínio das máquinas especializadas sobre o operário não especializado ou semi-especializado. (...) o advento do computador restabeleceu o controle do homem sobre o processo produtivo e as máquinas, de novo, lhes foram subordinadas.” (PIORE & SABEL, 1987, p.381).

Atribui-se à especialização flexível um papel importante no crescimento de unidades produtivas menores, nas economias industriais modernas, fenômeno este amplamente observado e documentado. É possível mesmo afirmar que o debate econômico sobre a estrutura industrial foi fortemente marcado, sobretudo em sua primeira fase, pela temática da pequena empresa, dando-se relevo ao caráter empreendedor do pequeno empresário. Foi um forte debate no mundo desenvolvido, tendo tido os distritos industriais italianos como fonte de estudos, destacando-se, também, certas regiões da Alemanha, do Japão e da França.

Foi a fase do “*small is beautiful*” e do “*small is beautiful now in manufacturing*”. As pequenas e médias empresas cresceram em todos os países industrializados, e a estrutura econômica iniciou um forte processo de reestruturação envolvendo a descentralização.

O novo modelo foi marcado pelo declínio da verticalização da produção e pela proliferação de pequenas e médias empresas, que produzem em escala artesanal mas em ambiente tecnologicamente avançado. A produção em massa das grandes corporações foi, pois, alterada, absorvendo do novo sistema “artesanal” a produção diversificada, em pequenos lotes. Tal sistema passa, como se verá a seguir, a interligar as empresas.

. O capitalismo do *big business*: um fim precocemente anunciado

Já na metade da década de 80, o debate econômico sobre a estrutura industrial em transformação passa chamar a atenção à significativa perda de importância da pequena empresa e ao retorno à cena das grandes corporações, numa clara inversão de tendência. Um grande movimento de aquisições, fusões e concentração veio comprovar a (re)vitalidade do modelo da grande corporação. O retorno à ênfase nas grandes empresas foi, entretanto, marcado por uma

grande discussão sobre a profunda reestruturação do modelo organizativo, do paradigma da produção fordista precedente, tendo tido a globalização um papel decisivo.

Na lógica da globalização prevalecem princípios como a desregulamentação, o livre-cambismo comercial, o livre fluxo de capitais, as privatizações. Assim, juntamente com as novas tecnologias de informação e comunicação, a forte concorrência internacional vem levando a uma flexibilização do sistema produtivo, com uma intensa descentralização organizacional e produtiva, bem como geográfica.

Um aspecto relevante desse novo cenário mundial diz respeito às mudanças na estrutura dimensional e espacial das unidades econômicas, em seus níveis de segmentação e competitividade. É sugerida uma modificação na composição da estrutura econômica-industrial, em virtude de dois movimentos, de sentido opostos: a **descentralização** e a **concentração**.

A **descentralização** produtiva se dá em função não apenas das empresas “artesaniais” da especialização flexível, mas, sobretudo, da desverticalização das grandes empresas. É observado que não há razão para as grandes empresas, com produção em série, deixarem de se beneficiar da especialização flexível. “As economias de escalas são substituídas por economias de escopo, isto é, o uso pelas grandes fábricas de tecnologias flexíveis de manufatura para produzir bens voltados para vários mercados relativamente pequenos e segmentados. Acompanhada pela utilização criteriosa da terceirização, esta orientação pode permitir que grandes empresas floresçam no novo ambiente.” (KUMAR, 1996, p.56). Há que se destacar, também, a natalidade de empresas inovativas de portes pequeno e médio, intensivas em conhecimento científico e tecnológico, dos setores considerados *science based*. Como indica BELUSSI (1992, p.24), a formação destas empresas muito freqüentemente se dá em âmbito local, em contexto produtivo específico, muitas delas desempenhando função de incubadoras de grandes empresas dinâmicas. É usual ressaltar a ação das grandes empresas, que disseminam capacidade empreendedora e processo de aprendizagem para as outras empresas, das quais passam a se beneficiar em seus processos de desverticalização.

Juntamente com o processo de descentralização assinalado, tem ocorrido um processo crescente de **concentração**, proveniente de inúmeras aquisições,

fusões e incorporações. Imensas corporações se formaram, tendo, muitas vezes, o caráter industrial perdido relevância. Empresas ou corporações constituem-se hoje organizações econômicas complexas. O poder destas corporações é tal que “entre as 200 primeiras economias do mundo mais da metade não são países, mas empresas. (...) E se se leva em conta o volume de negócios das 200 principais empresas do planeta, seu montante representa mais de um quarto da atividade econômica mundial. (...) O volume de negócios da *General Motors* é maior do que o produto nacional bruto (PNB) da Dinamarca; o da *Ford* supera o PNB da África do Sul, e o da *Toyota* ultrapassa o da Noruega”, cujas atividades planetárias abrangem produtos industriais, atividades financeiras, comerciais, da informação, etc. (RAMONET, 1998, p.61).

Dados publicados pelo Jornal do Brasil (17/02/1999; p.11) indicam que em 1998 o volume de dinheiro movimentado pelas fusões e incorporações foi de 1.243,2 bilhões de dólares, contra os 246,9 bilhões de 1989. O processo ganhou novo impulso a partir de 1995, quando o volume de dinheiro movimentado alcançou 356 bilhões, passando a 495 bilhões em 1996 e 658,7 bilhões em 1997. ⁽⁸⁸⁾ Aponta HARVEY (1992, p.150) que a “mania das fusões” já era forte em 1988. “Nos EUA, negociações de fusões equivalentes a 198 bilhões de dólares foram concretizadas nos três primeiros trimestres do ano, enquanto na Europa a tentativa de Benedetti, da *Olivetti*, de assumir a *Union Générale* da Bélgica, um banco que controlava cerca de um terço dos ativos produtivos do país, indicou a disseminação global da mania das fusões”.

Nesse contexto - de centralização e descentralização -, vários enfoques ganharam destaque, e outras denominações foram criadas, como fordismo flexível, neofordismo, fordismo periférico, acumulação flexível, que apresentam em suas abordagens aspectos muitas vezes complementares. Enfatizam, de uma forma ou de outra, a abertura de espaços para a flexibilidade, tanto nos processos produtivos - tecnológica, organizacional e espacialmente - como nas relações de trabalho. Passa-se a considerar, então, *uma modificação do modelo*

⁽⁸⁸⁾ Como assinalado no citado artigo, na realidade o volume total de fusões no mundo é maior. A Mergerstat (que desde 1963 monitora as grandes transações) se limita a assinalar negócios que envolvam pelo menos uma empresa sediada nos EUA e aquisições de mais de 10% das ações de um dos participantes, com valor acima de US\$1 milhão.

fordista, e não a sua exaustão.⁽⁸⁹⁾ Ao contrário, verificam-se a manutenção e a ampliação de muitas de suas características. A “nova” ordem continua a ordem capitalista anterior, buscando conceder, a si mesma, mais espaço e mais tempo.

Nesse sentido, ressaltam-se como principais estratégias da produção flexível: a maior diferenciação dos produtos similares, a introdução de incrementos contínuos de inovação, a redução no ciclo de vida dos produtos, a desregulamentação do mercado de trabalho e a globalização da produção. Tais estratégias direcionam a produção para os segmentos médios ou altos do mercado, aí destacando-se dois tipos de produtos:

. produtos de elevado conteúdo qualitativo, simbólico, diferenciado. Em geral produtos com marca, de grife, envolvendo tanto pequenas e médias empresas como as grandes flexíveis;

. produtos novos padronizados, mas nem tanto, como no fordismo clássico,⁽⁹⁰⁾ provenientes de intensas pesquisas e desenvolvimento (P&D), com as características “flexíveis” descritas acima, como CDs, vídeos, computadores pessoais, secretárias eletrônicas, telefones celulares etc.

Na fragmentação (descentralização) das corporações e grandes empresas (concentração) foi incorporado o gerenciamento a distância.

“A produção foi descentralizada, não só nacional mas internacionalmente, levando-a para as regiões de baixo salário do mundo - os países recém-industrializados do leste da Ásia e da América do Sul e certas partes da Europa meridional. Enquanto isso, o controle central e as funções de pesquisa permanecem nas metrópoles dos países avançados. A especialização flexível e a administração delegada também têm sido empregadas como partes de uma estratégia para aliviar os encargos das empresas e evitar ou neutralizar organizações trabalhistas fortes.” (KUMAR, 1996, p.68).

⁽⁸⁹⁾ Deve ser dito, relativizando o uso da denominação fordista para caracterizar o período precedente de produção em massa, que paradigma, qualquer que seja este, não existe na realidade, é sempre um construto teórico que estabelece formas de ordenação de uma realidade que é muito mais complicada e confusa.

⁽⁹⁰⁾ Por outro lado, produtores de bens de consumo de massa fordista passaram a produzir famílias inter-relacionadas de bens similares, o que envolve outro tipo de padronização. Na indústria automobilística, isto significa a possibilidade de usar um mesmo motor e/ou peças em modelos de carros distintos e em diferentes países. É o caso também de peças comuns que passam a servir em diferentes produtos, como refrigeradores e máquinas de lavar.

Trata-se, segundo os teóricos da escola da regulamentação, de um único sistema capitalista global, que, na busca de maior dinamismo, passa a adotar estratégias *neofordistas*. A escola da regulamentação analisa as sucessivas fases dos modos de desenvolvimento capitalista, tomando por base combinações de regimes de acumulação e modos de regulamentação.⁽⁹¹⁾

Segundo os “regulamentadores”, o modo de desenvolvimento fordista-taylorista anterior esgotou-se, estando agora em crise. Naquele modo de desenvolvimento, o regime de acumulação caracterizava-se por um crescimento intensivo, isto é, ocorria em função de investimento em capital fixo, que incluía o progresso técnico, o que possibilitava regular os aumentos de produtividade e o consumo de massa. O modo de regulação, chamado de monopolista (em oposição ao anterior, o modo competitivo), tinha como base “a administração científica das empresas, combinações oligopolísticas de preços entre firmas, determinação de salários e níveis de consumo, através de um sistema complexo de instituições padrões-empregados e governamentais (políticas fiscais keynesianas reforçadas pelo Estado de bem-estar).” (KUMAR, 1996, p.68).

HARVEY (1992; pp.117-9) apoiando-se nos “regulamentadores”, vê os eventos recentes como uma transição no regime de acumulação e no modo de regulamentação social e política a eles associados. Sugere que o capitalismo talvez esteja em meio a uma “transição histórica” passando do sistema fordista-keynesiano para um novo regime de acumulação, por ele denominado “acumulação flexível”, em oposição à “rigidez” do regime anterior.

A acumulação flexível apóia-se na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. O autor indica que, embora as empresas estruturadas segundo o modelo fordista pudessem “adotar as novas tecnologias e os novos processos de trabalho (uma prática apelidada de *neofordismo*), em muitos casos, pressões competitivas e a luta por

⁽⁹¹⁾ Um regime de acumulação relativamente estável reproduz relações entre produção e consumo definidos no nível da economia como um todo. Um sistema particular de acumulação pode existir porque seu esquema de reprodução é coerente. O comportamento dos agentes político-econômicos - empresários, trabalhadores, funcionários públicos, financistas e outros - assume uma certa modalidade de configuração que mantém o regime de acumulação funcionando. Daí ocorrer uma materialização do regime de acumulação, que toma a forma de normas, hábitos, leis, redes de regulamentação etc. que passam a garantir a unidade do processo, isto é, a coerência apropriada entre comportamentos individuais e o esquema de reprodução. Este corpo de regras e processos sociais interiorizados tem o nome de modo de regulamentação. (HARVEY, 1992, p.117; JESSOP, 1990, pp.153-216; KUMAR, 1996, pp.66-70).

melhor controle do trabalho levaram ao *surgimento de formas industriais inteiramente novas ou à integração do fordismo a toda uma rede de subcontratação e de ‘deslocamento’ para dar maior flexibilidade diante do aumento da competição e dos riscos*”. (p.148).

Esses sistemas de produção flexível permitiram uma aceleração no ritmo da inovação do produto, juntamente com a exploração de nichos de mercado altamente especializados e de pequena escala; a redução do tempo de giro na produção (com a automação, robôs, sistema de gerenciamento de estoque *just in time*, subcontratação, enfim, a “produção enxuta”), bem como no consumo.

“A acumulação flexível foi acompanhada na ponta do consumo, portanto, por uma atenção muito maior às modas fugazes e pela mobilização de todos os artifícios de indução de necessidades e de transformações culturais que isso implica. A estética relativamente estável do modernismo fordista cedeu lugar a todo o fermento, instabilidade e qualidades fugidias de uma estética pós-moderna que celebra a diferença, a efemeridade, o espetáculo, a moda e a mercadificação de formas culturais.” (HARVEY, 1992, p.148).

Assim, as relações reguladas do regime de acumulação fordista, duramente estabelecidas pelo trabalho, capital e governo, que favoreceram o desenvolvimento e a consolidação de categorias estatísticas oficiais, encontram-se em grande mutação - desregulando-se -, não sendo, pois, mais coesas como outrora. Neste cenário, as categorias estatísticas construídas e consolidadas para a apreensão da produção industrial, realizada nas fábricas e administrada nos escritórios, com relações de trabalho estáveis, envolvendo contratos de trabalho com características homogêneas - tempo indeterminado, remuneração mensal, jornada de trabalho determinada, férias etc. - desestabilizam-se.

A seguir são tecidos alguns comentários sobre possíveis dificuldades encontradas nas estatísticas oficiais, devido à produção descentralizada, flexível, desregulada e diferenciada que hoje marca a estrutura econômica e impulsiona uma nova estruturação organizativa e uma nova articulação intra e entre empresas.

4.2.1 Aspectos relacionados às estatísticas

É característica da especialização flexível a recombinação inovativa dos recursos num ambiente de cooperação e competição entre as unidades produtivas. Dois principais tipos de organização industrial foram identificados por PIORE & SABEL (1987, pp.387-91) como possuidores dessas características. Por um lado, os distritos industriais especializados e as confederações de empresas, formados por pequenas e médias unidades produtivas, e, por outro, as empresas grandes e descentralizadas ou grupos de empresas.

Nos distritos industriais e nas confederações de empresas, onde sobressaem, respectivamente, a Itália e o Japão, as redes de firmas fazem uso de mecanismos de cooperação que favorecem cada firma em termos de redução de custos, crescimento de mercado, aprimoramento da produção etc. As empresas compartilham, pois, uma série de serviços comuns, como treinamento, pesquisa, previsão de mercado, crédito e controle de qualidade e equipamentos que estão além de sua capacidade individual. Além do caráter cooperativo entre as empresas, ocorre, também, a cooperação entre as pessoas - empresários, projetistas e “operários” -, visando a alcançar o objetivo de criar novos produtos e processos e de explorar aberturas de mercado. Como a maioria dos trabalhadores é qualificada, há pouca hierarquia funcional, sendo a divisão de trabalho entre eles muitas vezes inexistente, flexível ou pouco nítida.

Outro tipo de organização é a das grandes e descentralizadas corporações ou grupos de empresas. PIORE & SABEL (p.390) mencionam as empresas “solares”, que possuem em sua órbita os fornecedores, e as “fábricas laboratórios”. Destacam as economias americana e alemã como as mais representativas desse tipo de organização. Observam, no entanto, que estas empresas não são fáceis de serem identificadas porque, quando vistas de fora, se assemelham às grandes empresas de produção em massa. Dão como exemplo a *Boeing* que não produz os motores de seus aviões e nem os instrumentos de vôo. Estas empresas “solares” se ligam a unidades produtivas relativamente autônomas e especializadas, compartilhando serviços diversos como pesquisa, *marketing* e financiamento. Esta foi uma forma encontrada pelas grandes empresas para reduzir o número de empregados e algumas de suas atividades internas: um redimensionamento da escala de produção, passando a utilizar-se de subcontratação ou descentralizando atividades como as

relacionadas à produção de componentes complexos, manutenção, *design* e engenharia de produto.

Observa-se, então, o início da dificuldade de se distinguir as pequenas empresas de distritos industriais, as confederações e/ou sistema de empresas com articulação entre si das grandes empresas que operam em processo de desintegração vertical. As primeiras, de certa maneira, formam um grande empreendimento, com serviços e investimentos comuns (recursos compartilhados, como equipamentos, crédito, treinamento, assessorias técnicas especializadas, pesquisa, *marketing* etc.), enquanto as segundas, operando de forma verticalmente desintegrada, passam a relacionar-se com um número elevado de pequenas e médias empresas fornecedoras e subcontratadas. Vistas sob esse ângulo, as grandes empresas assemelham-se às associações de pequenas empresas, não mais se estruturando como as empresas de grande escala, verticalmente integradas, centralizadas, rígidas e gerenciadas de forma hierárquica.

A questão que se coloca é, pois, como as estatísticas podem lidar com as articulações e cooperações mencionadas, tão características da atual estruturação econômica, que envolvem tanto o compartilhamento ou parcerias de recursos como a própria estruturação da produção. Essas articulações, como apontadas, são relevantes tanto para as grandes empresas e suas “órbitas” como para as pequenas e médias, que associadas formam uma espécie de “grupo empresarial”. São distintas modalidades organizativas que vêm assumindo hoje papel importante na indústria e na economia, altamente competitivas.

. O capitalismo do *big business*

O modelo organizativo, decorrente das formulações teóricas que apontam para o movimento concentração x descentralização, tem recebido denominações e tratamento diversos, constituindo-se fértil campo de estudos, tanto teóricos como empíricos. São designações para tais modelos: empresas-rede; empresas especializadas; novos oligopólios; estrutura quase verticalmente integrada; constelações ou grupos de empresas (BELUSSI, 1992, p.22).

“A organização empresarial característica do capitalismo informacional emergente neste fim de século é uma constelação articulada de grandes, médias, pequenas empresas (...) distribuídas à volta do mundo, através das quais se divide o trabalho, tendo como centro uma companhia que domina as marcas e as tecnologias estratégicas de produto e de processo. Cabe a esta companhia coordenar todo o sistema que a ela se subordina, por meio de modernas e velozes redes de tratamento e comunicação da informação.” (DANTAS; p. 219-20).

As empresas estruturam-se de modo a concentrarem na unidade central as fases operativas cruciais: a administração das empresas, as fases produtivas mais qualificadas, de maior conteúdo tecnológico e valor agregado, a engenharia dos produtos, o desenvolvimento tecnológico (P&D). Às unidades periféricas são delegadas as fases produtivas do ciclo e as operações consideradas não-determinantes. Estas fases podem ser efetuadas por empresas controladas - pertencentes ao mesmo sistema empresarial - ou por outras empresas em sistema de cooperação ou delegação - fornecedoras ou subcontratadas - muito ou pouco integradas ao modelo organizativo operacional da empresa motriz. A rede de fornecedoras e/ou subcontratadas pode se multiplicar por estratos sucessivos, em cascata. Sua extensão é variada, indo de empresa local e regional a empresa global de poder planetário.

São, pois, dois modelos distintos de reestruturação organizativa das empresas. Um se relaciona a uma nova configuração interna à empresa ou grupo, e o outro envolve uma reestruturação que engloba unidades produtivas externas. Estas duas configurações não são necessariamente alternativas; enquanto a primeira fortalece relações e fluxos intra unidades produtivas, a segunda desenvolve relações e fluxos entre empresas.

O que se quer ressaltar é que se trata de formas organizacionais que diferem substancialmente daquela das empresas fordistas tradicionais - da grande fábrica dos anos 50 -, com processos de produção e de trabalho semelhantes. De um lado, a “empresa-estrutura” do paradigma clássico da análise econômica, em que *um certo agregado físico correspondia a uma entidade jurídica, com uma estratégia de produção padronizada*. De outro, a “empresa-projeto” atual, uma organização diferenciada dotada de específicas *capabilities e routines*. As grandes empresas mimetizam-se, transformam-se em

rede, com objetivos flexíveis e mutáveis, e com pequenas e médias empresas se estruturando à sua volta em rede de negócios e cadeias produtivas ou em distritos industriais (BELUSSI, 1992, pp.31-32; MURRAY, 1983, pp.74-99). *O sistema produtivo, apoiando-se em novas formas organizacionais e técnicas administrativas, passa a orientar-se para a solução de problemas, não mais prevalecendo a lógica da produção em massa, onde havia uma única e melhor solução técnica para a produção.*

Trata-se de um ambiente econômico onde as articulações entre as unidades produtivas - intra e entre empresas - tornam-se cruciais, envolvendo uma nova lógica, distinta da cadeia produtiva da “empresa-estrutura” do período anterior. Inúmeros são os casos de empresas (como a *Boeing*, citada por Piore & Sabel) que não produzem componentes chaves de seu produto final (como os motores de avião). Na “indústria” de semicondutores, muitas empresas líderes são “sem-fábricas” (ou quase), subcontratando toda (ou quase) “produção” a ser comercializada. A corporação italiana *Benetton* fabrica e vende diretamente apenas um pequeno segmento de produtos que levam a sua marca. A *Nike* não investe em máquinas e equipamentos, toda sua produção vem de uma rede de mais de 500 fornecedores espalhados, especialmente, pelos países asiáticos.

“Temos um departamento voltado para o estudo de novos materiais para fabricação de tênis, por exemplo. Em matéria de processos de desenvolvimento de tênis a Nike possui o que há de melhor no mundo. Isso não significa que venceremos nossos competidores a cada seis meses, mas que os deixaremos para trás se pensarmos num futuro a médio prazo. Não existe um modelo ideal que diga que a Nike fabrica tênis com qualidade superior à de seus concorrentes. No entanto, temos uma forte rede de relacionamentos que nos ajuda a estar sempre à frente.” PHIL KNIGHT - Presidente da *Nike* (ALFREDO, 1999, p.68)

A estrutura organizacional das empresas, pequenas, médias e grandes, foi, portanto, bastante alterada. Ganham destaque as empresas “artesaniais”, as empresas subcontratadas e as fornecedoras, independentes ou não das grandes empresas, e, na ponta do sistema, os grandes complexos econômicos flexibilizados. No entanto, observa o Diretor-Geral do *Euroestat*, FRANCHET (1998), que *os sistemas de informação estatística continuam a refletir um modelo produtivo essencialmente tradicional, baseado na independência das*

empresas.⁽⁹²⁾ Pode-se, pois, acrescentar que, além de exclusividade e exaustão, o enfoque classificatório das atividades, apresentado anteriormente, toma por base certa independência das unidades produtivas.

As novas formas de organização produtiva trazem, também, dificuldades para a mensuração de atividades relacionadas à geração de informação/conhecimento e de inovações. Como são atividades desenvolvidas em ambientes “tecnológicos”, geralmente não de produção, muitas delas, segundo critérios classificatórios (que privilegiam a produção), podem estar sendo classificadas como atividades “auxiliares” à produção, enquanto são, de fato, centrais e determinantes. Podem, ainda, estar sendo consideradas atividades secundárias, e neste caso estarão “escondidas” sob a atividade produtiva “principal”.

“(...) no que diz respeito à obtenção de informação estatística sobre o sistema de empresa, o mercado globalizado e o aumento da interação entre tecnologia, sistema de produção, mercado de trabalho e demanda por bens e serviços torna-se necessário uma reestruturação da interpretação estatística. (...) O aumento de turbulência do sistema de empresa também implica uma completa reconsideração da relação entre survey e unidades de análises, o que terá importantes efeitos tanto no sistema de monitoramento da demografia das empresas como na identificação de variáveis a serem pesquisadas.” (ZULIANI, 1998) (Presidente do Instituto de Estatística Italiano-ISTAT).

Como visto anteriormente, o aparato de levantamento estatístico, estruturado no período áureo da industrialização, tem sua preocupação voltada para a mensuração (segmentação, classificação) de unidades produtivas industriais, onde é fator preponderante a tecnologia mecânica de produção de bens padronizados, voltada para o consumo de massa. No entanto, na sociedade pós-fordista - de consumo especializado, de produção em pequenos lotes, diferenciada, “artesanal”, com forte conteúdo inovativo, conhecimento/informação intensivos - *o nicho de mercado ao qual o produto se destina, torna-*

⁽⁹²⁾ Informa o autor, Diretor-Geral do *Euroestat*, que quando uma Comissão, daquele organismo de estatística da Comunidade Européia propôs introduzir grupos de empresas no registro de negócios europeus (UNICE) as confederações nacionais de indústrias e países importantes foram contra a idéia.

se uma referência fundamental. Estas são características pós-fordistas, que perpassam todos os setores, aí se destacando muitos dos considerados “tradicionais”, com forte apelo à moda - o mundo *fashion* (móvelia, louças, artefatos de casa, roupas, calçados etc.).

Tomando-se por referência o “setor” do vestuário, observa-se, num extremo, a produção de roupas sofisticadas, de grife, que envolve *desing*, corte, modelagem e padronagem artísticos, personalizados, com tecidos diferenciados, inventados a cada estação e “inteligentes” (que se adaptam à temperatura, mudam de cor, controlam a transpiração), bem como o uso intenso de tecnologias de informação e comunicação (na concepção, elaboração e distribuição), mercado especializado, de luxo, com valor de uso simbólico, associado a publicidade, imagens, etc. No outro extremo, encontra-se a produção em série, padronizada, dependente de maquinário especializado, com preços decrescentes. Sob esses aspectos, trata-se de *produtos inteiramente distintos* direcionados a segmentos de consumidores absolutamente diferenciados; envolvendo diferenças fundamentais quanto às formas de produzir, às matérias-primas empregadas, ao conteúdo material x não-material, ao nível de utilização de TI etc.

A publicidade feita na *Vogue*, reproduzida no Jornal do Brasil, Revista de Domingo, (11/07/1999, p.14), vai direto ao ponto abordado: “ ‘Filosofia no chão’ - Os sapatos da *Trippen* têm filosofia: ‘Expressam uma individualidade não encontrada no mercado de massa.’ Os *designers* Spieth e Oehler criam sapatos duráveis que funcionam como moda, mas não são ditados por ela.” O mesmo se aplica a tantos produtos, altamente diferenciados, de *designs* distintos, que visam a certos segmentos de mercados.

Como “alternativas” do mercado *fashion*, cabe citar mais um artigo publicado no Jornal do Brasil, Revista de Domingo, (03/11/1999, p.20): “Assim é se lhe parece” que sugere como se aproximar do mundo *fashion* com um orçamento muito menor. “Se o orçamento não permite comprar o lançamento das grandes grifes, copie-os.” Mostra, então, como “substituir” um modelo - casaco, calça e bolsa - *GUCCI* original de US\$ 8 750 por um *fake* de US\$ 850, ou um modelo - saia, blusa e cinto - *by Prada* de US\$ 3 900 por outro *by Gap*,

Helen Wang e *CK* por US\$ 250. Certamente as alternativas vão até preços muitos inferiores, com cópias e cópias de “qualidade” distintas.

No contexto pós-fordista, é, pois, necessário voltar a atenção para a segmentação do consumo, isto é, a produção e o consumo especializados *vis à vis* a produção e o consumo de massa da sociedade industrial.

Nesse sentido, é válido citar CIPOLLETTA (1989, p.357), membro da *Confindustria* da Itália: “O aparato de levantamento estatístico, reconstituído ao fim dos anos 40, era naquele momento inovativo e bem-direcionado para as tendências que, então, prevaleciam: a de *um processo de crescente industrialização e de verticalização dos processos produtivos*. Disso derivou uma lógica de escolha a favor do estabelecimento de produção industrial como unidade elementar de levantamento e da entidade física (número e peso) como unidade de medida.” E acrescenta que, por ser a estrutura de levantamento um investimento considerável, que requer tempo antes de ser declarado obsoleto, é óbvio que continue a existir e operar, mesmo que os dados produzidos se tornem de menor interesse. Conclui que esses fatores concorreram para concentrar a informação estatística sobre fenômenos da produção e da ocupação, com menor atenção para o mercado.

informalização de atividades

Last but not least, deve-se destacar que nesse contexto de reestruturação econômica, de enfraquecimento das regulamentações de mercado, perde fôlego o regime de trabalho assalariado, no qual tinha papel central a grande empresa industrial. Reabre-se espaço para a retomada das discussões sobre a informalidade. O tema, como assinalado, tem sua origem nos anos 60, no âmbito das discussões sobre o desenvolvimento econômico e o setor informal, porém, a partir dos anos 80, ganha novos contornos e transcende as fronteiras da periferia do capitalismo, devido às dificuldades de geração de empregos nos países centrais. ⁽⁹³⁾ Observam MACHADO DA SILVA & CHINELLI (1997, p.26)

⁽⁹³⁾ Envolve ampla literatura, com trabalhos de autores vinculados a organismos internacionais como a OIT e o PREALC, trabalhos mais antigos como o de TOKMAN (1978) e SOUZA (1976) e mais recentes como os de CACCIAMALI (1999, 1989, 1983) e os do periódico “Contemporaneidade e Educação”, tema central: qualificação e informalidade, organizado por MACHADO DA SILVA (1997).

que “o renovado interesse pelo tema não desconhece o caráter teoricamente ambíguo, empiricamente impreciso e ideologicamente comprometido da noção de informalidade”.

Como já observava SOUTO em 1989 (p.45), duas noções encontram-se envolvidas no uso atual do termo informal. A autora chama atenção para a ampliação do uso e do sentido do termo: “(...) o informal, afora se constituir num *campo* específico de atividades econômicas que teriam como denominador comum o fato de não se enquadrarem nos moldes da produção capitalista, passa a se configurar também, e de forma crescente, como um *aspecto* de atividades econômicas que não pertencem a este campo.” Assim, a noção de informalidade se relaciona, por um lado, ao segmento - setor ou economia - definido como informal, e, por outro, à reorganização das relações de trabalho assalariado nas formas de organização da produção e do mercado de trabalho formal, que se flexibilizam.

Esse processo de informalização vem ocorrendo com maior ou menor intensidade devido à desregulamentação do mercado de trabalho, através de ações ativas (mudanças das regras) ou passivas (desgaste das regras) por parte dos governos (CACCIAMALI, 1999, p.7). A autora aponta para “uma redefinição nas regras da relação de assalariamento, motivada por estratégias desenvolvidas para enfrentar com maior eficiência um ambiente mais competitivo e para padrões definidos no mercado internacional. Essa reorganização do trabalho orienta-se para o uso flexível – jornada de trabalho, remuneração e função - e intenso do trabalho em escala global, com isto criam-se, recriam-se e ampliam-se relações e formas de trabalho díspares.”

O mercado de trabalho reestrutura-se radicalmente, atingindo fortemente os empregados regulares - os assalariados típicos. Além das muitas demissões e da extrema dificuldade de manutenção da posição ocupacional num novo trabalho, são impostas alterações àqueles que mantêm seus empregos. São acionados mecanismos vários, como a flexibilização das horas semanais de trabalho que passam a ser computadas pela média de 40 horas no ano (o que leva os empregados a trabalhar mais horas nos períodos de pico da demanda e menos horas em períodos de sua redução), o sistema de “metas a alcançar”, além da crescente utilização de trabalho temporário e subcontratado. Isso tudo

sem mencionar o maior desgaste físico e psicológico, altamente estressante, desta nova situação.

São, pois, novas características do mercado de trabalho, a serem tratadas, envolvendo, em grande parte, uma das categorias mais sólidas das estatística: o trabalho assalariado.

5 FUSÃO DO CULTURAL E DO ECONÔMICO: PÓS-MODERNIDADE, CONDIÇÃO PÓS-MODERNA OU RADICALIZAÇÃO DA MODERNIDADE?

“Quanto ao sentido do termo, talvez só haja concordância em afirmar que o ‘pós-modernismo’ representa alguma espécie de reação ao ‘modernismo’ ou de afastamento dele. Como o sentido de modernismo também é muito confuso, a reação ou afastamento conhecido como ‘pós-modernismo’ o é duplamente.” (HARVEY, 1992, p.19).

Em confronto com as abordagens da sociedade da informação e da sociedade pós-fordista, pode-se dizer que a da pós-modernidade é mais abrangente, incorporando e transcendendo fundamentos teóricos e conceituais das duas primeiras abordagens. Da teoria da sociedade da informação, a perspectiva pós-moderna absorveu o papel fundamental atribuído ao conhecimento e à tecnologia da informação, embora os interprete de maneira distinta da forma modernista, racionalista e otimista de Daniel Bell e outros pesquisadores daquela linha teórica. Os pós-modernistas dão, por exemplo, especial destaque à dimensão lingüístico-simbólica da informação e da comunicação. Já do pós-fordismo, a abordagem pós-moderna incorporou, sobretudo, a ênfase na descentralização, na dispersão, na fragmentação, na diversidade e no individualismo, além da importância dos níveis local e global. Afora isso, os pós-modernistas postulam a centralidade da cultura na sociedade e passam a considerar que os processos econômicos e simbólicos estão, mais que nunca, entrelaçados e interarticulados.

A abordagem pós-moderna, além de eclética em sua origem e sincrética em suas manifestações, põe em discussão a própria natureza da sociedade e da realidade objetiva, bem como nossa forma de compreender a própria realidade, incluindo questões filosóficas sobre verdade e conhecimento. Nega a maneira habitual da ciência de submeter proposições a testes, admitindo a contradição. Para cada aspecto que se escolhe para exame, pode-se contrapor outro, com força argumentativa semelhante, que aponte em uma direção inteiramente diferente ou até mesmo contrária. Contradição e circularidade não são vistas como falhas na lógica pós-moderna.

O impulso inicial da abordagem pós-moderna constitui uma reação ao modernismo cultural. Para Lyotard o pós-modernismo foi a forma assumida contra o modernismo quando este perdeu seu *élan* revolucionário. ANDERSON (1999, pp. 23-54) observa que a cristalização do termo na literatura se deu a partir de 1972, quase concomitantemente com o que se passou nas artes plásticas. No campo artístico, o primeiro ataque pós-modernista foi contra a chamada “Arte Moderna”, que, conformista, grandiloqüente e burguesa, se instalou nos museus e nas academias, impondo padrões estéticos limitadores aos estilos anteriores. “Os pós-modernistas defendem a idéia de que a arte é apenas um jogo, e não tem outra função senão a de surpreender e causar prazer; arte sem qualquer papel político, nem conscientizador, nem ‘renovador social’. Por isso, utilizaram o ecletismo estilístico, os pastiches de todos os estilos passados, juntamente com objetos do uso comum, do folclore, do popular e também de signos da indústria cultural.” (WEYRAUCH & DE VINCENZI, 1994, pp.10-11).

HARVEY (1992, p.19), citando a revista de arquitetura *Precis 6* (1987), observa que o pós-modernismo é visto como uma legítima reação à monotonia da visão de mundo do modernismo “universal”, geralmente percebido como positivista, tecnocêntrico e racionalista e, freqüentemente, identificado com a crença no progresso linear, nas verdades absolutas, no planejamento racional de ordens sociais ideais e com a padronização do conhecimento e da produção. O pós-modernismo, em contraste, privilegia a heterogeneidade e a diferença como forças libertadoras na definição do discurso cultural, sendo a fragmentação, a indeterminação e a desconfiança de todos os discursos universais o marco de seu pensamento.

Esta é, no entanto, uma leitura inicial, linear e simplificada, um ponto de partida ao qual Harvey vai incorporar diferentes aspectos que permeiam a abordagem pós-moderna. Entre esses estão aspectos considerados positivos, como a preocupação com a diferença e com as dificuldades de comunicação, a complexidade e as nuances de interesses, culturas, lugares etc. Por outro lado, estão aspectos negativos, como a ênfase acentuada na efemeridade da fruição, na impenetrabilidade do outro, na texto e não na obra, na desconstrução que beira o niilismo, na estética e não na ética; o que “leva as coisas longe demais. (...) Obcecados [os filósofos pós-modernos] pela desconstrução e pela

deslegitimação de toda espécie de argumento que encontram, eles só podem terminar por condenar suas próprias reivindicações de validade, chegando ao ponto de não restar nada semelhante a uma base para a ação racional.” (pp.111-12). ⁽⁹⁴⁾ O autor ressalta, ainda, aspectos de continuidade quando postula que se pode ver o pós-modernismo como um tipo particular de crise do modernismo, uma crise que passa a enfatizar o lado fragmentário, efêmero e caótico, vindo a exprimir “um profundo ceticismo diante de toda prescrição particular sobre como conceber, representar ou exprimir o eterno e imutável.”

O modernismo, conforme visto, ao cindir a modernidade (modernismo e modernidade), passa a manter com ela uma relação complexa: ao mesmo tempo em que nega muitos de seus traços fundamentais, assume, em certos aspectos, o racionalismo básico da modernidade. Como propõe CALINESCU (1995, p.265), “se aceitarmos (...) a existência de duas modernidades conflitantes e interdependentes - uma socialmente progressista, racionalista, competitiva, tecnológica, e outra culturalmente crítica e autocrítica, inclinada a desmistificar os valores básicos da primeira - estamos melhor preparados para entender os freqüentes e cansativos paradoxos e ambivalências ligados à modernidade.” Assim, “o modernismo literário é moderno em seu comprometimento com a inovação, em sua rejeição ao autoritarismo tradicional e em seu experimentalismo, sendo antimoderno em sua rejeição ao dogma do progresso, em sua crítica à racionalidade, no sentido de que a civilização moderna trouxe a perda de alguma coisa preciosa, a dissolução de um paradigma de grande integração, a fragmentação daquilo que uma vez foi uma poderosa unidade.”

Muitos autores concordam que uma das faces do modernismo é, pois, hierática e hierárquica, austera e autoritária. Mas, contrapondo-a a uma outra face, passam a postular que grande parte do que foi proclamado como pós-

⁽⁹⁴⁾ Nesse sentido, WEYRAUCH & DE VINCENZI (1994, p.10) apontam que “(...) os pós-modernistas não adotavam uma posição propriamente ‘irracionalista’, no sentido clássico; eles ‘desconstruíram’ o conceito de ‘razão’ e seu contrário - a desrazão ou a irrazão - na medida em que afirmaram, por um lado, que o sujeito individual contemporâneo era o resultado frágil e provisório de impulsos contraditórios e de dispositivos disciplinares disseminados nas várias instituições sociais; e, por outro lado, que não havia uma “macro-ordem” a ser descoberta, seja na natureza ou na história, mas apenas fragmentos locais e/ou temporais de micro-ordens. Haveria, portanto, ‘pequenas racionalidades provisórias’, mas nenhuma Razão. Não existindo identidade definida, não haveria como distinguir entre o verdadeiro e o falso. Tudo depende, pois, da argumentação, da retórica e do momento”.

modernista estava presente em alguns movimentos básicos do próprio modernismo, como o dadaísmo e o surrealismo. Neste caso, o pós-modernismo é tomado não como rejeição ou substituição ao modernismo, mas como a recuperação de aspectos do próprio modernismo.

O pós-modernismo tanto continua como transcende o modernismo. Em seu ecletismo, aceita a tradição, promovendo, na realidade, um sincretismo de muitas tradições. Sua relação com o passado é de reapropriação, prevalecendo uma lógica de renovação, de reconstrução. Enquanto o modernismo - incluindo o modernismo tardio - se encantava com o “choque do novo”, é mais provável que o pós-modernismo se apaixone pelo “choque do velho”. (KUMAR, 1997, p.122).

Para ECO (1985, pp.55-57) parece existir uma tentativa de fazer o pós-moderno recuar no tempo: “de início, parecia aplicar-se a alguns escritores e artistas em atividades nos últimos vinte anos; depois, pouco a pouco, chegou até o começo deste século; em seguida, recuou mais ainda, e a marcha continua: daqui a pouco, a categoria do pós-moderno chegará a Homero”. Eco sugere que cada época tem seu próprio pós-moderno, como cada época tem seu próprio modernismo. Como o passado “nos condiciona, nos oprime, nos ameaça,” a vanguarda (como categoria meta-histórica) busca destruí-lo, desfigurá-lo. ⁽⁹⁵⁾ “Mas chega o momento em que a vanguarda (o moderno) não pode ir além, porque já produziu uma metalinguagem que fala de seus textos impossíveis. A resposta pós-moderna ao moderno consiste em reconhecer que o passado, já que não pode ser destruído porque sua destruição leva ao silêncio, deve ser revisitado: com ironia e de forma não inocente”.

A partir de uma origem cultural, o pós-modernismo foi incorporado a campos distintos do conhecimento, vindo a propiciar que um círculo cada vez mais amplo da vida fosse rotulado como pós-moderno. Passa-se a falar não só em pintura, arquitetura e literatura pós-moderna, mas também de filosofia, ciência, sociologia, psicologia, família e até mesmo de pessoa pós-moderna. “A decoração de interiores e exteriores, diversas formas populares culturais de

⁽⁹⁵⁾ Depois, indo além, diz Eco, destrói a figura e, em seguida, a anula, chegando [no caso da vanguarda modernista] ao abstrato, ao informal, à tela branca, à tela rasgada, à tela queimada. O autor, fazendo um paralelismo da ação da vanguarda modernista em outras áreas artísticas, observa que “em arquitetura, será a condição mínima do *curtain wall*, o edifício como coluna, puro paralelepípedo; em literatura, será a destruição do fluxo do discurso, até à colagem à maneira de Bourroughs, até ao silêncio ou à página em branco; em música, será a passagem da atonalidade ao ruído, ao silêncio absoluto (...).” (p.56).

comunicação como, por exemplo, filmes, discos, revistas e anúncios de televisão, certos 'novos' movimentos sociais e políticos, a erosão das hierarquias culturais, (...) a proliferação de centros comerciais e da cultura do consumidor e ainda certas forma complexas de articulação entre o global e o local - tudo isto tem sido descrito como pós-moderno.” (SMART, 1993, p.14).⁽⁹⁶⁾

Na ciência, por exemplo, aponta-se para aspectos referentes a questões epistemológicas como a crise do determinismo, o lugar do acaso e da desordem nos processos naturais, o princípio da indeterminação de Heisenberg, a questão do tempo e principalmente do tempo irreversível, a visão de Karl Popper das teorias científicas em termos de “falsificação” e não de “verificação”, o posicionamento de Paul Feyerabend contra o método e as noções de “paradigma” e “revolução científica” de Thomas Kuhn.

LYOTARD (1993), em seu influente livro “O Pós-moderno”, defende que complexas e interligadas transformações na vida social e cultural, na atividade econômica e na tecnologia tiveram um impacto significativo sobre o “estatuto do conhecimento”. Preocupa-se com o modo pelo qual a produção e a transmissão do conhecimento estão sendo transformadas, em decorrência da tecnologia informacional e telemática e da comercialização do conhecimento, que colocam em novos termos a questão da legitimação do saber, com a “erosão interna do princípio de legitimação”. Afirma que “na sociedade e na cultura contemporâneas, a sociedade pós-industrial e a cultura pós-moderna (...) o grande relato perdeu sua credibilidade” (p.69). Esta perda de credibilidade é identificada como a prova de uma condição pós-moderna do conhecimento.

A pós-modernidade vista como condição social, cultural e política contemporânea ou como forma de reflexão sobre a modernidade e seus limites vem gerando inúmeros enfoques teóricos, mais ou menos convergentes. Há autores que consideram a época atual como de exacerbação ou radicalização da modernidade. Para muitos autores pós-modernistas, não há dúvidas de que uma nova era despontou. Há, ainda, os que acreditam que as diferenças entre

⁽⁹⁶⁾ O autor cita uma série de artefatos pós-modernos com os quais acredita ter o leitor já se deparado: os livros “Os Versículos Satânicos” e o “Pêndulo de Foucault”, os filmes “*Blue Velvet*”, “*Blade Runner*” ou “*Brazil*”, a série televisiva “*Twin Peaks*”, a música e os vídeos dos *Talking Heads*, os maravilhosos utensílios domésticos produzidos pela “*Officina Alessi*”, o edifício da AT&T em Nova York etc.

defensores da radicalização da modernidade ou da pós-modernidade sejam principalmente de ênfase, quando não apenas de terminologia: persistência de características passadas *versus* uma maneira nova de se levar em conta e vivenciar toda a experiência passada. Há versões otimistas e pessimistas. Há, também, os que rejeitam a idéia de uma nova sociedade pós-moderna, embora a descrição que fazem da etapa atual do capitalismo aponte nessa direção.

Mesmo sem considerar que a pós-modernidade seja uma nova era, alguns autores contemplam a possibilidade de uma nova situação, uma vez que agora, pela primeira vez, se pode examinar retrospectivamente a modernidade. “O conceito de pós-modernidade proporciona um ponto de observação novo e extremo, no qual alguns aspectos do mundo, que surgiram na esteira do Iluminismo e da Revolução Capitalista (aspectos invisíveis ou aos quais foi atribuída importância secundária quando observados de dentro do processo inacabado), adquirem relevo e podem ser transformados em questões decisivas do discurso...” (BAUMAN, apud KUMAR, 1997, p.151). A condição pós-moderna seria, pois, a modernidade emancipada de falsa consciência. Acredita o autor que, afinal, se compreende que não se pode estabelecer regras e padrões absolutos para a sociedade, de acordo com alguma idéia sobre princípios universais de verdade e razão. Não existe nenhum princípio desse tipo.

GIDDENS (1991, p.13) reconhece os contornos de uma ordem nova e diferente que é pós-moderna, porém num contexto em que as conseqüências da modernidade estão se tornando mais radicalizadas e universalizadas. Outros acreditam que antes da cultura pós-moderna existiu uma condição pós-moderna, produto de uma sociedade pós-industrial.

HARVEY (1992) ao tratar a “condição pós-moderna”, sugere que a ascensão do pós-modernismo não reflete mudança fundamental na condição social; representa, na realidade, uma mudança na maneira de operação do capitalismo em nossos dias. Considera que as características apresentadas para diferenciar a modernidade fordista da pós-modernidade flexível - centralização e descentralização; autoridade e desconstrução; hierarquia e anarquia; permanência e flexibilidade; divisão detalhada do trabalho e divisão social de trabalho etc. - são um complexo de oposições que exprimem as contradições culturais do capitalismo. Porém, argumenta que tais oposições não implicam, em realidade, uma configuração fixa: há sim uma oscilação permanente entre elas.

“Nesse caso, a rígida distinção categórica entre modernismo e pós-modernismo desaparece, sendo substituída pela análise do fluxo de relações pertinente ao capitalismo como um todo.” (p.305).

As controvérsias e as convergências do debate sobre a pós-modernidade, a condição pós-moderna e a radicalização da modernidade são certamente muitas, não cabendo, no entanto, tratamento aprofundado no âmbito desta pesquisa. O que se tenciona é extrair de tão amplo e interessante debate questões que mais diretamente se relacionam ao objetivo do presente estudo. Estas se voltam, mais especialmente, para a fundamental influência de aspectos culturais que marcam a sociedade atual - *a fusão do cultural e do econômico* - e como estes se inter-relacionam com as estatísticas oficiais.

5.1 PÓS-MODERNISMO COMO CATEGORIA ABRANGENTE DE CULTURA E DE SOCIEDADE: A SOCIEDADE PÓS-MODERNA

Se por um lado muitos enfoques marcam o pós-modernismo por seu caráter cultural, por outro, enfoques mais abrangentes e extremados vêem cultura e sociedade em unicidade. Sob qualquer destes dois pontos de vista, parece não haver dúvidas de que se está numa era em que a cultura assumiu um papel fundamental na vida social.

No primeiro caso, é comum a analogia do uso do termo pós-modernismo para descrever mudanças na “formação da sensibilidade”, decorrentes das transformações culturais dos pós-guerras, e do termo pós-modernidade para descrever mudanças mais amplas e ambiciosas, que dizem respeito à emergência de uma possível condição social diferente. Considera-se o pós-modernismo a cultura da sociedade atual.

No segundo caso, toma-se o pós-modernismo de forma mais abrangente, propondo que a sociedade seja pós-moderna. Nestes estudos, não se justificaria aquela analogia. Ao contrário, procura-se apagar as linhas divisórias entre as diferentes esferas da sociedade - política, econômica, social e cultural -, o que significa não considerar mais possível a divisão da sociedade em partes ou subsistemas relativamente autônomos.⁽⁹⁷⁾ Propõem-se a fusão das diferentes esferas de forma distinta da natureza “funcionalmente” integrada da sociedade moderna. Sugerem que o pluralismo e a diversidade da sociedade não são organizados e integrados de acordo com qualquer princípio discernível, não havendo, ou pelo menos não havendo mais, qualquer força controladora e orientadora que dê à sociedade forma e significação. Crêem na existência de um fluxo um tanto aleatório, sem direção, que perpassa todos os setores da sociedade, cujas fronteiras se dissolvem, resultando em uma condição pós-moderna de fragmentação.

Essa divergência conceitual não será aprofundada nesta discussão. Dela o que se quer reter é a força da cultura na configuração social atual. Assim, se estará lidando de maneira não-rígida, não-categórica, com as duas vertentes, mesmo porque a distinção entre elas é, muitas vezes, ambígua.

⁽⁹⁷⁾ Segundo KUMAR (1997, p.113), “uma das grandes realizações da modernidade foi diferenciar de tal maneira a sociedade que diferentes princípios poderiam ser aplicados a diferentes reinos. O princípio da ‘realização’ e o *ethos* do utilitarismo, por exemplo, poderiam dominar o sistema

Para JAMESON (1996, p.16), o pós-modernismo é a “lógica cultural do capitalismo tardio”. O autor apóia sua análise em MANDEL (1978) que, sob uma perspectiva marxista, teorizou a hipótese de um terceiro estágio do capitalismo. Fala em capitalismo tardio, ⁽⁹⁸⁾ e não pós-industrial, para indicar a continuidade com o sistema que o precedeu. Foi este, segundo JAMESON, o arcabouço teórico que viabilizou seus pensamentos sobre o pós-modernismo, e “eles devem ser, portanto, entendidos como uma tentativa de teorizar a lógica específica da produção cultural deste terceiro estágio, e não como mais uma crítica cultural desencarnada ou um diagnóstico do espírito de época.” (p.397).

“(...) o pós-modernismo não é a dominante cultural de uma ordem social totalmente nova (sob o nome de sociedade pós-industrial, este boato alimentou a mídia durante algum tempo), mas é apenas reflexo e aspecto concomitante de mais uma modificação sistêmica do próprio capitalismo. Não é de espantar, então, que vestígios de velhos avatares - tanto do modernismo como até do próprio realismo - continuem vivos, prontos para serem reembalados com os enfeixes luxuosos de seu suposto sucessor”.

Argumenta JAMESON que, se, por um lado, a cultura hoje não é mais dotada da autonomia que teve em momentos anteriores do capitalismo, por outro, ocorre sua explosão: *“uma prodigiosa expansão da cultura por todo o domínio do social, até o ponto em que tudo em nossa vida social - do valor econômico e do poder do Estado às práticas e à própria estrutura da psique - pode ser considerado como cultural, em um sentido original que não foi, até agora, teorizado.”* (p.74). Sugere o autor que no pós-modernismo o processo de modernização completou-se, e a natureza se foi para sempre. A cultura tornou-se uma verdadeira segunda natureza. Houve uma dilatação de sua esfera - a esfera da mercadoria -, *“uma aculturação do Real imensa e historicamente original, um salto quântico no que Benjamin ainda denominava de ‘estetização’*

econômico, enquanto, na família e no sistema de parentesco, ‘atribuições de qualidade’ e expressividade teriam primazia.”

⁽⁹⁸⁾ Nota-se que essa acepção de tardio se distingue da utilizada por autores que tratam de questões relacionadas ao desenvolvimento tardio, dependente, periférico. Na ótica de Mandel, a acepção se aproxima da de capitalismo avançado, flexível, desorganizado. Aponta Jameson como características do capitalismo tardio a emergência de novas formas de organização de empresas (multinacionais, transnacionais), a nova divisão do trabalho, a nova dinâmica das transações bancárias internacionais e das bolsas de valores, as novas formas de inter-relacionamento da mídia, os computadores e a automação, a fuga da produção para áreas desenvolvidas do Terceiro Mundo (p.22)

da realidade“ (p.14). *A cultura tornou-se um “produto por direito próprio”, o processo de consumo cultural não é mais simplesmente um apêndice, mas a própria essência do funcionamento capitalista.*

LASH (1990) postula que a cultura é hoje parte integrante da economia. O novo regime de acumulação está se tornando progressivamente, mais e mais, um regime de significação. Os meios de produção estão se tornando cada vez mais culturais, e as relações de produção também, não sendo mais tão mediadas pelos meios de produção materiais (p.39). O autor aponta para uma “relação de compatibilidade” (em vez de “lógica cultural”) entre o pós-modernismo e a economia capitalista pós-industrial.

Sob essas visões, o paralelismo muitas vezes feito entre pós-modernismo e sociedade pós-industrial ou do capitalismo tardio *versus* modernismo e sociedade industrial em sua fase moderna capitalista não seria válido. O modernismo é considerado uma reação cultural à modernização industrial capitalista, enquanto o pós-modernismo mantém com a sociedade pós-industrial ou do capitalismo tardio uma relação de convergência ou de complementaridade (como sugerem, respectivamente, JAMESON e LASH) ou, mais radicalmente, de totalidade, como proposto nas abordagens em que sociedade e cultura se fundem.

KUMAR (1997, p.130) considera que, pela lógica da maioria das abordagens, em vez de falar em convergência, complementaridade ou mesmo correspondência entre cultura e sociedade pós-industrial ou do capitalismo avançado, dever-se-ia falar de fusão das duas. Propõe que, ao contrário de Marx, que privilegiou a “base” econômica, se deveria seguir Hegel e considerar cultura e sociedade como permeadas por um “espírito” comum, o espírito do pós-modernismo, como quer que este seja definido.

5.1.1 Signos & imagens: a hiper-realidade

Na abordagem pós-moderna é atribuída aos meios de comunicação, à mídia, a construção de uma nova realidade eletrônica, saturada de imagens e símbolos. Como diz BAUDRILLARD (1988), cria-se o êxtase da comunicação, tornando nosso mundo um simulacro, entendido como a geração, através de

modelos, de um real sem origem ou realidade: um hiper-real. Nesta nova configuração, não é mais possível distinguir o imaginário do real, o signo de seu referente, o verdadeiro do falso. Ao contrário das imagens convencionais, os simulacros são cópias que não têm original ou cujos originais se perderam.

Neste contexto, uma distinção significativa e básica entre o modernismo e o pós-modernismo diz respeito à representação e à realidade. LASH (1990, pp.11-15) ressalta que, enquanto o modernismo concebe a representação como problemática, o pós-modernismo problematiza a realidade, questionando a própria natureza da realidade representada. Sugere que esta realidade nada mais é que um outro conjunto de representações ou imagens - simulacros -, como proposto por Baudrillard. “Nossa vida diária torna-se saturada por uma realidade - na Tv, publicidade, vídeo, computadores, *walkman*, toca-fitas em automóveis, CDs, DVD e DAT - que cada vez mais são representações.” Há uma invasão de espaço do significante (a imagem) sobre o referente (o que é representado) e uma invasão do lugar do referente sobre o significante. Um invade e assume a função do outro. A imagem, ou ilusão, imita o real, e o real é ilusório, composto de imagens. O pós-modernismo “coloca o caos, a inconsistência e a instabilidade em nossa experiência da realidade.”

Além da dissolução da realidade objetiva, de algo que existe e a que se referem os signos e as imagens, aponta-se para a dissolução do sujeito humano. Segundo Baudrillard, com o êxtase da comunicação, deixa de existir o relacionamento objetivo, mesmo que alienado, do indivíduo com seu ambiente. O indivíduo passa a ser um terminal de redes múltiplas, nas redes de informação. Outras visões, no entanto, acreditam que essa anulação do indivíduo contém as próprias sementes de uma possível emancipação futura. Crêem na possibilidade de construção de novas perspectivas - a conquista da liberdade -, porém de uma nova maneira reflexiva (GIDDENS, BECK e LASH, 1997; LASH e URRY, 1994; GIDDENS, 1991). Inúmeras são, pois, as críticas ao enfoque da hiper-realidade. Muitos consideram tal enfoque totalizante, uma vez que a hiper-realidade não engloba a totalidade da vida social. Pondera-se, no entanto, que a hiper-realidade refere-se, certamente, a uma parte considerável e tendencialmente crescente da sociedade.

Nas redes globais de informação e comunicação, objetos (e sujeitos) tornam-se agilmente móveis, e esta mobilidade é estrutural e estruturante.

Objetos passaram a circular, de forma e velocidade crescente, através de redes eletrônicas, que se expandem. Com a circulação mais rápida há uma mudança na natureza dos objetos envolvidos em tal mobilidade. Objetos tornam-se crescentemente dispensáveis, substituíveis, vazios de significado e de conteúdo material. Cada vez mais, produzem-se não objetos materiais, mas signos (LASH e URRY, 1994).

A principal fonte de geração de valor e riqueza passa da produção de mercadorias para a criação e a manipulação de conteúdos não-materiais - artefatos imateriais ou intangíveis, culturais e/ou informacionais - em que é forte a *inter-relação de idéias/conhecimento e símbolos*. Isto em um mundo onde espaço e tempo se comprimem, provocado uma aceleração cultural generalizada. Registra-se, pois, a passagem para uma sociedade em que ganha centralidade uma produção imaterial, de conteúdo estético e cognitivo: bens e/ou artefatos culturais, signos & imagens, informação & conhecimento, componentes estes que marcam, também, a produção de objetos materiais.

A profusão de artefatos culturais e/ou informacionais e a maior agregação de componente estético à produção material (*design* e signos & imagens), vêm, então, fazendo emergir uma nova configuração social, marcada pela “estetização”. A centralidade de fatores imateriais agrega dificuldades à geração das estatísticas atuais. A rigor, pode-se dizer que a espetacular produção imaterial é perturbadora da ordem e da organização dos métodos quantitativos tradicionais, da economia, da sociologia, da contabilidade, sob os quais se apóiam as estatísticas.

São algumas dessas dificuldades que se enfocarão a seguir.

5.2.1 Aspectos relacionados às estatísticas

*“If we measure the new with the tools of the old, we will not ‘see’ the new.”
(SVEIBY, 1998, p.3).*

A economia hoje não pode mais ser caracterizada apenas pela produção de bens materiais e seu fluxo físico, de vez que ela é marcada por uma produção e um fluxo etéreos de dados, signos e imagens. No entanto, predomina, na construção das estatísticas oficiais, uma lógica material de mensuração, e pouca atenção tem sido dada a uma lógica distinta, de desmaterialização, que permeia a nova produção.

A existência dessa realidade, menos material e objetiva e mais etérea e intangível, e a inexistência de um arcabouço teórico-conceitual (e metodológico-operacional) coerente com suas manifestações trazem, também, complicações e implicações terminológicas. A referência ao novo com termos que guardam o significado do “velho” provoca dificuldades e inconsistências, e até mesmo incompatibilidades e estranhezas.

Como observa LÉVY (1996, p.56), em uma crítica ao conceito de bens imateriais para caracterizar informação e conhecimento, a própria noção de material e imaterial supõe em primeiro lugar uma metafísica da substância. “Haveria coisas ‘materiais’ e ‘imateriais’. Ora, mesmo os bens ditos materiais valem por suas formas, suas estruturas, suas propriedades em contexto, ou seja, em fim de contas, por sua dimensão imaterial. Rigorosamente falando, entre os bens puramente materiais só se encontrariam as matérias-primas. Inversamente não se pode separar informação e estetização de um suporte físico. Se “todos os lugares de inscrição ‘material’ desaparecessem, a informação desapareceria para sempre.”

Apesar da pertinente formulação de Lévy, optou-se pelo uso dos termos produção material e produção imaterial, e, por conseguinte, bens materiais e não-materiais, por acomodarem a segmentação feita neste trabalho. A produção material refere-se, mais especialmente, à produção industrial característica do período anterior, em série, proveniente da utilização de maquinário mecânico especializado. A produção imaterial, por sua vez, engloba dois segmentos distintos, altamente relacionados e não mutuamente excludentes. Para aquele

mais associado à produção cultural, optou-se pelo uso do termo artefato, “do latim *arte factum*, feito com arte” (AURÉLIO, 1994), para enfatizar a centralidade do componente estético. Para o segmento relacionado à produção de bens materiais, da especialização flexível, que envolve também forte agregação de componentes estético - *design* e signos & imagens -, optou-se pela referência à estetização de objetos materiais.

5.1.2.1 Produção imaterial: estetização da realidade

LASH & URRY (1994, pp.60-1) argumentam que os influentes conceitos de especialização flexível, acumulação flexível e pós-fordismo não dão a devida ênfase a importantes atributos - estético e cognitivo - da economia contemporânea. Sugerem que a oposição entre produção material x cultural é mais útil que a entre rigidez e flexibilidade. Propõem, então, a noção de “acumulação reflexiva” (atribuindo à reflexividade uma conotação cultural e à acumulação uma conotação econômica), com o intuito de mostrar como os ***processos econômicos e simbólicos estão, mais que nunca, entrelaçados e interarticulados***. Isto é, a economia é crescentemente refletida na cultura que, por sua vez é, mais e mais, refletida na economia. Enfatizam, então, como características da acumulação reflexiva: a centralidade do conhecimento, os componentes cognitivo e estético da reflexividade, a reflexividade na produção *vis à vis* no consumo, a maior centralidade de produtos não-materiais, seja como serviços, comunicação ou informação.

Assim, o tipo mais fragmentado de produção flexível - que acompanhou a reestruturação ou “desorganização” do capital e que passou a circular com ímpeto em escala internacional - passa a ser caracterizado como produção e consumo reflexivos, cognitivos e/ou estéticos. É reflexiva no sentido em que, com mudanças contínuas nos produtos, o pessoal envolvido no processo produtivo deve tomar decisões freqüentes a respeito do melhor processo cabível para os novos (modificados) produtos. É também reflexiva no sentido de que mais trabalho é destinado ao *design* de novos produtos, processo que envolve julgamento e decisão entre alternativas. ⁽⁹⁹⁾ Neste caso, ***o processo de geração***

⁽⁹⁹⁾ LASH & URRY (1994, p.6) apontam como condição básica para a reflexividade a existência de uma estrutura de comunicação e informação. “Há, tendencialmente, o desabrochar de um

de valor agregado terá forte componente estético. Mais trabalho passa a ser dispendido no desenvolvimento dos modelos relativamente ao trabalho envolvido na produção desses modelos. Este é fato dominante na produção de conteúdo cultural, em que cada modelo é único: um livro publicado, uma música, um videoclipe publicitário ou musical etc. A produção industrial vem assumindo, mais e mais, esta característica.

O conteúdo estético relaciona-se, pois, tanto à proliferação de artefatos não-materiais, como música, filmes, vídeos, propagandas, reportagens etc. quanto ao aumento do componente de valor-simbólico ou imagem envolvidos nos objetos materiais ou não. Isto tem aumentado a importância de um tipo de propriedade - a de signos -, consubstanciada no registro de marcas e logotipos, com os quais os produtos e serviços se tornam conhecidos e aos quais são atribuídos novas imagens e novos símbolos (Item 5.1.2.2).

Artefatos culturais

GOLDFINGER (1999, p.2 e 1998) agrupa os artefatos imateriais em torno de atividades ligadas ao lazer, à informação, à comunicação, às trocas e transações. Para o autor, a economia referente à produção destes artefatos seria tanto a da informação e do conhecimento “úteis” como a do entretenimento e da distração “fúteis”. Assinala, então, que no coração da economia imaterial se encontra a “indústria” audiovisual, do lazer, da publicidade, da imprensa e das finanças. Constitui-se de conjuntos econômicos imponentes e visíveis (*Reuters, CNN, Rupert Murdoch, Citicorp, Disney, etc.*) e tornaram-se modelo de estratégias bem-sucedidas.

Exemplos desses artefatos são os conteúdos dos produtos finais dessas atividades: de um clipe publicitário, musical ou humorístico, de um texto, de um programa de televisão, de uma transmissão esportiva, de um jornal televisivo ou impresso, de um banco de dados *on line*, de um filme, de um livro.

processo no qual estruturas sociais, de escopo nacional, estão sendo substituídas por estruturas globais de informação e comunicação (I&C).” Estas estruturas são as redes nas quais informação & conhecimento e signos & imagens circulam. São as economias de signos e espaços. As condições das economias de signos & espaços são, pois, os fluxos estruturados de informação e sua acumulação (base da reflexividade cognitiva) e os fluxos estruturados de imagens e de símbolos expressivos e sua acumulação (condições da reflexividade estética).

Os artefatos culturais e/ou informacionais necessitam sempre de suporte físico para se realizarem, porém é o *conteúdo imaterial que lhes confere relevância e valor*. Como é próprio dos levantamentos estatísticos dar prioridade à produção material industrial, isto vai privilegiar a mensuração da produção dos suportes materiais (realizada, em geral, em escala industrial), e não do conteúdo imaterial. Assim, se quantifica a tiragem de livros, os filmes realizados, os CDs gravados, os software desenvolvidos etc. *A reprodução confunde-se com a produção.*

A imaterialidade do conteúdo desses bens lhes confere características completamente distintas dos bens (mais) materiais (de massa) industriais que o SIE se instrumentalizou para quantificar. Daí a dificuldade de tratá-los a partir de suas peculiaridades e a tendência a propor que sua “mensuração” se dê sob parâmetros do modelo anterior.

Como observa GOLDFINGER (1998):

“A lógica da desmaterialização é desestruturante. Ela vai contra alguns princípios chaves da lógica convencional da economia. A lógica convencional se relaciona com a escassez, a lógica da desmaterialização com a abundância. A primeira invoca o equilíbrio, a outra, o desequilíbrio. Obsolescência, redundância e volatilidade, que eram vistos como fenômenos perniciosos, danosos ao crescimento e ao desenvolvimento, hoje constituem vetores essenciais e necessários que dão forma a padrões de consumo e desdobramento de oferta de recursos. “

São usualmente destacadas como características desses artefatos culturais: a *simultaneidade* e/ou o *compartilhamento* de uso, a *não-subtração* (o consumo de um não reduz ou impossibilita o consumo do outro), a *não-destruição* (o mesmo artefato pode ser consumido inúmeras vezes, quer pelo mesmo ou por um outro consumidor).

COHEN (1999, p.51), em matéria veiculada no Fascículo III da revista *Exame* “O fim do segredo: O melhor jeito de multiplicar o conhecimento é dividi-lo”, enfatiza algumas diferenças do mercado, onde a cultura se relaciona com a cultura e onde o conhecimento não é apenas uma forma de modificar produtos, mas um produto em si mesmo: os recursos são infinitos; quanto mais se dá mais se tem; quanto mais se tem mais se precisa; a flexibilidade é quase absoluta;

não há depreciação do produto (que vem há ser uma idéia), há relação com a idéia sucessora. Destaca como áreas onde predomina esta lógica a da saúde, das ciências, do entretenimento, da comunicação e da educação. Acrescenta que nas indústrias tradicionais são os conceitos que passam a dar origem aos produtos. “Por isto, num desfile de modas, não importa se aquelas roupas nunca vão ser usadas na rua; *não é o produto que está a venda, é o conceito que vai influenciar um mercado têxtil de milhões de dólares.*”

As mencionadas características aliadas às novas tecnologias da informação e comunicação, vêm modificando relações de mercado antes estabelecidas, relacionadas à produção, ao consumo, aos preços, ao lucro.

Com o desenvolvimento e a difusão da TI, ocorre uma explosão tanto na reprodução como no consumo do conteúdo imaterial da produção cultural. As tecnologias de armazenamento e reprodução têm possibilitado a diversificação de suportes para o mesmo conteúdo (uma música pode ser gravada em CD, em fita cassete, em videoclipe, em DVD, na Internet etc.). Isto é, o mesmo conteúdo passa a ser divulgado em meios distintos. Por outro lado, com a qualidade crescente e os preços decrescentes, essas tecnologias estão cada vez mais disponíveis ao consumidor ou ao produtor independente (o “faça você mesmo”), que passam a poder (re)produzir seu próprio artefato. Isto tem contribuído para a proliferação de artefatos culturais e traz, novamente, a idéia do pro-sumidor. Já as tecnologias de transmissão vieram a possibilitar a expansão ilimitada do consumo. Um show musical ou um espetáculo esportivo, antes restritos a um teatro ou a uma arena esportiva determinada, podiam ser vistos apenas por um público restrito. Hoje, com transmissão direta pela(s) TV(s) e, brevemente, pela Internet podem ser vistos por um número ilimitado de pessoas, bem como podem ser gravados e, posteriormente, consumidos quando, quanto e por quem o desejar.

Nesta nova realidade eletrônica, saturada de imagens e símbolos, em que o peso da televisão é inegável, cria-se um mundo imaterial e, conseqüentemente, um mercado a ele relacionado, onde se alteram os mecanismos de funcionamento do mercado “real”, surgindo um “mosaico” de dispositivos de funcionamento completamente fluidos, flexíveis, móveis e escorregadios.

Uma dimensão dessa produção imaterial midiaticizada, decorrente da forte inter-relação de idéias, imagens e signos envolvidos, é a expansão ilimitada de produtos inter-relacionados. Um certo conteúdo passa a ser fonte de geração de uma família de outros artefatos interligados com o original. A habilidade de gerar tal família é fator de sucesso para as empresas. A *Disney*, por exemplo, com a realização de um filme infantil, passa a gerar uma infinidade de produtos: livros, vídeos, brinquedos, jogos computacionais, atrações em parque de diversões etc. (para não mencionar suas cidades). Fenômeno semelhante ocorre com imagens produzidas de pessoas famosas e consagradas, como Xuxa, Ronaldinho e Guga (para ficar só no âmbito nacional), que passam a produzir famílias de bens com sua própria marca e/ou a vender suas imagens, associando-as a produtos de grandes grifes ou de empresas planetárias. O fator preponderante da venda dos produtos é a invasão do significante - a imagem - sobre o referente. Isto resulta em um valor agregado pela imagem. Passa-se a constituir, portanto, um mercado de produção e venda de imagens & signos que se articula e interage com o mercado de mercadorias.

A *Lucas Film*, além da família de produtos proveniente da primeira série do filme *Star Wars*, com a realização da segunda, programada para outros três episódios (relacionados entre si e com os da série anterior), está vendendo, hoje, produtos de conteúdos que ainda não foram produzidos (imagens, signos e artefatos relacionados ao segundo e terceiro episódios, programados para 2002 e 2005). Este fenômeno relaciona-se, também, a pessoas - autores, cantores, compositores, atores - que se tornaram “consumo de massa” - imagens consagradas - que vendem os conteúdos de suas produções antes de elas serem elaboradas. Paulo Coelho e Jô Soares, antes mesmo de escreverem seus novos livros já são sucesso de vendagem e recebem por um produto potencial, um trabalho a ser realizado. “Paradoxalmente”, existem mesmo figuras consagradas que são regamente pagas para não trabalhar, ficam com seus “passes” presos para que não venham a fortalecer a/o concorrente.

No quadro de inter-relação de produtos, idéias e signos, uma questão importante apontada por GOLDFINGER (1998) é que a “economia intangível adiciona outra ligação, que pode ser chamada de relação de monitoramento.” A abundância de certos produtos e serviços estimula o desenvolvimento de atividades, cujo propósito é monitorar, avaliar e explicar as características e

desempenhos de tais produtos e serviços. O crescimento da indústria do computador pessoal foi acompanhado e estimulado por uma emergente e especializada indústria de impressão e publicação. Em 24 de agosto de 1995, dia do lançamento do *software Microsoft Windows 95*, em torno de 450 livros a respeito do assunto já estavam disponíveis. Aí se poderia enquadrar a espetacular profusão na mídia - jornais, revistas, livros, programas de rádio e Tvs etc. - de notícias, histórias, fofocas e fotos que giram em torno de (seus) famosos astros: o personagem, a pessoa real ou sua imagem.

Observa o citado autor que as relações de monitoramento não são capturadas nas análises de insumo e produto, apesar do seu impacto substancial. Este parece, também, ser caso do “mosaico” fluido, flexível, móvel e escorregadio das relações materiais x imateriais apresentadas.

Nessa hiper-realidade, os mecanismos convencionais de fixação de preços perdem precisão. Os custos de produção não podem ser usados como guia porque não existe proporcionalidade entre insumo e produto. As economias de escala são determinadas pelo consumo, e não pela produção. Consumo de massa não implica produção em massa. As redes *on line*, como a Internet, oferecem diferentes combinações de preços para aquisição de informação, onde são comuns informações gratuitas. Muitas empresas de internet, mundialmente famosas, nunca deram lucro ou dão pouco lucro e, no entanto, suas ações obtiveram valorizações espetaculares e o valor de mercado das empresas é de bilhões de dólares.

Estetização de objetos materiais

Nesse quadro, cabe lembrar LÉVY (1996, p.56) quando aponta que “mesmo os bens ditos materiais valem por suas formas, suas estruturas, suas propriedades em contexto, ou seja, em fim de contas, por sua dimensão imaterial.” Além das imagens associadas aos objetos, torna-se, hoje, fator fundamental de diferenciação dos produtos o componente estético, o *design*.

Passa-se a direcionar o consumo (e a produção) não pelo valor de uso, mas pelo valor simbólico. Compra-se não essencialmente o produto, mas um símbolo: um *design Armani* (associado a belos modelos, artistas etc.) ou um *design BMW* (associado a potência, desempenho, beleza etc.). O *design* invade

grande parte da produção, modificando, muitas vezes, a essência de muitos produtos, que se transformam em objetos de arte, alterando sua função original. Nesse quadro, encaixam-se inúmeros objetos de casa, obras de famosos *designers* e de casas especializadas, “cadeiras”, “estantes”, “mesas”, utensílios vários (os *Alessi*), etc. Atribui-se valor ao objeto por sua estética e beleza, reduzindo-se assim, ainda mais, o significado concreto e original dos objetos. Isto vale tanto para a produção de setores “tradicionais” como para carros, computadores, televisores, telefones, aparelhos de som etc. Daí a importância das atividades de P&D de natureza estética na produção industrial.

Parece clara a relação dessa produção estetizada com o modelo da produção ou especialização flexível, que se volta para nichos de mercado. São novos produtos personalizados, associados a imagens e símbolos, que podem ser produzidos tanto por grandes corporações descentralizadas ou por grandes empresas como por pequenas e médias empresas “artesaniais”, independentes ou não.

Com relação às estatísticas oficiais, cabe enfatizar a necessidade de se considerar a existência de uma produção fortemente cultural e simbólica, em que processos de P&D de conteúdo estético estão cada vez mais presentes. Isto quer dizer que, além de conhecimento intensivo, a produção (e seus processos produtivos) vem se tornando cultural.

Nesse contexto, grandes empresas com capacidade de processamento simbólico apropriam-se da produção material de outras empresas. A *Nike*, uma liderança mundial de imagens relacionadas a tênis, não produz nenhum tênis. É uma corporação virtual (GOLDFINGER, 1998). Na indústria de semicondutores muitas empresas líderes são “sem-fábricas” (ou quase), subcontratando toda (ou quase toda) “produção” a ser comercializada. Isto implica uma alteração na posição central na cadeia de valor gerado. Na economia industrial anterior, essa posição era a do produto final, proveniente de uma cadeia de montagem, enquanto hoje, mesmo sem produto final, empresas subcontratantes ou mesmo subcontratadas, com capacidade de processamento simbólico ou de informação, podem assumir posição dominante.

5.1.2.2 Ativos intangíveis

A falta de um arcabouço teórico-conceitual coerente que dê conta de apreender e mensurar a emergente e crescente produção imaterial, de forte conteúdo estético, não preocupa (e ocupa) apenas o mundo acadêmico. Do mundo profissional, gerencial e comercial, vinculado às grandes empresas, emergem indicativos importantes de que urgentes mudanças se fazem necessárias na busca de se quantificar a realidade imaterial, que afeta o desempenho das empresas.

Reconhecimento explícito dessa grande dificuldade encontra-se registrado no debate que vem sendo realizado por especialistas financeiros, contábeis e de *marketing*, acadêmicos ou não (como os da *International Accounting Standards Committee - IASC*), sobre a importância dos ativos intangíveis para as empresas; tanto no que se relaciona ao desempenho da empresa, de forma geral, como ao seu crescimento potencial e ao seu valor de mercado. Este é um ponto que toca diretamente às estatísticas, uma vez que seus levantamentos econômicos não contemplam, de maneira explícita, esses ativos intangíveis, que, no entanto, representam altos valores econômicos.

A importância desses ativos é consensual para os administradores e mesmo para qualquer observador mais atento. Para muitos, parece não haver dúvida de que são esses os ativos que, na atualidade, geram os excepcionais fluxos de caixa. No entanto, é grande o desafio que enfrentam as empresas, para conhecer, ou, idealmente, eliminar, a diferença entre seu valor escritural (de balanço) e o valor de mercado, que inclui fatores intangíveis.

Era usual considerar quatro tipos principais de ativos intangíveis: marcas, propriedades intelectuais, direitos autorais e licenças. Hoje, no entanto, essa lista vem sendo ampliada consideravelmente, passando a incluir, por exemplo, o que muitos consideram o ativo mais crítico, o capital humano e a qualidade do trabalho da empresa, e, ainda, a cultura, o conhecimento acumulado e a rede de clientes e fornecedores.

O enfoque do capital intelectual trata essa questão de forma bastante abrangente. EDVINSON e MALONE (1997), expoentes nessa abordagem, consideram capital intelectual a soma do capital humano e do capital estrutural: “capital de cliente” e “organizacional”. Os autores definem capital intelectual como tudo que fica na empresa quando o *staff* foi para casa, isto é, marcas,

patentes, bancos de dados, sistemas de software etc. Acreditam que a maior tarefa do capital intelectual é a de transformar recursos humanos em ativos intelectuais. Já para TOM STEWAR (1998), capital intelectual é a soma de tudo que as pessoas da companhia sabem e que lhe dá vantagem competitiva no mercado.

Enfoque bastante próximo ao do capital intelectual é o apresentado por SVEIBY (1998), que classifica os ativos intangíveis segundo três categorias: da estrutura interna, da estrutura externa e da competência do pessoal. Os ativos intangíveis, classificados como da estrutura interna, seriam as patentes, conceitos, os modelos e os sistemas administrativos e de computação, criados pelos empregados da empresa ou por ela adquiridos e incorporados. Já os ativos da estrutura externa são decorrentes das relações estabelecidas com os clientes e fornecedores, marcas, logotipos, reputação e “imagem”. Finalmente, a competência do pessoal é a habilidade individual de atuar diante de situações várias, o que inclui qualificação, nível de instrução, experiência etc.

E entre esses importantes ativos intangíveis se destacará especialmente um, da estrutura externa da empresa: a marca, por envolver (quando bem sucedida) tanto uma geração estupenda de valor comercial para a empresa e seus produtos de grife quanto uma geração extraordinária e espetacular de imagens, símbolos e signos. A administração da marca - sua criação e difusão - é, pois, para a empresa, e/ou produtos, prioritária e estratégica. Daí a grande quantidade de recursos gastos na criação de signos e imagens (a eles vinculados) e em sua veiculação na mídia, audiovisual, escrita e eletrônica.

A crescente importância de valoração das marcas tem suas origens nos processos de aquisições e fusões de empresas, realizados, principalmente, a partir da segunda metade dos anos 80, e no crescimento internacional do movimento de licenças e franquias de marcas. CERVIÑO (1998) destaca, nesse movimento empresarial, a atuação de empresas britânicas que vêm buscando inserir em seus balanços valores referentes às suas marcas. CERVIÑO (1998) aponta para algumas aquisições que evidenciam a importância, em termos econômicos, desse ativo: a compra, em 1998, da empresa britânica *Rowntree* (dona de marcas como a *After Eight*) pela *Nestlé*, por US\$ 4.500 milhões, o equivalente a mais de cinco vezes o valor contábil; a aquisição, também em

1988, da empresa de queijos e molhos *Kraff* por parte da *Philip Morris*, por US\$ 12.900 milhões, incluindo uma estimativa de US\$11.600 milhões pelos intangíveis; e os US\$220 milhões que a *Cadbury Schweppes* pagou pela compra da marca *Hires & Crush* (da *Procter & Gamble*), dos quais só US\$20 milhões correspondiam a ativos fixos.

Tentativas têm sido feitas para se avaliar quanto valem as marcas. A publicação mensal americana *Financial World*, por exemplo, apresenta para cada ano uma estimativa calculada com base em vendas efetuadas, em rentabilidade e crescimento potencial. Comparando as informações do *Financial World* com dados dos balanços das empresas, GOLDFINGER (1998) observa que, em 1992, enquanto o ativo do balanço da *Coca-Cola* era de US\$300 milhões, o valor da marca estimado pelo *Financial World* era de US\$35 bilhões. O valor da marca *Intel* foi estimado em 200% a mais que o valor da empresa registrado em seu balanço em 1992, US\$ 8 bilhões, uma vez que a *Intel* não registra nenhum ativo intangível em seu balanço. A *Reuters*, uma das principais agências de informação eletrônica, reconhece que seu balanço não inclui os seguintes (e poderosos) recursos: sua independência; sua boa reputação; *software* e outras propriedades intelectuais; bancos de dados globais e de informações financeiras; e a organização global integrada, incluindo a força de trabalho qualificada. Daí o valor encontrado representar cerca de 600% de seu valor contábil. O valor registrado nos livros contábeis tem sido claramente insuficiente para a avaliação do ativo real das empresas, hoje muito determinado pelos ativos intangíveis. Há, pois, um problema de compatibilidade entre a contabilidade e a “realidade”.

Muitos consideram que o maior problema no tratamento dos ativos intangíveis é a falta de consenso em como contabilizá-los,⁽¹⁰⁰⁾ uma vez que suas características são bastante distintas dos ativos tangíveis. Como são, em geral, não-físicos, não seguem as regras clássicas de depreciação progressiva: alguns se depreciam rapidamente, outros se fortalecem no tempo, muitos seguem uma trajetória não-linear, com ciclo de vida imprevisível. São altamente heterogêneos,

⁽¹⁰⁰⁾ Segundo CERVIÑO (1998) vários métodos de valoração vêm sendo desenvolvido, ainda sem convergência entre eles, como o dos Preços Primados, o do Custo de Substituição, o da Valor da Bolsa de Valores - Método Financeiro, Rendas Futuras, Preferências dos Clientes, Valor de Aquisição ou Vendas etc.

e o retorno é incerto. São difíceis de serem isolados, e é usual considerá-los despesas correntes. Porém, a criação de uma imagem pode ser um investimento. Há, ainda, que se considerar que os ativos intangíveis em geral interagem uns com outros sendo complicado identificar a contribuição de cada um. Como no caso da *Intel*, em 1992, que em vez de lançar o microprocessador 80 586, em continuação à série anterior, lançou-o com uma nova marca: *Pentium*. Assim, ela tanto criou uma nova marca como reforçou sua propriedade intelectual.

A interface da contabilidade com as estatísticas é bastante clara, dispensando comentários adicionais. Basta citar o exemplo da conta maior de um país, sua Contabilidade Nacional, que se estrutura sobre metodologia contábil. Assim, a questão dos ativos intangíveis é um grande desafio para os sistemas de informação estatística, que vêem seus agregados econômicos cada vez mais subestimados, por pouco captarem dessa realidade imaterial. Se os sistemas de mensuração estatístico-contábeis são para capturar a realidade econômica, buscando o mais possível aproximar-se de sua totalidade, os ativos intangíveis devem passar a receber tratamento especial, e não residual ou marginal.

6 CONCLUSÃO

O desenvolvimento da pesquisa, na busca da comprovação da hipótese, mostrou que a institucionalização do sistema de informação estatística - SIE na sociedade industrial, em sua fase organizada, regulada e de maiores certezas (tanto em nível societal como da própria ciência), é fruto de uma filosofia e concepção que supõe, *a priori*, como saída desse sistema, uma informação padronizada e homogênea - harmonizada -, capaz de garantir comparabilidade no tempo (diferentes momentos) e no espaço (diferentes contextos). Dentro desta ótica, o SIE trata a questão da especificidade dos diferentes contextos (a realidade de cada país) como passível de controle. Isto seria alcançado através da utilização dos mesmos instrumentos representacionais e metodológicos. As representações de mundo construídas a partir desta concepção são, na ótica sistêmica, *contexto e tempo independentes*.

Para fazer frente a essa concepção, e comprovar a hipótese, demonstrou-se que as grandes transformações que marcam a sociedade atual, devido, principalmente, à sobrepujança do conhecimento; ao desenvolvimento e à difusão da tecnologia de informação e comunicação, com a ampliação dos fluxos de informação; à nova lógica produtiva e organizacional; e à explosão e expansão da cultura - num mundo globalizado - vêm alterando os modos de produzir, de consumir, de administrar, de trabalhar, de se relacionar, de gerar conhecimento etc. Modificaram-se os pressupostos que modelam as estatísticas, como os arranjos, as relações e as articulações empresariais, setoriais, ocupacionais, de trabalho e mesmo familiares; os padrões de consumo individual e coletivo; as funções do domicílio; os processos de produção (informação-intensivo: reflexivo e estético); a dicotomia “produtor” e “consumidor” (“prosimidor”) e relações de “insumos” x “produtos”. Assim, a realidade representada desfoca-se, uma vez que a realidade se altera e sua lógica de representação não. Por conseguinte, o conhecimento e a informação cristalizados nos esquemas de representação perdem aderência. Pela ótica delineada neste trabalho, as estatísticas precisam ser olhadas com os parâmetros e as lógicas do *contexto e tempo atuais*.

Na configuração social atual, onde se continua a olhar, definir e mensurar o novo a partir dos velhos modelos - o modelo único instituído -, os desvios e as mutilações sistêmicas se ampliam, tanto os desvios provenientes de outras

percepções possíveis quanto os decorrentes do que se está excluindo (o não considerado) no modelo. Isto foi demonstrado neste trabalho, sob o enfoque das abordagens da sociedade da informação, pós-fordistas e pós-modernas (em muitos aspectos convergentes), que indicaram a pertinência de outras relações, outras articulações, enfim, outras possibilidades de se ler o mundo.

A defasagem provocada pela tensão entre as estatísticas estáveis e harmonizadas e a dinâmica atual da sociedade vincula-se ao enfraquecimento ou perda de relevância do aparato teórico-conceitual de interpretação econômico-social, que dá e deu sustentação à construção das estatísticas. Como assinalam DUCAN e GROSS (1993, p.11), “Com a proximidade do século XXI, torna-se cada vez mais claro que nossa atual rede conceitual, desenhada para realidades anteriores, se ajusta de forma bastante imperfeita à situação atual.”

Pode-se dizer mesmo que os avanços dos SIEs circunscrevem-se ao intenso aprimoramento das técnicas estatísticas de mensuração, que muito se beneficiou do desenvolvimento da informática. A informática favoreceu, também, aspectos ligados à coleta, ao processamento, ao armazenamento e à recuperação das informações. Mas todos esses avanços vêm sendo aplicados sobre os velhos modelos/esquemas de referência.

Embora as Agências Estatísticas reconheçam as transformações em curso, este reconhecimento é, na maioria das vezes, genérico e difuso, sem a devida reflexão de como tais transformações relacionam-se com os modelos conceituais de construção das estatísticas oficiais. Esta reflexão é difícil de ser enfrentada pelo sistema, dado seu pressuposto constitutivo de harmonização das diferenças, e não da explicitação delas. Há que se considerar, ainda, ser este um campo de conhecimento especializado, formado por produtores e consumidores desse tipo particular de conhecimento, o que fecha a discussão entre pares. Esta se realiza, na maioria das vezes, sob a coordenação dos organismos internacionais encarregados das padronizações de conceitos e de procedimentos metodológicos e operacionais e/ou sob orientação de institutos técnicos-científicos altamente especializados em metodologia estatística, como o *International Statistical Institute* e seus órgãos complementares (a *International Association of Survey Statisticians - IASS* e a *International Association for Official Statistics - IAOS*, entre outros).

Com esse fechamento do sistema em si mesmo é quase inexistente a articulação e a interação com outras áreas envolvidas com a dinâmica das mudanças atuais, seja o campo do conhecimento formalizado (que vem elaborando novas abordagens de se ver o mundo), sejam os próprios agentes econômicos e atores sociais, que vêm produzindo tais mudanças. Assim, pouco se tem caminhado na discussão da inserção das estatísticas no novo cenário econômico-social.

Nesse sentido, é válido lembrar CIPOLLETTA (1989, p.357), membro da *Confindustria* da Itália (cf. Subseção 4.2.1) quando aponta que a estrutura de levantamento estatístico é um investimento considerável, que requer tempo para ser mudado, embora seja já hoje obsoleto. Postula que, do ponto de vista das empresas, haveria que se considerar a necessidade de um redirecionamento dos levantamentos para se apreenderem especificidades do mercado não contempladas atualmente.

O contexto mais organizado, não-anômico, com regulação negociada, deu origem a modelos que mesmo redutores, o representavam de forma mais consistente. Este contexto permitiu e mesmo requereu certo nível de acompanhamento cognitivo, o que foi feito, então, através do desenvolvimento e da generalização de modelos de “funcionamento” (de relações sociais e econômicas) consubstanciados nos “investimentos em forma”. Porém, o contexto desorganizado e flexível corresponde a um “não-sistema” ou a um “sistema assistemático” anômico, fragmentado, segmentado, disforme. Como dar forma ao disforme? Seria possível capturar cognitivamente, “sistematicamente”, o disforme objetivando-o através de novos “investimentos em forma”, reduzindo os desvios e mutilações atuais? Mas, como dar conta de representar a flexibilidade, fluidez e a não linearidade? ⁽¹⁰¹⁾

Enfocar a problemática do sistema de informação estatística oficial com o instrumental teórico da Ciência da Informação imprimiu forma e olhar, que privilegiando a informação, deu-lhe novo tratamento. Informar, dar acesso a

⁽¹⁰¹⁾ Essas observações são uma livre transposição da discussão eletrônica realizada com o Prof. Luiz Antônio Machado da Silva, a quem agradeço as apropriadas palavras e me desculpo por alguma eventual interpretação distinta de sua idéia original.

informação, é investir em forma. Informação é também: “dar forma, por em forma, criar, representar, apresentar, criar uma idéia ou noção. Informar é também algo que é colocado em forma.” (ZEMAN, 1970, p.156).

A Ciência da Informação tem por definição “estudar as propriedades e o comportamento da informação, as forças que determinam seus fluxos e os modos de processar a informação para maior acessibilidade e uso. Tal objetivo inclui o estudo das tentativas de se representar a informação tanto no sistema natural como no sistema artificial de comunicação, uso de códigos e processos de informação, tais como a automação e o sistema de programação.” (SHERA & CLEVELAND, 1977). Assim, várias questões abordadas neste estudo tocam áreas centrais da Ciência da Informação, como a Representação do Conhecimento, a Classificação, o Sistema de Recuperação da Informação, a Comunicação Científica e a Transferência da Informação e, também, áreas fronteiras como a Cognição, a Informática e a Computação. Nesse sentido, podem vir a contribuir para que novos estudos no âmbito da Ciência da Informação e áreas correlatas venham a se preocupar com as questões de cunho teórico-conceituais como as aqui tratadas. ⁽¹⁰²⁾

WERSIG & NEVELING (1976, p.134) consideram que a Ciência da Informação se desenvolveu historicamente “não por causa de um fenômeno específico (a informação) que sempre existiu e agora se torna objeto de estudo, mas por causa de uma nova necessidade de estudar um problema (a informação) que modificou totalmente sua relevância para a sociedade. Hoje o problema de transmitir conhecimento para quem necessita é uma responsabilidade social e esta responsabilidade parece ser o real objetivo da Ciência da Informação”. WERSIG (apud PINHEIRO, 1997, p.12) considera a Ciência da Informação o protótipo de uma ciência pós-moderna, originária da mudança do papel do conhecimento e da informação na complexidade acentuada pelas modernas tecnologias. A Ciência da Informação não buscaria, exclusivamente, a solução de problemas, mas a sua completa compreensão, com abordagens que ocorrem por “contradições e complexidades”.

⁽¹⁰²⁾ Como a tese de OLIVEIRA (1999), em elaboração no Curso de Doutorado em Ciência da Informação, UFRJ/ECO e CNPq/IBICT, sobre as classificações estatísticas, contrapondo a estabilidade dessas às mudanças em curso.

Assim, considera-se o enfoque desta pesquisa como de caráter político-social, uma vez que busca uma melhor compreensão do problema para que se possa atuar sobre ele. Um maior entendimento das questões é fator necessário, mas certamente, não suficiente, para alcançar ou mesmo propor soluções. No entanto, a falta de soluções não faz desaparecer o problema. Ao contrário, aumenta nossa responsabilidade sobre ele. Por isso é fundamental tentar compreendê-lo, olhando-o sob diversos ângulos, sua formação e constituição - uma orientação à procura de solução.

Esta pesquisa tenciona, pois, em relação ao sistema de informação estatística, ser uma contribuição ao necessário esforço analítico coletivo, obviamente já em curso em vários fóruns e sob diversas formas, no sentido de buscar novos recortes conceituais que possam melhor representar a complexidade atual (cultural, estética, informacional, de signos e imagens, global, plural, flexível etc.). Por outro lado, por seu caráter exploratório e por sua opção metodológica, que acarretou uma análise longitudinal e abrangente envolvendo abordagens distintas, a presente pesquisa abre um importante campo de estudos no que tange ao aprofundamento e à inter-relação das muitas questões que enfoca.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ALFREDO, A. Entrevista com Phil Knight: "Odeio meus concorrentes" *Revista Exame*, Ano 33, n. 4, Dezembro de 1999. p.64-70.
- ALVARO, G. Gli operatori e l'intervento in campo economico. *Statistica e Societa*, p.45-65, 1989.
- ANDERSON, P. *As origens da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 1999. 165p.
- Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E. & GENTILE, P. (Orgs.) *Pós-neoliberalismo - as políticas sociais e o estado democrático*. São Paulo: Paz e Terra, 1995. p.9-23.
- ANDERSON, P. et alii A trama do neoliberalismo. In: SADER, E. & GENTILE, P. (Org.) *Pós-neoliberalismo - as políticas sociais e o estado democrático*. São Paulo: Paz e Terra, 1995. p.139- 180.
- ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 3ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 1995. 155p.
- *O novo sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Pontes, 1995. 85p.
- ARAÚJO, V.M.R.H. *Sistemas de Recuperação da Informação: nova abordagem teórico-conceitual*. Rio de Janeiro: Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Comunicação e Cultura da ECO/UFRJ, 1994. 240p.
- ARRIGHI, G. *O longo século xx*. São Paulo: Unesp, 1996. 393p.
- AZNAR, G. *Trabalhar menos para trabalharem todos*. São Paulo: Scritta, 1995. 286p.
- BAGNASCO, A. The Informal Economy. In: Martinelli, A. & Smelser, N.J. (Orgs.) *Economy and Society*. London: Sage, 1990. p.157- 174.
- BALDESSARI, R. Decentramento produttivo e ristrutturazione industriale. *Economia e Política Industriali*, v.41, p.165-182, 1984.
- BALTAR, P.E.A. ; DEDECCA, C.S. ; HENRIQUE, W. Mercado de trabalho e exclusão social no Brasil. In: Oliveira, C.A.B. & Mattoso, J.E.L. (Orgs.) *Crise e mercado de trabalho no Brasil - Modernidade ou volta ao passado?* São Paulo: Scritta, 1996. p.55-85.
- BARRETO, A. A. A formação de recursos humanos para otimizar a industria de conhecimento no Brasil. *Ciência da Informação*, v.19, n.2, p.113-116, 1990.
- A Questão da informação. *São Paulo em Perspectiva*, v.8, n.4, p.3-8, 1994.

- BATTISTONI, L. *Gershuny: la societa del self service*. In De Masi, D. (Org.) *L'avvento post-industriale*. Milano: Franco Angeli, 1985. 273- 284p.
- BAUDELAIRE, C. *Sobre a modernidade*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1997. 70p.
- BAUDRILLARD, J. *Para uma crítica da economia política do signo*. Rio de Janeiro: Elfos editora, 1995. 224p.
- Simulacra and Simulations. In: M. Poster (Org.) *Selected Writings*. Cambridge: Polity Press, 1988. p.166-84.
- *A sombra das maiorias silenciosas: O fim e surgimento das massas*. 3^a ed. São Paulo: Brasiliense, 1993. 86p.
- BEER, DE F. *Representation, information, technology: the enlightenment project revisited*. Austrália: Disponível: <http://www.aj/debeer.htm>; Capturado: 18/09/96.
- BELKIN, N.J. Anomalous states of knowledge as a basis for information retrieval. *The Canadian Journal of Information Science*, v.16, p.133-143, 1980.
- The cognitive view point in Information Science. *Journal of Information Science*, v.16, p.11-15, 1990.
- ROBERTSON, R.E. Information Science and the phenomenon of information. *Journal of American Society*, v.Jul-Aug, p.197-204, 1976.
- BELL, D. *O Advento da sociedade pós-industrial*. São Paulo: Editora Cultrix Ltda, 1977. 540p.
- *The cultural contradictions of capitalism*. London: Heinemann.1976.
- BELUSSI, F. La grande trasformazione: la nascita di nuovi modelli organizzativi di impresa. In: Belussi, F. (Org.) *Nuovi modelli d'impresa, gerarchie organizzative e imprese rete*. Milano: Franco Angeli, 1992. p.17-36.
- BERMAN, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar: A aventura da modernidade*. 4^a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. 360p.
- BESSON, J.L. As estatísticas: verdadeiras ou falsas? In: BESSON, J.L.(Org.) *A ilusão das estatísticas*. São Paulo: Unesp, 1995. p.25-67.
- BIANCHINI, Z.M. *Ferramentas de Informática para amostragem e estimação em pesquisa*. Rio de Janeiro, IBGE/DPE/DEMET, 1998 (Pre-print). 7p.
- BOYER, R. *New technologies and employment in 1980s: from science and technology to macroeconomic modelling*. Paris: Cepremap, 1986.

- BRAGA, G.M. *Caos, principio da informação*. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO - CNPq/IBCT, 1997 (Pre-print), 12p.
- G.M. *Informação, ciência da informação: Breves reflexões em três tempos*. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO - CNPq/ IBCT, 1996 (Pre-print), 11p.
- BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974. 379p.
- BRUNNER, J.J. *Globalización cultural y posmodernidad*. 1ª ed. Santiago: Fondo de Cultura Econômica, 1998. 257p.
- BUSH, V. *As we may think*. *Atlantic Monthly*, 176 n.1, p. 101-108, 1945.
- CACCIAMALI, M.C. Flexibilidade: Maior número de micros e pequenas empresas ou manutenção da concentração de forma descentralizada. *Contemporaneidade e Educação*, Ano II Maio/ 97, n.1, p.46-57, 1997.
- *Globalização e processo de informalidade*. São Paulo: USP (Pre-print), 1999. 20p.
- JOSE-SILVA, M.F. *Mais informalidade, menos cidadania. Considerações sobre esse circulo vicioso na América Latina*. Trabalho apresentado no Seminário Internacional "Brasil 500 anos: desafios do próximo milênio". PUC - São Paulo, 1999. 19p.
- *O setor informal urbano e formas de participação na produção*. São Paulo: Editora IPE, 1983.
- CALINESCU, M. *Five faces of modernity*. Duke: Press, 1987. 395p.
- CARVALHO, S. O novo nome da WEB *Exame* Ano 33 n. 24 Dezembro de 1999 p.55
- CASTELLS, M. *La ciudad informacional*. Madrid: Alianza Editorial S.A., 1995. 504p.
- *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 617p.
- CERVINO, J. *Problamatica de la contabilidad y valoracion economico-financiera de las marcas*. Disponível: <http://www.iacac.pt/eventos/7jornadas/resumos/cervino.htm>; Capturado: 05/05/99, 11p.
- CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xama, 1996. 321p.
- CHURCHMAN, C.W. *Introdução a teoria dos sistemas*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1972. 309p.
- CIPOLLETTA, I. Statistica e imprese. *Statistica e Società*, p.351-441, 1989.

- COCCO, G. A nova qualidade do trabalho na Era da Informação. In: Lastres, M.H.M & ALBAGLI, S. (Orgs.) *Informação e globalização na Era do Conhecimento* Rio de Janeiro: Editora Campus, 1999. p.262-289.
- COMTE, M. Três milhões de desempregados. In: BESSON, J.L.(Org.) *A ilusão das estatísticas*. São Paulo: Unesp, 1995. p.95-111.
- COHEN, D. O fim do segredo: O melhor jeito de multiplicar o conhecimento é dividi-lo. *Revista Exame*, Fascículo III. Novembro de 1999.
- A fluidez e a rigidez. In: BESSON, J.L.(Org.) *A ilusão das estatísticas*. São Paulo: Unesp, 1995. p.185-198.
- COSTA ARAÚJO, T.C.N. Considerações teóricas sobre o conceito de indicador social: Uma proposta de trabalho. *Revista Brasileira de Estatística*, v.36, n.142, p.167-176, 1975.
- COSTA MAGALHÃES, I. T. *Memória Institucional: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica*. Rio de Janeiro: Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Ciência a Informação, UFRJ/ECO - CNPq/IBICT : 1997. 163p.
- COVENEY, P. & HIGHFIELD, R. *A flecha do tempo*. São Paulo: Siciliano, 1993. 335p.
- DANTAS, M. Capitalismo na era das redes: trabalho, informação e valor no ciclo da comunicação produtiva In: Lastres, M.H.M & ALBAGLI, S. (Orgs.) *Informação e globalização na Era do Conhecimento* Rio de Janeiro: Editora Campus, 1999. p.216-261.
- DE MASI, D. La societa post-industriale. In De Masi (Org.): *L'avvento post-industriale*. Milano: Franco Angeli, 1985. 9-95p.
- *A sociedade pós-industrial*. 2^a ed. São Paulo: Editora Senac, 1999. 439p.
- DEDECCA, S. C. Racionalização econômica e heterogeneidade nas relações e nos mercados de trabalho no capitalismo avançado . In: Oliveira, C.A.B. & Mattoso, J.E.L. (Orgs.) *Crise e mercado de trabalho no Brasil - Modernidade ou volta ao passado?* São Paulo: Scritta, 1996. p.27-54.
- DERVIN, B. E. NILAN, M. Information needs and uses. *Annual Review of Information Science and Technology* , v.21, p.3-33, 1986.
- Information - democracy: an examination of underlying assumptions. *Journal of the American Society for Information Science*, v.45, n.6, p.369-385, 1994.
- Users as research inventions: how research categories perpetuate inequities. *Journal of Communication*, v.39, n.3, p.216-232, 1989.

- DESROSIERES, A. How to make things which hold together: social science, statistics and the state. In: Wagner, P.& Wittrock, B. (Eds.) *Discourses on society, vol.XV, chapter eight*. Netherlands: Kluwer Academic Publishers, 1990. p.195- 218.
- *Do singular ao geral: a informação estatística e a construção do Estado*. Trabalho apresentado na IV CONFEST - Conferência Nacional de Estatística - Rio de Janeiro: IBGE (Pre-print). 18p.
- Entre a ciência universal e as tradições nacionais. In: BESSON, J.L.(Org.) *A ilusão das estatísticas*. São Paulo: Unesp, 1995. p.167-183.
- *La politique des grands nombres*. Paris: Editions La Decouverte, 1993. 437p.
- DRUCKER, P. F. A quarta revolução da informação. *Exame*, 26 de agosto de 1998. p.56-58.
- *Sociedade pós-capitalista*. 4^a ed. São Paulo: Pioneira, 1995. 186p.
- *The rise of the knowledge society. Dialogue*, p.13-18, 1993.
- *The age of discontinuity*. London: Heinemann. 1969.
- ECO, U. *Pós escrito a O Nome da Rosa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira S.A., 1985. 66p.
- EDVINSSON, L. *The next transformation of our modern economy*. Disponível: http://www.psc_cfp.gc.ca/library/leif_e.htm. Capturado: 03/05/99.
- MALONE, M.S. *Intellectual capital*. 1997
- EDWARDS, P. *The encyclopedia of philosophy*. London: Collier - Macmillan published, 1967 - Volume 3.
- FELLEGI, I. *Statistical services - preparing for the future*. Aguascalientes, Mexico: INEGI, 1998. 79p.
- FOUQUET, A. As estatísticas no debate social. In: BESSON, J.L.(Org.) *A ilusão das estatísticas*. São Paulo: Unesp, 1995. p.136-148.
- FRANCHET, Y. Introductory remarks. In: *Annali di statistica. Anno 126 Serie X, vol. - Economic and Social Challenges in 21st century: statistical implications - Proceeding of a joint ISTAT/ EUROSTAT Seminar*, Bologna. (Pre-print), 1996.
- GALLUPPO, R. Nova Economia: O mouse que ruge *Revista Veja* Jan. 2000, p. 101-2.

- GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. 2ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 1991. 177p.
- *A constituição da sociedade*. 1ª ed. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda., 1989. 318p.
- *Modernità, ecologia e trasformazione sociale*. in: *Ecologia Politica* Milano: Feltrinelli, 1987. p. 19-38.
- BECK, U. & LASH, S. *Modernização reflexiva. política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Unesp, 1995. 264p.
- GIERE, R.N. The cognitive construction of scientific knowledge. *Social Studies of Science*, v.22, p.95-107, 1992.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1991. 207p.
- GOLDFINGER, C. The intangible economy and its implications for statistics . In: *Annali di statistica. Anno 126 Serie X*, vol. - *Economic and Social Challenges in 21st century: statistical implications - Proceeding of a joint ISTAT/EUROSTAT Seminar*, Bologna. (Pre-print), 1996.
- *L'utile el le futile - l'economie dell'immateriel*. Disponive: <http://www.er.uqam.ca/nobel/m202230/immateriel.html>. Capturado: 07/05/99
- GOMEZ, M.N.G. Informação e conhecimento. *Ciência da Informação*, v.13, n.2, p.107-114, 1984.
- O objeto de estudo da Ciência da Informação: paradoxos e desafios. *Ciência da Informação*, v.19, n.2, p.117- 122, 1990.
- GORZ, A. *Adeus ao proletariado para além do socialismo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitaria Ltda., 1987. 203p.
- *Il lavoro debole*. Roma: Edizione Lavoro, 1994. 71p.
- GUIMARÃES, E.A. Mercosul: harmonização dos sistemas estatísticos nacionais. In: IBGE *Mercosul: Sinopse Estatística*. Rio de Janeiro: IBGE, 1993. p.255-258.
- Produção de estatística e sistema estatístico. *Ensaio sobre a produção de estatística*, n.26, p.2-12, 1990.
- HABERMAS, J. *Razão comunicativa e emancipação*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. 181p.
- HARRISON, B. *Lean and mean: The changing landscape of corporate power in the age of flexibility*. New York: Basicbooks, 1994. 309p.

- HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. 5ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1992. 349p.
- HEGEDEUS, Z. *Il presente e l'avvenire*. Milano: Franco Angeli, 1985. 124p.
- HEISENBERG, W. *A parte e o todo*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto editora Ltda, 1996. 288p.
- HEMPEL, C.G. *Aspect of scientific explanation*. New York, London: The Free Press, Collier Macmillan Limited, 1965. 504p.
- HIRST, P. & ZEITLIN, J. Flexible specialization versus post- fordism: theory, evidence and policy implications. *Economy and Society*, v.20, n.1, p.1-56, 1991.
- HOBSBAWM, E. *Era dos extremos: O breve século XX 1914-1991*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 598p.
- HOFFMANN, M.P. & BRANDÃO, S.M.C. *Estatísticas do trabalho: análise de algumas práticas internacionais*. Texto apresentado na IV CONFEST - Conferência Nacional de Estatística ", Rio de Janeiro: IBGE. 1996. (Pre-print) 37p.
- HUSSMANS, R. *Informal sector: statistical definition and survey methods*. OIT: Genebra, 1997.
- IBGE *Classificação de atividades econômicas - CNAE*. Rio de Janeiro: IBGE, 1997. 202p.
- *Economia informal urbana*. Rio de Janeiro: IBGE - volume 1 - 1997. 345p.
- *Pesquisa nacional por amostra de domicílio - PNAD*. Rio de Janeiro: IBGE, 1996. 165p.
- INSEE Table ronde sur les statistiques sociales. In: *Pour une Histoire de la statistique - Tome 1 Contributions*. Paris: Economica, 1987. p.579-583.
- INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS COMMITTEE (IASC) Disponível: <http://www.iasc.org.uk/news.htm> Capturado: 05/05/1999.
- INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO) -15ª Conferência de Estatísticas de Trabalho Genebra: janeiro de 1993.
- INTERNATIONAL STANDARD CLASSIFICATION OF OCCUPATIONS (ISCO) *International labour organization bureau of statistics*. Disponível: <http://www.ilo.org/public/english/120stat/class/isc.htm>.
- INTERNATIONAL STANDARD INDUSTRIAL CLASSIFICATION OF ALL ECONOMIC ACTIVITIES (ISIC) *International labour organization bureau of*

statistics.
english/120stat/class/isc.htm.

Disponível:

<http://www.ilo.org/public/>

INTERNATIONAL STATISTICAL INSTITUTE - ISI *The International Statistical Institute*. Disponível: [http:// www.istat.unipg.it/ncsuk/info/iase/isi.htm](http://www.istat.unipg.it/ncsuk/info/iase/isi.htm).

IOSCHPE, E.B. *O 3º Setor: desenvolvimento social sustentado*. São Paulo: Paz e Terra, 1997. 173p.

IRVINE, J.; MILES, I.; EVANS, J. Introduction: Demystifying social statistics. In: MILES, I & EVANS, J. (Ed.) *Demystifying social statistics*. London: Pluto Press Court, 1979. p.1-7.

JAMESON, F. *Pós-modernismo a lógica do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática S.A., 1996. 431p.

JESSOP, B. Regulation theories in retrospect and prospect. *Economy and Society*, v.19, n.2, p.153-216, 1990.

JORNAL DO BRASIL *AT & T entra na rede: gigante americana das telecomunicações compra Excite*. 20 de janeiro de 1999. p.13.

----- *Fusões movimentaram US\$ 1,2 tri*. 17 de fevereiro de 1999. p.11.

----- *Mas afinal, qual é o seu negócio? empresas têm dificuldade para definir sua atividade principal*. 10 de novembro de 1999. p.21.

----- Revista de Domingo *Filosofia no chão*. 11 de julho de 1999. p.14.

----- Revista de Domingo *Assim é se lhe parece*. 03 de outubro de 1999. p.20

----- Suplemento *Fortune Não vende? Não tem receita? Não faz mal. Pagamos US\$ 287 milhões*. 16 de fevereiro de 1999. p.14.

----- *Jovens & ricos*. 28 de setembro de 1999. p 7-9.

----- Internet: o duro encontro com a realidade - os corretores da Merrill Lynch perdem o reboledo. 06 de julho de 1999. p.7.

KAPLAN, A. *A conduta na pesquisa: metodologia para as ciências do comportamento*. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975. 440p.

KEAT, R. Positivism and statistics in social science. In: MILES, I & EVANS, J. (Ed.) *Demystifying social statistics*. London: Pluto Press Court, 1979. p.75-86.

KUHN, S.T. *A estrutura das revoluções científicas*. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1991. 257p.

- KUMAR, K. *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora Ltda, 1997. 258p.
- KURZ, R. *O colapso da modernização*. 3ª ed. São Paulo: Paz e terra, 1993. 244p.
- LAKATOS, E.M. & MARCONI, M.A. *Metodologia científica*. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 1986. 231p.
- LASH, S. *Sociology of postmodernism*. 5ª ed. London: Routledge, 1996. 300p.
- URRY, J. *Economies of signs & space*. 3ª ed. London: SAGE Publications Ltd, 1996. 360p.
- *The end of organized capitalism*. 4ª ed. Cambridge: Blackwell publishers ltd, 1996. 383p.
- LATOUR, B. *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994. 149p.
- LASTRES, M.H.M & FERRAZ, J.C. Economia da informação, do conhecimento e do aprendizado. In: Lastres, M.H.M & ALBAGLI, S. (Orgs.) *Informação e globalização na Era do Conhecimento* Rio de Janeiro: Editora Campus, 1999. p.27-57.
- LAUTIER, B. Os amores tumultuados entre o Estado e a economia informal. *Contemporaneidade e Educação*, v.Ano II maio/97, n.1, p.58-92, 1997.
- LE COADIC, Y.F. *La Science de l'information*. Paris: Presses Universitaires de France, 1994.
- LEITE, C. Inovação na Era do Conhecimento. In: Lastres, M.H.M & ALBAGLI, S. (Orgs.) *Informação e globalização na Era do Conhecimento* Rio de Janeiro: Editora Campus, 1999. p.122-144.
- LEITE, M.P. *O futuro do trabalho*. São Paulo: Scritta, 1994. 331p.
- LEVY, P. *O Que é o virtual?* 1ª ed. São Paulo: Editora 34, 1996. 157p.
- LYOTARD, J.F. *O Pós-modernismo*. 4ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1993. 123p.
- MACHADO DA SILVA, L.A. Trabalhadores do Brasil. *Insight Inteligencia*, Ano 1, n.5 , p.60-65, 1998-1999.
- CHINELLI, F. Velhas e novas questões sobre a informalização do trabalho no Brasil atual. *Contemporaneidade e Educação*, Ano II Maio/97, n.1, p.24-45, 1997.
- MAcKAY, H.E. GILLESPIE, G. Extending the social shaping of technology approach: ideology and appropriation. *Social Studies of Science*, v.22, p.685-716, 1992.

- MACKENZIE, D.A. *Statistics in Britain 1865-1930: The social construction of scientific knowledge*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1981. 302p.
- MAIRESSE, J. Histoire aujourd'hui - Statistiques demain. In: INSEE *Pour une Histoire de la statistique - Tome 1/ Contributions*. Paris: Economica, 1987. p.17-19.
- MALIN, B.A. Economia e politica da informação - novas visões da história. *São Paulo em Perspectiva*, v.8, n.4, p.9-18, 1994.
- MALINVAUD, E. The impact of technological trends and shifts in specialization on labour markets and product systems: how can statisticians meet the challenges . In: *Annali di statistica. Anno 126 Serie X*, vol. - *Economic and Social Challenges in 21st century: statistical implications - Proceeding of a joint ISTAT/ EUROSTAT Seminar*, Bologna. (Pre-print), 1996.
- MALUF, U. *Cultura e mosaico: Uma introdução à teoria das estranhezas*. Niterói: Sol Nascente, 1997. 128p.
- Metáfora como um isomorfo de segunda ordem. *A.B.P.*, v.43, n.3, p.60-78, 1991.
- O mosaico transfinitos-acausalidades: conjecturas segundo a teoria das estranhezas. *A.B.P.*, v.45, n.1/2, p.72-91, 1993.
- *Teoria das estranhezas a próxima realidade*. (Pre- print), 1993. 592p.
- MARQUES, I.C. Desmaterialização e trabalho. In: Lastres, M.H.M & ALBAGLI, S. (Orgs.) *Informação e globalização na Era do Conhecimento* Rio de Janeiro: Editora Campus, 1999. p.191-215.
- MARX, K. & ENGELS, F. *O manifesto comunista*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S.A., 1997. 67p.
- MATTOSO, J. Emprego e concorrência desregulada: incertezas e desafios. In: Oliveira, C.A.B. & Mattoso, J.E.L. (Orgs.) *Crise e mercado de trabalho no Brasil - Modernidade ou volta ao passado?* São Paulo: Scritta, 1996. p.27-54.
- *A desordem do trabalho*. São Paulo: Scritta , 1995. 210p.
- MILES, I. Figuring out the future. *Future*, v.26, n.7, p.803- 806, 1994.
- IRVINE, J. The critique of official statistics. In: MILES,I.& EVANS, J.(Ed.) *Demystifying Social Statistics*. London: Pluto Press Court, 1979. p.113-129.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO *Classificação Brasileira de ocupações*. 2^a ed. Brasília: SOES, 1994. 904p.

- Classificação Brasileira de Ocupações. Disponível:
http://www.mtb/serv/cbo/nova_cbo2.htm.
- MOON, P. Computador portátil de ver e ouvir *Isto é - Digital* Dezembro de 1999 p.56-61.
- MURAY, F. The decentralisation of production - the decline of the mass-collective worker? *Capital & class*, p.74-99,
- OFFE, C. *Trabalho & Sociedade: Problemas Estruturais e Perspectivas para o futuro da "Sociedade do Trabalho" - Volume 1 - A crise*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1989. 215p.
- *Trabalho & Sociedade: Problemas Estruturais e Perspectivas para o futuro da "Sociedade do Trabalho" - Volume 2 - Perspectivas*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1991. 180p.
- O capitalismo desorganizado. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989. 322p.
- OLIVEIRA, L.E.G. *Classificação estatísticas: o paradoxo entre a estabilidade das categorias estatísticas e a representação da realidade em constante mudança*. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO - CNPq/IBCT 1999. (Pre-print) 31p.
- OTAVIANO, I. O mundo do trabalho. In: Freitas, M.C. (Org.) *O reinvento do futuro*. São Paulo: Cortez Editora, 1996. p.207.
- PAIVA, V. Desmistificação das profissões: quando as competências reais moldam as formas de inserção no mundo do trabalho. *Contemporaneidade e Educação*, Ano II Maio/97, n.1, p.117-133, 1997.
- PEREIRA, V.L.C. *Informação: anatomia de um conceito*. Texto de Qualificação apresentado ao Curso de Doutorado em Ciência da Informação. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO - CNPq/IBCT, 1999. (Pre-print), 34p.
- *Sistemas de redução da informação: uma (ir)recuperação metodologicamente configurada*. Rio de Janeiro: Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Ciência da Informação, UFRJ/ECO - CNPq/IBCT, 1994. 95p.
- PERLMAN, M. Political purpose and the national accounts. In: Alonso, W. & Starr, P.(Orgs.) *The politics of number*, p.133-151, 1980.
- PETTY, W. *Aritmética política*. In: *Os Economistas: Petty, Hume, Quesnay*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 103-158.
- PINHEIRO, L.V.R. *A ciência da informação entre sombra e luz: domínio epistemológico e campo interdisciplinar*. Rio de Janeiro: Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Ciência a Informação, UFRJ/ECO-CNPq/IBICT, 1997. 280p.

- PIORE, M.J. & SABEL, C.F. *Le due vie dello sviluppo industriale: Produzione di massa e produzione flessibile*. 1ª ed. Torino: Petrini Editore, 1987. 119p.
- PORCARO, R.M. Sistema Estatístico Nacional: uma possível percepção de uma realidade desviada. *Ética, desvio e responsabilidade social da imprensa*. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO, 1994. p.221-245.
- *Visão conceitual da explanação e sua contextualidade na metodologia da ciência*. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO e CNPq/IBCT, 1994. (Pre-print), 20p.
- SILVA, E. L.; GUIMARÃES, M. C. *Sistemas de informação/comunicação/inação: Mosaicos estranhos - estranhos mosaicos (um olhar ano trivial)*. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO- CNPq/IBCT, 1994. (Pre-print), 24p.
- PREWITT, K. Public statistics and democratic politics. In: Alonso, W. & Starr, P. (Orgs.) *The politics of number*, p.261-274, 1980.
- PUGLIESE, E. Il lavoro che cambia e il lavoro che manca. *La critica sociologica*, n.115-115, p.87-95, 1995-1996.
- QUADROS, W. J. A reestruturação das empresas e o emprego de classe média. In: Oliveira, C.A.B. & Mattoso, J.E.L. (Orgs.) *Crise e mercado de trabalho no Brasil - Modernidade ou volta ao passado?* São Paulo: Scritta, 1996. p.171-187.
- RAMONET, I. O pensamento único e os regimes globaritários. In: Fiori, J.L.; Lourenco, M.S. & Noronha, J.C.(Orgs.) *Globalização: O fato e o mito*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1998. 55 a 100p.
- REGINI, M. *Confini mobili: La costruzione dell'economia fra politica e società*. Bologna: Il Mulino, 1991. 265p.
- SABEL, C. F. *Strategie di riaggiustamento industriale*. Bologna: Società editrice il Mulino, 1989. 381p.
- RESUMO EXECUTIVO - VERSÃO 3 *Ciência e tecnologia para a construção da sociedade da informação no Brasil*. Disponível: <http://www.cct.gov.br/gtsoinfo/atividades/docs/versao3/resumo.htm>
Capturado: 13/07/98, 23p.
- REY, G.M. l'informazione statistica e i processi decisionali. In: *Annali di statistica -) Atti del convegno sull'informazione statistica e i processi decisionali*, v.7, p.259-276, 1987.
- RIFKIN, J. *O Fim dos empregos*. São Paulo: Makron Books, 1995. 348p.
- ROSTON, W.W. *Etapas do desenvolvimento econômico*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974. 275p.

- ROUANET, S.P. & MAFFESOLI, M. *Moderno X pós-moderno*. Rio de Janeiro: UERJ, 1994. 86p.
- SABEL, C. & ZEITLIN, J. Alternative storiche alla produzuine di massa. *Stato e Mercato*, n.5, p.213-255, 1982.
- SANTOS, B.S. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989. 176p.
- *Pela mão de Alice - o social e o político na pós-modernidade*. 3^a ed. Porto: Afrontamento, 1994. 299p.
- *Um discurso sobre as ciências*. 6^a ed. Porto: Afrontamento, 1993. 58p.
- SARACEVIC, T. The concept of relevance in Information Science: a historical review. *Introduction to Information Science*. New York, London: Bowker, 1970. p.111-151.
- SCHEMENT, R.J. Porrat, Bell, and the information society reconsidered: the growth of information work in the early twentieth century. *Information Processing & Management*, v.26, n.4, p.449-465, 1990.
- SCHUMPETER, J.A. *Capitalism, socialism and democracy*. London: George Allen & Unwin (Publishers) Ltd, 1976. 437p.
- SENRA, N.C. *A coordenação da estatística nacional: o equilíbrio entre o desejável e o possível*. Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Ciência a Informação. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO - CNPq/IBICT, 1998. 176p.
- SHAW M.& MILES, I. The social roots of statistical knowledge. In: MILES,I.& EVANS, J.(Ed.) *Demystifying Social Statistics*. London: Pluto Press Court, 1979. p.27-38.
- SHERA, J. & CLEVELAND, D. B. History and foundations of Information Science. *ARIST - Annual Review of Information Science and Technology*, v.12, p. 249-275, 1977.
- SILLS, D. *International encyclopedia of the social sciences*. London: Collier - Macmillan publishers, 1968 - Volume 13.
- SILVA, L.F. O IBGE e o processo de produção de estatísticas. *Ensaio sobre a produção de estatística*, n.26, p.13-33, 1990.
- SISMONDO, S. Some social constructions. *Social Studies of Science*, v.23, p.515-553, 1993.
- SMART, B. *A Pós-Modernidade*. Portugal: Publicações Europa- América Ltda, 1993. 200p.

- SOUTO DE OLIVEIRA, J. M. *A democracia nos anos 90: auge, declínio ou transformação*. Rio de Janeiro: 1995. (Pré-print) 33p.
- *O espaço econômico das pequenas unidades produtivas. Uma tentativa de delimitação*. Rio de Janeiro: IBGE, 1989.
- PORCARO, R.M.; JORGE, A.F. Mudanças no perfil de trabalho e rendimento no Brasil. In: *Indicadores Sociais - Uma análise da década de 1980* Rio de Janeiro: IBGE, 1994. p.145-178.
- SOUZA, P.R. *A determinação da taxa de salários em economias atrasadas*. Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1980.
- STARR, P. The sociology of official statistics. In: Alonso, W. & Starr, P. (Orgs.) *The politics of number*, p.7-57, 1980.
- STATISTICS CANADA *Standards Division - North American Industry Classification System*. Ottawa: 1998. 859p.
- STEHR, N. *Knowledge Societies*. 1ª ed. London: SAGE Publications Ltd, 1994. 285p.
- STEWART, T. A. *Capital intelectual: a nova vantagem competitiva das empresas*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998. 237p.
- SVEIBY, K. E. *Wellcome to the knowledge organisation*. Disponível: <http://www.sveiby.com.au/>. Capturado: 07/05/ 99:
- THE GOOD STATISTICS GUIDE Statistics can wipe billions of dollars off share prices, even though the figures may be ropery. Which country has the best number-crunchers? *The economist: setembro 7th 1991*, p.84.
- THEVENOT, L. Cifras que falam: medida estatística e juízo comum. In: BESSON, J.L.(Org.) *A ilusão das estatísticas*. São Paulo: Unesp, 1995. p.149-162.
- Rules and implements: Investment in forms. *Social Science Information*, v.23, n.1, p.1-45, 1984.
- TOFFLER, A. *A Terceira Onda*. 20ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1995. 491p.
- O choque do futuro. 2ª ed. Rio de Janeiro, 1970. 389 p.
- TOFFLER, H. *Criando uma nova civilização*. Rio de Janeiro: Record, 1994. 142p.
- TOKMAN, V.E. & SOUZA, P.R. An exploration into the nature of informal-formal sector relationships. *World Development*, v.6, n. 9/10, 1978.
- TOURAINÉ, A. *Critica della modernità*. Milano: Il Saggiatore, 1993. 447p.

- *O Pós-socialismo*. São Paulo: Brasiliense, 1988. 224p.
- UNITED NATIONS - DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS - STATISTICS DIVISION *Final Report: Fourth Meeting of the Expert Group on International Economic and Social Classifications*. New York: (Pre-Print), 1999. 22p.
- UNITED NATIONS *Industrial classification of all economic activities*. New York: United Nation, 1999. 188p.
- WAGNER, P. *A sociology of modernity*. London and New York: Routledge, 1994. 267p.
- Sociology and contingency: historicizing epistemology. *Social Science Information*, v.34, n.2, p.179- 204, 1995.
- WERSIG, G. Information Science: The study of postmodern knowledge usage. *Information Processing & Management*, v.29, n.2, p.229-239, 1993.
- NEVELING, U. The phenomena of interest to Information Science. *The Information Scientist*, v.29, n.2, p.229-239, 1993.
- WEYRAUCH, S.C. & VINCENZI, L.B. In: Rouanet, S.P. & Maffesoli, M. *Moderno X pós-moderno*. Rio de Janeiro: Uerj, 1994. p 9-17
- WILLIAMS et alii La produzione di massa e davvero finita? Alcune note critiche sul modello della "specializzazione flessibile" de Piore e Sabel. In: Belussi, F. (Org.) *Nuovi modelli d'impresa, gerarchie organizzative e imprese rete* . Milano: Franco Angeli, 1992. p.37-71.
- YOUNG, R.M. Why are figures so significant? The role and the critique of quantification. In: MILES, I. & EVANS, J. (Ed.) *Demystifying Social Statistics*. London: Pluto Press Court, 1979. p.63-74.
- ZAJCZYK, F. Fonti per le statistiche sociali. *Metodologia delle scienze umane*, n.7, p.9-119, 1996.
- ZEMAN, J. Significado filosófico da noção de informação In: *O conceito de informação na ciência contemporânea*. Rio de Janeiro Paz e Terra, 1970. 221p.
- ZULIANI, A. Introductory remarks. In: *Annali di statistica. Anno 12, Serie X, vol. - Economic and Social Challenges in 21st century: statistical implications - Proceeding of a joint ISTAT/ EUROSTAT Seminar*, Bologna. (Pre-print), 1996.